

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ROZÉLIA BEZERRA

*A Higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e
os discursos elaborados*



SÃO PAULO
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ROZÉLIA BEZERRA

*A Higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e
os discursos elaborados*

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: História da Educação e Historiografia.

Orientadora: Profa. Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt.

SÃO PAULO
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
- 371.7 Bezerra, Rozélia
B574h A Higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados / Rozélia Bezerra; orientação Circe Maria Fernandes Bittencourt. São Paulo: s.n., 2010.
363 p.; il.; graf. ; tabs.; anexos
- Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
1. Disciplina escolar 2. História da educação 3. Livro didático
4. Currículo 5. Higiene I. Bittencourt, Circe Maria Fernandes, orient.
-

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rozélia Bezerra

A Higiene escolar em Pernambuco. Espaços de construção e os discursos elaborados.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História da Educação e Historiografia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof(a) Dr(a) _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Para minha primeira professora: D. Leni Vilarim. Tudo começou com ela.
Para minhas duas irmãs professoras. A mais velha me ensinou a gostar de ler. A outra, ensina
adultos a ler.
Para minhas duas irmãs, que hoje são memória. As Marias. Tanto na vida, quanto na morte.
Uma, me abrigou. A outra me contou histórias de currículo.
E às outras irmãs. Uma virou éter. Uma ensina a arte do belo, a outra cuida de corpos.
Para D. Adelaide. Gestou-me.
Para “Seu” Raimundo. Dizia que meus cabelos eram cheirosos e gostava de ler histórias.
Para minha filha, que me perpetua.

AGRADECIMENTOS

É tão difícil escrever! Não sou como Clarice Lispector que, segundo contam, escrevia e não lia mais o que escreveu, já encaminhava para a gráfica. Isto é fluência. Não sou assim. Fico dando voltas. Se eu fosse Euclides da Cunha, saberia escrever e dizer tudo, ou quase tudo, em uma sentença. Do estilo “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” ou “O sertão é uma festa”. Não, também não sou assim. Além disto, a escrita acadêmica é rigorosa, dura, não permite o impressionismo, o simbolismo, o barroco. Ou, como disse o professor Dante, não pensa com o coração.

É nesta hora que surge a figura, poderosa, do orientador acadêmico, no meu caso, orientadora. Eles e elas buscam a justa medida das coisas. Tive o privilégio de ter uma historiadora para me orientar. A professora Circe Bittencourt. Quando a vi pela primeira vez, o primeiro gesto dela, foi um abraço e a seguinte frase “Até que enfim nos conhecemos”. Conversávamos por e-mails há um ano. E o símbolo deste abraço permaneceu ao longo de todo o estágio que fiz no “LIVRES” e pelo doutorado afora. Ela me encaminhou para o afeto de sua família: Diomar, Maíra e Diogo. Depois veio o neto, Miguel. Agradeço a vocês as ótimas horas divididas, sofridas, sorridas, festejadas, comungadas. Aqui em “Sampa” e Ubatuba.

Agradeço a meus amigos e amigas, lá no Recife, que botaram o pé na estrada e o coração batendo por mim: Fred e Pierre. Também tem Leucio, Rinaldo, Leo, os Júnior(s), Sineide, Mércia, Andréa Alice, Andréa Paiva, “Mary Jose”, Suely, Márcia Brayner, Teresa (Tequila), “Don Fausto”, Adele, Lana, Flávia, Alba, Jaça... Tantos que paro, não querendo cometer injustiça por esquecimento.

Aos amigos e amigas do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco que lutaram um bom combate para eu fazer meu doutorado em História da Educação: Maria Cristina, Ana Paula, Eneida, Aderaldo, Lúcio e Evilda.

Às “meninas de Néa” (Lela, Poly e Márcia). Filhas do coração. Amo vocês.

Aos colegas e pesquisadores do projeto temático Memória da Educação. Especialmente Walber e Sahsha pelas horas trocadas em nossos trabalhos.

A meu “amo e senhor”, meu “bookbuster”, meu amigo, Ricardo Oriá. Pelas longas conversas, pelas trocas de idéias e impressões. Pelos cafés, missas, cinemas, almoços, livros, livrarias e teatros compartilhados. Deus lhe guarde meu irmão!

Aos funcionários e funcionárias da Biblioteca da Faculdade de Educação. Nunca, tantos fizeram tanto por tão pouco. Através de vocês, homenageio todos os outros de todas as bibliotecas que pesquisei.

Às professoras Heloísa Rocha e Cecília Hana Matte, pelas valiosas críticas e sugestões durante o exame de qualificação. Espero tê-las contemplado no presente trabalho.

Ao professor Rafael Ruiz, pelas horas e o latim “gastos” comigo no debate sobre legislação e as outras leituras.

Aos professores e professoras da pós-graduação da USP. Partilharam saberes.

Aos amigos e amigas do Laboratório de Humanidades da UNIFESP. Especialmente, ao professor Dante Gallian que me acolheu. Cada sexta-feira foi um fôlego para pensar e aprender a ser. E ir tocando em frente.

À UFRPE que me liberou.

Ao programa PICDT-CAPES que deu o respaldo financeiro.

E, como disse o cantor lá das Alagoas: “Se eu tivesse mais alma pra dar, eu daria, Isto pra mim é viver.”

GRANDE DESEJO

Quando escrever o livro com meu nome
E o nome que vou por nele, vou com ele a uma igreja,
A uma lápide, a um descampado,
Para chorar, chorar e chorar,
Requintada e esquisita como uma dama.
(Adélia Prado)

RESUMO

BEZERRA, Rozélia. A Higiene escolar em Pernambuco: os espaços da construção e os discursos elaborados. 2010. f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2010.

Esta pesquisa foi dedicada à identificação dos espaços de construção e o discursos elaborados para a higiene escolar em Pernambuco. Especialmente propô-se a investigar a gênese e consolidação da disciplina escolar na instrução primária em três momentos distintos, e os discursos elaborados pelos livros didáticos indicados para o ensino da matéria, buscando avaliar as aproximações e distanciamentos com o conteúdo curricular. O marco inicial é 1875, por representar o ano de introdução da matéria Higiene no programa curricular, o segundo momento é 1904, considerado ano da consolidação das reformas de ensino que começaram em 1896. O marco final ou apogeu do ensino da higiene na Primeira República é o ano de 1928, quando se deu a reforma Antônio Carneiro Leão. Para isto pesquisou-se diferentes documentos oriundos da esfera pública, periódicos, livros autobiográficos, anaes e os livros didáticos indicados para uso nas escolas. Ao final da pesquisa percebeu-se que, na sua gênese, o espaço de construção do discurso para a higiene escolar, em Pernambuco, foi a educação tendo como mentor intelectual o Inspetor João Barbalho Uchoa Cavalcanti. Nesse mesmo ano a disciplina *Higiene e noções de agricultura* foi acrescentada ao programa curricular. Um dos livros didáticos indicados para seu ensino foi “O Livro do Povo” que, também, serviu de programa para a disciplina. O conteúdo sobre higiene é todo organizado em um estilo literário que o autor chama de “rifões rimados” e em “Máximas e Sentenças”. O discurso segue o modelo proposto por Jean-Nöel Hallé (1798). No segundo momento, o ensino da higiene foi mantido, como conteúdo da matéria *Noções de Ciências Naturais*, onde se estudava *Definição e importância da higiene*. Nesse período foram indicados, entre outros, o *Primeiro e o Segundo Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho e o livro *Lições de Coisas*, de Saffray. Os livros didáticos apresentam discursos distintos sobre o tema higiene. Em ambos os períodos o currículo foi enciclopédico com o objetivo de formar um aluno de mente e corpo sadios. Em 1928, ano da reforma de ensino Antônio Carneiro Leão, a higiene escolar foi amplamente privilegiada. A matéria ganhou autonomia e recebeu a rubrica de *Higiene*. Até o quarto ano atendeu aos pressupostos de Hallé. A partir do 5º ano o discurso eugênico prevaleceu. Foram indicados os livros da *Série Braga* – Leitura I, Leitura II e Leitura III. O livro didático analisado foi Leitura II e o discurso atendeu ao conteúdo curricular.

Palavras-Chave: Disciplina escolar – História da educação – Livro didático – currículo – Higiene.

ABSTRACT

Rozélia Bezerra. *Hygiene education in Pernambuco: the spaces of the building and prepared speeches*. 2010. 300 f. Thesis (Ph.D.) - School of Education. University of São Paulo, 2010.

This research was devoted to the identification of areas of construction and speeches prepared for school hygiene in Pernambuco. Especially propose to investigate the genesis and consolidation of school discipline in the primary education at three different times, and speeches prepared by the books nominated for the teaching of the subject, seeking to assess the similarities and differences in curriculum content. The first milestone is 1875, representing the year of introduction of field hygiene in the curriculum, is the second time in 1904, considered the year of consolidation of education reforms that began in 1896. The march end or peak of health education in the First Republic is the year 1928, when he reform Antônio Carneiro Leão. For this study searching for different documents from the public sphere, journals, autobiographical books, anaes and textbooks listed for use in schools. At the end of the study it was observed that, in its genesis, the area of construction of the speech for school hygiene, in Pernambuco, was the education and intellectual mentor Inspector John Barbalho Uchoa Cavalcanti. That same year the discipline *Hygiene and notions of agriculture* was added to the curriculum. A set of textbooks for their teaching was "The Book of the People" (O Livro do Povo) which also served as a program for the discipline. The content on hygiene is all organized in a literary style that the author calls "rhymed proverbs" and "Highest and sentences. The speech follows the model proposed by Jean-Noël Hallé (1798). In the second instance, the teaching of hygiene was maintained, as regards content of the *Concepts of Natural Sciences*, where he studied *Definition and importance of hygiene*. This period indicated, among others, the *First and Second Book of Reading*, of Felisberto de Carvalho and the book *Lessons from Things*, of Saffray. The textbooks have different speeches on the subject of hygiene. In both periods, the curriculum was encyclopedic in order to form a student of mind and body healthy. In 1928, years of education reform Antônio Carneiro Leão, hygiene education was widely preferred. The matter gained autonomy and received the item of *Hygiene*. By the fourth year met the assumptions of Halle. From the 5th year the eugenic discourse prevailed. Indicated the books Series Braga - Reading I, Reading II and III Reading. The textbook was reviewed and the Second Reading speech has met the curricular content. Keywords: Discipline school - History of education - Textbooks - Curriculum - Hygiene.

Key words - school discipline - History of education - Textbooks - Curriculum - Hygiene

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	25
1.1 A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO HIGIENISTA: ALGUNS PRESSUPOSTOS.....	28
1.1.1 Higiene do meio.....	29
1.1.2 Higiene pessoal: além do limpo e do sujo.....	31
1.2 O RECIFE FEDE!	33
1.2.1 O Povo dos Arrecifes.....	34
1.2.2 O que não tem remédio, remediado fica: o sistema de esgotamento sanitário do Recife.....	37
1.2.2.1 Abra o olho! Abra o olho! O pregão da gestão dos excrementos.....	38
1.2.2.1.1 Dos “tigres” aos cambronnes.....	40
1.2.3 As águas de serventia pública.....	41
1.2.3.1 A distribuição de água em Recife: “Me despache seu João que a branca tá m’esperando mode tomá seu banho”.....	41
1.2.3.2 As cacimbas holandesas: fugindo à falta de água.....	44
1.3 VIDAS SECAS.....	45
1.4 A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO HIGIENISTA NO BRASIL.....	47
1.4.1 Os caminhos de vinda e os espaços de seu construto.....	47
1.4.2 A Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.....	48
1.4.3 Com quantos esculápios se faz uma medicina: os egressos dos cursos médicos.....	50
1.4.4 A César o que é de César: os direitos dos egressos das escolas de medicina.....	51
1.4.5 Quem não tem médico e barbeiro se cura com.....	52
1.4.6 A estruturação do ensino da Medicina em Pernambuco.....	54
1.4.7 A Revolução Republicana de 1817: gérmen do ensino médico em Pernambuco.....	54
1.4.8 O Barão e as parteiras: a disciplinarização de um ofício.....	57
1.4.9 O ensino da medicina em Pernambuco no alvorecer da Primeira República.....	58
1.5 AS SOCIEDADES DE MEDICINA.....	59

1.5.1 A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro: <i>les frères brésiliennes</i>	60
1.5.2 A Sociedade de Medicina de Pernambuco: a ciranda médica dançada com o Rio e Paris.....	60
1.6 Conselho de Salubridade da Província de Pernambuco: corpos em Recife, cabeças em Paris.....	62
1.7 Comissão de Hygiene.....	65
1.8 A Inspetoria de Higiene Pública.....	66
1.9 Porque nem sempre as marias vão com as outras.....	66
1. 10 A REPÚBLICA DEU ASSENTO À HIGIENE.....	69
CAPÍTULO 2.....	72
2.1 As Câmaras municipais: a higiene desmedicalizada.....	74
2.2 A Câmara Municipal do Recife: primeira instância de gestão da saúde pública local....	75
2.2.1 A Câmara Municipal do Recife: um espaço ambíguo de poder na saúde pública.....	76
2.3 A Inspetoria de Instrução Pública: berço da pedagogização da higiene escolar em Pernambuco.....	80
2.3.1 João Barbalho Uchoa Cavalcanti: um intelectual de seu tempo.....	81
2.3.1.1 Um Cavalcanti no Imperio.....	81
2.3.1.2 O mesmo Cavalcanti na República.....	83
2.4 O Inspetor e a Higiene escolar de Pernambuco.....	84
2.4.1 O conteúdo do livro <i>Hygiène scolaire por Aimé Riant</i>	85
2.4.1.2 O Relatório do Inspetor: história, retórica e a prova.....	87
2.4.1.3 As escolas que temos não são as escolas que queremos.....	88
2.4.1.4 Com tão poucas escolas não se faz a educação higienizadora.....	90
2.4.1.5 A mobília escolar: produzindo quasímodos.....	91
2.4.1.6 O aluno: espírito ilustre com corpo podre.....	93
2.5 A REPÚBLICA HIGIÊNICA.....	94
2.5.1 O pensamento higienista: um “zeitgeist” da década de 1920.....	98

CAPÍTULO 3.....	100
3.1 SOBRE UM ESTADO DA ARTE.....	105
3.1.1 A triangulação das fontes de dados: uma necessidade historiográfica	105
3.2 NO INÍCIO ERA O VERBO.....	107
3.3 DA PALAVRA AO ENSINO DAS COISAS.....	109
3.3.1 O programa curricular das escolas primárias da Corte.....	110
3.3.2 A província de Pernambuco em diálogo com a Corte.....	111
3.3.2.1 O programa curricular: ensino das coisas úteis à vida.....	112
3.3.2.1.1 Os métodos de ensino.....	113
3.3.2.1.2 Se essa escola fosse minha: entre o direito e os fatos.....	114
3.3.2.1.3 As crianças transformadas em número.....	116
3.4 A VOZ DO PROGRESSO: AVANTE!.....	117
3.4.1 Objetivos a alcançar.....	118
3.4.2 Os 12 pilares da sabedoria.....	118
3.5 A EDUCAÇÃO É O PÃO DO ESPÍRITO.....	121
3.5.1 Os fins justificam os meios.....	121
3.5.1. Nova gestão educacional, novos tempos.....	122
3.6 NOVA GESTÃO DE ENSINO, NOVOS PROGRAMAS: A GÊNESE DO ENSINO DA HIGIENE.....	123
3.6.1 A justificação.....	123
3.6.2 Os objetivos da reforma.....	124
3.6.3 A organização do ensino primário.....	124
3.6.4 O tempo escolar.....	124
3.6.5 Os exames escolares.....	124
3.6.6 O Programa curricular.....	125
3.6.7 Diz-me como ensinas e te direi quem és: o método de ensino.....	126
3.6.8 Os objetivos do ensino da higiene.....	127
3.6.8.1 A <i>Percepta</i> ou a educação dos sentidos: formando espíritos ilustres.....	127
3.6.8.2 <i>Gesta</i> ação e repouso dos músculos.....	129

3.7 LIVROS PARA ALUNOS POBRES: LIVROS APROVADOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO DE PERNAMBUCO EM 1875.....	131
3.7.1 Os parâmetros de avaliação: bons livros, maus livros.....	132
3.7.1.1 Bons livros, maus livros.....	132
3.7.1.2 Um diálogo das artes gráficas com a higiene: um “mau livro” para a saúde do escolar.....	137
 CAPÍTULO 4	 140
4.1 A REPÚBLICA DEU ASSENTO À HIGIENE.....	142
4.1.1 Aos vencedores as batatas: quem estudava nas escolas primárias do Sertão.....	143
4.2 UM NOVO SÉCULO, UM NOVO ENSINO.....	146
4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DA HIGIENE.....	147
4.3.1 Organização do ensino primário.....	148
4.3.2 Se esta escola também fosse minha: os alunos das escolas públicas.....	149
4.3.2.1 Cadeira número dois: as memórias de um estudante da escola pública primária do Recife.....	149
4.3.2.2 Uma fala do poder constituído.....	150
4.3.3 Objetivo do ensino.....	150
4.3.4 Organização do ensino e conteúdos curriculares.....	150
4.3.5 Avaliações de aprendizagem: as provas docimológicas.....	155
4.4 O APOGEU DO ENSINO DA HIGIENE NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	156
4.4.1 A Escola Nova em Pernambuco. Reforma Antônio Carneiro Leão.....	157
4.4.2 A Inspeção médica e as preocupação com a saúde.....	158
4.4.3 O Programa do Ensino Primário.....	160
4.4.4 O método de ensino proposto ou quase um método.....	160.
4.4.5 As matérias escolares.....	161
4.4.6 Cultivar a inteligência o coração e as mãos: uma proposta difusa de higienização dos alunos.....	162
4.4.7 Não beijei, nem me deixei beijar: um Diário de Hygiene.....	163

4.4.8 Os “Pelotões de saúde”.....	164
4.5 O ENSINO DA HIGIENE.....	165
4.5.1 O repertório de Referência bibliográfica do Programa de Ensino.....	167
4.6 NOVOS LIVROS PARA UMA ESCOLA NOVA?.....	167
4.6.1 A Reforma Carneiro Leão (1928) e a regulamentação dos manuais escolares.....	167
4.7 MEMÓRIAS DAS PRÁTICAS HIGIÊNICAS NAS ESCOLAS.....	170
4.7.2. A visão do cronista: piolho não é educação higiênica é morte.....	171
4.7.3 As memórias de uma professora.....	172
4.7. 4 A história vinda de baixo: a voz do aluno.....	172
4.7.5 As resistências e as concordâncias da Reforma.....	173
4.7.5.1 Um as vozes concordantes.....	175
4.7.5.1.1 Continuam as vozes concordantes.....	176
4.7.5.2 Um as vozes discordantes.....	177
CAPÍTULO 5.....	179
5.1 LIVROS DIDÁTICOS: CONCEPÇÕES E MÉTODOS DE PESQUISA.....	181
5.1.1 Livro didático: uma <i>vulgata</i> do currículo prescrito.....	181
5.1.1.1 Os livros didáticos e o discurso da Higiene.....	183
5.1.2 Um conceito de Livro de Leitura.....	183
5.1.3 Livros de Leitura: a questão do método de escolha para análise.....	184
5.1.3.1 Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho: livros de muitos leitores.....	185
5.1.3.2 Leitura II - Série Braga.....	190
5.1.4 Um conceito de compêndio escolar.....	192
5.1.4.1 A questão do método de escolha dos Compêndios.....	192
5.1.4.2 O Livro do Povo.....	193
5.1.4.3 Lições de Coisas do Dr. Saffray: leitores no além-mar.....	197
5.2 OS AUTORES.....	200
5.2.1 Professores autores de livros didáticos.....	200
5.2.2 Um criador da literatura escolar: Antônio Marques Rodrigues.....	201

5.2.3 Um naturalista viajante: Dr. Saffray.....	202
5.3 UM MODELO DA HIGIENE ESCOLAR.....	203
5.3.1 <i>Circumfusa</i> : a higiene do espaço.....	204
5.4 O TERRITÓRIO DO CORPO.....	207
5.4.1 Higiene <i>Applicata</i> : coisas que protegem o corpo.....	207
5.4.2 <i>Ingesta</i> , a higiene alimentar.	209
5.4.2.1 Os alimentos de origem animal.....	211
5.4.2.2 Os alimentos de origem vegetal: o jardim dos caminhos que se bifurcam.....	213
5.4.2.2.1 Jardim das delícias: os condimentos e a temperança.....	214
5.4.2.2.2 Um jardim secreto: as bebidas alcoólicas fermentadas e destiladas.....	214
5.4.2.3 Água: de beber, de viver, de morrer.	220
5.4.3 Os resíduos corporais: <i>a Excreta</i>	221
5.4.4 Corpos retos, fortes e flexíveis: <i>A Gesta</i>	222
5.4.5 Educando os sentidos: a <i>Percepta</i> formando espíritos ilustres.....	226
5.4.5.1 Deus, virtudes e a higiene.....	233
5.4.5.2 Meninos: ama a terra em que nascestes.....	234
5.4.5.3 Um projeto civilizatório.....	235
5.4.5.4 Um Jardim Sagrado.....	240
5.4.5.5 Um Jardim da cura.....	243
5.4.5.6 Um Jardim secreto II: outras substâncias psicoativas da flora.....	244
CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS.....	247
ANEXOS.....	279

INTRODUÇÃO

Esta tese começou a ser gestada, há muito tempo e, agora, vem ao lume.

O tempo foi o grande aliado desta história que teve início lá pelo começo da década de 2000, desenvolvendo uma atividade de leitura com os professores da rede pública de ensino fundamental e médio do município de Matões, estado do Maranhão. Na ocasião, eu dividia a orientação em uma oficina com uma professora e, ao fim dos trabalhos, uma delas me perguntou sobre saúde e doença, porque o aluno lhe questionara sobre Hidrofobia ser doença viral se a palavra significa “medo de água”. Ela não soube respondê-lo. Eu fiquei deveras espantada com o fato e perguntei em que local ela tinha visto informações sobre a doença, “no livro didático que adoto em sala de aula e como eu não sabia a resposta, disse ao aluno que no ano seguinte ele veria melhor o assunto com a professora...”

Diante desta resposta quedei em silêncio e pensei várias coisas: o fato da professora não ter consultado um dicionário. Por que o livro didático é tão central no ofício do professor? Por que se ensina sobre saúde nas escolas? Por que o livro didático fala sobre doenças?

De volta para o Recife, comecei a pesquisar de modo totalmente empírico. Orientei monografias de conclusão de curso, mais projetos de extensão na área, mas sem entender muito bem tudo isto. Sem ter um fio condutor dessa história, o que me inquietava bastante. Afinal o “por que?” continuava rondando meus trabalhos.

Então, era hora de trabalhar feito gente grande e para isto, era preciso saber quem já pesquisava na área. Descobri, primeiro o Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP. Por intermédio dele cheguei ao Projeto Temático Educação e Memória: organização do acervo do livro didático brasileiro, coordenado pela Profa. Dra. Circe Bittencourt. Fui chegando, devagar. Fui me interagindo do que era o livro didático, mercadoria complexa, que sempre foi alvo de vigilância e de punição. Este estranho objeto de desejo e de repulsas.

Assim, decidi estudar a Higiene na instrução de Pernambuco e sua representação no livro didático. Projeto pensado, projeto posto em movimento.

Porém, a proposta inicial sofreu alterações significativas. Ele tinha o objetivo de estudar a **Higiene e saúde nos livros didáticos do professor Felisberto de Carvalho. (1880-1960)**. A justificativa para sua escolha se baseava no fato de suas obras terem circulado nacionalmente e,

por terem substituído totalmente, em Pernambuco, os livros de leitura de Abílio César Borges, o Barão de Macahubas. O marco inicial do recorte temporal - 1880 - buscava a compreensão do contexto anterior à impressão dos livros de Felisberto, que teve início em 1892 e o marco final - 1960 - era balizado no fato de abranger a produção dos livros de leitura em suas diferentes edições, que chegaram, em alguns casos até 1959. O estudo se voltava para a análise de conteúdo, segundo o método proposto por Laurence Bardin (2004). Para identificar os ecos da razão médica e da higiene, foi elaborado um roteiro de pesquisa, segundo o cânone de um teórico dessa área, o Dr. Balthazar Vieira de Mello (1902), enfatizando apenas o discurso médico, sem nenhuma preocupação em cotejar com currículo, sem passar pelo viés da História das disciplinas escolares.

Além destes fatores, houve um de ordem epistemológica que me obrigou a mudar a proposta: a análise da obra de um único autor retiraria, de outros autores de livros didáticos, a primazia na difusão do ensino dessa matéria na escola pública primária de Pernambuco, como foi o caso, entre outros, dos *Livros de Leitura*, de Abílio César Borges, ou *O livro do Povo*, de Antônio Marques Rodrigues, aprovados para circular em Pernambuco no ano de 1875, primeiro ano pós-inclusão do ensino da Higiene no currículo do ensino primário.

Também, houve alteração do método de análise do livro, o que veio a ocorrer após cursar duas disciplinas: *História dos currículos e do livro didático* e *História dos currículos e das disciplinas escolares*. Ambas as disciplinas realçaram o uso dos currículos e dos livros didáticos enquanto fontes para a história da educação e da necessidade de cotejá-las.

À medida que fui participando das atividades do projeto fui descobrindo a relação do livro com o currículo, com os conteúdos programáticos. Fui descobrindo que as disciplinas escolares têm história e contam história.

A leitura e debate do trabalho de André Chervel proporcionada pelas disciplinas foi determinante para empreender uma nova direção na pesquisa. Com isto, foi possível concluir que a análise do livro didático não poderia ser feita se restringindo a seu conteúdo, pois cairia no modelo epistemológico de tantas pesquisas desenvolvidas com o livro didático, que foram uma voga dos anos 80 do século XX. Também, caía por terra a perspectiva da análise comparativa com um teórico da medicina, visto não contribuir com a escrita de uma história do currículo ou da disciplina escolar. Desse modo, o projeto incorporou os programas curriculares como fonte de pesquisa.

A escola primária de Pernambuco surgiu como espaço de pesquisa em virtude da profusão

de leis que a descentralização desse grau de escolaridade acarretou, uma vez que ficava a cargo das províncias, depois estados, criarem sua própria legislação de educação. Para essa escolha, também pesaram as questões surgidas de minha prática docente, bem como o fato da escola primária ser considerada “a base sobre a qual se erguem os demais graus de ensino que constituem a estrutura da educação escolarizada” (ZOTTI, 2007, n.p).

O recorte temporal também passou por alteração e foi reorganizado em três momentos considerados como significativos, evitando pesquisar a história da educação escolar em um ideário evolutivo e progressista em que o Império foi um período das “trevas” e a República “das luzes”. O marco inicial passou a ser o ano de 1875, ano da inclusão do ensino da Higiene no currículo da instrução pública primária de Pernambuco. O segundo momento da pesquisa é o ano de 1904, quando foi sedimentada a primeira reforma educacional para o ensino primário de Pernambuco após a Proclamação da República. O terceiro momento e marco final da pesquisa é o ano de 1929 quando foi implantada a reforma de ensino elaborada por Antônio Carneiro Leão que, segundo Pernambuco (1961, p.11) ressoou “naquilo de melhor que se conseguiu na educação” e que segundo Araújo (2002) efetivou a implantação da Escola Nova em Pernambuco.

Tudo foi se encaixando. Vieram os cursos da pós-graduação. As disciplinas obrigatórias. Aquelas que dão a linha mestra à pesquisa.

E vêm aquelas que a gente “descobre”, que “sente” a ligação com o trabalho e torce para ser aceito pelo professor ou então que chega no primeiro dia de aula e, enfrenta a “fera” e pede humildemente, para ser “ouvinte”. E aí se dá o milagre. É como uma cascata interminável de respostas que surgem. É como se após a caça, furtiva, se chegasse à presa. Foi assim quando cursei a disciplina do Prof. Henrique Carneiro, no Departamento de História da USP. Entendi o que são drogas, condimentos, temperos e temperança, que café, chocolate e chá são psicoativos e outras tantas coisas que tinha visto no livro didático. A partir de então eu tinha como explicar a presença, dentre tantos outros tópicos, das drogas, lícitas ou ilícitas, no conteúdo do livro e de como se tornou campo de ação da higiene.

No meu caso em particular, outro fato contribuiu para a análise do livro didático. Foi a “descoberta” do Laboratório de Humanidades, do Centro de História e Filosofia da Escola Paulista de Medicina, coordenado pelos professores Dante Marcelo Gallian e Rafael Ruiz. O LabHum como é, carinhosamente chamado, me forneceu subsídios para compreender a dimensão das humanidades no discurso higienista. Através das muitas leituras, muitos debates, pude

compreender porque os médicos lá do século XVIII propuseram uma higiene das sensações, dos sentidos. Afinal, o médico desse tempo era, essencialmente um filósofo e tratava o humano como um ser dotado de corpo e espírito. A higiene é filha, também, desse tempo.

Com esses professores entendi a *percepta* de Jean-Nöell Hallé. E as propostas que esta categoria da higiene elaborou para a escola e o escolar. E a presença dela no livro didático. Consegui avançar na minha pesquisa, indo além do apontar, do citar, do reproduzir. Cheguei ao “porquê” foi proposto. Ceguei ao “quem” o disse.

Ao professor Rafael devo a indicação da leitura de Werner Jaeger. Através dela entendi a *paideia*, uma educação que prepara o indivíduo para seu papel de homem no sentido pleno do termo. Em outras palavras, ou nas palavras de minha orientadora “um homem transformado”. Era esta a intenção da proposição higienista. Ia muito além do limpo e do sujo.

Para a construção da história da disciplina escolar Higiene¹ na instrução primária de Pernambuco precisei reunir os documentos necessários, as fontes primárias e secundárias, constituir *o corpus* documental da tese. Para conseguir isto, visitei inúmeras instituições de pesquisa. Como foi bem lembrado por Certeau (2008, p.81) o começo da história já é desencadeado quando o pesquisador realiza o duplo movimento de escolha e exclusão de documentos, de suas fontes de pesquisa. Quando ele separa, junta, agrupa, “transforma em fonte, em “documento” certos objetos distribuídos de outra maneira”

Em São Paulo, pesquisei o acervo de quatro bibliotecas da Universidade de São Paulo: da Faculdade de Medicina – acervo especial Prof. Carlos Lacaz; Faculdade de Saúde Pública – acervo especial Sala John Lane. Biblioteca da Faculdade de Educação e a Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação

Na cidade do Recife as pesquisas foram realizadas no acervo de diferentes instituições de pesquisa ou não. No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) localizei o acervo documental catalogado como Instrução Pública (IP) cujo assunto é composto de: Correspondências Recebidas (Ofícios, Relatórios, Requerimentos) pelo Presidente da Província, Inspetor da Tesouraria da Fazenda, Diretor Geral da Instrução Pública, Diretor do Colégio de Órfãos, Inspetor Geral das Obras Públicas, Governador do Estado, Inspetor de Higiene, Prefeito

¹ A palavra higiene será escrita de dois modos diferentes porque têm significados diferentes neste trabalho: iniciando com letra minúscula (higiene) é uma conotação, isto é, faz referência aos saberes oriundos e defendidos pelo discurso da medicina e outros profissionais, como engenheiros sanitaristas que estabeleceram regras de cuidados de si e cuidados com o ambiente. Por outro lado, quando a palavra Higiene começar com maiúscula refere-se à disciplina escolar Higiene.

de Bom Conselho, Procurador Geral do Estado, Secretario de Justiça e Negócios Interiores, Diretor Geral da Secretaria da Fazenda, Secretario e Diretor da Secretaria da Indústria. Esse acervo contém 74 pacotes de documentos, numerados, catalogados como IP, abrangendo o recorte temporal vai desde o ano de 1825 até 1913.

Na Biblioteca Pública Estadual Presidente Castelo Branco, consultei o acervo geral e no acervo especial *Coleção Pernambucana*, onde localizei os Relatórios de Presidente de Província e da Inspeção Geral de Ensino

Também visitei a Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, consultando obras de seu acervo especial.

A pesquisa também foi realizada em bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco: Biblioteca Central; Biblioteca do Centro de Educação; Biblioteca do Centro de Arte e Cultura - Acervo Obras Especiais.

Também, pesquisei no Setor de Documentação da Secretaria Municipal de Educação do Recife.

E na Biblioteca Raio de Luz, do Colégio Sagrado Coração de Jesus – Caruaru, PE, buscando os livros didáticos que porventura circularam na cidade centenária.

A procura para identificar os livros didáticos indicados no século XIX começou pela leitura dos relatórios dos Inspectores de Ensino, que foram produzidos e publicados anualmente, com intenção de prestar contas ao Presidente da província sobre a situação do ensino público em Pernambuco. A partir dessa primeira seleção, foi possível mapear alguns livros indicados pelo governo ao longo do período estudado. Depois fui pesquisar os manuscritos. Estes, muitas vezes, ilegíveis. Às vezes, me obrigou a fazer o que Ginzburg (2009) aconselhou: adivinhar, ou deixar os brancos da história. O lado operacional que, também, foi difícil. O caminho para chegar ao anexo do Arquivo Público do Estado de Pernambuco é uma temeridade. É um lugar dos incautos, ou de quem precisa contar uma história.

A pesquisa, ainda exigiu que se fizessem buscas em sítios eletrônicos para localizar “sebistas” a fim de adquirir os exemplares que não foram localizados na Biblioteca do Livro Didático. O endereço eletrônico <http://www.estantevirtual.com.br> foi fundamental no fornecimento de pistas que levaram à aquisição dos livros.

Os livros didáticos foram tema e objeto de pesquisa, com o objetivo de evidenciar a representação do discurso higienista para a escola e o escolar, em uma dupla dimensão: os conteúdos explícitos da disciplina e o livro como instrumento da saúde do aluno.

A Legislação educacional foi pesquisada em sítios eletrônicos de Instituições públicas:

- Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
 - <http://www.alepe.pe.gov.br/dochistorico/default.htm>
- Câmara dos Deputados
 - <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>.
 - <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>.
- Universidade de Chicago:
- <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>.

Com pesquisa nestes sítios eletrônicos cheguei às Leis. Um emaranhado delas. Uma porção delas. Quando as li, vi que ora foram promulgadas, ora revogadas, ora alteradas, ora mescladas. O Passado e presente regulamentando sobre a educação. Também, vi que não foram obedecidas. Comecei a me angustiar. Seria isto possível? Nunca parei para pensar sobre promulgação e vigência de leis. Some-se a isto o fato que são sou do campo do Direito. Minha formação é nas chamadas, por alguns, “áreas duras” isto é, os cursos da área de saúde. No meu caso especificamente, formada em Medicina Veterinária, atuando em Saúde Pública, o que não me dá nenhum respaldo para interpretar leis.

Pedi a opinião, balizada, do professor Doutor Rafael Ruiz. Especialista em Legislação, coordenador do Projeto de Pesquisa “Direito e Justiça nas Américas”, aprovado pela FAPESP. A ele, expus minhas dúvidas: seria possível haver tantos escapes à lei? E as transgressões? Promulgar e vigorar: qual a força disto? Qual a importância da Câmara municipal, na regulamentação da vida das pessoas?

Ele me explicou: a cada vez que se promulga uma lei, ela só vigora se vira costume. Até que isto se naturalize, muitas são as resistências. Por isto, às vezes uma “lei não pega”. Entendi a participação da Câmara de Vereadores na regulamentação de práticas higiênicas. Assim sendo comecei a ler toda a legislação com mais cuidado. Buscando fazer a pergunta certa ao documento (GINZBURB, 2009).

A partir de então, pude pensar na escrita.

O trabalho foi organizado em cinco capítulos concatenados, buscando entender a constituição da disciplina Higiene na instrução pública de Pernambuco.

No primeiro capítulo foi analisado o contexto da cidade do Recife e, de modo geral, o sertão. De um lado, a população desvalida de quaisquer benefícios, de serviços de fornecimento de água potável e esgotamento de águas residuais e dos excrementos. Fazia das ruas do Recife, uma cloaca. Polarizando, ou tentando polarizar, estavam os discursos médicos. Contra os costumes, muitas vezes considerados depravados, estava a medicina. Para compreender isto, é preciso que se conheça como se deu a constituição do pensamento higienista no Brasil e, especificamente Pernambuco.

As pesquisas têm adotado, de modo geral, os anos de 1830, como o marco da gênese do discurso higienista voltado para a escola e o escolar. O trabalho mais emblemático é o de José Gonçalves Gondra (2004). Ele mostrou que esta proposta partiu da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. As pesquisas que realizei mostraram que este resultado não pode ser extrapolado para Pernambuco. A análise documental mostrou que a proposta higienista para a escola e o escolar em Pernambuco nasceu em espaços bem diferenciados. Que os espaços da proposição higienista foram muito diversificados. Espaços de ambigüidade, nos dizeres de Ruiz (2009). Este é o tema do segundo capítulo da tese.

No terceiro capítulo foram examinados a participação da Câmara municipal na higienização escolar e o discurso da educação para justificar a gênese da disciplina Higiene na instrução primária de Pernambuco. Após breve estudo sobre o estado da arte sobre a temática, passou-se à análise da organização curricular da instrução primária da província. Estudou-se a atuação do Bacharel em Direito, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, então ocupante do lugar de Inspetor de Ensino e o diagnóstico realizado por ele sobre as condições das escolas públicas da província de Pernambuco, que culminou com a proposta do ensino da Higiene. Também foi realizado o inventário dos livros didáticos aprovados e indicados para uso nas escolas primárias.

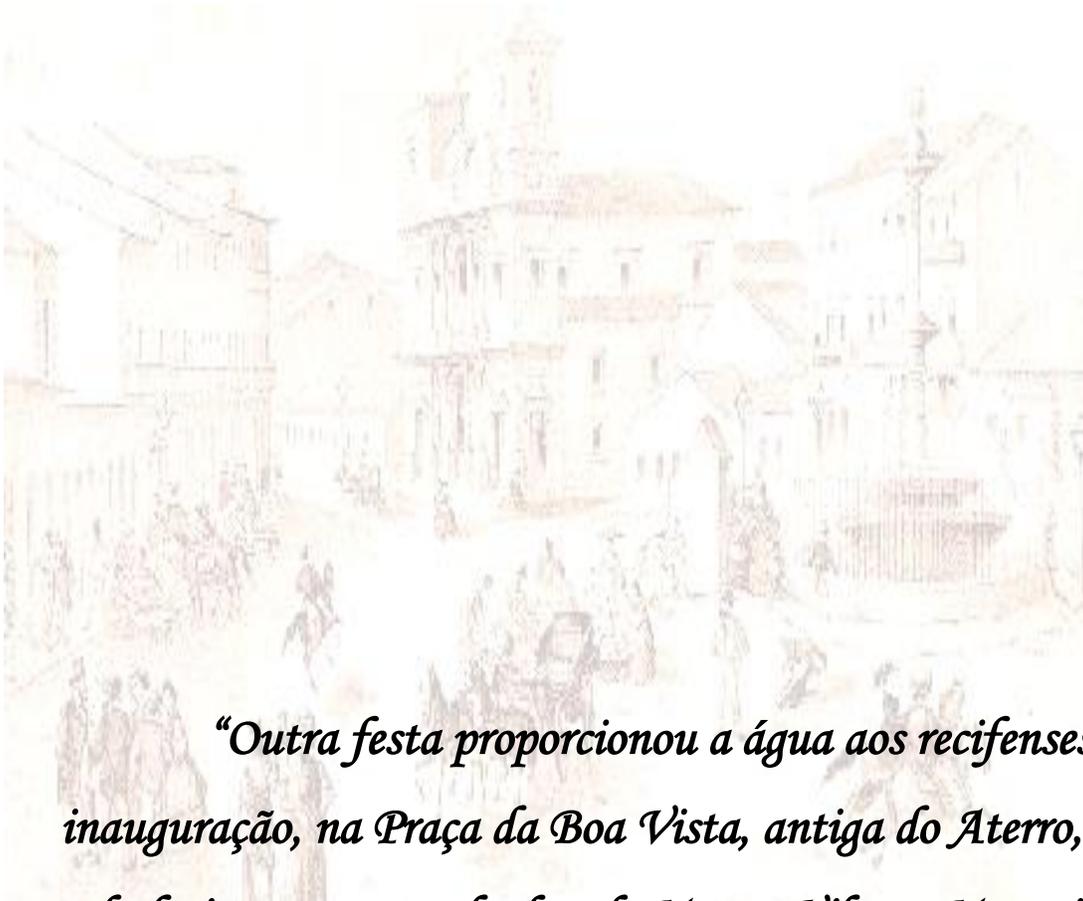
O quarto capítulo foi dedicado à historiografia do ensino da Higiene durante a Primeira República. Para este recorte temporal, foram escolhidos dois momentos. O ano de 1904, por representar a consolidação da proposta governamental em relação à primeira reforma proposta após a instalação do regime republicano. Neste estudo foi destacado qual aluno tinham acesso à escola, como se deu a organização do ensino primário, as matérias de ensino, qual o objetivo pensado pelo poder constituído ao ensinar sobre as práticas higiênicas. Descreve quais as

estratégias adotadas pela educação para fazer valer a proposição higienista pensada para a instrução primária nos três graus de ensino, indo até as avaliações de aprendizagem propostas. Além do conteúdo de ensino proposto, realizou-se um inventário dos livros didáticos indicados no período. No segundo momento considerado significativo, foi analisada a Reforma de ensino proposta por Antônio Carneiro Leão, promulgada em 1928, pelo governador Estácio Coimbra. A atenção focou-se, substancialmente, na análise do programa referente à disciplina Higiene, mas iniciando com uma breve exposição dos “Programmas de Ensino para o Curso Primario”, da autoria da Directoria Technica de Educação, publicado em Recife, pela Imprensa Oficial, no ano de 1929². Também analisa a regulamentação dos manuais escolares proposta pela Reforma, fazendo um rol dos livros que foram indicados para uso das escolas primárias no período.. Por fim traz as memórias das práticas higiênicas realizadas nas escolas, usando, para isto a memória de alguns intelectuais pernambucanos ou quando não, que estudaram nas escolas locais.

O capítulo cinco foi reservado para a apresentação do discurso da Higiene no livro didático. Em primeiro lugar foi mostrado como o livro foi enunciado enquanto uma *vulgata* do currículo prescrito. Posteriormente, foram trabalhados alguns conceitos de Livro de Leitura e sua classificação; as questões de método de escolha para análise e quais os livros selecionados para serem analisados. Em seguida, realizou-se este mesmo movimento em relação aos compêndios escolares. O próximo passo consistiu em falar dos autores de cada um dos livros, segundo seu lugar de pertença. À continuidade, foi descrito o discurso da Higiene no livro didático, usando o mesmo modelo escolar pensado para o Programa de ensino. Foram abordadas as seis classes da higiene proposta por Jean-Nöell Hallé no final do século XVIII, buscando suas aproximações, distanciamentos e imbricamentos.

² A cópia que consultei se acha depositada na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO 1
OS ESPAÇOS DAS CIÊNCIAS MÉDICAS NO DISCURSO HIGIENISTA EM
PERNAMBUCO: UMA HISTÓRIA.



“Outra festa proporcionou a água aos recifenses. A da inauguração, na Praça da Boa Vista, antiga do Aterro, de um chafariz monumental, obra de Mestre Vilmer. Maravilhoso”.

(Mário Sette, 1948, p.242)

De médico e de louco todo mundo tem um pouco (provérbio popular).

Uma questão inicial de caráter epistemológico refere-se a escolher entre o *lugar* ou o *espaço* de elaboração do discurso higienista em Pernambuco. Para esclarecê-la me apoiei em Michel de Certeau (2005, p.201) e sua conceituação de *lugar*. Para este autor lugar indica “estabilidade”, que se refere à “ordem” no sentido de ordenamento, encadeamento na distribuição “dos elementos nas relações de coexistência”. Surgiram, então, novas questões: as minhas leituras das fontes documentais primárias não me indicaram a existência de “estabilidade” na construção da proposta higienista para Pernambuco. Confrontava-me com propostas elaboradas por diferentes atores sociais, que *não vieram só* da classe médica, antes, elas foram elaboradas *também* pela classe médica e, ainda, *tardamente*. Essa impressão de inadequação teórica ficou mais forte ainda quando fiz a leitura dos trabalhos de Souza (2002a, 2002b) sobre a atuação da Câmara Municipal do Recife na proposição do ordenamento e higienização da cidade. Esta teoria de *lugar* não sustentara uma das minhas indagações básicas de estudo: onde foi forjado o discurso de higiene escolar em Pernambuco? Mas, o próprio Certeau me salvou quando apontou para a existência de “espaços” e que eles são flutuantes, móveis. Mas restava saber: o que é espaço? Recorri então ao livro “A Natureza do Espaço” para conseguir conceituação de *espaço* dada por Milton Santos (2004, p.61) se autocitando em um trabalho de 1978 “espaço é um conjunto de fixos e fluxos”. Foram abertas portas para uma fluidez, sem a rigidez de um ordenamento, mesmo que essa ordem não interesse, como mostrou Certeau (idem, p.201), porém que não escapava ao axioma matemático “a ordem dos números não altera o produto”. No capítulo de Santos “O espaço geográfico, um híbrido” (p.89-110) ampliou-se, ainda mais, o conceito que ele usou para descrever espaço como articulado intrinsecamente à “a sociedade, portanto é móvel, e se constitui enquanto presente ‘porque passado e futuro’ e preenche no *momento atual, uma função atual* como resposta às necessidades atuais da sociedade” (p.104, itálico do autor). Diante disto foi possível entender o processo passou em Pernambuco para a constituição da proposta da higiene escolar e, superando meu dilema epistemológico, adotei a teoria de *espaço* (SANTOS, 2004) para historiar a construção do discurso higienista em Pernambuco. E foi, então, possível elaborar a questão: Em quais espaços esta proposta foi elaborada?

Segundo o estudo feito em São Paulo por Gérson Zanetta de Lima (1995, p.22) o discurso para a saúde do escolar “está ausente dos textos sobre educação, ausente dos cursos de formação

do professorado primário, ausente dos cursos de formação de pediatras, ausente da literatura pediátrica nacional”. Onde estaria então?

Para Carlo Ginzburg (2009) as respostas às perguntas de uma pesquisa de caráter histórico não estão naquelas evidências claras, muitas vezes falseáveis. Elas podem ser meros indícios perpassando as fontes que o historiador usa para obter os dados de sua pesquisa. Por isto, o olhar do pesquisador deve seguir diferentes direções para que possa entender a trama que se estabelece. Usando um tapete como metáfora, ele mostrou que a coerência do desenho só será verificável “percorrendo o tapete com os olhos em várias direções”. E, para ele, o tapete é a representação do paradigma epistemológico de uma pesquisa, que não pode ser fixo, deve se adaptar a cada situação. Desse modo poderá ser de caráter “*venatório*”, quando o pesquisador caça furtivamente os indícios daquilo que deseja mostrar; pode ser “*divinatório*”, isto é, quando é preciso que esses indícios sejam descobertos através da adivinhação, pois não existem dados suficientes, é quando o historiador se encontra diante dos “talvez e pode ser”, em que as lacunas não serão preenchidas e quando isto ocorre, deve ficar muito bem explicitado que são probabilidades e, por fim, o *paradigma indiciário* ou *semiótico* que constitui a semiologia, o estudo dos sinais, e isto é “particularmente evidente no caso da medicina hipocrática” (p.155). Pela observação dos sinais e sintomas dados pelo corpo do indivíduo o médico é capaz de elaborar a história de cada doença. Talvez, seja por esta riqueza de possibilidades que, em outra obra de sua autoria, Ginzburg alerte para o fato de que não existe neutralidade nos documentos, bem como de que não existe objetividade nas informações das fontes, elas não falam por si só. Assim “Devemos aprender a desembaraçar os fios multicores que constituem o emaranhado desses diálogos” (GINZBURG, 2007, p.287).

Em Pernambuco os debates sobre a higiene escolar iniciaram em 1873 e partiram da Inspetoria de Instrução Pública da Província, cargo ocupado pelo Bacharel em Direito, João Barbalho Uchoa Cavalcanti. De posse de saberes médicos, esse intelectual deu início à sua cruzada higienista denunciando as condições de insalubridade das escolas públicas, da má qualidade dos elementos constituintes da cultura escolar pernambucana e das doenças que poderiam afetar os estudantes que freqüentavam estas escolas.

Como podemos perceber que correu a elaboração de um discurso?

Pelo paradigma indiciário que Ginzburg (2009) estabeleceu pode-se perceber que os médicos baseados em sinais, sintomas e lesões estabeleciam um diagnóstico para uma doença,

decretando-lhe, quando possível, a causa, os meios de prevenção e cura. Dai puderam formalizar seus escritos, elaborar seus tratados com as ações e prescrições da medicina para controlar ou erradicar os agravos à saúde.

Mas, como eles transformaram isto em um discurso legal? Ao que parece foi através de um diálogo, muito bem estabelecido entre *Themis e Hygeia*, que pode ser caracterizado como *uma Medicina Legal* que, segundo Afrânio Peixoto (1910, p.I) representa a “aplicação de um conhecimento científico aos misteres da Justiça”.

Para Lilia Schwarcz (2005, p. 190) o diálogo ocorria entre os dois campos de saber. No âmbito da medicina “o homem do direito” servia de “assessor” ao médico transformando em lei seus achados. Já no âmbito da Faculdade de Direito, se dava uma inversão a partir do momento que o jurista, embasado no saber médico, dependendo da instância judicial, criava um código de conduta.

Neste caso, cabe mais um problema: teria havido, mesmo, esta aplicação e uso das imposições médicas? Quais os espaços do discurso higienista em Pernambuco, durante o Império e República?

Antes de tentar responder a todas as questões anteriormente propostas e outras que, possivelmente virão, vejamos alguns conceitos e categorias referentes ao discurso higienista para que se possa compreender sua larga margem de abrangência, fugindo da visão estereotipada e congelada que foi criada no seu entorno, ao pensar que, unicamente, ela se volta para os cuidados de limpeza com o corpo.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO HIGIENISTA: ALGUNS PRESSUPOSTOS.

O que é higiene?

Teóricos como Afrânio Peixoto acham que ela

Não é propriamente uma ciência, porque é uma aplicação prática de quase todas as ciências. É um conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida (PEIXOTO, 1914).

Este conceito, magistralmente posto dá, a chave para as aplicações possíveis no campo da higiene pública e privada.

Por sua vez, o dicionário médico da autoria de Garniel e Valery (1984, p.546) definiu a higiene como sendo um substantivo feminino e uma “Ciência que ensina a conservar e a melhorar a saúde”. Para o médico e dicionarista Luís Rey (1999, p.396) higiene é sinônimo de limpeza, asseio, conservação. Mas, também, é o “Ramo das ciências médicas que se ocupa da prevenção das doenças e manutenção da saúde”. Ele indicou que existem duas categorias: *Higiene do meio e Higiene pessoal*.

1.1.1 Higiene do meio.

Em que consiste? Ela se refere ao “saneamento” (REY, 1999, p.397). É a salubridade do meio em que vive o indivíduo e que pode determinar, ou não, seu adoecimento. Esta não é uma percepção nova. Para se compreender a importância do meio ambiente na transmissão e manutenção das enfermidades é necessário lembrar da teoria hipocrática que foi veiculada através do tratado “Dos ares, águas e lugares”, escrito por Hipócrates e seus discípulos e publicado, aproximadamente, 500 anos antes de Cristo. Nesse tratado ele recomendava a todos aqueles que quisessem investigar corretamente a medicina deviam, primeiro, observar as estações do ano, depois, observar os ventos, depois procurar conhecer a qualidade das águas e, por fim a terra “se é descampada e sem água, ou nemerosa e abundante em água, ou ainda se é uma depressão sufocante, ou se elevada e fria” (CAIRUS, 2005, 94).

Foram os princípios hipocráticos que regeram os médicos modernos, os higienistas do século XVIII, e, depois aqueles do início do século XX. Segundo Corbin (1987) a filiação epistemológica do higienismo da era moderna, ao meio, estava relacionada ao que se convencionou chamar de *neo-hipocratismo*. Desse modo, os médicos higienistas procuravam estabelecer uma correlação dos fenômenos patológicos com o ambiente natural e o padrão sócio-cultural vigente. Outro fator esclarecedor deve ser acrescido a essa percepção: o paradigma higienista incorporou as contribuições da química e da física para explicar as fermentações que produziam os gases deletérios, oriundos da matéria orgânica em putrefação, que impediam a atuação do oxigênio tornando o ar contaminado. Esses gases se formavam de diferentes fontes: excrementos e restos de animais, folhas de árvores, fossas sépticas que apresentavam fissuras dos pisos, pisos com falhas, calçamentos mal

sustentados, porões sujos, túmulos mal lacrados, matadouros, fábricas, cadeias, hospitais, etc (BARRETO, 2005, p.21).

Mas, qual a origem dessa teoria neo-hipocrática?

Para Michel Foucault (2007) isto tem a ver com o nascimento da medicina social, especificamente aquela que se originou na França, durante o século XVIII, que era voltada para a urbanização, se preocupando com as águas, os ares e os lugares. Segundo o autor, essa medicina estava centrada em três grandes objetivos: o primeiro deles era o estudo dos lugares onde houvesse acúmulo e amontoamento daqueles fatores considerados de risco para a saúde e, nesse caso, o foco principal eram os cemitérios; o segundo dizia respeito ao controle da circulação do ar e da água, considerados veículos potenciais de disseminar doenças. Nesse ponto, ele destacou o espaço que a Academia de Ciências francesa ocupou como órgão consultor para “opinar sobre os melhores métodos de arejamento das cidades” (p.90). Aqui, me apodero dessa informação para adiantar que isto serviu de guia para, em meados do século XIX, a Comissão de Hygiene Pública, órgão do governo provincial de Pernambuco, elaborar um plano de edificação para a cidade do Recife a fim de favorecer a circulação do ar que parecia ficar preso entre os altos sobrados que invadiam as ruas da velha cidade. E, como terceiro objetivo, não menos importante, ou mesmo mais importante, estava a gestão das águas de beber e dos esgotos, que Foucault chamou de “distribuição e seqüências” (p.91). Novamente este foi um ponto largamente debatido pelo governo provincial de Pernambuco logo nas primeiras décadas do oitocentos, durante a gestão de Francisco do Rego Barros, um engenheiro formado em Paris que decidiu atacar, de frente, esses problemas cruciais da cidade do Recife, capital da província.

O físico francês Noel Hallé, que viveu e trabalhou na França durante o século XVIII, criou um sistema classificatório para as ações higienizadoras. Em referência ao ambiente, ele caracterizou a higiene ambiental na primeira categoria e nomeou de **Circumfusa**, isto é, as “cousas que cercam o meio” (CARVALHO, 1898; REY, 1993).

Esta mesma preocupação com o ambiente atravessou o discurso da higiene escolar estruturado em Pernambuco, conforme será visto mais adiante.

Mas, vejamos a outra face da higiene, aquela que se voltava para as pessoas.

1.1.2 Higiene pessoal: além do limpo e do sujo.

Luís Rey considerou como higiene pessoal “o conjunto de regras e medidas, da alçada de cada indivíduo, destinadas a promover a saúde, limitar ou impedir a disseminação de doenças transmissíveis e prevenir outras doenças evitáveis” (REY, 1999, p.397). Aqui vale uma parada para que sejam feitas algumas reflexões: Que conjunto de “regras e medidas” era esse? Quem prescreveu? Era o indivíduo, que, por si mesmo tomava essa iniciativa? Houve alguma instância que prescreveu tais medidas? Para quem ele se destinava?

Para Vigarello (1985, p.10) “a higiene alia-se necessariamente às imagens, mais ou menos obscuras, dos invólucros do corpo”. Em seu recente trabalho (2008)³ ele se aprofundou no estudo sobre as práticas exercidas sobre os corpos. Seu artigo nesta mesma obra (v.2, p.375-392) realiza uma análise sobre o lugar que o banho ocupa no discurso da higiene. Parece mesmo que, os obstáculos observados na Paris do século XIX foram escritos tomando por base a cidade do Recife nesse mesmo período. Vejamos o que ele disse “[...] Circuitos difíceis num urbanismo atravancado, lavagens temidas num corpo julgado vulnerável, o recurso à banheira não é nada familiar...O contato banalizado com a água não é uma constante na história do Ocidente” (VIGARELLO, 2008, p.375).

Segundo a prosa de Gilberto Freyre (1951, p.414) “o banho mais característico da gente do sobrado foi o de gamela e o de assento, dentro de casa. O banho de cuia... Para gente de mais idade, o banho era sempre morno, inteiro... As senhoras abusavam do banho morno tão condenado pela higiene”.

O mesmo Freyre, em obra datada de 1925, re-editada em 1979, e Mário Sette (1948) descreveram o acesso aos banhos nas escolas do Recife oitocentista, quando um determinado estabelecimento de ensino estipulou que os alunos tomariam banho uma vez por semana, fixando-se os dias de quarta-feira e sábado “para os alunos se banharem” (SETTE, 1948, p. 240) o que significava “banhar os pés” (FREYRE, 1979, p.84). Vale o destaque: os banhos ocorriam com a água depositada em bacias ou em gamelas.

³ Aqui faço referência à obra em três volumes, **História do Corpo**, publicada em 2008 pela Editora Vozes, que ele coordenou, juntamente com Alain Corbin e Jean-Jacques Courtine.

Cada um desses autores mostrou que havia um descompasso entre o que se esperava do ensinamento higiênico e a prática. Freyre achava que não havia higienização correta em virtude da restrição hídrica e Sette criticava porque, ao mesmo tempo em que se estipulava a restrição das práticas higienizadoras “em uma publicação semelhante fazia-se o elogio do banho como uma necessidade” (SETTE, 1948, p.240).

Para Michel Foucault (2007) a medicina só assumiu o corpo como uma de suas preocupações a partir da segunda metade do século XIX, quando o pobre passou a ser considerado como risco social, pelo poder reivindicatório e de saúde pública, por começar a ocupar o espaço urbano dividindo-o com a classe econômica mais abastada.

Pode-se pensar que o Recife dessa época cabia, exatamente, nessa estruturação. Cidade anfíbia, com os mangues sendo aterrados para se transformar em área habitável, onde os menos afortunados foram erguendo seus mocambos ou mesmo ocupando os locais mais centralizados da cidade e as famílias acabaram dividindo espaços exíguos nos velhos sobrados que iam subindo para o céu, formando uma profusão de *Torres de Babel*, em becos sinuosos e estreitos. Uma cidade de comércio, dos mascates. Depois dos senhores dos engenhos, mas, também dos filhos da seca que, fugindo, iam à busca de trabalho nas indústrias da capital.



Imagem 1: Recife - Rua da Cruz – séc. XIX – Autor: Ferreira Vilela.

Um burgo dos escravos libertos pelas sucessivas legislações que os livrou do trabalho forçado, mas não os libertou da escravidão do analfabetismo. Esses libertos que, também, foram erguendo os mocambos e dividindo os mesmos espaços, ou de tão próximos que pareciam os mesmos. Esses estrangeiros em sua própria terra, que foram urbanizando as doenças, que foram se entregando aos vícios, se transformando em vagabundos. Foram se prostituindo, expondo aos riscos aqueles que transitavam em suas ruas e, por representarem fatores de risco, acabaram como objetivos de regulamentos e foram cerceados, ora pelas Posturas da Câmara Municipal ora pelo discurso dos médicos sanitaristas. Foi sobre o corpo dessa classe que a medicina social voltou seu olhar e prescreveu as regras de higienização.

Por isto talvez que os campos da higiene ambiental e da higiene pessoal não fossem excludentes. Por isto, talvez, o físico Hallé (1798), nas primeiras décadas do oitocentos, tenha classificado as regras da higiene pessoal como sendo das seguintes categorias

[...] 1ª **Circumfusa**, cousas adaptadas ou applicadas ao meio, 2º. **applicata**, cousas adaptadas ou applicadas ao corpo; 3º. **ingesta**, cousas introduzidas por meio dos canaes alimentares; 4º. **excreta**, cousas expelidas pelos canaes excretorios; 5º. **gesta**, accção dos musculos submetidos à vontade e por compensação, o repouso d'esses musculos, a vigília e o somno; 6º. **percepta**, impressões recebidas por nossos sentidos e suas conseqüências (HALLÉ, apud CARVALHO, 1898, p.145).⁴

Esta foi uma “visão ampliada de saúde”, no discurso dos sanitaristas contemporâneos. Esta amplitude permite que analisemos a “educação total dos meninos”. Permite que se pense na “*paideia*” (JAEGER, 2001).

Isto ocorreu em Pernambuco? Quais os espaços da construção desse discurso?

Para que possamos vislumbrar a possibilidade da instalação de um discurso e práticas higienistas e higienizadoras, vamos *arruar pelo Recife*, vamos passear, um pouco pelos sertões, para situar o contexto em que se deu a construção dessas práticas.

1.2 O RECIFE FEDE!

A escrita de uma história passa também pelas memórias de quem a escreve. Nós somos agentes e frutos dos fatos históricos ou, pelo menos, temos a memória deles. Por isto, quando

⁴ Adotei a mesma grafia do Felisberto. Os negritos são da autoria dele.

comecei a estudar a atuação da Câmara Municipal do Recife lembrei de fatos passados (mas, não muito distantes).

Como disse o cantor: “Num dia de sol, Recife acordou com a mesma fedentina do dia anterior⁵”.

Nas minhas andanças, arruares, pelo Recife durante a década de 1990, não era raro ver nos muros a seguinte pichação: “*O Recife fede*”. Uma constatação de um ato de rebeldia. Pós-moderno? Nem tanto. É que já se realizavam pichações no Recife, há, pelo menos 150 anos e, do mesmo modo de hoje, representava uma infração que acarretava punição do seu autor, com prisão ou multa se pego em flagrante delito. Nesta pesquisa descobri que era uma das Posturas que a Câmara Municipal estabeleceu já no século XVIII, coibindo não só pichar os muros, como também aqueles atos considerados libidinosos, que atentavam contra o pudor e que, frequentemente, eram praticados nas ruas estreitas do Recife, tão logo caía a tarde e com ela a escuridão propícia dos becos e vielas da cidade (SOUZA, 2002a).

Mas, se no final do século XX, o Recife fedia o que se dizer dos tempos passados de modo a que isto representasse um alvo de interferência das autoridades de saúde?

1.2.1 O Povo dos Arrecifes

Desde sua fundação, pela Carta Foral de 12 de março de 1537, da autoria de Duarte Coelho Pereira, que o Recife apresentava toda uma situação geográfica que privilegiava o encontro das águas e do homem que, teimosamente, viveu em cima de uma estreita faixa de terra, uma cinta de pedra a separar o continente do mar aberto que depois serviu um gigantesco porto natural para abrigar as naus que chegavam com os exploradores e partiam abarrotadas de riquezas naturais brasileiras.

Das águas, o *Povo dos Arrecifes*, como eram chamados os habitantes locais, tirava o sustento e para as águas destinava seus dejetos. O mesmo ele fazia com a lama dos mangues, como foi magnificamente registrado por Josué de Castro

[...] E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O

⁵ A Cidade - Chico Science. Música de 1994.

que organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez (CASTRO, 1992, p.261).

O Recife foi se expandindo, ocupando as ilhas, lingüetas de terra que serviram para erguer as casas de morada e os edifícios públicos.

Havia o Bairro de Santo Antônio, formado pela ilha de Antônio Vaz, o Bairro do Recife e o Bairro da Boa Vista. Depois surgiram outros que, na própria nomenclatura tentavam registrar a agonia de seus moradores, como o Bairro dos Afogados.



Figura 1: Ilha Antônio Vaz e freguesia do Recife, 1645. Fonte: www.sofilosofia.com.br .

Na cidade do Recife, o que não era terra foi transformado em terra, com os mangues sendo destruídos, soterrados, as margens dos rios sendo invadidas para que os menos favorecidos erguessem as casas, as palafitas, os mucambos, suspensos em suas finas pernas a balançarem em cada maré alta ou a serem arrastados em cada cheia do Rio Capibaribe.

Aos mais ricos ficou reservado o Bairro da Boa Vista. Depois foram surgindo os arrabaldes, como a Madalena, Apipucos, este, antes ocupado pelos índios Caetés que lhe chamavam de *ape-puca* ou os “caminhos que se bifurcam”. Para onde?

O bairro Várzea do Capibaribe, surgido bem depois e outros.

Alguns, localizados às margens do rio Capibaribe. Não eram lugares de classe pobre morar. Lá, foram erguidos os grandes e belos sobrados, que olhavam para o rio, e que serviram de casas de veraneio para as quais se deslocavam as abastadas famílias, onde nos dias quentes se refestelavam, nas águas correntes, mornas e límpidas do grande “cão emplumado” nos dizeres posteriores do poeta João Cabral de Melo Neto. Para George Gardner (1975, p.54) as pessoas ricas da cidade procuravam as águas fluviais para os banhos, em detrimento da água do mar que causava grande irritação no corpo “pela cristalização do sal sobre a pele, quando não lavada depois com água doce”. O banho de mar só virou recomendação dos higienistas muito tempo depois, até porque as praias marítimas se prestavam para receber outras coisas e não pessoas que procuravam a tepidez de suas águas.⁶

O Recife e seus mangues, os pântanos dos higienistas. Os pântanos e os efeitos de suas emanções consideradas mortíferas. Entretanto a área pantanosa mais preocupante era a de Olinda, que por estar propensa às inundações periódicas e aos regimes das chuvas promoviam o transbordo das águas para as regiões circunvizinhas do Recife, favorecendo a ocorrência de enfermidades. Este ponto de risco foi especificamente abordado no estudo *Topographia da Cidade do Recife*, escrito pelo cirurgião pernambucano Joaquim Jerônimo Serpa⁷, publicado em 1842, nos *Annaes de Medicina de Pernambuco*. Este levantamento, talvez, constitua o primeiro tratado de topografia médica do século XIX sobre a cidade⁸. Neste mesmo trabalho, ele escreveu sobre a condição pestilencial do Recife.

A cidade era considerada, nesse período, uma das mais insalubres do Brasil. Explica-se a repulsa e a impressão negativa de Charles Darwin quando, ele esteve de passagem pelo burgo, na década de 1830, registrando em seu diário⁹

⁶ Para se ter uma idéia do uso das praias do Recife, recomendo a leitura do delicioso livro **As praias e os dias. História social das praias do Recife e Olinda**, da autoria de Rita de Cássia Barbosa de Araújo, publicado pela Secretaria de Cultura do Recife, em 2007.

⁷ Joaquim Jerônimo Serpa, médico formado em Portugal, voltou a Pernambuco em 1808. Lutou na Revolução Republicana de 1817 e, por isto condenado à prisão por quatro anos, tendo cumprido a pena na Bahia. Retornando ao Recife, ocupou o lugar de lente da cadeira de Botânica e Agricultura (onde). Também foi diretor do Jardim Botânico de Olinda, o que lhe permitiu a realização do estudo de inúmeras plantas indígenas usadas na terapêutica. Foi autor do primeiro livro didático sobre educação Física impresso no Brasil, em 1828, intitulado

⁸ Mostrando a interação havida entre os poderes locais, Serpa, membro correspondente da Sociedade de Medicina de Pernambuco, contou que fizera duas representações à Câmara Municipal solicitando intervenção imediata para resolver o problema. Suas petições foram aprovadas pelo Conselho de Salubridade, pelo Presidente da Província e deu-se a ordem para que a Câmara executasse a proposta de Serpa.

⁹ A primeira edição desse diário é de 1859, lançada em Londres. Outra edição data de 1871. Essa citação foi retirada do capítulo A muralha de Pedra, da autoria de Charles Darwin, presente no livro **O Recife: quatro séculos de sua**

A cidade é por toda parte detestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgubres. A estação das chuvas acaba apenas de findar-se de maneira que a região adjacente, como quase não se acha acima do nível do mar, apresentava-se completamente alagada... (DARWIN, 1992, p.164).

Impressão oposta ele teve de Olinda, considerada “mais agradável e mais asseada que o Recife” (idem, p.165). Ora, essa cidade tinha uma geografia totalmente diferente da vizinha Recife. Com relevo bastante elevado, Olinda se apresentava bem ao gosto dos portugueses para edificar uma cidade. Como disse Emanuel Araújo, em seu *Teatro dos Vícios* (2008, p.30 e 31) os portugueses teimavam em “escolher-se a dedo não uma planície para erigir o sítio matriz, mas lugares alto e de acesso difícil”, com as casas sendo erigidas morro acima, indo “das fraldas ao seu cume... Era a tradição da acrópole fortificada dominando a paisagem”.

1.2.2 O que não tem remédio, remediado fica: o sistema de esgotamento sanitário do Recife

Além dos fatores naturais, havia o problema estrutural na prestação de serviços à população que potencializavam a má qualidade do ar e das águas do Recife. O principal deles era a ausência de um serviço de saneamento básico para coleta das águas residuais e dos excretas. Como a população fazia para se livrar deles? Ou como questionou Mário Sette (1948, p.279) “De que modo se começou a fazer no Recife, a remoção dos dejetos humanos e das águas servidas?”. Este ponto é de importância no sistema de Medicina Social, pois envolve a participação dos pobres na realização de tarefas que, segundo Foucault (2007, p.94) faziam “parte da instrumentalização da vida urbana”.

Nesse caso, valeu a máxima popular: o que não tem remédio, remediado fica. E foi, exatamente, o que o povo fez. Para se livrar dos resíduos passou a jogá-los na rua, através das portas, das janelas ou das varandas das casas e sobrados que, às vezes, chegavam a ter seis andares. Não era raro, o transeunte tomar, involuntariamente, banho com as águas usadas nos afazeres domésticos ou que podiam se originar dos banhos que desenrolava no interior dos sobrados.

Em 1848 o Recife possuía por volta de 66 mil habitantes (FREITAS, 1935) e evidentemente o impacto negativo desse costume de jogar água na rua provocava situações de insalubridade ambiental consideráveis.

Para atenuar este costume, impossível ser abolido, ele foi regulamentado pela Câmara, em 1831, através da seguinte Postura

Ninguém poderá lançar águas limpas da varanda de dia e só poderá fazer das 9 horas da noite em diante procedendo primeiro três anúncios inteligíveis de – água vai – sob pena de 1\$ de multa e de pagar o prejuízo que causar ao passageiro. (DP, 1831, apud FREYRE, 1951, p. 420).

Freyre (1951) conta que havia alguns moradores dos sobrados que faziam questão de manter a água azulada de espuma de sabonete fino, muitas vezes de origem francesa, escorrendo pela rua, em puro sinal de ostentação e diferenciação social. Era o perfume da burguesia. Quando esta água não escorria pelo rés do chão naquelas casas térreas, era solenemente jogada das janelas das camarinhas ou quartos que, segundo a arquitetura própria desse tempo e modelo de residência, ocupava os andares mais altos da moradia. Assim como a cozinha que, também, ficava nos andares altos e que obrigava ao uso da mesma estratégia para se livrar da água originária da lida diária.

A manutenção do costume fez com que, em 1852, um dos prejudicados publicasse uma nota em um impresso local, fazendo a seguinte advertência “Adverte-se ao morador novo da rua do Crespo que nessa rua não é costume lançar-se águas das janelas em baixo” Mário Sette (1948, p.281).

A janelas dos sobrados representavam o meio da gestão da água de uso. E as excreções corpóreas, para onde iam?

1.2.2.1 Abra o olho! Abra o olho! O pregão da gestão dos excrementos

Sem uma rede de abastecimento de água, não é difícil imaginar a ausência de uma rede de esgotos para coletar as excreções.

Do mesmo modo que se jogava águas usadas pelas janelas, as pessoas tinham o costume de jogar a urina. Quando as casas tinham quintal, as necessidades fisiológicas eram atendidas neste espaço. Porém, as pessoas mantinham o costume de usar o urinol que, quando grande, era

denominado de “capitão”. Esta peça, de uso cotidiano podia ser um sinal de ostentação de sua dona quando, então, “eles eram de louça, muito bonitos, cor de rosa com enfeites dourados”. Às vezes, elas usavam a peça, ao mesmo tempo em que entabulavam conversa com a mucama ou até mesmo com visitantes. Neste caso, se recolhiam para outro aposento e depois, solenemente, o conteúdo era jogado pela janela (FREYRE, 1951, p.416).

Qual o procedimento em relação às excreções sólidas?

Segundo Octavio de Freitas (1979, p.33) as fezes, depois de passarem muitas horas ou mesmo dias armazenadas, eram transportadas em tonéis chamados de “tigres”. E, posteriormente jogadas no rio ou mesmo no mar, por escravos.



Sem sistemas de esgoto, os dejetos eram atirados diretamente nos rios, e eram os escravos que se encarregavam do serviço. *Semana Ilustrada, 1861.*

Figura 3: Descarte de excrementos.

A corruptela “tigre” depois se estendeu aos próprios condutores desses vasilhames, numa alusão à sua bravura em transportar tal carga. Mas, existe uma outra explicação para a extensão do nome, é que, não raro, havia a ruptura dessas barricas e o conteúdo se derramava sobre o escravo que ficava listrado feito um tigre. Por vezes “os barris que servem de depósito a materiaes excrementícios, em seu transporte, largam os fundos e o que elle contem depois de emporcalhar aquelles que o conduzem torna nojenta as ruas” (SETTE, 1948). Daí esses escravos também receberem a corruptela

Mário Sette (idem) também descreveu os tipos de vasilhames: havia aqueles com tampa, então chamados de “tigre com chapéu” e o desprovidos de tampa que eram conhecidos como “tigres sem chapéu”. Ele contou (p.280) que “os portadores desses barris alertavam de longe os moradores com esta frase... *Abra o olho! Abra o olho!*”. Era o pregão da imundície anunciada, pois os “tigres” já envelhecidos poderiam se romper a qualquer momento e presentear alguém com um indesejado banho. Não nos esqueçamos que a cidade foi aumentando de população e, com isto, houve o aumento do trânsito de escravos a transportar esses tigres. Era uma progressão geométrica.

A Câmara Municipal editou mais uma de suas posturas. Essas porcarias não poderiam ser jogadas em qualquer ponto do centro da cidade. Foram determinados locais específicos para isto, mas que não eram fora do perímetro urbano. Muitos desses locais ficavam próximos ao terminal dos bondes urbanos. Por sua vez, os animais que puxavam esses bondes também contribuía com a sujeira urbana.

Para aumentar o fedor e a sujeira do Recife, também havia aquelas pessoas que faziam suas necessidades fisiológicas nas ruas. Conta Gilberto Freyre (1951, p.416) que “o grosso do pessoal das cidades defecava nos matos, nas praias, no fundo dos quintais, ao pé dos muros e até nas praças... lugares que estavam sempre melados de excrementos frescos”.

Não fica difícil explicar o porque da cidade não ser convidativa aos visitantes.

1.2.2.1.1 Dos “tigres” aos cambrones

Com a epidemia de Cólera ocorrida em 1856, houve um grande movimento de todas as autoridades de saúde e do Estado para solucionar o grave problema de escoamento das águas servidas e dos dejetos. Foi autorizado ao francês Luis Cambronne a exploração do novo serviço de saneamento. As águas servidas seriam transportadas para o rio, através de canos de ferro. Quanto às fezes, elas continuaram sendo transportadas, desta feita em vasilhames de madeira, mas forrados de metal, tipo uma latrina móvel, que ficava em cada domicílio, sendo recolhida a cada 15 dias, em transporte específico. O contrato não foi cumprido na íntegra e, em 1867, ainda podiam ser vistos os “tigres e os cambronne” a transportarem as fezes pelas ruas do Recife (SETTE, 1948).

O sistema de esgoto e destinação dos dejetos só foi objeto de intervenção municipal a partir de 1873, com a implantação da *Recife Draynage Company*, uma empresa de capital misto, pois usava recursos privados londrinos e os recursos da província de Pernambuco, que nessa época era presidida por Henrique Pereira de Lucena (SANTOS, 2004). Anos mais tarde, esta companhia foi responsabilizada pela alta mortalidade, por diarreia ocorrida no Recife. O surto diarreico foi associado à água que sofrera contaminação cruzada dos canos de escoamento dos dejetos que, sem manutenção, acabaram estourando e misturando seus conteúdos ou mesmo contaminando as fontes de água potável que se encontravam no subsolo. Também houve o caso de contaminação da água pelo cobre de que eram feitos os canos, provocando uma intoxicação chamada de *saturnismo*.

O problema de saneamento público só foi solucionado nos idos de 1915, com a atuação dinâmica do engenheiro Saturnino de Brito, que empreendeu um obra de grande envergadura para solucionar o problema de saneamento do Recife.

1.2.3 As águas de serventia pública

Os esculápios pernambucanos também batalharam para implementar um sistema de abastecimento de água para o Recife. Nesse ponto, contaram com o apoio total do presidente da província, que havia facilitado a vinda, para a cidade, de uma missão francesa (a segunda que veio embelezar as cidades brasileiras) composta de engenheiros liderados por Louis Vauthier, em 1837.

Como era feito o suprimento de água no Recife, até então? A compreensão desse fato é importante porque será possível compreender até que ponto era possível a adoção de um discurso higienista nas instituições de ensino.

1.2.3.1 A distribuição de água em Recife: “Me despache seu João que a branca tá m’esperando mode tomá seu banho”

Tudo indica que no Foral de Olinda, datado de 1537, já constavam algumas orientações sobre o fornecimento de água para Pernambuco, especificamente para Olinda (MELO, 1991). Mas, de todo modo se sabia que a água de uso em Recife era procedente do Rio Beberibe, de um

lugar que Serpa, no seu ensaio de 1842 identificou como sendo o “lugar denominado Jangada ou Peixinho onde as canoas vão buscar água”. O que justifica a resistência no uso das águas do rio Capibaribe era o fato dela ser salobra (SETTE, 1948).

Por volta de 1830 a água de uso do recifense vinha de Olinda. Como ela chegava até o Recife? Usou-se canoa como meio de transporte. O estudo de Evaldo Cabral de Mello (1992) revelou que estas canoas, no geral, eram fechadas, mas havia também as abertas que, além de transportar os tonéis e barris de água, transportava pessoas e ambas conviveram pacificamente. Os reservatórios de água sim, quase sempre eram imundos, sem a menor condição de higiene ou mesmo qualquer tipo de proteção que evitasse a contaminação ou poluição da água. Essas canoas eram manobradas pelos escravos que se tornaram peritos em guiá-las.

Vencendo as dificuldades da correnteza e mesmo da sujeira do rio, os jangadeiros aportavam nos pontos de atracamento situados à margem do rio Capibaribe. Nestes locais, a água era comercializada ou mesmo fracionada para ser revendida em outros locais. O único tratamento que o líquido recebia, e mesmo assim, só em alguns casos “*era ser coada em três panos antes de entrar no depósito*” (itálico do original). Com este diferencial a dona do depósito de água que se localizava atrás da Ribeira do Peixe¹⁰ cobrava mais caro pelo precioso líquido, conforme relatou o historiador Flávio Guerra (1973, p.53).

Como é possível perceber a água era muito manipulada. A partir desses depósitos o líquido era acondicionado em diferentes vasilhames – púcaro, cântaro, bilhas, potes, jarras, cantarinhas ou quartinhas – para ser transportado ou vendido a domicílio pelos escravos que ficaram conhecidos por “aguadeiros”. Não é de admirar a ocorrência de epidemias de diarreia, com alto índice de letalidade.

Foi a partir de 1840 que o Conselho de Salubridade proibiu o uso de canoas abertas para o transporte de água, pois segundo consta, as pessoas que, também eram transportadas nessas canoas não tinham a menor cerimônia de satisfazer suas necessidades fisiológicas ainda estando embarcadas.

O serviço de encanamento da água no Recife se tornou realidade a partir do meado do século XIX. Segundo Luís de Castro Santos

¹⁰ O mesmo historiador esclarece que, atualmente, este ponto se refere ao local onde se encontra o Mercado de São José, centro do Recife.

O Caso do Recife é à primeira vista surpreendente. Muito cedo, desde 1840, Pernambuco ganhou projeção nacional em matéria de obras técnicas... Recife já contava, desde 1846 com um reservatório e aquedutos para o abastecimento, a cargo da Beberibe Water Company (SANTOS, 2004, p.254).

A partir de então, as canoas de transporte de água começaram a rarear. Começaram a serem colocados os canos no Bairro da Boa Vista. No ano seguinte, chegaram a Santo Antônio e São Frei Pedro Gonçalves (MELLO, 1992).

Também, começaram a serem construídos chafarizes, em pontos estratégicos da cidade, para facilitar o acesso da população à água potável. Em 1840 foram construídos nove. Nos meados da década de 1850 houve a proposição para serem construídos mais 15, porém uma década após, apenas dois foram acrescentados aos que já existiam.



Figura 4: Rua da Cruz. Grav. Luiz Schallapriz. Fonte: www.longoalcance.com.br/recife/banco/htm.

No último quartel do século XIX, a Companhia de Água do Beberibe encaminhou à Assembléia Provincial um relatório sobre a localização dos chafarizes¹¹, tanto da cidade quanto

¹¹ Esses chafarizes estavam localizados nos seguintes pontos do Recife: Apipucos, Monteiro, Capunga, Largo da Soledade, Campo Verde, Caixa D'água, Rua de São Gonçalo, Praça da Boa Vista, Cais do Capibaribe, Cais do Ginásio, Largo do Carmo, Santo Amaro, Rua do Sol, Largo do Paraíso, Largo do Colégio, Largo do terço, Travessa

do seu arrabalde que serviam de pontos de abastecimento de água de uma boa parcela da população (JUCÁ, 1977).

Mas, a disponibilização dessas fontes de abastecimento não significava a redenção dos problemas de fornecimento de água e a população, que crescia, sofria com as constantes faltas. Segundo Freitas (1935), na metade do século XIX o Recife tinha uma população aproximada de 65 mil habitantes. Nem mesmo o encanamento das águas de Apipucos foi capaz de suprir as necessidades, além disto nem todas as casas tinham encanamento e, assim, continuavam dependendo dos aguadeiros para serem abastecidas. E isto começou a influenciar no cotidiano das pessoas. Por exemplo, o banho teve que se adaptar às circunstâncias e, as brancas das casas grandes e sobrados ficavam aguardando a escrava que ia à fonte buscar água. Quando esta chegava no chafariz geralmente o encontrava superlotado pela presença de outros escravos e, assim, ficava à espera do venderim para encher o púcaro. Quando isto demorava a acontecer, ela dava logo o aviso: “Me despache seu João, que a branca ta m’esperando mode tomá seu banho” (SETTE, 1948).

1.2.3.2 As cacimbas holandesas: fugindo à falta de água

Mas, a população de Recife também tentou criar outros meios de resolver a falta de abastecimento de água e para isto se valia de estratégias como cacimbas¹², para ter água abundante e mais fácil, além de ser gratuita. Fora isso, ainda era possível vendê-la quando o veio de água era rico e o líquido de boa qualidade ao paladar. Aliás, ressalte-se que o uso das cacimbas foi adotado pelos batavos quando invadiram Pernambuco e, ao chegarem ao Recife perceberam a dificuldade de obter água potável. Para protegê-las criaram o Forte das Cacimbas, posteriormente denominado de Forte das Cinco Pontas (MELLO NETO, 1983 apud MELO, 1991). A partir de 1912 elas foram terminantemente proibidas pela saúde pública em virtude do surto, muito grave, de Febre Amarela.

da Detenção, Viveiro do Moniz, Rua Imperial, Ponte dos Afogados, Arco da Conceição, Forte do Matos, Rua da Cruz, Rua do Brum, Madalena e Entre Pontes.

¹² Cacimba. sf. Poço cavado até um lençol de água. FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1977.

Mediante a descrição dessa situação caótica que se encontrava a terceira maior província brasileira, não era de admirar que houvesse a necessidade de uma intervenção drástica por parte daqueles que tinham o poder nas mãos.

1.3 VIDAS SECAS

Se na capital da terceira província mais importante do Brasil esta era a situação, imagine-se o que se passava com o resto da população, distribuída pelo Agreste e Sertão da província.

Dispersa em grandes quantidades de terra, um povoado ou vila localizados um aqui outro acolá, que se instalaram seguindo o caminho do gado e dos currais que foram erguidos de modo gradativo. Constituíram umas toponímias errantes, originárias de outra forma de ocupação humana. A pecuária originou diferentes freguesias. E isto influenciou na distribuição geográfica das escolas, que acabaram ficando uma aqui, outra acolá. “Ô légua tirana”!

Um bom exemplo de povoados surgidos da atividade pecuária é Caruaru, localizada no agreste da província. Como mostrou o romancista José Condé (1960, p. 9) “no começo: simples rancho para pernoite das boiadas vindas do sertão bruto – principalmente do Piauí e do Alto Moxotó- em demanda do litoral”.

Em 1822, a província de Pernambuco contava um número de sete freguesias oriundas da atividade pecuária, com uma população estimada de 25.917 habitantes. Em 1852 o Agreste estava pontilhado por inúmeras povoações de diferentes tamanhos (ANDRADE, 1991). Para ele, o que ocorreu foi a

[...] formação de um **habitat** extremamente disperso, onde uns poucos habitantes se concentravam nas modestas sedes de fazendas... A modéstia das instalações e do mobiliário contrastava com a fidalguia ostentada pelas casas grandes da região açucareira. (ANDRADE, 1991, p.57, negrito do original)

Nestes sertões, a civilização que se desenvolveu foi tão característica, a ponto de ser nomeada de “civilização do couro”. Assim, sem as modernidades e os confortos da capital da província, a população sertaneja se viu forçada a dividir os mesmo recursos naturais com os bois.

Levaram uma vida de gado. Beberam da mesma água dos barreiros¹³ cavados para dessedentar os bichos. Mas, nem sempre, isto se fazia como a solução para o problema da falta de água. Como mostrou Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, “Fabiano procurou em vão perceber um toque de chocalho. Avizinhou-se da casa, bateu... rodeou a tapera, alcançou o terreiro do fundo, viu um barreiro vazio (RAMOS, 2004, p.13).

Quando os currais estavam situados próximos aos rios as pessoas cavavam as cacimbas. Porém, isto só era possível nos rios com sistema de água perene. Em se cavando naqueles rios temporários, na terra rachada, encarquilhada e quebradiça pela secura do ar, não surgia a tão sonhada água.

Por sua vez, havia períodos de chuvas abundantes, mas incertas. Quando chegava o tempo da invernada elas transformavam o sertão em uma festa, os rios enchiam e, de tão fortes em seu leito, faziam “barulho como um trovão” (RAMOS, 2004, p. 64). Rios que enchiam e secavam com a mesma rapidez, afinal como esperar que a água não evaporasse em terras tão áridas e ar tão seco?!. Ainda não havia a tecnologia das barragens. Essas só chegariam muito tempo depois, domando a natureza, causando um outro tipo de destruição, de desgraça.

Ou, ainda pior, havia a água, mas esta não se prestava para consumo “eram focos de febres¹⁴” (AMADO, 1966, p. 30). Era como morrer de sede em frente ao mar.

Também havia os anos de seca, de fome, de muita miséria, de retirada e retirantes, dos grandes êxodos como os de 1845 e 1877. Anos em que os presidentes da província se mobilizaram para ajudar, com doações de gêneros alimentícios, os atingidos pelo flagelo.

Nos sertões, durante as secas prolongadas, morria-se de sede e de fome quase todo ser vivente. Não apodreciam, de tão seco que era o tempo e a terra. Transformavam-se naquilo que Euclides da Cunha chamou, em *Os Sertões*, de “estranhos higrômetros¹⁵”.

Quando não era isto eram as doenças que acometiam aqueles e aquelas já com baixa resistência pela fome, sede e pela retirada em buscas de melhores condições de vida. Tornaram o “matuto” triste, apático. A tristeza do Jeca, para os médicos, da raça inferior dos eugenistas. Os

¹³ Barreiro - Fosso cavado em terreno argiloso para reter água e conservar por longo tempo a água das chuvas. Dicionário Mirador Internacional (1977, p.258)

¹⁴ Novamente a memória retoma fatos. No ano de 2004, ao atravessar um certo trecho do Rio Vaza Barris, que cortava o sertão baiano, fiquei admirada com a limpidez da água. Era um trecho muito raso do rio, com água corrente, convidativa a molhar os pés. Ao expressar esse meu desejo, o condutor do carro me explicou solenemente: “Não pode professora, aqui é tudo contaminado com o caramujo que dá a barriga d’água”.

¹⁵ Ou como me disse o historiador Ricardo Oriá, em uma das muitas prosas que tivemos em uma livraria de São Paulo: “eles ficavam esturricados”.

médicos falaram de longe. Os médicos não queriam ir para essas freguesias. Quem não tem médico, se cura com planta, com a medicina dos chamados *charlatães*, que, também foram alvo das perseguições.

Os êxodos rurais que favoreciam a urbanização de muitas enfermidades que, por vezes, eram restritas à zona rural. Outras vezes só agravam o quadro da letalidade daquelas moléstias endêmicas na província. Foi assim, por exemplo, com o surto de varíola que ocorreu entre 1878-1879 e dizimou 2.525 pessoas, após a migração determinada pela seca de 1877 (FREITAS, 1919).

Com tantos problemas em relação ao fornecimento e disponibilidade de água potável e de saneamento são compreensíveis os efeitos do surto de Cólera que se abateu sobre a província em 1856. Que a doença tenha provocado tão alta letalidade. Além, disto, é possível que a má qualidade higiênica da água tenha sido um dos fatores que determinou os sucessivos surtos de doenças diarréicas.

Diante desta realidade questiono: Houve uma proposta da instrução pública para incluir os hábitos higiênicos no conteúdo curricular? O que foi ensinado? Existem memórias dessas práticas? Houve algum ensinamento sobre a qualidade de água? Como foi elaborado o pensamento higienista no Brasil e particularmente em Pernambuco? Quais os espaços desta proposição?

1.4 A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO HIGIENISTA NO BRASIL

1.4.1 Os caminhos de vinda e os espaços de seu construto

A pesquisa que Gondra realizou em 2004 mostrou que, no Brasil, o discurso para a higiene, especificamente no município da corte, teve como espaço de construção a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ainda mais com um marco de sua instituição: o ano de 1830. Com isto, já identificamos um espaço da elaboração de um discurso considerado competente.

Como se deu a instituição deste espaço? Ele foi hegemônico? Podemos extrapolar este resultado para todas as províncias?

1.4.2 A Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro

No campo da saúde D.João, em 1808, criou as primeiras escolas de medicina no Brasil. Este ato foi promulgado por sugestão do Cirurgião-mor do Reino, o pernambucano José Correia Picanço, que se formara em medicina na Universidade de Coimbra e que acompanhou a corte quando esta se transferiu para a Colônia. A partir dessa deliberação foram criadas escolas na Bahia e no Rio de Janeiro, respectivamente nomeadas de Escola de Cirurgia da Bahia¹⁶ e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro¹⁷, ambas regidas pelos estatutos da Universidade de Coimbra.

Entretanto, as artes de curar não podiam ser exercidas por qualquer pessoa. Correia Picanço, o Físico-Mor, impôs limitações ao exercício da profissão aos estudantes brasileiros. Ele determinou que, *médicos* eram aqueles diplomados em Coimbra. Assim, ele defendia sua própria atuação no Reino, como se pretendesse a reserva de mercado dos médicos portugueses (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, 2009).¹⁸

Segundo esta mesma fonte (n.p), aqueles que desejassem constituir um dos privilegiados para frequentar seus cursos teriam uma decepção, uma vez que eles eram oferecidos de modo irregular. Fora isto não disponibilizavam de instalações físicas apropriadas, nem móveis, livros ou mesmo os utensílios necessários à prática. Completando esse quadro decadente, “as academias

¹⁶ Esta instituição teve diferentes nomenclaturas: primeiro foi chamada de Escola de Cirurgia da Bahia (1808). Depois passou a ser Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1816) e, finalmente, em 1832 passou à Faculdade de Medicina da Bahia (1832). Após a Proclamação da República, foi nomeada de Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia (1891). Posteriormente teve as seguintes denominações: Faculdade de Medicina da Bahia (1901); Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia (1946); Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (1965). Estas informações foram colhidas do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, disponível no site <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

¹⁷ Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808); Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1813); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832); Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro (1891); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1901); Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (1920); Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1937); Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965)

¹⁸ Segundo esse mesmo dicionário, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro teve diferentes nomenclaturas: Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1813); Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro (1891); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1901); Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (1920); Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1937) e Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965).

mostravam-se anacrônicas e deficientes, favorecendo principalmente os diplomados em Coimbra”.

Conta-se, aliás, que, para entrar nos cursos oferecidos por essas escolas exigia-se que o candidato soubesse, apenas, ler e escrever e não mais que isso e que a formação adquirida nos referidos cursos não ia muito além daquela fornecida pela junta do Proto Medicato (FREITAS, 1944 apud SANTOS NETO, 1993). A guinada na qualidade do ensino nessas escolas só ocorreu no último quartel do século XIX (SCHWARCZ, 2005, p.198).

Portanto, qual tipo de profissional essas escolas de medicina formavam?

Segundo Schwarcz (2005) a formação dada por estas faculdades era representada pelo foco de atenção de cada uma delas. Mas, qual o significado desta asserção? Que o campo de atuação eram diferenciado uma vez que os médicos da Faculdade do Rio de Janeiro se preocupavam com a doença e estabeleciam “programas higienicos” (p. 190) cujo alvo principal era o ambiente, quer público quer privado. Ao passo que os médicos oriundos da Faculdade da Bahia se preocupavam com o “doente”, mas numa perspectiva de raça como fator desencadeador da “criminalidade, loucura e degeneração”. Assim, era preciso higienizar as pessoas. O estudo de Barreto (2005 p.161) mostrou que “em questões de higiene os médicos baianos não pouparam tinta”. Ora, isto aproxima a higiene do discurso da eugenia.

Esta observação também aproxima da Medicina Legal, incorporada ao programa curricular das Faculdades de Medicina, partir de 1923. Vários professores ocuparam a cátedra na Faculdade da Bahia, mas, de longe, Raimundo Nina Rodrigues tornou-se o mais conhecido e respeitado ou como disse Afrânio Peixoto (1912, p. 504) ele “foi o espírito original da Medicina Legal brasileira”. Para André Mota (2003), esse médico baiano, “não só aceitou a premissa básica do racismo... como acusava na miscigenação um mecanismo de degeneração que afundaria mais o país no caos e na selvageria”.

Foi partindo das colocações feitas por Schwarcz (2005) que a pesquisa realizada por Medeiros (1996, p.53) concluiu sobre a “ausência da questão racial no discurso médico” e a forte presença higienista na atuação dos médicos no Recife do final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Será que esse pressuposto se confirmou?

1.4.3 Com quantos esculápios se faz uma medicina: os egressos dos cursos médicos

No início, havia uma hierarquia que ordenava a formação médica no Brasil. Os *médicos* não eram qualquer um dos que recebessem formação nas escolas de medicina brasileira. Este lugar estava reservado, especificamente, ao profissional formado em Lisboa. Durante os períodos iniciais da implantação dos cursos médicos no Brasil eles formavam uma diversidade de esculápios. Este é um fator endógeno à formação médica que proporcionou as diversidades espaciais da criação do discurso higienista.

Segundo Moreira (2009) até meados do século XIX a medicina brasileira era bastante deficiente, sendo exercida pelos seguintes profissionais: *físico* que se distinguia dos demais por receber uma formação europeia e, ao retornar ao Brasil preferiam se fixar nas capitais das províncias ou naquelas cidades mais importantes. Esses profissionais geralmente faziam parte de alguma família abastada, visto ser bastante cara sua manutenção na Europa. Por isto constituíam um número muito pequeno. O *cirurgião* ou *cirurgião-barbeiro* era um profissional que não cursava uma escola superior de medicina. Geralmente era discípulo de um cirurgião que já fora habilitado. Para o exercício da arte de curar, após o curso se submetia a uma sabatina de uma banca examinadora formada por autoridades sanitárias. Se fossem aprovados recebiam o alvará para serem cirurgiões. Havia também o *barbeiro* cuja prática consistia na aplicação de ventosas, de sanguessugas, sarjar, isto é, fazer pequenas incisões em pústulas, cortar o cabelo, fazer a barba, além de exercer o ofício de tira-dentes.



Figura 4: Barbeiro e aplicador de ventosas. Debret¹⁹.

Havia ainda o *sangrador* que exercia práticas médicas mais próximas ao ortopedista e traumatologista dos dias atuais uma vez que tratava as fraturas, luxações e entorses. Havia a inclusão das mulheres na *Ars curandi* quando, então, elas eram preparadas para realizar o ofício de *parteira ou aparadeira*, sendo responsáveis pela realização dos partos normais. E, por fim, o *boticário* que ficava responsável pela manipulação e comercialização dos medicamentos.

Em resumo, a população em geral era assistida pelos físicos, cirurgiões-barbeiros, barbeiros sangradores, boticários, curandeiros e parteiras, também chamadas de curiosas, que constituíam os Facultativos (MIRANDA, 2004). Não fosse assim e não haveria os relatos, preciosos, das várias experiências de cura e da existência dos diferentes espaços de sua realização no Brasil Colônia (RIBEIRO, 1997) e Império (SAMPAIO, 2005; DINIZ, 2003).

1.4.4 A César o que é de César: os direitos dos egressos das escolas de medicina

Pelas medidas restritivas impostas pelas escolas de medicina, os diplomados pela escola da Bahia só podiam “sangrar, sarjar, aplicar bichas e ventosas, curar feridas, tratar de luxações, fraturas e contusões; era-lhes vedado administrar medicamentos e tratar das moléstias internas a não ser aonde não houvesse médicos” (NASCIMENTO, 1929 apud DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, 2009 n.p).

Apesar de longa, a citação literal deste Dicionário vale ser reproduzida para que se tenha uma idéia melhor do que acontecia no período, em relação aos direitos dos egressos das escolas de medicina no Brasil

[...] o exercício da medicina era facultado somente a físicos e cirurgiões portadores de um atestado de habilitação, e licenciados pelo cirurgião-mor do Reino, conforme preconizava o regulamento de 23 de maio de 1800. Sua atuação estava restrita à realização de sangrias, à aplicação de ventosas, à cura de feridas e de fraturas, sendo-lhes vetada a administração de remédios internos, que era privilégio dos médicos formados em Coimbra. A criação das escolas de medicina representava o fim de muitas das restrições impostas pela metrópole, possibilitando a formação de médicos no país e transferindo para as mãos destes o exercício da medicina (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, 2009 n.p)..

¹⁹ Imagem disponível no livro “Viagem histórica e pitoresca ao Brasil”. Belo Horizonte: Itatiaia.

O cerceamento na formação dos estudantes foi mantido até 1832, quando houve uma reforma profunda nos estatutos dessas Escolas, nos programas de ensino e essas instituições foram alçadas à condição de Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, rompendo com o velho modelo coimbreense e libertando-se da tutela dos cirurgiões-mores do Império. Isto tem a ver com a extinção do cargo de Cirurgião-Mor do Império e com a ascensão da Câmara Municipal à condição de órgão fiscalizador da Saúde Pública, conforme será mostrado mais adiante.

Outra coisa a considerar é que não podemos pensar que os médicos, após se formarem, tiveram a disposição de se locomover para todos os rincões brasileiros e aí exercerem a profissão. Eles preferiam mesmo eram as capitais ou, quando muito, as cidades maiores fora dela. Também, os cursos superiores, no Brasil, estavam restritos a uma estreita faixa da população, exatamente aquela que tinha nas mãos a concentração da renda. Portanto era aos filhos dessa camada que esse grau de ensino estava destinado.

Além disso, surge a necessidade de pensar que, nem todos os egressos dessas escolas optaram pelo deslocamento para todos os rincões da colônia. Todos, ou grande maioria preferiu ficar nas grandes capitais ou nas vilas mais importantes. Neste caso, como se praticava a *ars curandi*?

1.4.5 Quem não tem médico e barbeiro se cura com...

Para Gilberto Freyre (1987) a arte de curar, que veio para o Brasil através dos doutores coimbreenses, se aproximava daquela preconizada pelos ameríndios e africanos. Não era por conhecerem menos que os negros, índios e mestiços se destacaram em funções terapêuticas.

Na concepção de Ribeiro (1997, p. 43) essas práticas foram se renovando à medida que eram apropriadas e adaptadas a partir do cotidiano das pessoas, tudo em virtude das dificuldades de acesso aos cuidados médicos e dos cirurgiões, “raros e, em algumas localidades inexistentes”.

Em virtude dessa apropriação houve a generalização do uso de plantas e animais para a elaboração de unguentos e mezinhas não apenas entre a classe social menos favorecida, mas, também era possível encontrar prescrições desse uso nos livros de medicina que circularam livremente na colônia.

Graças à carência de médicos nas áreas por onde se dispersava a maioria da população brasileira, esses livros constituíram presença mais real do que o próprio contato com os esculápios que, em sua maioria, viviam nos principais núcleos urbanos (GUIMARÃES, 2005).

Um bom exemplo desse material é o *Formulario e guia medico*²⁰, da autoria de Pedro Napoleão Chernoviz, um médico polonês radicado no Brasil nas primeiras décadas do oitocentos.

As obras literárias de Chernoviz tinham cunho eminentemente prático e circularam livremente em Pernambuco. É de Ulysses Lins de Albuquerque (1957) a narrativa de *uma leitura de um professor* que, no fim do século XIX e primeiras décadas do XX, em Alagoa de Baixo, comarca do sertão de Pernambuco, prescrevia, clinicava e orientava as pessoas, tendo por fonte de (in)formação o livro desse médico

O professor Marcelino...tipo curioso...velho professor particular ensinando lá pelos sítios e ultimamente nomeado pelo prefeito para reger uma escola subvencionada pela municipalidade... numa ocasião veio (me visitar) com o aió de caroá de lado, no qual trazia dois grossos volumes do **Chernoviz** que vinha me oferecer... queria que eu guardasse dêle (sic) aquela lembrança – o livro precioso em que aprendera muita coisa de medicina (ALBUQUERQUE, 1957, p.247 e 249, negrito do autor).

A circulação desse livro ocorreu mesmo entre aqueles que não possuíam uma cultura letrada, bastando, para isto pedir “para o Dr. Fazendeiro procurar no Chernoviz o que fazer com febre e vômito incessante em crianças que comeram demais ... É só abrir o livro e achar a página” (FIGUEIREDO, 2005, p.27).

Outra indicação sobre a circulação dos livros de Chernoviz em Pernambuco foi dada por Pereira (2009, n.p) mostrando que a apropriação e uso dos livros já ocorria por volta de 1840, quando foi usado na Cadeira de Arte Obstétrica. Desta feita a obra de Chernoviz selecionada para a leitura foi o *Dicionário de Medicina Popular*.

Também, não se pode esquecer das lições dadas por Francisco de Melo Franco, através de livros de sua autoria que contribuíram na circulação de idéias higienistas entre Portugal e a colônia de Pernambuco na passagem do século XVIII para o XIX (VERRI, 2006). Dois livros sobre medicina e higiene escritos por ele circularam, não só em Pernambuco, mas em outras províncias do norte do Brasil. Estas obras foram encomendadas por Simão Pires Sardinha, filho

²⁰ Um dos exemplares da 19ª edição desse *Formulário*, publicada em Paris em 1920 e que compõe meu acervo particular, traz inúmeras falsas folhas de rosto contendo propagandas de medicamentos. Uma delas, que me chamou a atenção, diz respeito ao êxito das *Pastilhas de Cocaína Midy*, recomendada para as tosses violentas e nervosas, laringites, Anginas. Acondicionadas em frascos davam de brinde “uma caixinha de algebeira a cada frasco”. A dosagem recomendada era de 10 a 12 pastilhas por dia. Mudam os tempos mudam as apropriações.

da ex-escrava Chica da Silva que, assim, pode ser considerado como um dos intermediários esquecidos da literatura (DARNTON, 1990), pois no ciclo de produção e circulação do livro ele ocupou o lugar de distribuidor.

Foram dois os livros da autoria de Melo Franco que Sardinha importou de Portugal: *Elementos de hygiene e Tratado de educação fysica dos meninos para uso da nação portuguesa*, ambos publicados pela Academia Real de Sciencias de Lisboa, entre o fim do setecentos e início do oitocentos. Tal fato pode constituir o marco inicial da circulação de idéias higienistas na província. O livro sobre a educação física constituiu a primeira experiência, desta área, em território brasileiro, pois publicado em Lisboa no ano de 1790 circulou em Pernambuco na virada dessa década para o oitocentos.

Com isto, percebe-se que o livro ocupava um lugar destacado e, por vezes, única forma de se obter informações sobre saúde e hygiene. Uma evidência que revela, inscreve, o livro didático como vulgata para difusão dos sabres médicos.

1.4.6 A estruturação do ensino da Medicina em Pernambuco

Foi no crepúsculo do século XVIII que se deu a primeira tentativa de criar, em Pernambuco, uma instituição que se dedicasse ao ensino médico. A iniciativa, datada de 1798, partiu do Desembargador-Ouvidor-Geral Antônio Luiz Pereira da Cunha que solicitou a D. Maria I autorização para a criação de um hospital no Recife, onde fossem ensinadas as cadeiras de Anatomia e de Cirurgia. A metrópole devolveu a requisição e recomendou que, primeiro, fosse ouvida a Câmara de Olinda para verificar a necessidade e viabilidade da petição. Pelas antigas discórdias e disputas havidas entre Recife e Olinda, a idéia não foi adiante (PEREIRA, 2009).

1.4.7 A Revolução Republicana de 1817: gérmen do ensino médico em Pernambuco

Qual a relação entre a Revolução Republicana e o ensino da medicina em Pernambuco?

Segundo se viu, a ciência médica e a educação superior surgiram, de modo organizado, no Brasil, quando de sua elevação a Reino Unido de Portugal, em 1808. Porém, mesmo havendo o fim da guerra na Europa e a derrota de Napoleão, em 1814, o Príncipe D. João não quis voltar a

Portugal e sua permanência no Brasil desencadeou outros acontecimentos, muito embora “não devemos exagerar o alcance das transformações” (FAUSTO, 2008, p.127).

O que será que isto quer dizer? Dentre outras coisas, que a Coroa continuou a favorecer os interesses portugueses no Brasil, além disto o que havia era um absolutismo disfarçado, com o cerceamento de algumas atividades que fossem consideradas contrárias aos interesses da monarquia. Isto provocou uma forte reação do povo e de alguns setores oficiais (FAUSTO, 2008).

Contribuindo também para o desagrado da população estavam as desigualdades sociais entre as regiões e entre as províncias, especificamente aquelas ocorridas entre o Rio de Janeiro e o Norte do Brasil. Em Pernambuco, os ânimos foram sendo acirrados e, no dia seis de março de 1817, foi desencadeada, em Pernambuco, a Revolução Republicana, movimento que contou com a participação de diferentes setores sociais (membros do clero local, comerciantes, proprietários, militares, artesãos e homens livres) o que deu um perfil mais radical e mais popular, levando ao rompimento, mesmo que temporário, com o domínio português, para instalar uma República nos trópicos em plena era monarquista.

Porém a revolta foi controlada dois meses após a deflagração. Pernambuco saiu bastante combalido dessa intentona libertária, uma vez que teve os líderes revolucionários condenados à morte violenta. Além disso, o poder estatal não os executou sem antes submetê-los ao escárnio público

[...] Os condenados em processos sumaríssimos por juízos inquisitoriais eram submetidos a um tratamento humilhante na presença de todos. Forçados a usar alvas ao caminhar rumo ao cadafalso em meio a um cortejo de soldados e religiosos. Além disso, tinham cabeças e mãos decepadas para serem expostas em locais públicos enquanto seus corpos eram arrastados por cavalos até a vala comum (PERNAMBUCO, 1998, p. 145).

As perseguições não acabaram mesmo tendo havido o degredo, as prisões ou o sacrifício dos revoltosos. Em sua tentativa de conter quaisquer reações dos simpatizantes da causa, que se

estendera pelos sertões pernambucanos, foi decretado o desmembramento do território das Alagoas²¹, que antes fazia parte de Pernambuco (ANDRADE, 2007, p. 88).

Nesse período, Luiz do Rego Barreto governava a província. Ao perceber a ausência numérica de cirurgiões para atender aos feridos dos conflitos travados, quão dispendioso era trazê-los de Portugal ou, mesmo, que seria muito difícil convencer algum Facultativo a sair da Corte para vir medicar, praticamente nos matos, Barreto autorizou a instalação do Hospital Geral. Começou o funcionamento de um curso para formar, em 18 meses de prática, pessoas que se tornariam habilitadas a exercerem suas funções. Visava formar os chamados “práticos” ou “cirurgiões” que, após terem os conhecimentos teórico-práticos examinados por uma comissão nomeada pela Câmara Municipal passavam a exercer o ofício. Esse programa, entretanto não foi além de 1828 (PEREIRA, 2009)²².

Um dos fundadores da Escola de Cirurgia Prática, instalada no Hospital Geral, foi o médico José Eustáquio Gomes, formado em Edimburgo (Escócia) que atuou em todos os trabalhos didáticos. Exerceu as funções de anatomista, fisiologista, naturalista, clínico e operador. Mesmo desamparado, com as enfermarias praticamente destituídas de camas e com os instrumentais cirúrgicos incapazes de uso, ele prosseguiu com o ensino, regularmente concorrido, até 1828 (MOREIRA, 2008).

Outro médico que se destacou durante a Revolução Pernambucana foi Joaquim Jerônimo Serpa. Formado em Lisboa, voltou para o Brasil e, em 1808, foi nomeado para o posto de cirurgião-mor do Regimento de Artilharia da cidade de Olinda. Derrotado em seus ideais libertários foi preso e deportado para a Bahia, onde cumpriu pena de quatro anos. Anistiado em 1821, retornou para Pernambuco. Em 1834 foi nomeado Diretor do Jardim Botânico de Olinda e professor de Botânica e Agricultura. Foi nesse mesmo período que escreveu um livro didático intitulado *Compêndio de Botânica para uso dos alunos que se quiseram dedicar ao estudo desta*

²¹ Em 1824, com a deflagração da revolta conhecida por Confederação do Equador aconteceu o mesmo, quando a província perdeu a Comarca de São Francisco, que abrangia toda a margem esquerda do rio São Francisco até Goiás, desde a nascente do rio Carinhanha, divisa com Minas Gerais, até Petrolina, cedida a Minas Gerais e depois a Bahia.

²² Neste ponto, chamo a atenção para a ingerência da Câmara Municipal do Recife no tocante às questões de Saúde. Este dado é de grande relevância visto que desencadeou, anos mais tarde, uma querela entre os médicos e os vereadores, conforme será mais detalhado a *posteriori*.

ciência, publicado em 1835 pela Typographia de F. M. Farias, localizada em Recife²³. O livro foi uma adaptação da Botânica de Richard.

Além disto, Serpa foi membro correspondente de duas Sociedades de Medicina: a do Rio de Janeiro, na década de 1830 e a de Pernambuco, na década de 1840 (SCHMALZ, 1966).

Conta Boris Fausto (2008, p.128) que um pouco após a revolução de 1817 “Os boticários, cirurgiões e sangradores davam-se ares de importância e até os barbeiros recusavam-se a fazer a barba das pessoas alegando que estavam ‘ocupados a serviço da pátria’”.

1.4.8 O Barão e as parteiras: a disciplinarização de um ofício

Muito tempo depois da intentona libertária, o governador da província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, pela lei provincial nº 75 de 6 de maio de 1840, criou uma Cadeira de Arte Obstétrica, subordinada à diretoria do Liceu e voltada especificamente para formar mulheres. Um curso teórico-prático que capacitava somente mulheres, ministrado pelo Dr. Simplício Antônio Mavingner com a “finalidade de disciplinar o exercício profissional, em função do grande número de curiosas que partejavam no Recife”.

As aulas eram ministradas no Hospital do Paraíso, pelo médico Simplício Antônio Mavingner. A iniciativa era disciplinadora do exercício profissional das parteiras, também chamadas de *curiosas*, em vista do grande número de mulheres que partejavam no Recife, sem a menor formação na área de saúde.

Tão logo foram formadas as primeiras parteiras, passou-se a exigir o registro não apenas destas profissionais, como o de médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Talvez esta iniciativa, datada de 1849, tenha sido o primeiro esforço de disciplinamento profissional em terras pernambucanas (PEREIRA, 2009).

O Curso foi extinto, em 1856, com a morte de seu fundador.

²³ Serpa também escreveu um livro sobre higiene e puericultura intitulado *Tratado de Educação físico-moral dos meninos*. Foi dedicado às mães de famílias. Escrito nos anos de cativo foi publicado em Pernambuco, em 1828. Trata-se, na realidade, de uma adaptação do livro de Mr. Gardien, ilustrada com obras de outros autores. Alguns estudiosos da História da Educação Física no Brasil consideram este livro como o marco no ensino das práticas físicas. Mas, como já se viu, outras obras sobre o mesmo tema circularam em períodos anteriores na província pernambucana.

1.4.9 O ensino da medicina em Pernambuco no alvorecer da Primeira República

Após a Proclamação da República, o governador Barbosa Lima, retomava a luta para instalar um curso de medicina no estado. Em 1895²⁴ ele encaminhou à Câmara dos Deputados um novo projeto, que, aprovado em plenário foi encaminhado ao Senado Estadual, ocasião em que um médico, o senador Constâncio Pontual declarou-se contrário e, com sua argumentação, o projeto de Nº. 111 foi rejeitado.

Nova tentativa. Desta feita realizada durante o I Congresso Médico Pernambucano, em 1909. Mais uma vez houve a derrubada da proposta.

Pernambuco só veria a fundação de um curso superior ministrado em uma Faculdade de Medicina na segunda década do 1900. A inauguração oficial ocorreu no dia 16 de julho de 1920 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, 2009).

Mas, este retardamento em fundar uma escola de medicina não determinou uma *idade de trevas* na saúde pública de Pernambuco, até porque, havia, bem ou mal, a ação dos membros da Câmara Municipal do Recife e a ação dos médicos que se formavam em universidades européias – Paris, Edimburgo, Montpellier, Oxford, Londres e Coimbra (SANTOS NETO, 1993, p.58) que voltavam para o Recife onde se tornavam os próprios “desprestigiadores da medicina caseira” (FREYRE, 1951, p.138).

A dissertação de Mestrado da autoria de Manuela Arruda Santos (2009) revelou um total de 19 médicos que atuaram em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Seus dados mostraram que nenhum deles se formou no Rio de Janeiro ou em Salvador. A maioria, quase absoluta, se formou em universidades européias e mesmo na escola de cirurgia que houve em Recife.

²⁴ Este governador teve uma preocupação com a educação pernambucana do período. Além de tentar uma reforma no ensino superior, implementou a reforma do ensino primário, em 1896.

A contribuição das faculdades brasileiras para formar os médicos que trabalharam em Recife só ocorreu posteriormente. Segundo Leduar de Assis Rocha (1962) citado por Santos Neto (1993) a Faculdade da Bahia formou 67 médicos pernambucanos.

Por sua vez, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro formou aquilo que considero como *segunda geração de higienistas* de Pernambuco, porque eles atuaram depois da Proclamação da República, alguns se destacando nas questões sobre a saúde do escolar. Dentre os quais destaco: Octavio de Freitas. Formado em 1893, assumiu, em 1904, a Saúde Pública do Estado de Pernambuco durante o Governo de Sigismundo Gonçalves, permanecendo no cargo por breve período. O psiquiatra Ulysses Pernambucano, formado em 1921, que se projetaria na educação pernambucana reformando, em 1923, o Ensino Normal e Amaury de Medeiros, formado em 1915. Este médico, entre outras ações criou o curso de Visitadoras Sanitárias em Pernambuco, no ano de 1923, formando professoras para serem Visitadoras Escolares.

1.5 AS SOCIEDADES DE MEDICINA

A investidura ao poder regulador das ações de saúde dada à Câmara municipal gerou uma reação da classe médica, com mesma força e intensidade levando à criação de associações médicas em algumas províncias brasileiras.

Portanto, o fortalecimento da classe médica ante as investidas do governo imperial para desqualificar seu discurso competente bem como impedir de realizarem os debates científicos da época, estimulou esses profissionais da saúde a se articularem e estabelecerem uma forma de resistir às perdas. Eis que se estabelece um novo *locus* para, regulamentar a atuação das pessoas que exerciam a *arte de curar* e ajudar ao Estado na elaboração dos preceitos higienistas.

Os articulistas eram os mesmos, deslocava-se o espaço. Foram criadas as Sociedades de Medicina.

1.5.1 A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro: *les frères brésiliennes*

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi fundada em 1829²⁵ tendo como eixo norteador de suas propostas os estatutos da Academia de Medicina de Paris.

A linha mestra de ação da congênere brasileira consistiu na viabilização do crescimento das diferentes áreas da medicina e a ampliação da influência, desses profissionais da saúde junto ao Governo Imperial naquelas questões que dissessem respeito à higiene e às políticas de Saúde Pública (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, 2009).

Esta experiência local fez eco na Colônia e, um tempo depois, e levou à formação de sua congênere na província de Pernambuco.

1.5.2 A Sociedade de Medicina de Pernambuco: a ciranda médica dançada com o Rio e Paris

A Sociedade de Medicina de Pernambuco inaugurada em 4 de abril de 1841²⁶. Teve seu primeiro estatuto aprovado pelo engenheiro Francisco do Rego Barros, presidente da província, e posteriormente, pelo Governo Imperial. Em seu Relatório, datado de seis de março de 1841, Rego Barros já anunciava a composição da referida sociedade que, segundo ele, era formada pelos “mais habéis Facultativos desta Cidade com a finalidade de melhorar a **Saúde** de seus habitantes” (REGO BARROS, 1841. p.14, negrito do original).

A agremiação médica pernambucana seguia o mesmo modelo da Academia Imperial de Medicina, localizada no Rio de Janeiro, que, por sua vez, se inspirou na Academia Francesa de Medicina para escrever seu estatuto (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, 2009). Formou-se, assim, uma ciranda de saberes médico-higiênicos entre Pernambuco, a Corte Brasileira e a França.

²⁵ Essa sociedade foi nomeada posteriormente de Academia Imperial de Medicina (1835) e por fim Academia Nacional de Medicina (1889).

²⁶ Sociedade de Medicina de Pernambuco (1841) depois Instituto Médico Pernambucano (1874); Associação Médico-Farmacêutica Pernambucana (1887) e, por fim, Sociedade de Medicina de Pernambuco (1897).

Os objetivos da Sociedade foram estabelecidos ao longo de dois § do Artigo 2 dos seus estatutos, tendo por fim promover os progressos da medicina e todos os ramos das ciências médicas na província de Pernambuco, e dar à classe médica a posição que lhe era assinalada pela nobreza de sua profissão (ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE MEDICINA DE PERNAMBUCO, 1977)²⁷.

No discurso de instalação da Sociedade, proferido em 04 de abril de 1841, o Presidente Antonio Peregrino Maciel Monteiro, realçava a importância da criação de tão importante entidade para a “saude e vida da Sociedade” (MONTEIRO, 1977, p.12 e passim). Para atingir tal magnitude de ação a medicina se apresentava como a via que tornava isto possível, pela influência que se revelava “em prodigiosa escala e amplissimo alcance” e tudo isto organizado em um “*Codigo de Policia Médica*”. Aqui já nos basta para ver a influência da escola alemã na elaboração do código de ações da Sociedade. Isto ficou mais visível quando o nobre presidente da sociedade se apoderou do viés de Direito Criminal para respaldar ações de cunho policialesco e mesmo na determinação da incapacidade “daqueles seres considerados naturalmente imperfeitos”, quer pela idade, quer outras circunstâncias e da “*Medicina Legal* (itálico no original) como o meio de legitimar a regulamentação das leis” (p.13) tudo isto como uma resultante da “comunhão de seus principios reciprocos” (ibidem). ou seja, a Medicina influenciando a Legislação.

A inspiração neo-hipocrática, de origem francesa dos médicos transpareceu nas proposições sobre a necessidade de ter e manter ações de vigilância ambiental.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Sociedade atuava como consultora do governo provincial em assuntos relacionados à higiene e saúde públicas. È tanto que, dois anos após sua fundação, a Sociedade propôs a eliminação de todos os fatores considerados focos de moléstias endêmicas. Deste modo, propôs medidas de saneamento que para drenar e aterrar os pântanos de Olinda que inundavam a cidade nos períodos de chuva, providenciar o encanamento de água potável para a população da cidade e a fazer a transferência dos enterramentos realizados nas igrejas para os cemitérios (RELATÓRIO, 1843).

²⁷ OS Estatutos da Sociedade de Medicina foram aprovados em 1841. A minha consulta de fontes é uma edição fac-similar desses estatutos publicada em 1977. ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE MEDICINA DE PERNAMBUCO. In: **Annaes da Medicina Pernambucana (1842-1844)**. Ed Fac-similar. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977, p.18-32.

O Relatório de 1844 (p.10) da autoria de Francisco do Rego Barros, presidente dessa província, reconheceu a utilidade pública da referida organização médica

A saúde Pública vai continuando a receber importantes serviços da Sociedade de Medicina, estabelecida nesta província: a qual não poupa esforços para descobrir as causas das molestias mais frequentes e applicar os meios convenientes de evitar umas e extirpar outras. (REGO BARROS, 1844, p.10)

Foi a partir dessa organização de classe que surgiu, em Pernambuco, um órgão público para controle dos problemas de higiene ambiental, o Conselho de Salubridade de Pernambuco.

1.6 Conselho de Salubridade da Província de Pernambuco: corpos em Recife, cabeças em Paris

A criação desse conselho seguia, diretamente, o modelo francês que tinha seu próprio Conselho de Salubridade. A iniciativa pernambucana partiu do presidente da província, Francisco do Rego Barros, em 1840, talvez influenciado pela sua formação francesa adquirida na Escola Politécnica de Paris.

Rego Barros deu todo apoio à formação da Sociedade de Medicina, e, depois começou a lutar pela estruturação desse Conselho.

Regulamentado em 1845, pela Lei número 43, aprovada pela Assembléia provincial, no governo de Chichorro da Gama, esse Conselho atuou intensamente nas questões de saúde pública e higiene que afligiam o Recife e o *resto* da província.

A composição da equipe de conselheiros, apesar de ser multiprofissional, mostrava o prestígio dado aos médicos, talvez já como um resultado da luta empreendida para reconquistar o lugar que lhes fora tomado a partir do momento que as câmaras municipais assumiram o direito de reger a saúde pública. Desse modo, o Conselho era composto de três doutores em medicina²⁸, versados no estudo de higiene pública e da medicina legal. Ainda, a composição do Conselho contou com a participação de dois farmacêuticos especialistas em análises químicas e práticas toxicológicas. Foram nomeados dois adjuntos, também doutores em medicina, para substituição

²⁸ Nesse período, o estudante de medicina, para receber o grau de médico, defendia ao final da graduação, uma tese e, então recebia o título de doutor em medicina. Portanto, o grau de doutor tinha um significado diverso do conferido pelas universidades contemporâneas.

nos casos de eventuais faltas dos membros titulares, mas que também poderiam trabalhar em conjunto quando a demanda pública fosse maior que a capacidade de trabalho dos membros titulares da equipe. Para dar ampliar o raio de ação do ao Conselho e para garantir que as ações deliberadas chegassem ao interior da província, ficou determinado que cada município teria por um delegado do Conselho de Salubridade, escolhido entre um facultativo, a fim de realizar tudo que se referisse à saúde pública.

O detalhe de atuação na área de Medicina Legal, por vários motivos, não deve ser menosprezado. Primeiro porque ele representa, segundo Afrânio Peixoto (1910, p.I) a “aplicação de um conhecimento científico aos misteres da Justiça” . Mas, para aplicar esse conhecimento, era necessário que o perito dominasse também, aqueles referentes às ciências conexas como as sociais, as físicas e as naturais. Segundo, ele também, representou o instrumento de legitimação dos médicos que compuseram o conselho, na tentativa de regulamentar, através da legislação, uma proposta ambiciosa de trabalho. Essa hipótese fica mais plausível quando, uma lei de 1850 conferiu ao Conselho de Salubridade o poder de encaminhar, à Câmara Municipal, sugestões de práticas higienistas ambientais e para regulamentar a construção de edifícios, quer públicos quer privados, para que elas fossem regulamentadas através das Posturas (SOUZA, 2002b) ocorrendo aquilo que considero como *um diálogo entre Themis e Hygeia*.

A partir de então houve uma enxurrada de sugestões para a normatização via Câmara, o que acabou causando, digamos, um congestionamento no trâmite legal dessas propostas. Este fenômeno desencadeou uma insatisfação por parte dos vereadores locais, a ponto de seu presidente encaminhar, ao Presidente da Província, uma longa queixa contra a insistência dos médicos do Conselho afirmando que eles “andavam com a cabeça em Paris, ignorando as condições reais e específicas que um administrador tinha de considerar” (ARRAIS, 2004, p.432)²⁹.

²⁹ É interessante notar que, no capítulo que Arrais (2004) dedicou ao estudo da atuação médica na conformação do espaço recifense, ficou explícito que, nem sempre, os médicos conseguiram impor suas orientações técnicas, por uma série de entraves, dentre eles, a não aceitação dos juízes que avaliavam os casos encaminhados para julgamento, ou simplesmente a não aceitação dos vereadores das queixas médicas encaminhadas, principalmente quando estas iam de encontro ao interesse popular, como no caso da retirada das estrebarias dos pontos centrais da cidade, o que determinava uma contrariedade às pessoas que, vindas de longe para resolver negócios de seu interesse, se valiam dos animais como meio de transporte e, portanto, precisavam ter um lugar próximo para abrigá-los. Também havia as questões de interesse ou poder econômico, como foi o caso da tentativa médica de retirar as padarias localizadas no Bairro da Boa Vista. A reação dos padeiros logo se fez sentir e ameaçaram o aumento do preço de pão ou mesmo a retirada do produto para consumo. Com isto, esses profissionais conseguiram barrar a proposta médica que não foi aprovada pela câmara. Estes exemplos, embora isolados mostram que a tão propalada “medicalização da sociedade” defendida, não só por Michel Foucault, mas por vários pesquisadores, não foi assim tão universalizada. Havia as

As palavras do seu Presidente Aquino Fonseca, quando da instalação do Conselho, são bastante elucidativas sobre o projeto higienizador

[...] é preciso que empenhemos nossos esforços para que o público se convença de que um Conselho de Salubridade é uma instituição de suma importância em qualquer país civilizado, porque cuida do melhoramento sanitário, e tem de resolver questões de higiene e de medicina legal de alto interesse para a sociedade; é preciso que por nossos acurados trabalhos, acreditemos esta instituição, e a tornemos necessária pelos resultados obtidos (FONSECA, 1977).

Pela envergadura da proposição da ação do Conselho, ela lembra as medidas de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental dos dias atuais, muito embora, com esta afirmativa eu esteja correndo o risco de ser anacrônica³⁰. E, por que digo isto? Porque, de modo geral, esses conselheiros se propuseram a atuar em uma gama variada de assuntos (FREITAS, 1935) como a realização de inspeção sanitária dos alimentos, bebidas e medicamentos, tentando impedir sua contaminação ou falsificação, bem como regulamentar a comercialização realizada nas ruas do Recife. A vigilância se estendia à prestação dos serviços, dentre os quais estava o funerário.

Em relação à vigilância ambiental, a insalubridade local esteve na pauta das discussões. Havia a preocupação com os ares e os lugares, quer público, quer privado, que representassem risco à saúde pública. Nesse ponto, Moreira (2009) indicou que **as escolas** também fizeram parte da proposta de inspeção dos digníssimos conselheiros.

O Conselho de Salubridade acabou se extinguindo. Seus propósitos não atingiram a meta desejada, pois mesmo que não tivessem sido “desmantelados nos seus pontos capitais, a sua restrição a poucas cidades, e não somente (sic) à sua capital, foi sendo imposta pouco a pouco, no decorrer dos anos que se lhe seguiram” (FREITAS, 1935, p. 287).

Isto, no entanto, não ocorreu de forma brusca e radical. Temendo a ausência de um órgão atuando na área da saúde pública, o presidente da província, mesmo tendo extinguido, por ato legal o Conselho, ainda permitiu que continuasse executando sua missão, até que foi criada a Comissão de Higiene.

resistências. Aliás, este fenômeno de medicalização foi duramente rebatido por Antunes. O exemplo mais vivo de resistência aos atos da Polícia Médica e que ganhou notoriedade nacional foi a Revolta da Vacina, em 1904, da qual, aliás, participou de modo ativo, um ex-governador de Pernambuco, José Alexandre Barbosa Lima e que, talvez por isto mesmo, tenha ecoado no estado de Pernambuco, onde estourou a *Revolta dos Quebra-Lampões*.

³⁰ Faço esta ressalva porque a aplicação do termo “vigilância” em saúde pública é muito recente. Segundo Bueno (2005) data de 1963. Para maiores informações sobre este assunto, ver o livro **À sua saúde. A Vigilância Sanitária na História do Brasil**. Publicado em Brasília pela Editora ANVISA, no ano de 2005.

1.7 Comissão de Higiene

Seguindo os passos da saúde desenvolvida na corte, que criou a Junta Central de Higiene, Pernambuco criou, em 1855, a Comissão de Higiene Pública, composta por médicos de renome e da confiança de sua majestade em substituição ao Conselho de Salubridade (ANDRADE, 1986).

Foi dirigida por Joaquim Aquino Fonseca que renunciou ao cargo em 1856, em virtude da atuação, chancelada pelo presidente da província, de um negro curandeiro que passou a atender a população afetada pela Cólera nas dependências do Hospital Militar.

A Comissão de Higiene atuou largamente sobre o ambiente do Recife. Segundo Arrais (2004) esses médicos se apoiavam na convicção hipocrática, de forte correlação entre clima e doença.

Em 1856 Aquino Fonseca foi substituído pelo Dr. Cosme de Sá Pereira, que vinha ocupando o posto de secretário. Ao assumir a Diretoria da Comissão de Higiene, ele prestou relevantes serviços á higiene da cidade. Conseguiu a extinção da Cólera morbus, que em 1856 matou 37.589 pessoas na Província de Pernambuco e só no Recife fez 3.338 vítimas fatais (FREITAS, 1936).

Foi durante a atuação dessa Comissão que se instaurou sérios conflitos entre os médicos desta Comissão e outras instâncias. Com outros médicos, como o Dr. Lobo Moscoso, foi travado um intenso debate sobre as formas de transmissão das doenças. Eles representavam correntes epidemiológicas diferentes, isto é, sobre a forma de distribuição das doenças na população, sobre os modos de transmissão das doenças. Ou seja, o que se dava era uma disputa entre os contagionistas e o não contagionistas e as acusações mútuas sobre as medidas sanitárias adotadas durante a grande epidemia de Cólera que assolou a província neste mesmo período³¹. Isto era importante porque determinava a medida sanitária mais adequada para controle de doenças. Uma corrente epistemológica se voltava para o controle ambiental e saneamento e a outra corrente, se voltava para o doente, promovendo seu isolamento, quarentena ou a vacinação se esta existisse,

³¹ Gilberto Osório de Andrade (1986, p.57) ao fazer referência à enfermidade usou a nomenclatura de “fera do Ganges”. Ele contou que a taxa de óbitos causada pela Cólera, que assolou a província de Pernambuco em 1856, foi de 32.586 pessoas. “Porque se alastrara por toda a mata litoral desde Barreiros até Pedras de Fogo, na comarca de Goiana; subira a serra de Tracunhahém, descera de Gravatá e Bezerras a Bonito, voltara a Pajeú de Flores devastando Ingazeira, Vila Bela, Moxotó.”

como foi o caso da vacinação contra varíola imposta, pela legislação escolar, aos alunos que quisessem se matricular, neste mesmo período. Resultava em tirar os pobres da rua.

Outra querela que a Comissão criou foi com a categoria de *charlatães*. A dissertação de mestrado de Rosilene Farias Gomes (2007) descreve uma, das muitas que ocorreu, mas de grande impacto na sociedade médica. Venceram os costumes³², e a medicina popular prevaleceu sobre a medicina aprendida na França e defendida tão ferrenhamente nos centros decisórios do poder local.

Também, houve enfrentamentos constantes com a Câmara municipal. Muitas vezes, os costumes foram prevalentes ou as Posturas foram decretadas segundo a situação de interesse dos vereadores.

1.8 A Inspetoria de Higiene Pública

Criada em 1872, teve como primeiro diretor o Dr. Pedro do Athayde Lobo Moscoso que exerceu este cargo até a proclamação da República. Por ter exercido a clínica médica no Recife, desde o ano de 1845, conhecia bem as necessidades da população, no que tangia à saúde pública (FREITAS, 1935).

Esta instância reguladora da higiene pernambucana funcionou até 1913, quando foi substituída pela Diretoria de Higiene e Saúde Pública.

Após tantas instâncias de poder e espaços para elaboração do discurso, será que o discurso médico foi mesmo hegemônico durante o Império e “medicalizou” a sociedade?

Os conflitos de interesse aparecem de modo muito forte quando se estende a mirada até à atuação da Câmara municipal.

Entrou a República e este espaço de poder continuou gerenciando, de modo bastante precário, a saúde pública.

1.9 Porque nem sempre as marias vão com as outras

Se, de um lado, os médicos atuantes durante o período Imperial elaboravam medidas de caráter coercitivo em relação à higiene ambiental, esperando serem transformadas em Posturas

³² Sobre o tema ver Sidney Chalhoub. **Artes e Ofícios de cura no Brasil**. Campinas: UNICAMP.

Municipais, do outro estavam os vereadores que ignoravam, ludibriavam, simulavam interesse e, quando se empenhavam era para benefício de algum compadrio. O mesmo se dava com a população em geral, que se mantinha rebelde ou indiferente às recomendações médicas ou das Posturas da Câmara municipal (ANDRADE, 1986).

Havia queixas de todos os lados. A população resistia tenazmente. A despeito da elaboração da proposta regulamentadora oriunda da Comissão de Higiene e da regulamentação através da Postura da Câmara Municipal do Recife, promulgada em 1854, sobre as construções, o que se dava era que “As habitações continuavam aglomerando-se, acotovelando-se e os efeitos insalubres disso documentavam-se através da crescente ‘tuberculinização dos pulmões’ e de mazelas outras” (ANDRADE, 1986, p.55).

Outro exemplo de resistência às orientações médicas, dadas pelo Conselho de Salubridade foi relatado pelo Presidente da Comissão de Higiene, Joaquim de Aquino Fonseca, que em visita ao Colégio dos órfãos observou que os internos não realizavam os exercícios ginásticos propostos (COMISSÃO DE HYGIENE PUBLICA, 1855).

Os indícios que essa resistência à medicalização atravessaram décadas e chegaram ao último quartel do século XIX foram mostrados em duas ocasiões distintas. Em 1875, o então presidente de província, Henrique Pereira de Lucena descrevia em seu Relatório enviado à Assembleia Provincial, a “obstinação” que os inquilinos e proprietários de imóveis apresentava “em franquear suas casas e respectivas obras” para a instalação de latrinas móveis para a remoção dos excrementos em referência ao sistema de instalação e coleta das latrinas móveis (LUCENA, 1875, p.96).

Em 1878 o Inspetor da Saúde Pública de Pernambuco declarava que, há muito, as autoridades sanitárias reclamavam contra o péssimo sistema de edificação “e a municipalidade não se abala com essas cousas que ela julga sem nenhuma importância... os cortiços parecem zombar das autoridades” (MOSCOSO, 1879, p.38).

Mas, haveria alguma explicação para essa desmedicalização da saúde? Há uma vertente de pensamento que é da tradição e dos costumes. Um dos teóricos mais importantes nessa área Edward Paul Thompson em seu livro sobre o costume dos trabalhadores na Inglaterra, do período entre o século XVIII e parte do XIX, mostrou que o costume “era a segunda natureza do homem” (THOMPSON, 1998, p.14). Thompson se referiu ao reforço dos costumes pela pressão popular

frente às leis estatutárias, demonstrando que o costume, quando muito antigo, era superior à elas se fosse exercido sem interrupções.

Na América, esta força do costume também prevaleceu.

Por isto, em muitos casos, o costume se posicionou contra a lei, ou a legislação foi criada a partir do costume local. Isto acabou determinando espaços ambíguos de poder, onde não havia uma jurisprudência única sobre o mesmo caso e sim, negociações, adaptações, mudanças ou, simplesmente, rejeição de leis (RUIZ, 2009). Este pesquisador estuda a temática, tendo como recorte temporal o século XVI ao XVIII. Mas, estas premissas se estenderam até finais do século XIX. O título III do Regulamento Imperial sobre a competência da Câmara dos vereadores confirma esta hipótese. A Câmara devia adotar posturas frente a cada caso, deliberando e provendo objetos sobre a normatização do espaço público. Se não vejamos este trecho do Relatório do Presidente da Comissão de Higiene, datado de 1856.

No Recife, quando a Câmara municipal editava posturas estas ou não entravam em vigor ou eram elaboradas segundo os interesses ou costumes locais. Bom exemplo disto foi o caso da tentativa de proibição, feita pelos órgãos de saúde pública, de instalar as estrebarias no centro do Recife. Encaminharam a proposição para ser regulamentada através de uma Postura da Câmara municipal. Os vereadores simplesmente se negaram a fazê-lo porque atrapalharia a vida daqueles comerciantes que precisavam se locomover, de modo prático e rápido, e que já tinham o costume de usar as instalações próprias no centro do Recife para deixarem seus animais enquanto mascateavam pela cidade ou resolviam coisas de seu interesse.

1850. A camara municipal se não oppoz ao que V. Exc. lhe ordenara ; mas, fingindo cumprir a resolução de V. Exc , confecionou artigos de posturas, em que o pensamento da Commissão era completamente desfigurado, de sorte que, podendo permanecer nos lugares, onde se achassem as cavallarices que tivessem ou construissem canos de esgoto ou sumidouros, permitia que esses estabelecimentos continuassem a incommodar os habitantes desta cidade, e a prejudicar seu estado sanitario; pois que a tanto equivalia a excepção por ella apresentada. A Commissão, não es-

A mesma opinião sobre a força dos costumes se opondo à legislação referente as questões ambientais em Recife foi apontada por Santos (2009) quando, em sua dissertação de mestrado estudou a atuação do Conselho de Salubridade, em meados do oitocentos.

Diante disto, questiono: em que espaço se deu a construção do discurso para a higiene escolar em Pernambuco durante o Império?.

1. 10 A REPÚBLICA DEU ASSENTO À HIGIENE

Logo após a proclamação da República, em 1889, os médicos especialistas em saúde pública ocuparam diferentes lugares para fazer prevalecer seu discurso.

Não se pode esquecer que, nesse período histórico, grandes acontecimentos tiveram lugar no campo da saúde pública. Ocorridos localmente tiveram repercussão nacional, como a Revolta da Vacina que, desencadeada no Rio de Janeiro, repercutiu em todo país³³.

Em Recife, um movimento, não com as mesmas proporções daquilo do Rio de Janeiro, foi chefiado pelos acadêmicos da Faculdade de Direito e recebeu o nome de “Os Quebra-Lampiões” (MONTEIRO, 2005).

Outro fator de grande consideração ocorreu durante a primeira década do novecentos: a criação da Organização Panamericana de Saúde, um mecanismo bastante poderoso que os Estados Unidos da América se serviu para fazer valer medidas saneadoras em outros países da América Latina e Caribe. No rastro desta criação, a Fundação Rockefeller, também se instalou no Brasil, com medidas saneadoras do ambiente. Eventos estes que repercutiram de modo intenso na saúde pública nacional (IYDA, 1995) e que serão contemplados nos conteúdos de ensino de 1928.

Em Pernambuco, as ações no campo da Saúde Pública continuaram sob a responsabilidade da Inspetoria de Higiene até 1912, que funcionava precariamente. Além da desestruturação, física e de pessoal, essa repartição deixava a desejar pela falta de um regulamento sanitário que contemplasse a ação que a higiene exigia. Por volta de 1913,

³³ Durante as revoltas ocorridas no Rio de Janeiro, uma das figuras de destaque na organização do levante foi José Alexandre Barbosa, ex-governador de Pernambuco, então ocupante de uma cadeira de Deputado na Assembléia do Rio de Janeiro.

começaram os debates para a melhoria das condições de trabalho, ao mesmo tempo em que circulou no Congresso estadual uma proposta de elaboração do Regulamento sanitário.

Em junho desse mesmo ano foi aprovada a Lei 1.201 reorganizando, inteiramente, os serviços de saúde pública do estado. Além de promulgar o tão almejado Regulamento, foi criada a Diretoria de Higiene e Saúde Pública, com as seguintes seções: Profilaxia da Febre Amarela, desinfectório, Instituto Bacteriológico, Laboratório químico e Seção Demográfica.

Note-se que a organização de um serviço de Profilaxia da Febre Amarela era uma proposta inteiramente nova e já era um eco da ação instituída pela Organização Panamericana de Saúde e pela Fundação Rockefeller que, assim, estendia seus braços até o estado de Pernambuco.

Essa diretoria foi substituída na década de 1920 pelo Departamento de Serviço e Assistência à Saúde, dirigido pelo médico Amaury de Medeiros.

Toda esta mobilização em torno da Saúde Pública denunciava uma nação sem saúde.

Durante o início do século XX, novos viajantes, desta vez cientistas brasileiros como Neiva e Penna, em 1906; Lutz e Machado, em 1915, sob as ordens de Oswaldo Cruz, empreenderam viagens aos sertões do Brasil e comprovaram a situação calamitosa em que se encontrava a população destas regiões do país. Estes médicos descreveram três enfermidades endêmicas, conhecidas, que afligiam a população que residia nos centros urbanos como o Rio de Janeiro. Eram elas: a Febre Amarela, a Peste e a Varíola, enquanto que, na zona rural do Brasil (os sertões) prevaleciam as doenças parasitárias, como o “impaludismo” e a ancilostomose ou opilação. A Doença de Chagas, também conhecida como Tripanossomíase americana, veio juntar-se a estas no início do século XX. Por isto o habitante do sertão ser mostrado, tantas vezes como um indolente, um preguiçoso.

Diante deste quadro desolador que a população urbana e rural do Brasil se encontrava, era premente a tomada de decisões enérgicas que revertessem a situação.

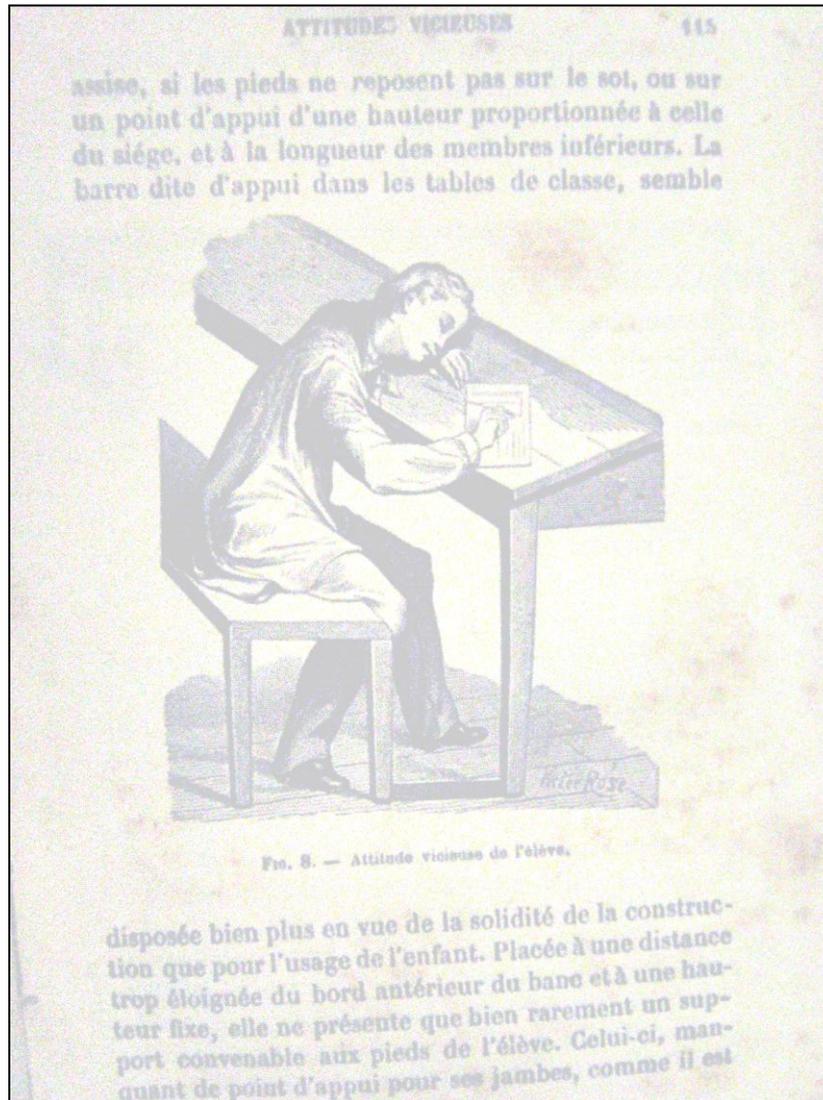
Foi durante a administração de Amaury de Medeiros que foram empreendidas grandes ações na área de saúde pública em Pernambuco.

Segundo Valdemar de Oliveira (1975) foram os tempos de braço e cutelo³⁴.

³⁴ A atuação deste sanitarista foi estudada por Gustavo Acioli Lopes na sua dissertação intitulada **A cruzada modernizante e os infieis no Recife, 1922-1926 higienismo, vadiagem e repressão policial**. UFPE- 2003.

A “educação sanitária”, modelo de gestão que acreditava na força das palestras sobre doença como meio de obtenção e preservação da saúde, foi a tônica. O próprio Valdemar era o coordenador desse serviço de saúde pública (OLIVEIRA, 1975).

CAPÍTULO 2
OS ESPAÇOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS NO DISCURSO DA HIGIENE
ESCOLAR.



“Não adianta espíritos ilustres em corpos podres” (João Barbalho, 1875).

A arte imita a vida. Se usarmos a literatura como fonte para a história da saúde e da educação, é possível perceber no livro *O Alienista*, da autoria de Machado de Assis, a atuação da Câmara Municipal regulamentando sobre os loucos da cidade. Tudo se inicia quando o médico, Dr. Simão Bacamarte se queixa do descaso dos vereadores locais com os dementes, que simplesmente eram trancafiados em suas residências ou ficavam a deambular pelas ruas, colocando em risco aqueles que precisavam se locomover.

Incomodado com essa situação de exclusão, o Dr Bacamarte “pediu licença à Câmara para agasalhar e tratar... todos os loucos de Itaguaí... Dali foi à Câmara, onde os vereadores debatiam a proposta...” (ASSIS, 2007, p.8-9).

Saindo da ficção para a vida real. Coube às Câmaras Municipais, elaborar Posturas sobre os cuidados com os loucos.

Para o historiador Rafael Ruiz (2008, n.p)

[...] as Câmaras municipais e os ‘Cabildos’ foram agentes ativos na construção da sociedade colonial e, nesse sentido, foram criadores do direito, muitas das vezes não a partir da lei, mas por meio dos usos e costumes, que configuravam a prática cotidiana das relações sociais, jurídicas, econômicas, políticas das diferentes vilas e cidades.

O autor apontou para o fato de que o direito, “muitas das vezes” não se deu a “a partir da lei, mas por meio dos usos e costumes”. Isto é de suprema importância para compreender o porquê dos vereadores não terem proibido a população recifense, em meados do século XIX, de jogar águas servidas pelas janelas dos sobrados. Eles, apenas, regulamentaram um costume que já era corrente na população. Isto coaduna com outra afirmação feita por ele (op.cit)³⁵ de que “o costume não era o costume como o entendemos hoje, uma praxe social ao arrepio da lei”. Assim, podemos pensar que havia “negociação” entre as partes envolvidas.

À lista das práticas cotidianas citadas é importante acrescentar que, também, configuraram as relações médicas com a sociedade de um determinado período. Como isto se estabeleceu?

³⁵ RUIZ, Rafael. Duas percepções da justiça nas Américas: Prudencialismo e Legalismo. VIII Encontro Internacional da ANPHLAC. *Anais eletrônicos*. Vitória/Espírito Santo. 2008. n.p.

2.1 As Câmaras municipais: a higiene desmedicalizada

Com a nomeação de médicos formados em Coimbra para ocupar os cargos de físicos e cirurgiões, começou a ocorrer sérios conflitos entre eles e os que aqui se formavam em cursos práticos, com denúncias de legislação em causa própria. Na realidade, começou a haver um conflito de interesses. Um deles foi aquele deflagrado por Francisco Xavier Pereira, deputado pelo Rio Grande do Sul que, também, era farmacêutico. De posse de queixas de abuso de poder praticado pelo Físico-Mor e pelo Cirurgião-Mor do Império, além de alegar a incompetência deles no controle das epidemias, Francisco Xavier sugeriu à Assembléia a extinção da Fisicatura e do cargo de Provedor de Saúde da Corte. A moção foi acatada.

A partir de então o Império deslocou, oficialmente, para as Câmaras Municipais a responsabilidade pelos serviços de saúde pública no Brasil. Portanto, durante o Primeiro Império, a Câmara Municipal foi alçada à primeira instância da saúde pública brasileira, a partir de um conflito de classes e não por ter cabedal de conhecimento na área (VELOSO COSTA, 1971, p.101).

Essas novas e ampliadas funções dos visitadores ou vereadores foram regulamentadas pelo Imperador Pedro I, por uma Lei promulgada em 1 de outubro de 1828, denominada de *Regimento das Câmaras Municipais*. Às Câmaras cabiam funções administrativas, mas não legislativas podendo, apenas, elaborar códigos de postura (BRASIL, 1828).

O funcionamento das Câmaras Municipais foi regulamentado pelos parâmetros do Artigo 71 da referida Lei

As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranqüilidade, segurança e saúde e comodidade dos habitantes; asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações, e sobre estes objetos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editais, antes e depois de confirmadas (BRASIL, 1828, p.84).

Não escapou à legislação que regulamentou as Câmaras o cuidado com a higiene das escolas. Assim, segundo o Artigo 70, os visitadores deveriam realizar a “inspeção sobre as escolas de primeiras letras e educação e destino dos órfãos pobres, em cujo numero entram os expostos...” (BRASIL, 1828, p.84). Esse mesmo artigo determinava que ficava sob a responsabilidade das câmaras contribuir, com tudo que estivesse a seu alcance, para que houvesse o aumento desses estabelecimentos. Mas, será que elas cumpriram esse mandato?

Segundo Roberto Machado (1978) esta situação poderia ser nomeada de higiene desmedicalizada.

Qual o espaço que a Câmara Municipal do Recife ocupou na regulamentação da saúde Pública?

2.2 A Câmara Municipal do Recife: primeira instância de gestão da saúde pública local

Apesar da Câmara Municipal de Olinda ser a mais antiga de Pernambuco, uma vez que foi criada em 1534, quando Duarte Coelho Pereira foi designado Governador Geral, nesse trabalho estudo a Câmara Municipal do Recife pela importância econômica e social dessa localidade, durante o século XIX para a história local como nacional, em virtude de seu porto marítimo que era porta de saída da grande produção açucareira da província de Pernambuco.

A criação dessa instância de poder se imbrica com o surgimento da própria Vila do Recife. Isto não constitui um fato isolado ou aleatório vez que as câmaras municipais representavam uma antiga instituição administrativa da Coroa Portuguesa e quando os lusitanos colonizaram o Brasil trouxeram para cá todas elas. Pelo Regimento português, a criação de uma nova vila, estabelecia a tomada de algumas atitudes administrativas dentre as quais estavam: inauguração de um Pelourinho³⁶ e a convocação dos cidadãos locais para escolha dos primeiros vereadores (CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, 2009).

No caso recifense, a instalação da câmara não ocorreu de modo pacífico. Segundo Andrade (2007) este fato constitui a primeira etapa da Guerra dos Mascates³⁷.

Com a elevação do Recife à categoria de vila, isto significava a sua independência, o que permitiria o erguimento do Pelourinho e eleição da própria Câmara Municipal. A reação da vila de Olinda logo se fez sentir. De modo violento, a Câmara Municipal do Recife foi fechada e

³⁶ Pelourinho era a representação da administração local, assim como era o espaço para castigar os criminosos e os escravos fugidos. Consistia em uma coluna construída sobre um pedestal com escadaria feita de pedras, geralmente, de alvenaria encimada por uma bola. Esse símbolo de poder era erguido na praça principal da vila.

³⁷ A Guerra dos Mascates, na realidade consistiu uma disputa de poder entre os senhores de engenhos de Olinda, os chamados “pés-raspados”, proprietários de terra e escravaria abundante, e os comerciantes recifenses, chamados de “mascates”. Ocorreu entre 1709 a 1714.

assim permaneceu durante um período relativamente longo: de novembro de 1710 a junho de 1711. Foi então que o *Povo dos Arrecifes* reagiu e disputou por quatro meses para re-instaurar o poder local. A *arenga* só foi resolvida com a chegada do novo governador geral. Assim foi que, em 18 de novembro de 1711, o Pelourinho era reconstruído no pátio frontal à Igreja do Corpo Santo. Enfim, foi reaberto um conselho que atuou pioneiramente na gestão da saúde pública do Recife (CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, 2009).

O funcionamento das Câmaras Municipais foi regulamentado pelos parâmetros do Artigo 71 da referida Lei

As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranqüilidade, segurança e saúde e comodidade dos habitantes; asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações, e sobre estes objetos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editais, antes e depois de confirmadas (BRASIL, 1828, p.84).

Não escapou à legislação o cuidado com a higiene das escolas. Assim, segundo o Artigo 70 da mesma lei, os visitantes deveriam realizar a “inspeção sobre as escolas de primeiras letras e educação e destino dos órfãos pobres, em cujo numero entram os expostos...” (BRASIL, 1828, p.84). Esse mesmo artigo determinava que ficava sob a responsabilidade das câmaras contribuir, com tudo que estivesse a seu alcance, para que houvesse o aumento desses estabelecimentos. Mas, será que elas cumpriram esse mandato?

2.2.1 A Câmara Municipal do Recife: um espaço ambíguo de poder na saúde pública.

Foi de um modo carrancudo, eu diria mesmo, mal humorado que o grande higienista Octavio de Freitas observou que

Até o ano de 1845 Pernambuco... não possuía urna repartição zeladora da saúde pública. Até aquele momento era a Câmara Municipal que, bem ou mal, se desempenhava do importantíssimo trabalho de policia sanitária... Dizer o que a Câmara Municipal do Recife fazia como iniciadora de nossas organizações médico-sanitarias, é deixar patenteada a sua incompetência em tão elevado assunto social, pois que ela se limitava a vigiar a limpeza de alguns estabelecimentos ou a reprimir certas causas não de insalubridade, mas de intransitabilidade pública...(FREITAS,1935, p. 286-287).

Segundo (SOUZA, 2002a, p.94-95) foi imputado às câmaras municipais

[...] o papel da mais híbrida entre todas as instituições, posto que nelas tramitam (sic) questões puramente administrativas referentes ao abastecimento, **sanitarismo** (negrito de minha autoria), estruturação e ordenamento do espaço na sede e no termo da vila...(SOUZA, 2002, p.94-95).

Para enfatizar o lugar que a Câmara Municipal do Recife exerceu já no século XVIII, enquanto instância de poder regulador da saúde pública, me apropriei da transcrição literal do Termo de Vereação de 13 de outubro de 1781³⁸ dessa mesma câmara citado por George Félix de Souza, em sua pesquisa de mestrado

[...] das ditas exterqueiras e imundícies se seguem a indecência pública, e o que é até a infeccionação do ar que corrompendo-se (sic) com os calores e vapores que sempre nas villas e cidades são mais intensos que em outras partes, motivam de ordinário as epidemias, moléstias e outras enfermidades contagiosas com as quais se ofende a saúde dos indivíduos que habitam nas villas e cidades onde uma tal desordem se tolera (SOUZA, 2002a, p.149).

Por sua vez, a atuação desse espaço de poder, durante o século XIX, foi estudada por Maria Ângela de Almeida Souza (2002b) em um trabalho de extrema riqueza de detalhes. Boa parte do capítulo quatro de sua tese de doutorado foi dedicada à análise da participação dessa alçada de poder na higienização pública do Recife, especificamente no aspecto concernente às edificações.

Esta autora (p.212) mostrou que, até meados do século XIX, a câmara regulamentou, através de suas Posturas, ações referentes “á limpeza das ruas e quintais; para asseio dos gêneros alimentícios e dos locais de sua comercialização; sobre a matança do boi, asseio dos matadouros e dos mercados”.

Comercializados em diferentes locais, tanto na via pública, quando nas “vendas” os gêneros alimentícios compuseram o cânone da higiene pública do Recife.

³⁸ Termo de Vereação de 13 de outubro de 1781, Livro no. 3 de Vereações e Acordos da Câmara Municipal do Recife, fls. 250,250v e 251, citado por Souza (2002a, p. 149).



Figura 6: Venda de alimento em Recife. Rugendas³⁹.

Lá pelos idos de 1854, a Câmara dialogou com a Comissão de Hygiene Pública da Província de Pernambuco. Esta interação de poderes se deu quando a Comissão elaborou o documento intitulado *Para um Plano Geral de Edificações da Cidade*, onde estabelecia os novos padrões de construções para a cidade do Recife e encaminhou à câmara para que estas proposições fossem incorporadas, paulatinamente, às Posturas, o que, de fato, ocorreu, mas que não passou de letra morta (SOUZA, 2002b, p.236).

A demarcação precisa das competências da Câmara, sobre a saúde pública, só ocorreu em 1873. Houve a delimitação da competência de exercício do Conselho de Salubridade Pública que, com sua extinção, passou para a Comissão de Hygiene, isolando a Câmara municipal que passou a ser, apenas, uma regulamentadora das propostas criadas pelas duas instâncias anteriores.

³⁹ Disponível no site:

http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.memorialpernambuco.com.br/memorial/papeldeparede/1024_rugendas_venta_a_reziffe.jpg.

Após a estabilização do governo republicano, a câmara prosseguiu funcionando até 1930, quando foi fechada pelo governo de Getúlio Vargas (CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, 2009).

Segundo Roberto Machado (1978) esta situação poderia ser nomeada de higiene desmedicalizada.

A higiene escolar foi se configurando e sendo debatida por órgãos públicos e passou a ser um tema que educadores passaram a se dedicar com especial atenção.

As disputas entre os médicos e outras instâncias de poder eram muito acirradas. Eles debatiam entre si, questões epistemológicas, e “arengavam” com os outros profissionais que militavam na área de saúde. Pouca ou nenhuma atenção foi dada à saúde da escola e do escolar.

Talvez, por isto, em Pernambuco, os debates sobre a higiene da escola e do escolar, iniciados em 1874, tenham partido da Inspeção de Instrução Pública da Província, cargo ocupado pelo Bacharel em Direito, João Barbalho Uchoa Cavalcanti. De posse de saberes médicos, esse intelectual deu início à sua cruzada higienista denunciando as condições de insalubridade das escolas públicas, a má qualidade dos elementos constituintes da cultura material escolar pernambucana e seus riscos para as doenças que poderiam acometer os estudantes, assim como a possibilidade da ocorrência de enfermidades que ele nomeou de “doenças escolares”.

Como podemos dizer que isto ocorreu? Através do diálogo Themis e Hygeia.

Talvez, a pedra de toque para compreender a interação entre esses dois campos de saber seja o fato de que o Recife abrigava a Faculdade de Direito. Foi daí que emergiu, em 1870, toda uma constelação de pensadores que abalaram os alicerces do tradicionalismo cultural brasileiro.

Pela Casa de Tobias Barreto, como assim ficou denominada essa Faculdade, circularam eminências das artes literárias que, atraídas pela aura de conhecimento que circundava a instituição, para lá se dirigiram.

Pode-se falar em Franklin Távora⁴⁰, chegado do Ceará, do próprio Tobias Barreto e, sua expressão maior, Sílvio Romero, vindos de Sergipe e de Castro Alves, o condoeiro baiano⁴¹.

⁴⁰ Que, segundo me revelou o sebista pernambucano Pedro Américo em uma breve conversa que tivemos no restaurante do CFCH da UFPE, merece um estudo apurado sobre sua colaboração para a educação brasileira.

⁴¹ Conta Mário Sette (1948, p.376-377) ao sair de casa todo enfatiotado e o chapéu coroando os negros cabelos encaracolados dava uma olhadela no espelho e sentenciava: “Tremei pais de família”.

Alguns só passaram pela Faculdade, transferindo os estudos depois para São Paulo. Mas, também, havia a prata da casa, intelectuais que se destacaram no cenário brasileiro e local como Martins Júnior, que integrou a cena política. Um republicano ferrenho.

Para Lilia Schwarcz (2005, p. 190) que havia era uma ciranda nos lugares de fala: na medicina “o homem do direito” servia de “assessor” ao médico transformando em lei seus achados e no Direito, o médico era um perito que auxiliava ao profissional da lei no seu bom desempenho. Embasado no saber médico ele criava um código de conduta.

Segundo a autora (2005, p. 153) “Fazendo da ciência um princípio que se estendia aos mais diversos ramos do conhecimento, os intelectuais de Recife introduziam no Brasil posturas e modelos até então bastante desconhecidos”.

Foi o diálogo entre *Themis e Hygeia* que acabou contribuindo para a implantação da Medicina Legal no Brasil. Nos dizeres de Afrânio Peixoto (1910, p.I) ela constitui a

aplicação de um conhecimento científico aos misteres da Justiça... Não é uma ciência autônoma, no sentido exato da expressão, mas um conjunto de aquisições de varia origem para um fim determinado...As ciências físicas e naturais, as ciências sociais já lhe emprestam suas noções e seus métodos (PEIXOTO, 1910, p.I) .

Essa medicina que teria grande influência no projeto de eugenia que se instalou a partir das primeiras décadas do novecentos.

Isto me permite elaborar a seguinte questão: Seria este o caso de João Barbalho, ao introduzir o debate sobre a higiene escolar em Pernambuco durante essa mesma época? Qual o lugar que ele ocupou nesse processo?

2.3 A Inspetoria de Instrução Pública: berço da pedagogização da higiene escolar em Pernambuco

A Inspetoria de Instrução Pública de Pernambuco foi um dos órgãos deliberadores da província para coordenar a instrução pública da província. Pela Lei 1.124, de 1873, ela era exercida por um Inspetor Geral, por delegados e subdelegados literários, quantos fossem preciso para o mister do ofício.

Quem ocupou o cargo de Inspetor nesse período foi João Barbalho Uchoa Cavalcanti. Foi no início de sua gestão que surgiram os primeiros discursos higiênicos voltados para a escola e o escolar de Pernambuco.

Quem era esse Inspetor?

2.3.1 João Barbalho Uchoa Cavalcanti: um intelectual de seu tempo.

Na visão sartriana o destaque conferido a um personagem dá a permissão para que ele seja classificado como um “intelectual”, o que poderia ser o caso de João Barbalho.

Uma outra estudiosa (BOTO, 2005) adotando a perspectiva weberiana, mostrou que o intelectual, para ser classificado com tal, deve obedecer à ética da convicção, defendendo conceitos universais, e a ética da responsabilidade, não defender políticas de grupo. Eis, novamente, o caso de João Barbalho.

Por sua vez, a concepção de intelectual de Roland Barthes (1987, p. 265) também contempla João Barbalho. Segundo Barthes “intelectual é a aquele que imprime e publica sua fala. Não há praticamente incompatibilidade entre a linguagem do professor e a do intelectual (que coexistem muitas vezes num mesmo indivíduo)”.

O nosso intelectual, se não foi professor, ocupou o posto máximo na educação da província de Pernambuco e, durante a República, do Brasil, foi Ministro na pasta da educação.

2.3.1.1 Um Cavalcanti no Império.

Natural de Serinhãem, interior de Pernambuco, João Barbalho Uchoa Cavalcanti nasceu em 13 de junho de 1846, no engenho Coelhas. Era filho do Senador do Império Dr. Alvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti e D. Ana Maurício Vanderlei Cavalcanti. Fez os estudos preparatórios no Ginásio Pernambucano e no Colégio das Artes. Em 1863 se matriculou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1867. Após exercer por algum período (1868 a 1872) a advocacia forense, foi nomeado Promotor Público do Recife e pouco tempo após foi nomeado Curador-Geral de Órfãos.

Sua carreira como Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de Pernambuco, foi iniciada em 1873, cargo exercido durante 16 anos, concomitante aos demais, mostrando que esse intelectual do império circulou por diversos espaços de poder na província, ocupando lugares de mando, portanto tinha conhecimento dos debates que circulavam.

Seus trabalhos pedagógicos determinaram modificações importantes na instrução primária e secundária da província. Foram reconhecidos, inclusive em exposições pedagógicas como a que ocorreu em 1883 no Rio de Janeiro, quando recebeu medalhas (FREITAS, 1884, p.35).

Dedicou-se ao jornalismo político fundando, na época o jornal *A Tribuna*, veículo de comunicação em que defendeu, com ardor a causa da abolição da escravidão no Brasil (SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2009).

O livro de Leitura de sua autoria, intitulado “*Leituras Selectas*” foi dedicado ao Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco. A obra foi aprovada pelo Conselho Literário de Pernambuco, em 15 de junho de 1881 e adotada pelas escolas da instrução primária da província.

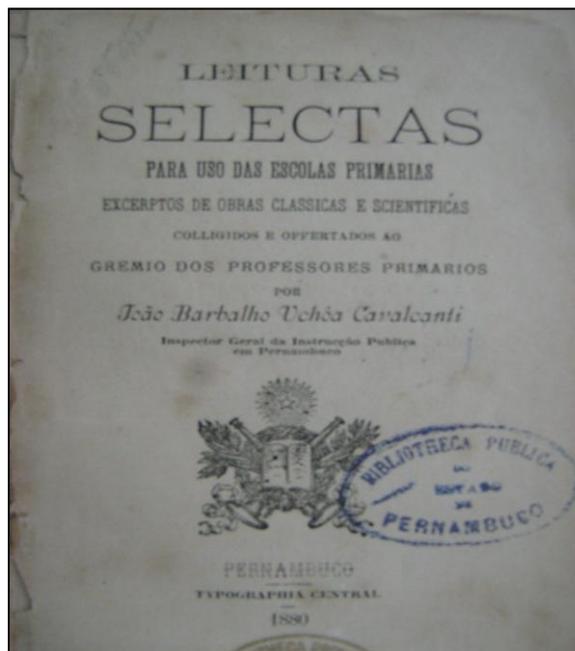


Figura 6: Capa do livro didático da autoria de João Barbalho.

Foi autor de um relatório *Instrução Pública: estudo sobre o Sistema de Ensino Primário e Organização Pedagógica das Escolas da Corte, Rio De Janeiro, São Paulo e Pernambuco*. Recife: Typ. Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

Em 2009, Shueler e Gondra, realizaram uma análise deste documento identificando a representação feita por João Barbalho sobre as escolas dos lugares que ele visitou e que comparou às escolas de Pernambuco. Os pesquisadores mostraram que a partir do exercício comparativo esse inspetor contribuiu para questionar a idéia prevalente na historiografia que elege “a Corte e a província do Rio de Janeiro como modelos para a nação.”

Nesse relatório, Cavalcanti, ainda, transpareceu que foi tradutor e compilador de livros pedagógicos e métodos, como o Mme. Carpentier. Também, publicou artigos em revistas estrangeiras, entre outras atividades de cunho educacional (CAVALCANTI, 1879).

2.3.1.2 O mesmo Cavalcanti na República

Se, durante o Império João Barbalho ocupou lugares de mando em variados espaços de Pernambuco, após a proclamação da República, ele se destacou no cenário nacional. Foi eleito Deputado Federal por Pernambuco. Juntamente com um ex-governador deste mesmo estado, José Alexandre Barbosa, Deputado Federal pelo Ceará, foi um dos signatários da Constituição Brasileira de 1891.

Este lugar ocupado por Barbalho, lhe deu subsídios para escrever duas obras sobre a Constituição. O primeiro trabalho, escrito em 1902 foi intitulado de *Constituição Federal Brasileira: Comentários*.

Foi durante o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca que João Barbalho teve mais destaque, chegando a ocupar diferentes pastas ministeriais. Ocupou a Pasta da Agricultura, de onde foi exonerado em 23 de novembro, quando se deu a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca. Por fim, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo no qual foi aposentado em 1906.

O lugar que consagrou esse intelectual no campo da educação foi o de *Ministro de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telegráfos*, durante o governo provisório de Benjamin Constant.

Com a experiência adquirida em Pernambuco, ele fez um diagnóstico da situação educacional no Brasil, compilou os dados e elaborou um documento intitulado *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telegráfos, em maio de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891*, o documento tem 134 páginas, além dos Anexos.

Sua preocupação com os problemas educacionais e de ensino, em particular explica, talvez, seu empenho em produzir, também material didático. O livro versava sobre a Constituição Brasileira, intitulado *Comentários da Constituição Federal Brasileira, com breves explicações para os que não são versados nas lições dos publicistas e para as classes superiores das escolas primárias* (SENADO FEDERAL, 2009).

João Barbalho Uchoa Cavalcanti faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1909.

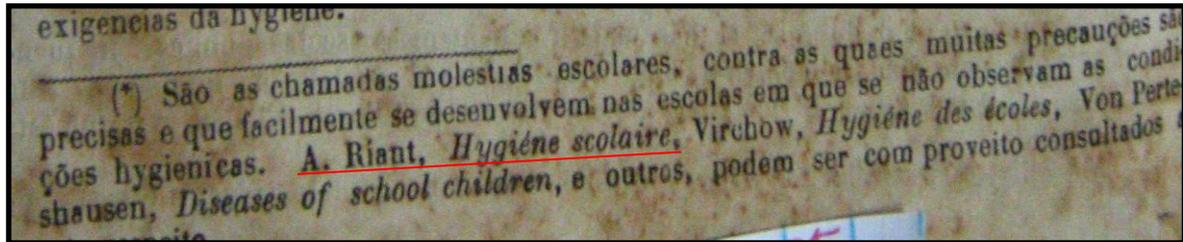
2.4 O Inspetor e a Higiene escolar de Pernambuco

Pelos lugares que Barbalho ocupou durante as últimas décadas do século XIX, é possível constatar que estava ciente do debate sobre Higiene Escolar que se desenrolava na Europa. Esse saber se fundamentava no conhecimento que ele demonstrava ter dos teóricos da área e a produção bibliográfica deles. Em suas referências bibliográficas, nota de rodapé do Relatório que esse Inspetor enviou, em 1875, ao Presidente da Província,⁴² Barbalho especificou o livro *Hygiène scolaire*, da autoria de Aimé Riant publicado em Paris, no ano de 1874. Minha hipótese se baseia no fato de existir a indicação da leitura da obra de Riant e de mais outras obras⁴³ sobre o assunto Higiene Escolar.

⁴² O exemplar que consultei se encontra na Biblioteca Pública de Pernambuco, localizada em Recife. Integra o acervo *Coleção Pernambucana*. Aproveito esta oportunidade para agradecer à funcionária Eleusa que sempre me atendeu com muita atenção e interesse, contribuindo para a realização da pesquisa.

⁴³ *Hygiene des écoles*, da autoria de Virchow e *Diseases of school children*, da autoria de Von Pertehausen.

Como fazer para aceitar esta hipótese? Através de *provas*. Tomando a retórica aristotélica, Ginzburg (2000) mostrou que a *prova* documental faz parte da retórica e que a pesquisa histórica não pode prescindir delas senão corre o risco de cair no campo do verossímil ou, pior, no campo do relativismo.



Fonte: Relatório da Instrução Pública, 1875, p.26.

Como bem disse o historiador italiano “as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental” (GINZBURG, 2000, p. 63). Assim, é possível perceber, na nota de rodapé do relatório de 1875 (p.26) a prova de leitura de João Barbalho.

Ao cotejar a narrativa de Barbalho com o conteúdo da *Tábua de Matéria* encontrada no livro de Riant se verificou as aproximações entre as denúncias feitas pelo inspetor, sobre as más condições higiênicas das escolas de Recife, com a linha de raciocínio que o autor francês desenvolveu na escrita de seu tratado.

Como ficou estruturado o discurso de João Barbalho?

2.4.1 O conteúdo do livro *Hygiène scolaire* por Aimé Riant

A *Tábua de matéria* (RIANT, 1884, n.p.) apareceu como elemento pós-textual do livro. Apresenta o seguinte conteúdo

Prefácio - p. V a XVI.

Capítulo primeiro – Construção e material escolar

I A escola – p. 3 a 52.

II A sala de aula – p.53 a 98.

III A mobília escolar – p. 99 a 176.

Capítulo segundo – O aluno – p.177 a 212

Capítulo III - A vigilância Higiênica e médica das escolas – p. 213 a 224.

Conclusões – p. 241

Apêndice.

TABLE DES MATIÈRES

PRÉFACES..... V à XVI

CHAPITRE PREMIER.

BÂTIMENT ET MATÉRIEL SCOLAIRES.

I. — L'école.

Emplacement de l'école. — Exposition. — Influence du voisinage. — Plan de l'école. — Construction. — Aspect de l'école. — Ventilateurs. — Lavabos. — Préaux couverts. — Préaux découverts. — Jardins. — Escaliers. — Planchers, plafonds. — Portes, fenêtres. — Eau. — Lieux d'aisances. — Nettoyage ordinaire de l'école. — Travaux exécutés pendant l'année dans les établissements scolaires. — Réparations et constructions. — Besoins et budget..... de 3 à 52

II. — La classe.

Dimensions de la classe. — Nombre d'élèves par classe. — Cubage de l'air de la classe. — Ventilation. — Chauffage de la classe. — Température. — Appareils de chauffage. — Appréciation. — Éclairage de la classe. — Influence sur l'air de la classe. —

Imagem 8: Tábua de Matéria. Fonte: Aimé Riant, 1884

Na página de rosto do livro os dados de materialidade indicaram a existência de 80 figuras intercaladas com o texto, assim como mostra que a obra foi aprovada pela Comissão das Bibliotecas Escolares e das Bibliotecas Pedagógicas, além de ter sido saudado por diferentes Sociedades educacionais francesas.

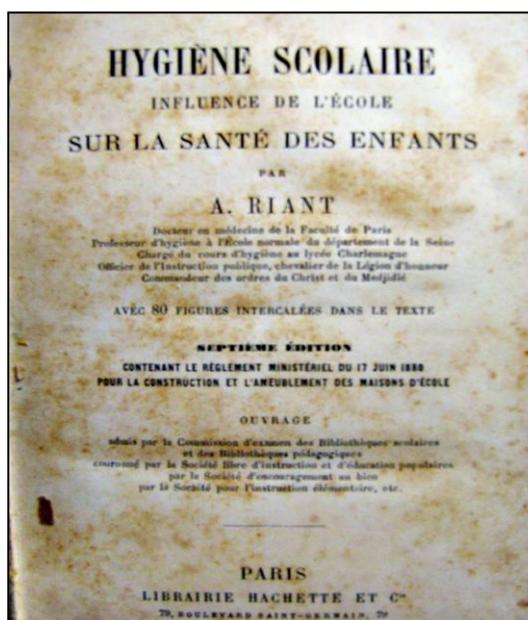


Imagem: 9. Página de Rosto. Fonte: Aimé Riant, 1884.

Como estratégia de produção, a sétima edição reproduziu o prefácio da primeira edição, publicada em fevereiro de 1874, no qual encontrei esclarecimentos sobre a origem da elaboração do livro. Tais dados fortaleceram os indícios da leitura feita por Barbalho. Neste prefácio Riant

esclarecia que a edição de 1874 se originara de uma série de visitas realizadas por ele em diferentes instituições escolares de Paris. Foi então que ele percebeu, nas escolas “um mileu qui differe de tout autre” (RIANT, 1874, apud RIAN, 1884, p. XI).

Pelas condições desfavoráveis encontradas por ele sugeriu que se fizesse uma intervenção, urgente, nas escolas visitadas sob o risco de se pagar um preço por isto: “La santé des enfants est à ce pris” (RIANT, 1884)

2.4.1.2 O Relatório do Inspetor: história, retórica e a prova

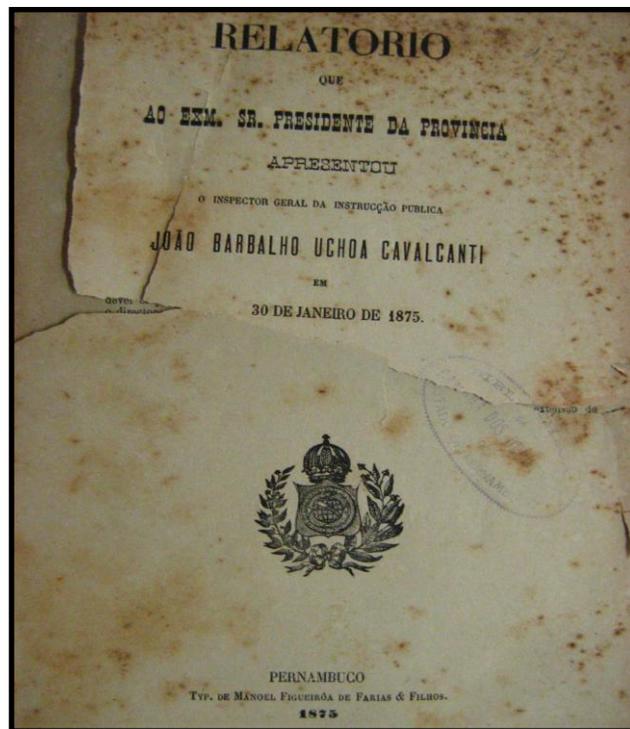


Imagem 10: Capa do Relatório do Inspetor da Instrução. 1874

A partir do delineamento traçado por Riant, em Paris, João Barbalho construiu seu discurso sobre as condições de higiene das escolas públicas, primárias e secundárias da província de Pernambuco.

Organizado da página 23 a 28, o discurso inicia com o título *Edifícios públicos para estabelecimentos de instrução* que ocupa boa parte (p.23-26) do diagnóstico situacional feito pelo Inspetor.

Foi neste trecho do documento que Barbalho descreveu as condições de higiene *Circumfusa* das escolas. Alertou para os riscos de saúde dos alunos e descreveu sobre a cultura material escolar.

O segundo item *Mobília Escolar*(p. 26-28) mereceu considerações bastante sérias de Barbalho que denunciou, não só a escassez como a má qualidade e os modelos adotados nas escolas. Para ele, os tipos de carteira contribuía com inúmeros problemas de natureza higiênica e do desempenho escolar do aluno.

Ocupando um lugar de poder nos espaços de ordenamento da província de Pernambuco, ele iniciou sua luta para reformular a instrução pública. Nesta proposta, acabou contemplando o ensino de práticas higiênicas no Programa Curricular.

Acredito não ser mera coincidência a fato de, em 1874, ano de seu primeiro mandato na Assembleia Provincial, ter sido aprovada a Lei 1.143 que dava novo direcionamento ao ensino pernambucano.

Daí minha questão: quais são os pontos de aproximação e distanciamento entre a escrita de Barbalho e o conteúdo da obra de Aimé Riant que configuram um discurso higienista para a instrução pública de Pernambuco?

2.4.1.3 As escolas que temos não são as escolas que queremos

Deslocando-se, ou antes, agindo em nome da arquitetura, a higiene escolar regulamentou sobre as instalações destinadas ao ensino e sobre a localização dos prédios onde funcionassem as instituições, de modo a evitar os fatores de risco à saúde dos alunos e dos demais agentes da educação. Ou seja, a instituição escolar deveria ser um lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado, única e exclusivamente para esse fim (FRAGO, 2001 p.69), que ficasse longe dos núcleos de maior poder e influência, segundo os preceitos higienistas.

No Relatório da Instrução Pública de Pernambuco, Cavalcanti denunciou as condições de insalubridade das escolas públicas da província. Segundo seu discurso

[...] O edifício do ginásio, com quanto moderno e dispondo de alguns bons cômodos, não me parece estar em condições satisfatórias.

No lugar em que está edificado que, mesmo sob outros pontos de vista, não é mais conveniente, não tem as precisas condições higiênicas (CAVALCANTI, 1875, p.23).

Para Barbalho a *escola modelo* não atendia a nenhum dos preceitos higiênicos e isto era inadmissível para uma escola que se pretendia ser exemplo. Não só por ser um edifício baixo, mas por ser muito próximo ao nível do solo, ser exposto aos raios solares além de não tem área para os alunos se exercitarem.

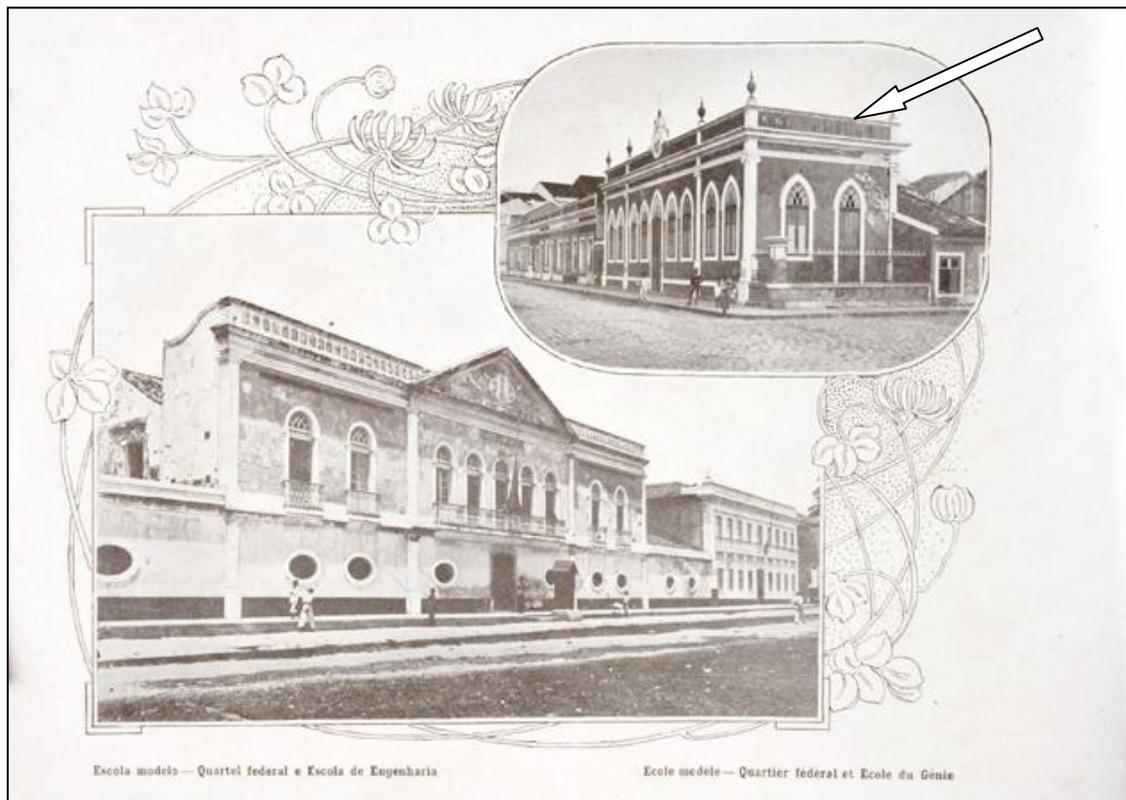


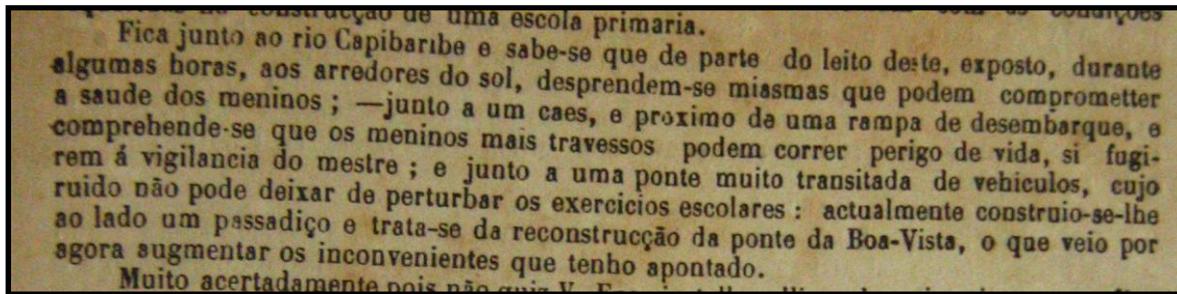
Imagem: 10. Escola Modelo, Recife. Fonte: Álbum do Recife.⁴⁴

Pelas descrições de João Barbalho, as escolas situadas na capital da província, visitadas por ele em 1874, não apresentavam a menor condição de higiene.

Um dos fatores apresentados, sobre a Escola Modelo é que o prédio não tinha altura adequada de modo a permitir a circulação eficiente de ar. Fora isto, o prédio estava assentado, diretamente no chão, o que era um inconveniente, devido aos riscos de alagamento, em tempo de chuva.

⁴⁴ Disponível no site: http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=23#

Como se isto não bastasse, ele acrescentou.



Fonte: Relatório da Inspeção de ensino, 1875, p.24.

2.4.1.4 Com tão poucas escolas não se faz a educação higienizadora.

No Relatório de 1875 (p. 23 a 27) João Barbalho indicou que a província de Pernambuco disponibilizava de, apenas, quatro prédios públicos funcionando como estabelecimentos escolares. Os três, Ginásio Provincial, Escola modelo, a escola primária situada da travessa do Calabouço⁴⁵, estavam localizados em Recife. A quarta escola ficava no povoado de São José da Boa Esperança, e foi uma doação que delegado literário local fez para a província.

Claro está que um número tão reduzido de prédios escolares não cobria a demanda da população e, desse modo, a província tentava reduzir a diferença numérica solicitando aos particulares a cessão de residências para instalar as escolas.

Outras iniciativas particulares ocorreram nesse período como a da vila de Barreiros⁴⁶, que contando com os esforços de diferentes pessoas da sociedade local, inclusive o vigário, construíram uma escola “para ser ofertada à província”. O mesmo aconteceu na da comarca de

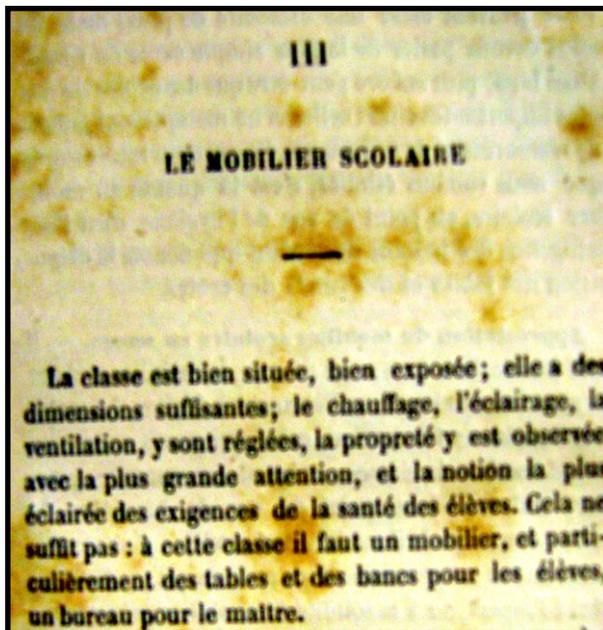
⁴⁵ Atualmente essa travessa tem o nome de Rua Agostinho Bezerra, um dos mártires da Revolução Republicana de 1817.

⁴⁶ Vale a pena relatar uma querela que descobri nas minhas pesquisas. Quando escreveu o livro *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*, Ruy Bello (1978) refutou algumas informações sobre a instrução de Pernambuco dadas por Primitivo Moacyr (1938) referentes ao ano de 1875. Na nota de rodapé da página 143, Bello deixou transparecer uma certa desconfiança sobre os dados fornecidos pelo estudo de Moacyr, alegando que “se baseara num relatório do Inspetor de ensino João Barbalho Uchoa Cavalcanti, em 1875”. As luzes da dúvida ficaram mais fortes quando Bello afirmou desconhecer o citado documento e, além disso, usou o argumento de que Barbalho, no relatório de 1879, não fez nenhuma alusão às informações que Moacyr se referiu em 1938. Coroando sua desconfiança, ele usou a prerrogativa de ter nascido na cidade de Barreiros para negar, peremptoriamente, a existência de “qualquer vestígio ou qualquer notícia da citada casa de escola” que fora indicada por Moacyr. De posse de meu achado documental, refuto a hipótese de Bello (1978) e aceito a informação de Moacyr (1938) inclusive por, novamente, eu ter encontrado, no Relatório de 1884, p. 35, da autoria do Presidente da Província de Pernambuco, José Manoel de Freitas, a confirmação da doação da referida casa, feita pelo Coronel Francisco Benício das Chagas e que serviu como prédio da escola pública de Barreiros. A pesquisa avança e contribui com a história a partir de confrontos.

Rio Formoso e em Serinhãem (CAVALCANTI, 1875, p.25). Esta escola apresentava boas condições higiênicas. Mostrava-se bastante arejada.

Esta parceria público-privada fora prevista no artigo 27 da Lei nº 1124, de 17 de junho de 1873. Este mesmo artigo determinava a contribuição dos governos municipais, que à custa de seus cofres, oferecesse à província uma casa apropriada para o funcionamento das escolas primárias.

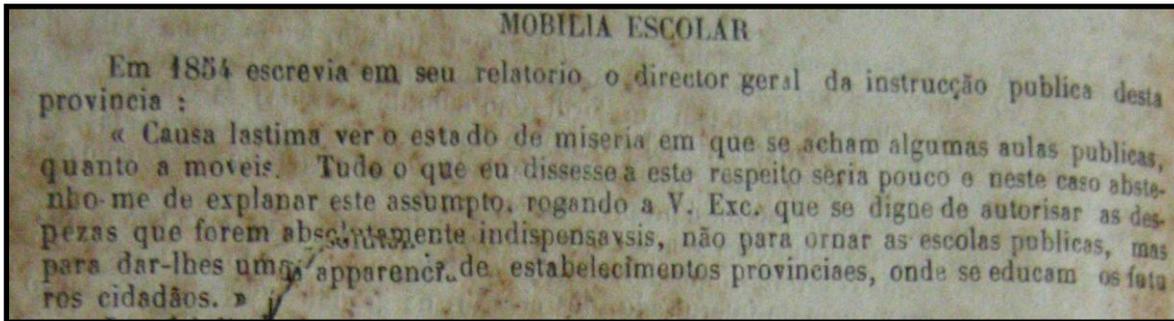
2.4.1.5 A mobília escolar: produzindo quasimodos



Fonte: Aimé Riant, 1884 (p.164)

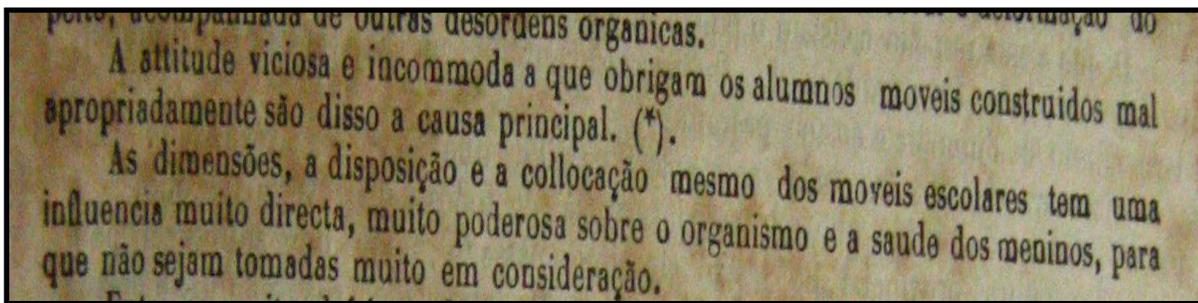
Segundo Riant (1884, p.164) a mobília escolar errada causava danos à saúde do escolar e deveria constituir preocupação da higiene escolar.

João Barbalho, dentro dessa mesma concepção, denunciou a má qualidade do mobiliário escolar. Em seu discurso deixou claro que, além de não estar em bom estado físico, as carteiras eram de modelo inconveniente e tinha vícios de construção, não atendendo aos padrões higiênicos propostos, sendo, portanto, outro fator de risco para a sanidade física do aluno.



Fonte: Relatório da Instrução da Província, 1875, p. 24

Continuando na tópica dos malefícios da mobília escolar sobre a saúde do aluno, Barbalho (p.27) se referiu aos danos físicos que ela causaria nos corpos dos alunos. Eram as marcas da educação nos corpos.



Fonte: Relatório da Instrução da Província, 1875, p. 24

O mesmo problema fora apontado por Riant (1884) quando abordou a temática. Para o médico francês, cabia ao professor coibir estas “atitudes viciosas” dos alunos, que buscavam se acomodar ao modelo de carteira escolar que lhes era fornecida.

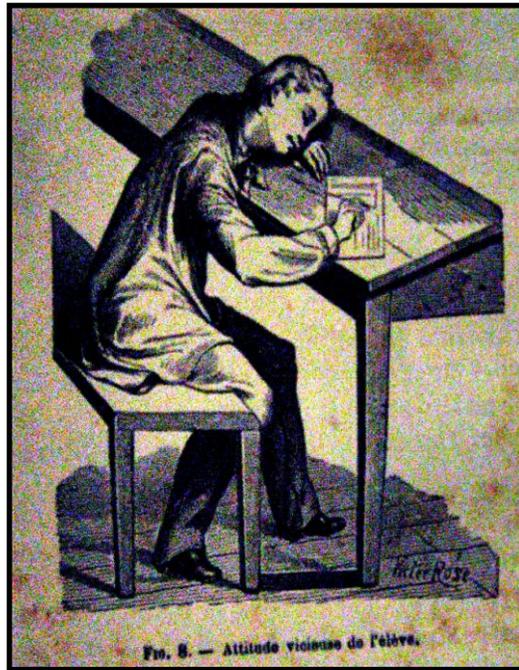


Figura 10: Aluno em atitude viciosa. Fonte: Aimé Riant

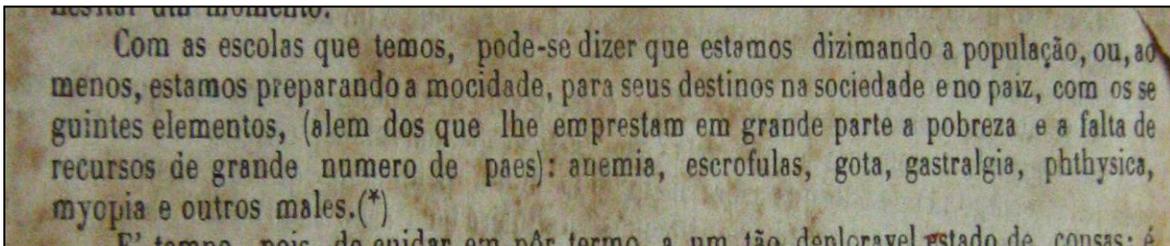
2.4.1.6 O aluno: espírito ilustre com corpo podre.

No livro de Riant, o capítulo III - A vigilância higiênica e médica das escolas, se referiu a uma temática variada. As doenças consideradas contagiosas, “maladies dites scolaires” ou as “doenças escolares”, não ficaram de fora do estudo.

Maladies contagieuses. — La définition restrictive que nous avons donnée des maladies scolaires ne permet pas d'y faire rentrer les maladies contagieuses : fièvres éruptives, etc.
Si le milieu dont il s'agit est favorable à la propa-

Fonte: Aimé Riant, 1884, p.289.

Para João Barbalho, as escolas somavam, à pobreza dos estudantes, as doenças como anemia, escrófula, gota, gastralgia, tísica e outros males.



Fonte: Relatório da Instrução da Província, 1875, p.26

Neste ponto de seu relatório (p.26) ele fez uma nota de rodapé onde esclareceu tratar-se das “moléstias escolares” que se desenvolvem nas escolas que não observam as condições de higiene e acrescentou a referência de “A.Riant, Virchow, Von Pertehausen e ainda outros podem ser com proveito consultados a respeito”.

Ele o concluiu (p.26) que era necessário lutar contra esta série de fatores de risco, afinal “Não queremos creanças de espírito ilustre e corpo podre”.

Diante disto tudo, a proposta de Cavalcanti foi a introdução do ensino da Higiene no currículo das escolas primárias da província. Para ele (p.12), a ausência desse ensino, representava “uma lacuna” que precisava ser preenchida.

Quando isto ocorreu?

O discurso elaborado por João Barbalho, no último quartel do século XIX, ecoou, chegando à República. Não sem resistências, afinal, o costume, muitas vezes, é bem maior do que a lei.

Para se consolidar com matéria escolar, a Higiene ainda seguiu um longo caminho.

2.5 A REPÚBLICA HIGIÊNICA

Nos primeiros tempos de República o que se viu foi uma Nação em confronto com problemas de natureza diversas: a abolição da escravatura agravando, o problema de mão de obra, a mudança de regime político ainda por se firmar, ausência de transporte, falta de crédito, conflitos com países vizinhos. Eles fizeram com que os setores administrativos e legislativos saíssem do marasmo e do clima pouco prático do período Imperial para buscar soluções eficientes para resolver a situação.

A esse quadro, político, acrescenta-se os problemas com saúde pública e de educação.

Um médico tornou-se o marco do primeiro quinquênio da República a estabelecer luta ferrenha contra as doenças endêmicas no Brasil e a tentar dar cabo de suas possíveis causas. No Rio de Janeiro, deu-se início à campanha antivariólica, com a obrigatoriedade da vacinação. Um procedimento que exigia a intervenção direta no corpo das pessoas. Em um tempo que não se cogitava essas, diga-se, “intimidades”. Os tempos de Capitu, de Dom Casmurro⁴⁷, de fraques e casacas, de longos vestidos, de decotes à mostra, mas de braços e pernas guardados. Um tempo em que mostrá-los era considerado “indecente” como descreveu Machado de Assis

[...] os braços é que... Os braços merecem um período...
no segundo baile; nesse, quando vi que os homens não se fartavam de olhar para eles, de os buscar, quase de os pedir, e que roçavam por eles as mangas pretas, fiquei vexado e aborrecido. Ao terceiro não fui, e aqui tive o apoio de Escobar, a quem confiei candidamente os meus tédios, concordou logo comigo.
--Sanchinha também não vai, ou irá de mangas compridas; o contrário parece-me indecente.
--Não é? Mas não diga o motivo; hão de chamar-nos seminaristas. Capitu já me chamou assim.

Com isto e outros motivos, não ficou difícil fazerem-se os revoltosos contra a vacinação compulsória. Ainda mais se eles contavam com “as vozes exaltadas da oposição” nos dizeres de Sevcenko (1993, p.14). Uma dessas vozes foi a do pernambucano, ex-governador do estado, José Alexandre Barbosa Lima, que da tribuna da Câmara bradava contra a lei

[...] lei obscena, lei... ignominiosa, pois só o médico da Saúde Pública tem competência para dizer se tal criatura mostra a cicatriz da vacina em membro inferior, dando-se-lhe ‘carta de corso’ para a mais infame pirataria, contra a qual todas as insurreições serão eternamente gloriosas (BARBOSA LIMA citado por SEVCENKO, 1993, p.15)

As condições de saúde e higiene em Pernambuco, também, deixavam a desejar. À frente da Inspetoria de Higiene estava o médico Constâncio Pontual, que, tentava debelar uma epidemia de doença diarréica, com letalidade alta (341 óbitos na segunda quinzena de abril de 1904). Somem-se outras enfermidades endêmicas com surtos periódicos, no caso, a varíola, a peste bubônica e a tuberculose. Mas, não ficava só nas doenças.

Havia as condições de moradia, totalmente insalubres. Os mocambos, os cortiços, a servirem de abrigo para as doenças, os doentes, os fatores de riscos que facilitavam a sua

⁴⁷ Machado de Assis – Dom Casmurro , cap. CV, p.78-79. Obra de domínio público. Disponível no site: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1888

presença. Como dizia um jornal da época, “É ali que a peste mora”. Foram alvo dos higienistas. Talvez, esses médicos, nunca tenham parado para pensar que ali estava a influência da arquitetura africana na arquitetura brasileira. Uma transculturação. O mocambo era um símbolo de uma cultura, muito mais que uma necessidade. Talvez, por isto, fosse ali que morassem os excluídos oriundos das recém-criadas leis, como a da Abolição da Escravatura. Que, também, abrigassem os filhos da migração rural, ou outros desvalidos, os filhos do pauperismo. Os filhos de Caim. Os desqualificados, como eram considerados os sapateiros, as lavadeiras, as engomadeiras, as prostitutas, os pescadores, os engraxates, os jornaleiros e tantos outros, caracterizados no estudo de Monteiro (2005).

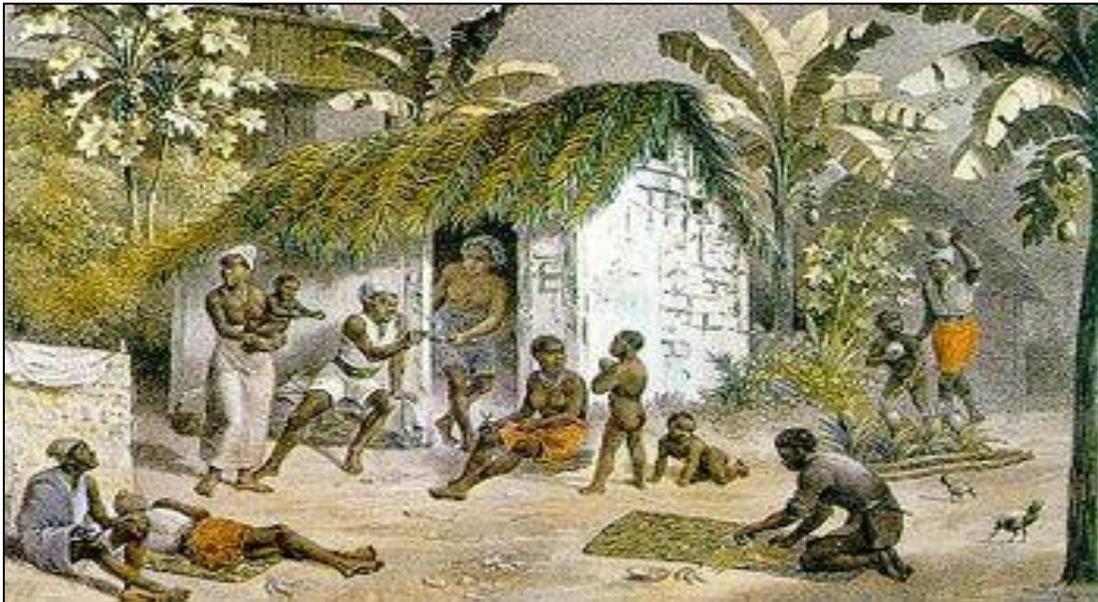


Figura 12: Mocambos. Habitação de negros⁴⁸.

A mensagem enviada pelo governador Antônio Gonçalves Ferreira (1904) ao congresso estadual não deixou dúvidas quanto à situação sanitária, caótica, do estado. Para complementar a gravidade do surto de varíola, a população se negava a receber a vacina, ou por não compreender a importância da medida ou por receio de ficarem impossibilitados do comparecimento ao

⁴⁸ Aquarela da autoria de Rugendas. Disponível no site http://www.territorioscuola.com/software/index_pt.php?title=Mocambos

trabalho, em virtude da reação vacinal, caracterizada por febre e por ferida dolorosa e pustulenta no local de aplicação (FERREIRA, 1904, p. 15).

O estudo de mestrado de Medeiros (1989) estabeleceu as condições de saúde e higiene pernambucana nesse período. O estado agonizava sob o peso de uma crise financeira e social bastante grave. Não foi à toa que a população se insurgiu contra a obrigatoriedade da vacinação antivariólica, em uma rebelião, orquestrada pelos estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que durou três dias. A “Revolta dos Quebra-Lampiões”, como ficou conhecida. No dia 17 de novembro de 1904, estourou o movimento. No dia seguinte

[...] À noite e em vários pontos da cidade, lampiões foram quebrados, vitrines e tabuleiros arrebatados; postes de anúncios arrancados. Por causa das correrias e estragos, o comércio fechou suas portas antes da hora de costume” (MONTEIRO, 2005, p.97).

Por sua vez, a educação elementar apresentava sérios problemas de financiamento. Sofrera na carne o corte profundo das verbas. Fecharam-se escolas. Professores foram postos em disponibilidade ou jubilados. A educação elementar continuou descentralizada. Cada um por si.

Apesar disto, pensou-se em estabelecer as condições filosóficas do currículo desse grau de ensino. Elas foram caracterizadas por Moreira (1955, p.55) como sendo de um “naturalismo biológico”. Mesmo admitindo o positivismo, também permitia um certo grau metafísico na experiência científica. Isto refletiu na filosofia do método de ensino. Para o autor (p.56)

O conteúdo curricular não era questão de maior importância nessa época; ele podia ser determinado facilmente desde que tivesse um caráter naturalístico, partisse da experiência individual, adotasse um caráter elementarista ... e visasse um certo integralismo de formação, tendo em vista o corpo, o espírito e as relações morais do indivíduo, e procurando realizar assim, de um modo formalístico, o velho ‘mens sana in corpore sano’... de desenvolver as potencialidades inatas do indivíduo, sem exceção (MOREIRA, 1955, p.56).

Segundo Medeiros (1989, p. 233)

[...] a instrução pública primária do Estado exigia uma reforma que atendesse às necessidades de uma organização científica, tanto no método de ensino quanto nos programas adotados, como também maiores investimentos financeiros para que fosse possível melhorar as condições materiais dos diferentes estabelecimentos.

Os debates sobre a necessidade de uma formação total do aluno, que já fora proposta lá pelo final do XIX e defendida por Lucena (1873) com base em Spencer, se fortaleceu no primeiro fausto da República.

2.5.1 O pensamento higienista: um “zeitgeist” da década de 1920

Essa década foi essencialmente frutífera para o campo da Saúde Pública brasileira. Ocorreram cinco Congressos Brasileiros de Hygiene, entre os anos de 1923 a 1929⁴⁹. Nesses eventos a participação estava restrita aos especialistas da área (médicos, engenheiros) podendo participar alguns poucos convidados ou os delegados estaduais. Pernambuco, além de sediar o último congresso (1929) teve representante em todos eles. Destaco a participação do educador Ulysses Pernambucano que, no III Congresso realizado em 1926, apresentou a tese intitulada “Formação de hábitos sadios nas creanças. These apresentada como relator official, ao 3º Congresso de Hygiene, reunido em São Paulo”. Assim como destaco a participação de Amaury de Medeiros, delegado pelo estado de Pernambuco no Segundo Congresso, que ocorreu no ano de 1924, em Belo Horizonte. Este médico teve especial participação na saúde pública do Rio de Janeiro, quando trabalhou na Cruz Vermelha. Foi dele a idéia de criar, em 1920, o Curso de Visitadoras Sanitárias (MARCELINO; MERCÊS, 2009). Esta mesma iniciativa ele implementou em Pernambuco, no ano de 1923, quando assumiu a Diretoria de Saúde e Assistência. Não por menos ele mereceu palavras de grande elogio e reconhecimento de Carlos Chagas, na palestra de abertura do Congresso de Higiene que se realizou em Belo Horizonte, em 1927, por seus relevantes serviços à saúde pública nacional e, particularmente, de Pernambuco.

A parceria que se firmou entre Ulysses e Amaury gerou grandes impactos na higiene escolar de Pernambuco no período entre 1923 a 1928, criando todo o contexto favorável para a implementação das propostas higienistas e higienizadoras de Antônio Carneiro Leão, quando apresentou a Justificação para a Reforma do ensino público de Pernambuco, em 1928.

Por sugestão de Ulysses, Amaury de Medeiros criou, em 1923, o cargo privativo de foi dado plenos poderes para visitar as casas das crianças matriculadas e a escola, para identificar

⁴⁹ O primeiro congresso ocorreu 1923, no Rio de Janeiro; o segundo ocorreu em 1924, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais; o terceiro correu na cidade de São Paulo/SP, em 1926; o terceiro ocorreu em Salvador/BA, em 1927, e o quinto ocorreu na cidade do Recife/PE em 1929.

quaisquer fatores de risco para a saúde do escolar. Esta ação fazia parte de uma proposta muito mais ampla e se integrava à atuação da Fundação Rockefeller que iniciara suas atividades no estado de Pernambuco, nesse mesmo ano, que, além de controlar a Febre Amarela tinha uma linha de ação vinculada à educação sanitária da população (VALENTE, 1959). Segundo Lima (1985, p.115) a proposição da saúde escolar durante a década de 1920 foi permeada pela tendência educativa.

Foi Amaury de Medeiros que criou a Inspetoria de Higiene Infantil. Entre outras coisas, deveria “fazer acompanhamento das escolas com correção desses defeitos, organização do dia escolar e *salubridade dos prédios escolares*” (OLIVEIRA, 1975, p.46).

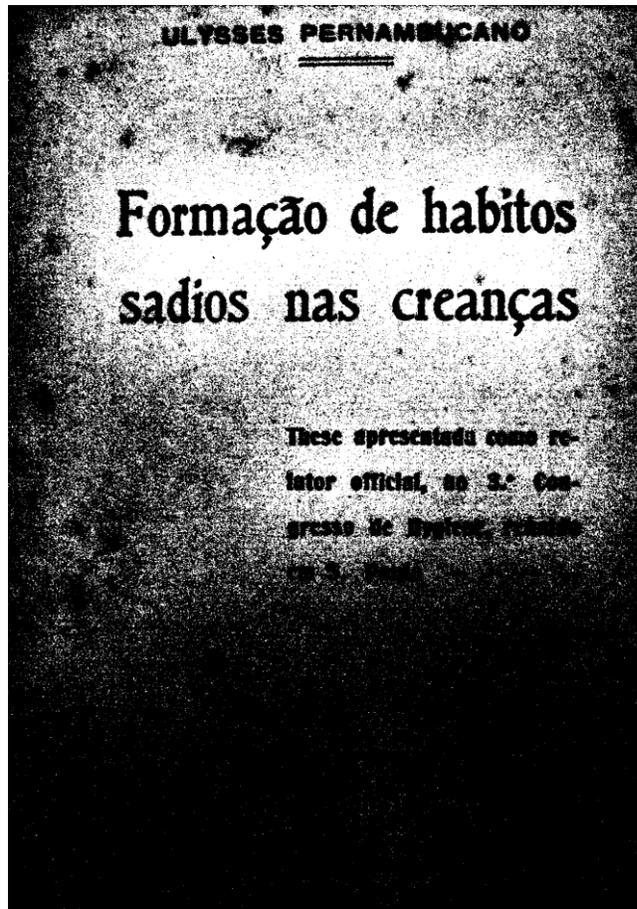
Complementando sua atuação no campo da higiene e saúde do escolar, Amaury transferiu para a Saúde Pública a inspeção médica dos escolares que, antes, era subordinada à instrução pública e realizada por dois médicos sem habilidade alguma para esse fim (OLIVEIRA, 1975).

Quando assumiu o governo, em 1928, Estácio Coimbra se preocupou em ampliar o programa de educação sanitária e das visitadoras sanitárias. Ele acreditava que, só através da formação de uma consciência sanitária os professores poderiam difundir ações concretas no campo da educação para saúde, da comunidade dentro e fora da escola.

Com essas defesas e ações em torno da higiene pública e privada, a escola teve que se organizar para fazer parte desta nova rede que se formava e, um dos caminhos foi consagrar o ensino da Higiene no currículo da escola primária.

Mas, o que foi ensinado? Como isto se organizou?

CAPÍTULO 3
GÊNESE DO ENSINO DA HIGIENE NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DE
PERNAMBUCO.



“A higiene é filha de podridões seculares; devemo-la a milhões de corrompidos e infectos”

(Machado de Assis, In: Quincas Borba)

A história do currículo tem sido uma ferramenta usada para analisar as relações complexas entre a escola e a sociedade.

Para Ivor Goodson (1999, p.118) a história curricular descortina o modo como as “matérias escolares, métodos e cursos de estudo constituíram um mecanismo para designar e diferenciar estudantes”. Esse pesquisador afirmou que as mudanças nos conteúdos curriculares poderão ter análise mais estruturada se for realizada sob uma perspectiva histórica, principalmente quando se deseja identificar as influências que ocorreram para a escolha dos conteúdos curriculares. Para ele a seleção de conteúdos programáticos se dá a partir dos interesses daqueles que detêm o do poder social.

Esse mesmo sentimento é partilhado por pesquisadores brasileiros. Um deles é Tomaz Tadeu da Silva, para quem “o currículo não pode deixar de ser visto como uma relação social” (1990, p.22). Seguindo esta linha de raciocínio ele acredita que, é no currículo que ficam as marcas, os traços das negociações, das disputas de todos aqueles que travam lutas para impor uma determinada cultura, para que ela seja incorporada ao conteúdo escolar.

Para Bittencourt (2003) apesar da escola sofrer influência de agentes externos a ela, mesmo assim continua sendo o lugar da produção de saberes, que são próprios de sua cultura.

O que é cultura escolar? Para Julia (2001) a cultura escolar “é um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, é um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Olhando por este prisma, percebe-se que Julia se referia a conteúdos curriculares e formas de ensiná-los.

Fugindo do determinismo da teoria marxista do currículo, que toma como ponto de partida a conexão entre a organização econômica e a organização curricular, Michel Apple revelou que o processo de construção do currículo não se fundamenta em bases tão simplistas. Para ele, aquilo que ocorre na educação e no currículo não pode ser simplesmente deduzido do funcionamento da economia. A mediação humana e outros fatores estão presentes. O embate é constante. O que se dá é uma conflagração de interesses que giram em torno de valores, significados e propósitos sociais. (SILVA, 1999). A partir deste pressuposto posso levantar um problema: Quais as relações de poder envolvidos no processo de estruturação da disciplina Higiene?

Porém, mesmo havendo uma influência recíproca entre as histórias do currículo e das disciplinas escolares, esta última tem sua própria história, podendo funcionar como “matriz da história do pensamento e das idéias curriculares” (HORA, 2007, p.49).

O texto considerado como inaugurador dos estudos sobre a história da disciplina escolar é da autoria de André Chervel. Intitulado *História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*, o trabalho foi publicado no Brasil em 1990.

Conforme seu estudo (1990, *passim*) o termo “disciplina” enquanto conteúdo de ensino se encontrava ausente dos dicionários até primeiras décadas do século XX. Só apareceu com a idéia daquilo a ser ensinado a partir da Primeira Guerra Mundial. Para ele (p.183) a constituição e o funcionamento das disciplinas escolares permite ao pesquisador o contato com três problemas de pesquisa:

- I) *A gênese das disciplinas*, quando então o pesquisador deve se preocupar em descobrir como a escola, e só a escola, deve agir para produzir as disciplinas.
- II) *A função da disciplina*, que longe de ser “vulgarização” ou “adaptação” das ciências é quando a escola ensina sua própria produção.
- III) *O seu funcionamento*, quando o pesquisador procura descobrir os resultados do ensino.

Em seu longo ensaio, Chervel revelou os quatro elementos constituintes de uma disciplina escolar e a importância de cada um deles para a escrita de sua história. São eles: *conteúdo, exercícios, práticas de motivação e a avaliação*. Daí minha questão de estudo: como foram organizados esses elementos no ensino da Higiene na instrução primária de Pernambuco?

Neste trabalho, Chervel considerou que a análise da história das disciplinas escolares deve ser estruturada no tripé: *gênese, objetivo e funcionamento*. Dos três problemas que ele propôs para estudo, escolhi o terceiro para desenvolver nesse projeto de pesquisa

[...] a observação histórica (de uma disciplina escolar) permite resgatar as regras de funcionamento, ver um ou vários modelos disciplinares ideais, cujo conhecimento e exploração poderiam ser de alguma utilidade nos debates pedagógicos atuais ou futuros (CHERVEL, 1990, p. 177).

Dessa forma é possível identificar os fatores que são mais correlatos com as alterações dos conteúdos e dos métodos de ensino, bem como descobrir quais fatores permitem a construção

de propostas mais consistentes de implementações curriculares. Em outras palavras facilita o estudo das “mudanças e permanências curriculares” (BITTENCOURT 2003, p. 20).

Chervel (p.178) mostrou que o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar”, até o final do século XIX não indicavam nada além de “vigilância”, “repressão” de quaisquer comportamentos que contrariassem o andamento normal e ordenado dos estabelecimentos, assim como se referia “àquela parte da educação dos alunos que contribui para isso”. A percepção de “conteúdos de ensino” dada ao termo disciplina só ocorreu após o fim da Primeira Guerra Mundial, antes disso, o termo não fazia parte, como verbete, de nenhum dicionário e, nos documentos oficiais, apareciam diferentes nomenclaturas: “curso”, “objeto”, “partes”, “ramos” ou ainda “matérias de ensino” (loc.cit). Ele afirmou que o termo disciplina, em seu novo sentido, evidenciou “as novas tendências profundas do ensino, tanto primário quanto secundário” (CHERVEL, *ibid*).

Com estes pressupostos posso elaborar mais um problema de estudo: qual a rubrica que o macrotexto curricular deu ao ensino da Higiene na instrução pública primária de Pernambuco?

Um dos componentes que Chervel considerou de primeira grandeza para o pesquisador que se predispõe a analisar a História das Disciplinas escolares, é o “conteúdo de conhecimentos” (p.202). Sua importância está pautada na distinção que ele fez de “todas as modalidades de ensino realizadas fora da escola”. Em se tratando de Higiene, este detalhe adquire um status privilegiado visto, inicialmente, o ensino de suas práticas estavam sob a responsabilidade da família, particularmente da mãe que recebia instruções sobre puericultura. Quando a medicina começou a considerar a família incapaz de realizar esses ensinamentos, ela pedagogizou seu discurso. Segundo Werner (2000) a **pedagogização da saúde** (negrito do original)⁵⁰ ocorre

[...] quando a Saúde incorpora o discurso pedagógico como forma de resolver os problemas de saúde. Assim, através principalmente de palestras e campanhas que partem da concepção de que os problemas de saúde decorrem da ignorância dos indivíduos, tenta-se eliminar as condições que favorecem as doenças. O ensino da saúde é visto como forma de alcançar a saúde (WERNER, 2000, p.45).

⁵⁰ Outros autores preferem chamar esse fenômeno de “medicalização da educação”. Optei pelo uso de pedagogização por compreendê-lo como mais pertinente. O termo foi usado por Werner (2000) para se referir à apropriação feita pelos médicos do discurso pedagógico como forma de resolver os problemas de doença, o que se daria pelo ensino da saúde, realizado através de campanhas e palestras, pois os médicos partiam do pressuposto que as doenças são conseqüências da “ignorância” da população. O autor usa o termo “medicalização da educação” quando esta se apropria dos modelos biológicos para explicar o fracasso escolar. Em relação ao termo “medicalização da sociedade” sugiro a leitura do livro de Antunes, José Leopoldo Ferreira **Medicina, Leis e Moral pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**, publicado pela UNESP em 1998. O autor faz uma séria reflexão sobre o engano que é o termo, além do emprego indiscriminado e errôneo da expressão.

Continuando sua tópica sobre a História das Disciplinas escolares, Chervel anunciou como componentes primordiais das disciplinas, os *exercícios* como contrapartida ao *conteúdo*, as práticas de motivação e de incitação que permeiam o ensino e, por fim, os exercícios de controle, as chamadas “provas de natureza docimológica”. Como estes constituintes da disciplina escolar foram estruturados em Pernambuco?

No Brasil, o campo de pesquisa da história das disciplinas escolares cresceu consideravelmente e os estudos buscam compreender os pressupostos da formação das disciplinas, assim como o processo que ela percorre até chegar às salas de aula. Ou seja, buscam conhecer a gênese do “macrotexto de políticas curriculares até sua transformação em microtexto de sala de aula” (SILVA, 1999b, p 22).

Uma das primeiras pesquisadoras brasileiras desse campo foi Circe Bittencourt, quando, em 1993, estudou o ensino da História do Brasil, ocorrido no período de 1810 a 1910. Em seu trabalho de 2003, ela afirmou que as pesquisas realizadas com a história das disciplinas escolares em diferentes países, incluindo o Brasil, tiveram pontos em comum, e buscaram conhecer a gênese e o momento da constituição desses saberes escolares.

Dominique Julia é outro pesquisador francês que incursionou pelo campo da História das Disciplinas. No seu trabalho de 2002, ele destacou a necessidade do historiador evitar algumas “tentações” (p.44) no estudo das disciplinas escolares. A primeira delas se refere ao estabelecimento de sua genealogia. Nesse momento o pesquisador deve ter o cuidado de não usar a visão anacrônica para “recuperar as ‘origens’ de uma disciplina em tal ou qual segmento antecedente” (Julia, *ibidem*).

Para ele, o fato do pesquisador “recuperar” (p.45) em um manual impresso algum fragmento daquilo que pode ser classificado, sob o olhar contemporâneo, como a rubrica de disciplina não significa que houve “linearidade de desenvolvimento”. A pesquisa deve se basear na busca das finalidades da disciplina e dos seus conteúdos. Por isto pergunto: qual o objetivo de ensinar a Higiene na escola primária de Pernambuco? Quais foram os conteúdos propostos pelos programas curriculares para o ensino da Higiene na instrução pública primária de Pernambuco?

Ou seguindo a teoria de Michel Apple, posso questionar: Por estes conhecimentos e não outros?

Ao responder a esta pergunta realizo “o estudo dos conteúdos explícitos da disciplina escolar” que são vistos por Chervel (1990, p. 203) como o eixo central das disciplinas ensinadas.

Continuando seu estudo, Julia revelou uma segunda tentação a ser evitada: “pensar que uma disciplina não é ensinada porque ela não aparece nos programas ou porque “não existe cátedras com seu nome” (p.47). Essa perspectiva me aproximou, novamente, da teoria curricular de Apple, quando ele se refere à ausência de resistências e o conhecimento se torna senso comum e se naturaliza. Aqui, também posso pensar nos costumes de Thompson.

Desse modo questiono: como a higiene escolar se fez presente na relação social entre aluno e professor? É possível identificar esse currículo implícito⁵¹?

Continuando com seu estudo Julia (2002) indicou outra tentação que deve ser evitada pelo pesquisador é pensar que o fato de uma disciplina escolar se apresentar com a mesma rubrica ao longo do recorte temporal, significa que ela funcionou do mesmo modo como antigamente. Para fugir a esse engano, cabe ao historiador empreender, a um só movimento, “o estudo das finalidades óbvias ou implícitas buscadas, os conteúdos de ensino e a apropriação realizada pelos alunos” (JULIA, 2002, p.51). Com isto será possível a identificação “da gênese e dos diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e descontinuidades do processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2003, p. 15).

Daí minhas questões: Quais as continuidades e descontinuidades no processo de escolarização da Higiene na escola primária de Pernambuco? Quais as finalidades explícitas ou implícitas do ensino da Higiene?

3.1 SOBRE UM ESTADO DA ARTE

A dificuldade de estabelecer o estado da arte sobre o ensino da Higiene na escola primária brasileira foi intensa. O único trabalho de pesquisa que encontrei foi o de Pykosz (2007). Outras pesquisas que mais se aproximam do meu problema são a de Viviane (2007) e Hora (2007) embora estes se voltaram para estudar a disciplina *Biologia Educacional* oferecida no curso de formação de professores da escola normal em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

⁵¹. Este termo foi usado por Catherine Combleth para se referir a currículo oculto. Para ela, “pareceria mais apropriado falar de *currículos implícitos* (itálico do original) da escola em vez de currículo oculto”. In: Para além do currículo oculto? **Teoria & Educação**, v.5, 1992, p. 55-65

Acredito que, no Brasil, o trabalho pioneiro na área da história das disciplinas e do livro didático na difusão do saber escolar seja o de Bittencourt (1993)⁵².

Stephanou (2005) apontou uma série de trabalhos descrevendo a história dos discursos institucionais. Nenhum deles se voltava para estudar a temática na escola primária.

O trabalho de Rocha (1998) estudou a configuração desse discurso para a escola primária, mas, teve o objeto de análise a proposta de Rui Barbosa.

3.1.1 A triangulação das fontes de dados: uma necessidade historiográfica

Ao tentar estabelecer o estado da arte de sua pesquisa sobre a história da disciplina Higiene nos grupos escolares curitibanos, Pykosz (2007) se valeu de uma pesquisa realizada por Marañón, em 1987, na escola primária espanhola.

Quando Marañón (1987) citado por Pykosz (2007, p.104) estudou a instrução primária, na Espanha, percebeu que o ensino da Higiene começou em 1838 e estava mais voltado para a puericultura. Já por volta do último quartel do novecentos (1878) o conteúdo programático mudou. O estudo mostrou que os hábitos do professor e sua higiene pessoal eram importantes ferramentas do programa. Por sua vez, para as meninas, estava reservado o lar, o ensino das habilidades femininas, da economia doméstica e “ligeiras” noções de higiene. Para os meninos, a História Natural. Se analisarmos esta proposta veremos a força do hábito. O costume do professor geraria o hábito nos alunos. O exemplo dado aos alunos era parte integrante de um currículo oculto (SILVA,1999). Ou o hábito mostrado por Thompson (1998).

Outro ponto a considerar é o ensino da História Natural, como sendo uma história descritiva. Ela surgira assim porque coadunava com o tempo da Antiguidade Clássica (BUICAN, 1997). O homem era posto sobre todas as coisas viventes. Vigorava o antropocentrismo. A classificação segundo a utilidade das coisas.

Por sua vez, Pykosz (2007, p.104) observou que, em Curitiba, a exemplo do que ocorrera na Espanha a “Higiene apareceu sempre de forma muito tímida na legislação até que em 1917 ela ganhou espaço específico no currículo escolar”. Em seguida a autora estruturou um quadro

⁵² Esta mesma pesquisadora orientou uma série de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado envolvendo a história da disciplina escolar História, bem como na história do ensino da Literatura, e sua representação nos livros didáticos. Trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Temático: Educação e Memória da educação: organização do acervo do livro didático brasileiro. Para melhores informações sobre estes trabalhos recomendo a leitura da tese de Ricardo Oriá Fernandes, defendida na Faculdade de Educação da USP, em 2009.

demonstrativo das diferentes rubricas que a disciplina recebeu desde o ano de 1909 a 1932. A conclusão que ela chegou é que “no período anterior a 1917 sempre foi apresentada na forma de ‘noções’, listada entre vários outros conhecimentos”. Entre estes ela apontou a História Natural e a Agronomia.

E na escola primária de Pernambuco, como foi estruturada a proposta de ensino das Ciências na instrução primária?

3.2 NO INÍCIO ERA O VERBO

A importância da palavra, do *verbo*, pode ser resumida neste excerto de um poema de Adélia Prado “Quem entender a linguagem entende Deus cujo filho é Verbo”. Talvez por esta importância, sacra, canônica, os primeiros tempos da escola se voltassem para o culto à palavra, à leitura.

A escola primária era a escola que se dedicava, fundamentalmente, ao domínio do ler, escrever e contar. Porém, uma leitura que era utilitária ou que acabou sendo utilitária.

No Brasil, como se sabe, a primeira lei que tratou da instrução elementar foi o Decreto Imperial, promulgado em 1827. Entre outras coisas, mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vila e os lugares de maior população no território brasileiro. A lei previu, em seu Artigo 6^o⁵³, uma matriz curricular especificando o que deveria ser ensinado: ler, escrever e contar. Esse Decreto foi alterado em 1834, após a promulgação de um Ato Adicional à Constituição brasileira. Pelo § 2º do Artigo 10 desse Ato, cabia às províncias legislar sobre “a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral” (SUCUPIRA, 2002, p.61).

A partir de então, o que ocorreu foi uma enxurrada de leis, projetos, regulamentos e outras providências que as assembleias legislativas provinciais sancionaram. Isso deu uma ilusão de variedade nos currículos, mas, o que se operacionalizou foi a manutenção de um currículo

⁵³ Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã, e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Imperio e Historia do Brasil.

centrado no ensino das letras, na escrita e aritmética. Em alguns casos foram acrescentados rudimentos de ensino de moral e história e mesmo de doutrina cristã (MOREIRA, 1955).

Com a da aprovação do Ato Adicional à Constituição do Império, em 1834, o poder central se desobrigou de cuidar da instrução primária e secundária, repassando essa missão para os governos provinciais. De acordo com José Ricardo Pires de Almeida, as Assembléias Provinciais não se fizeram de rogadas e, de pronto, usaram das novas prerrogativas que lhes foram concedidas e votaram "uma multidão de leis incoerentes" sobre instrução pública (ALMEIDA, 2000, p.64). A partir de então, houve uma ruptura com idéia de sistema de ensino compreendido como "a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante" (SAVIANI, 2007, n.p).

A primeira reforma de ensino em Pernambuco, após a implantação da lei Imperial de 1827, ocorreu no governo de Francisco do Rego Barros, no ano de 1837, com a proposição de ensinar a escrita, a leitura e as quatro operações matemáticas. É importante que se alerte para o fato que, por não existir um programa de ensino, com um conteúdo explícito, o governo provincial decretou que os livros serviriam de guia curricular para desenvolvimento das atividades pedagógicas. Portanto, os livros deveriam apresentar os conteúdos para serem aprovados e adotados pela província (MOACYR, 1938).

No ano seguinte, Rego Barros fez a proposição de mudar todo o ensino da província por considerar que ele era obsoleto e não coadunava com o desenvolvimento que Pernambuco apresentava. Nessa época, o Recife era uma cópia, caricaturada é bem verdade, de Paris, ou tentava ser *uma Paris nos trópicos*. Nos hábitos, nos costumes, no vestir dos homens, das mulheres, das meninas, dos meninos. Era a moda das mulheres e o modo dos homens que Freyre (2009) descreveu em livro de título homônimo. Os higienistas, após se formarem na Europa, voltavam para o Recife e, estranhando estes hábitos denunciavam a incoerência entre o traje e o trópico. Segundo eles, o organismo não respirava livremente oprimido por veludos, meiões, chapéus e outros apetrechos tão a gosto (FREYRE, 1951). Mas, como bem observou Koster (2002) em suas andanças pelo Nordeste brasileiro nas primeiras décadas do oitocentos, estas esquisitices só se observavam na capital, porque pelos sertões os costumes eram outros. A economia algodoeira que se estabelecera nessas regiões mais ermas favorecia a confecção de tecidos leves.

Felisberto de Carvalho estudando a instrução primária brasileira e as respectivas reformas propostas para este grau de ensino, mostrou que elas surgiram de tensões e debates entre os intelectuais e autoridades que, insatisfeitas com o panorama, solicitavam alterações da mais variada natureza. Ele mostrou que, em 1848, portanto antecedendo a Reforma editada por Couto Ferraz, em 1854, o Ministro do Imperio, Visconde de Machae, já solicitava que se alargasse o programa do ensino primário, “de modo que se desse aos meninos a somma de conhecimentos de que se compunha então a instrucção primaria nos paizes mais ilustrados”(CARVALHO, 1893, p. 128).

Atendendo aos debates que ocorriam em todo o Brasil, em 1854 foi promulgada uma lei que se propunha a reformar, se não o ensino primário em todo o Império, pelo menos pensava no município da Corte. Mas, será que ficou restrito a ele? As reformas realizadas na corte e para suas escolas tendiam a ser incorporadas pelas províncias e seu eco se fez ouvir em outras plagas brasileiras, como foi o caso de Pernambuco.

É interessante observar que começava a se estruturar uma tendência de rompimento com a tradição da igreja. A infância passava a ser objeto de estudos e reflexão. Portanto, estes debates e a proposta reformista que se avizinhava já começava a vislumbrar outras possibilidades de ensino como se fosse necessário passar...

3.3 DA PALAVRA AO ENSINO DAS COISAS

... E novamente a poética de Adélia Prado, desta feita quebrando as coisas postas e mostrando que “Não me importa a palavra... A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda. Foi inventada para ser calada”.

Então, como fazer para se expressar? Para mostrar? Para ensinar e aprender?

Recorramos às coisas em si para que as palavras sejam realçadas no objeto, no palpável, mas que brotem de reflexão. A educação pelos sentidos. A educação dos sentimentos. A idéia de *Percepta* de higienistas, como Noel Hallé (1798) ou, bem depois dele, Alfred Becquerel, para citar outro higienista que anda nas cabeças e anda nas bocas dos pesquisadores da história da higiene escolar.

A partir da década de 1850 houve certa tentativa de organização de um sistema nacional de educação, de modo a favorecer a unificação de saberes escolares entre as províncias. Esta proposta veio através do Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, assinado pelo novo Ministro do Império Luiz Pereira do Couto Ferraz (BRASIL, 1854).

De forte influência francesa, essa proposta copiou a tentativa de organizar o currículo primário em dois ciclos: elementar e superior (MOREIRA, 1955, p.34).

Considerando a vigência do Ato Adicional, esse Regulamento se restringia ao Município da Capital do Império. Entretanto, ele atribuía ao Inspetor Geral a tarefa de "coordenar, de cotejar os quadros e as informações que os presidentes das províncias enviam cada ano ao governo central e de fazer sobre isto um relatório detalhado dos progressos realizados em cada província, comparando-os com o município da capital" (ALMEIDA, 2000, p.90).

3.3.1 O programa curricular das escolas primárias da Corte

O artigo 47 do Capítulo III desse Decreto regulamentou sobre o que deveria ser ensinado nas escolas publicas (BRASIL, 1854, p.55).

O programa curricular foi organizado contemplando as seguintes disciplinas:

- A instrução moral e religiosa.
- A leitura e escrita.
- As noções essenciais da gramática.
- Os princípios elementares da arithmetica.
- O sistema de pesos e medidas do município.

Ainda, podiam ser ensinadas as seguintes matérias:

- Desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas.
- A leitura explicada dos Evangelhos e notícia da historia sagrada.
- Os elementos da historia e geografia, principalmente do Brasil.
- *Os principios das sciencias Físicas e da História Natural applicáveis ao uso da vida,*
- A geometria elementar, agrimensura, desenho linear.
- Noções de musica e exercícios de canto.
- Ginástica.

- Estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das províncias do Imperio e das Nações com que o Brasil tem relações comerciais.

Não ficando restrito à Corte, este pensamento se difundiu por outras províncias brasileiras, como Pernambuco. Como será que ficou ele ficou estruturado?

3.3.2 A província de Pernambuco em diálogo com a Corte

A reforma Couto Ferraz serviu de base para a nova regulamentação educacional decretada em Pernambuco. Autorizada pela Lei provincial 355, de 25 de setembro de 1854, passou a vigorar a partir de 1855.

Segundo do Relatório do Presidente dessa província, José Bento da Cunha Figueiredo (1855) a adoção do modelo proposto por Couto Ferraz se justificava por ele ser “sabidamente elaborado” bem como “**por entender conveniente conservar-se a unidade de ensino em todo Império**” (FIGUEIREDO, 1855, p.12, negrito de minha autoria). Sendo os relatórios dos Presidentes da Província, originários de um texto legal, não se “pode deixar de compreendê-los como a realização e a expressão dos imperativos legais, ou seja, como lei” (FARIA FILHO, 1998, p. 94). Muito embora, isto não signifique sua entrada em vigor (RUIZ, 2009).

A reforma de 1855 organizou a instrução pública primária de Pernambuco em duas *classes*. A uma pertenciam aquelas de instrução elementar, denominadas de *Escolas de 1º grau* e a outra *classe* de instrução primária superior foi designada por *Escola de 2º grau*. Segundo Hamilton (1992, p.39) o termo *classe* surgiu no início do século XVI, em Paris, formando as *coortes* menores de alunos e se referia às “divisões graduadas por estágios ou níveis de complexidade crescente de acordo com a idade e o conhecimento adquirido pelos estudantes”.

No entanto, na escola primária brasileira, as classes não significaram organização de alunos em diferentes ambientes. Na mesma classe podiam estar presentes alunos de diferentes graus de ensino. Era um único professor que ministrava todas as matérias. Ele tinha a autonomia de nomear, entre os alunos mais adiantados, um assistente para acompanhar as lições do demais.

3.3.2.1 O programa curricular: ensino das coisas úteis à vida

Houve a determinação restrita sobre o que seria ensinado por grau escolar, o que nos levou a concluir que havia uma naturalização na formação de grupos de alunos segundo sua maturidade.

O programa de ensino foi organizado por séries e matérias, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 1.1: Matérias de ensino prescritas para a instrução primária de Pernambuco, em 1854, segundo o grau de escolaridade.

<i>Escolas de 1º grau</i>	<i>Escolas de 2º grau</i>
Instrução moral e religiosa	<i>Estudo do desenvolvimento da Aritmética em suas aplicações práticas, aos quebrados, números complexos, decimais e proporções.</i>
Leitura e a escrita	<i>Leitura dos Evangelhos e notícia da História sagrada.</i>
Noções essenciais da gramática nacional	<i>Elementos de História e Geografia, principalmente do Brasil.</i>
Princípios elementares de aritmética e suas operações fundamentais em números inteiros e o sistema de pesos e medidas da província.	<i>Princípios das Ciências físicas aplicáveis aos usos da vida.</i>
	<i>Geometria Elementar</i>
	<i>Agrimensura</i>
	<i>Desenho linear</i>
	<i>Noções de música, exercício de canto.</i>
	<i>Ginástica</i>
	<i>Estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só da Província, como do Império e das Nações com quem o Brasil tinha maior trato de comércio.</i>

Fonte: Figueiredo, 1855.

As matérias oferecidas nas escolas de 2º grau eram consideradas matérias complementares⁵⁴. Esta nomeação de “matérias” dos conteúdos foi defendida por Ivor Goodson e por Jean Fourquin, que acham o termo mais adequado para a escola primária, enquanto que

⁵⁴ As matérias poderiam ser aumentadas, desde que a proposta fosse apresentada e aprovada pela diferentes instâncias do poder educacional pernambucano. O trâmite legal seguia um caminho pré-estabelecido: cabia ao Diretor Geral do Ensino enviar uma solicitação para a inclusão das matérias, em seguida, haveria a análise pelo Conselho Diretor, para então, haver a deliberação do Governo da Província, após o que seriam adotadas pelas escolas locais.

“disciplina” se origina da tradição acadêmica, sendo mais coerente com níveis superiores de ensino (BITTENCOURT, 2003).

Além disso, Goodson citado por Bittencourt (2008) defende a idéia de que matéria escolar sofre a influência dos variados agentes da instrução escolar bem como busca atender as demandas da sociedade.

Com um programa tão vasto, qual aluno a escola pretendia formar? Um aluno com a educação completa. Uma *Paidéia*, como bem mostrou Werner Jaeger (2001). O currículo oferecia o ensino das coisas úteis à vida. As ciências físicas, termo tão vasto para englobar todo o palpável. Educava-se através do tato, do olhar, em detrimento do olfato. Talvez, este pensamento tenha atravessado, mesmo que em lampejo, a proposta de transformar as palavras em coisas. Jaeger (2001, p.1040) destacou que “pensar é o passeio da alma”.

Aprendia-se as medidas, os pesos que fossem úteis à província, ao Império. Era preciso saber dados que possíveis ajudar no comércio, na compra e venda de bens, inclusive os agrários. A província vivia da comercialização deles. O porto do Recife era a via de escoamento dos produtos agrários da província e das demais da região. Por ele circulavam as embarcações que, segundo a prosa de Mário Sette (1948, p.72) “Traziam do reino as provisões de boca... e nelas de retorno embarcavam açúcar, algodão, couro, pau-brasil, para que este tanto falasse do país pelas terras estranhas”.

Mas, segundo Figueiredo (1854, p.72) poucos eram os “meninos que deixavam a escola pública tendo estudado com aproveitamento todas as matérias exigidas nas escolas de segundo grau”. Alguns, mal sabiam ler e escrever e sequer sabiam a doutrina cristã. Isto se originava, segundo ele, da flexibilidade do ensino que permitia ao aluno ir estudar as humanidades sem passar pelas matérias do segundo grau, que ele refutava como sendo necessárias para a formação completa do aluno. Lei proposta não é lei em vigor.

3.3.2.1.1 Os métodos de ensino

Figueiredo (1855) denunciava a diversidade deles. Isto refletia a variação na formação de professores, sendo impossível esperar que houvesse uniformidade nos métodos usados nas escolas.

3.3.2.1.2 Se essa escola fosse minha: entre o direito e os fatos

Mas, qual criança tinha direito de frequentar essa escola?

O estudo de Silva (2007, p.284) sobre os processos de escolarização ocorridos em Pernambuco, entre o fim do século XVIII até 1859, mostrou que, oficialmente, a regulamentação da instrução primária não limitou ou impediu o acesso a nenhuma criança à escola. Ela deu bastante ênfase ao afirmar que “para nenhuma aula pública, de nenhum nível, jamais existiu, em lei, nenhum tipo de interdição de caráter racial ou social **desde que fossem livres e saudáveis** (negrito é de minha autoria)”. Como isto foi regulamentado?

As únicas restrições impostas foram aquelas previstas no regulamento de 1854. Estavam proibidos de fazer a matrícula ou frequentar as aulas “os meninos que padecerem de *moléstias contagiosas*, os que não tiverem sido *vacinados* e os *escravos*” (FIGUEIREDO, 1855, p. 14).

Voltando ao estudo de Silva (p.294) ficou claro que havia uma clivagem básica classificando os habitantes *livres* do Império. Os brancos, não precisavam de classificação nenhuma, “mas com relação aos não brancos, as distinções eram fundamentais”. Apesar da série de impeditivos que ela coloca, sua opinião (p.284) foi no sentido de que, nesse período “meninos de todos os tipos, ricos e pobres e de todas as cores frequentaram – talvez como colegas inclusive – as aulas públicas de primeiras letras”.

Em relação aos dois outros impeditivos de acesso à escola, vacinação obrigatória e portadores de doenças contagiosas, revelam a intervenção do discurso médico na elaboração do macrotexto da política curricular, registrando, assim, as disputas que se dão neste campo e que não deixam esquecer a relação social que se estabelece em sua elaboração (SILVA, 1999). Revela, também, a inserção do pensamento higienista já se voltando para a escola e o escolar. Os médicos pedagogizando seu discurso. Saindo do âmbito da higiene ensinada pela família. Passando a ter uma outra percepção sobre as crianças, alçadas agora à categoria de alunos e alunas. Mas, também, mostra que estas crianças foram inseridas na categoria de possíveis focos de infecção, portanto, precisavam ser protegidas através da vacina ou isoladas quando doentes. Neste caso, o professor passava ao exercício clínico do olhar, pois a ele cabia identificar os doentes e proibir o acesso às aulas.

Por outro lado é cabível uma pergunta: será que a vacinação era de fácil acesso? Além do mais, as pessoas acatavam, passivamente, tomar vacina?

Não nos esqueçamos da força dos costumes como a segunda natureza do homem.

Como se viu no capítulo anterior, nos meados do século XIX, a província se achava à volta com inúmeros problemas sanitários e gestão da saúde pública. Os espaços que determinavam as práticas higienistas eram muito ambíguos.

Para que nós que, ora estamos no século XXI, tenhamos uma idéia do que se passava em meados do XIX, sobre vacinas e vacinações na província de Pernambuco, transcrevo um trecho da autoria de Otávio de Freitas, sobre situação do Instituto Vacinogênico, nesse período.

[...] Por este mesmo tempo... foi decretado o Regulamento da repartição de vacina no Município do Recife, **estabelecendo os dias de vacinação...** Estávamos em pleno domínio da vacinação jennariana, vacinação braço a braço, hoje completamente abandonada pelos sérios inconvenientes que investigações científicas seguras têm apontado, dia a dia...de julho de 1845 a julho de 1846 foram vacinadas 1344 pessoas...a propaganda da vacinação não atingiu altos surtos no interior de Pernambuco tendo sido acolhida com menos parcimônia em Olinda, Igarassu, Victoria e Rio Formoso (FREITAS, 1919, p.74-75).

A luta antivariólica enfrentou as mesmas dificuldades em diferentes regiões do planeta durante os meados do XIX. Darmon (1997) descreveu, como ela foi praticada na França, também dos meados do século XIX. Para o autor (p.313) “os vacinadores trabalham mais próximo do feito heróico que da arte”. Os esforços dos vacinadores de lá podem ser extrapolados para o Pernambuco desse período. A prova a que se referiu Ginzburg (2000) está neste excerto do Relatório da província (FIGUEREDO, 1855, p.17)

Assim que, observa-se que o serviço da vaccina não tem sido desempenhado com o proveito que foy de desejar, por que, segundo informa o Commissario Vaccinador, não ha nos Municipios do interior da Pfovincia quem substitua os antigos Delegados do Conselho, uma vez que os Commissarios, de que trata o Regulamento geral, não se querem gratuitamente prestar á propagação do fluido preservativo. Nestas circumstancias tenho ordenado algumas despezas extraordinarias no sentido não só de mandar vir da Europa alguns tubos capillares, para serem distribuidos por diversos Municipios, como de conservar na repartição da Vaccina, e Comissão de Hygiene, o empregado que a seu serviço tinha o Conselho geral de Salubridade : e portanto conveem que tomeis alguma melida tendente á remediar as faltas, que serão indicadas no Relatório da Comissão de Hygiene, que virá ás vossas mãos, quando vier ás minhas.

Mediante este fato é fácil perceber o que representava a vacinação antivariólica nesse tempo e compreender quão irreal e inexequível era a exigência das autoridades, quer de saúde, quer da educação, exigirem um certificado de vacinação para que a criança se matriculasse.

Com a medida adotada pelo governo provincial, ocorria aquilo que Sontag (2007, p.11) considerou como sendo a doença como metáfora, para estabelecer regras de direitos a bens sociais e, ao mesmo tempo estatuir as “medidas punitivas engendradas em torno dessa situação”.

3.3.2.1.3 As crianças transformadas em número

Apesar desta aparente liberdade de ensino, ao que parece o número de alunos que freqüentavam as aulas era muito baixo, em toda a província. Ver anexos A, B e C. Os dados têm como fonte de pesquisa o Relatório do Presidente da província, 1854.

Ao falar sobre o número reduzido de alunos nas escolas, Figueiredo (1855, p.61-62) atribuiu à má qualidade de professores. Segundo sua narrativa, a província fazia investimentos consideráveis na instrução pública, as pessoas é que não tinham interesse em freqüentar as aulas.

Preocupado em descobrir a provável causa, fez uma vistoria nas escolas públicas da província, assistindo aos exames dos alunos. Chegou à seguinte conclusão: quando o professor era bom, as escolas eram muito bem freqüentadas “quer filhos de pais pobres quer filhos de pais ricos, que poderiam mantê-los em escolas particulares se os professores não lhes inspirasse confiança”. Mais adiante, ele, entretanto faz justiça ao professor e reconhece sua baixa remuneração, que o obriga a buscar outras formas de completar a renda, suas péssimas condições de trabalho, o que prejudica seu desempenho escolar, sugerindo uma série de providências para sanar este problema.

A baixa freqüência também foi atribuída ao fato de não haver número suficiente de escolas em toda a província.

Além disto, ele reconheceu que todos os meninos que freqüentam as escolas públicas eram filhos de pais pobres que não tinham condições de fornecer “pena, papel, livros e lousa” (p.66) e isto contribuía, também, para uma aprendizagem muito baixa. A província, entretanto, não assumia o custo com o fornecimento desse material escolar, porque significava aumento nos custos do orçamento.

Esta pobreza determinava a vida do campo, na faina, ajudando aos pais (BELLO, 1978). As crianças da zona urbana, também de famílias muito pobres, ou eram abandonadas nos asilos (FIGUEIREDO, 1855) ou nas ruas, virando os vagabundos, e acabavam indo parar nos depósitos de mendicância, bem a gosto da proposta da Comissão de Hygiene.

Mas, como lei promulgada não é lei em vigor, a Reforma de ensino de 1854, foi logo alterada por outra que acabou vigorando até o último quartel do século XIX, quando, então, se iniciaram os debates em torno da necessidade de adaptar-se aos novos tempos que se avizinhavam.

3.4 A VOZ DO PROGRESSO: AVANTE!

Durante o último quartel do século XIX, vários debates se estabeleceram em Pernambuco sobre a imperativa necessidade da re-estruturação da educação.

Foi quando, em 1871, o diretor interino da instrução pública em Pernambuco, Dr. João José Pinto Júnior, rogava que fossem feitos retoques nas leis e regulamentos em vigor bem como a votação de uma proposta de reforma que se achava em trâmite na Assembléia Provincial.

A justificativa que o Diretor da Instrução usou para encaminhar a proposição se baseava nos grandes fatos da ciência. Era o século das maravilhas em que “a imprensa fala, a eletricidade escreve, a luz desenha, alumia o gaz e o apito da locomotiva como a voz do progresso nos brada – avante! – seria repetir o que ninguém ignora” (ALBUQUERQUE, 1871 p.18). Em sua justificativa para tal pedido e para enaltecer a importância da educação popular, ele usava o referencial teórico de Leibniz. Segundo Pinto Júnior, a escola das primeiras letras representava a porta de entrada para um novo século “de maravilhas” (p.18) que se avizinhava. Assim, os benéficos raios da luz da educação eram a forma dos filhos do povo saírem das trevas, do atraso e da imoralidade em que se encontravam.

Por sua vez, o Presidente da Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, se dirigindo à Assembléia, neste mesmo documento, enalteceu a instrução escolar e colocou-a no lugar e como única via para a ascensão social, política e econômica da população.

3.4.1 Objetivos a alcançar

Através da reforma de ensino proposta, o Diretor da instrução esperava alcançar os seguintes objetivos “generalizar os conhecimentos úteis...habilitando o cidadão a iniciar-se na vida social pelo caminho da ciência que o habilita e regenera”. (ALBUQUERQUE, 1871, p.18).

Quais as diretrizes propostas para se chegar a estes objetivos?

Através de proposições que, transformadas em lei, dariam a oportunidade da província entrar na senda do progresso. Elas foram organizadas em uma ementa composta de 12 itens que chamo de Os 12 pilares da sabedoria.

3.4.2 Os 12 pilares da sabedoria

Esse pré-projeto se apoiava em 12 pilares. O primeiro deles dizia respeito à liberdade de ensino, onde era livre o direito de oferecer a educação das primeiras letras, sendo bastante que o interessado, apresentasse habilitação profissional e um programa de ensino que seguisse as diretrizes da instrução pública.

O segundo pilar tornava o ensino obrigatório, na zona de abrangência de cada escola pública, muito embora não tenha estabelecido como fazer para viabilizar a frequência dos alunos.

Nesse mesmo eixo, foi sugerido o *conteúdo de curricular* com as seguintes matérias:

- Instrução Moral e Religiosa.
- Leitura e a escrita.
- Noções essenciais de gramática nacional.
- Princípios de aritmética com prática das quatro operações em números inteiros, quebrados decimais e complexos e o sistema métrico de pesos e medidas.

A proposta curricular voltava a ser focada no letramento dos alunos e as aptidões na aritmética. Talvez, isso se devesse ao fato de se aproximar da necessidade de alfabetizar as crianças, preparando-as para um novo mundo “em que a imprensa falla, a eletricidade escreve, a luz desenha” (ALBUQUERQUE, 1871, p.18). Entretanto, esta proposta se limitava às escolas das entrâncias inferiores.

Como exigir ou esperar esse avanço se, nesse período, a população da zona rural não tinha acesso às escolas das primeiras letras!? Dados anteriores (1870, p.42) mostravam que, devido à

vasta área geográfica da província, havia uma grande dispersão populacional. Esta vastidão territorial dificultava a distribuição numérica das escolas de primeiras letras.

Além disso, havia o consenso de que

[...] a maioria dos meninos que existem na provincia são todos os filhos dos homens menos favorecidos da fortuna, que habitam nos campos, ficam na impossibilidade de receber instrução primaria, permanecendo assim no mísero estado de completa ignorancia e barbaria (ALBUQUERQUE, 1870, p.42)

Talvez esse fator, tenha servido de reforço para o terceiro pilar da proposta reformista de 1871, que previu a distribuição de escola em cada circunscrição territorial que tivesse certo número de cidadãos livres⁵⁵. A manutenção de funcionamento dessas escolas, entretanto, estava atrelada a uma frequência obrigatória. Caso isso não ocorresse estava aberto o caminho para a instalação de escolas particulares, que receberiam subsídio provincial, na mesma proporção de custos de um aluno da escola pública.

Como é possível perceber, fatores sócio-econômicos estão muito presentes nesse item da proposta. Primeiro, deve-se pensar que a dispersão populacional na área rural, localizada nos pontos mais distantes da província, estava assentada no tipo de ocupação em que se deu nessa região. Não se pode esquecer que ela foi originária de uma estrutura eminentemente pecuária, surgida com a implantação dos currais de gado, criando a chamada Civilização do Couro.

Mediante esse fato, é possível que, também, tenha se firmado o quarto pilar da reforma de ensino que se anunciava: a classificação das escolas por *entrâncias*⁵⁶, o que equivalia considerar a importância política, a prosperidade econômica e posição geográfica do lugar.

Ai começou a discriminação com as escolas consideradas de menor importância. Primeiro, pelos professores que ocupariam essas cadeiras: seriam os iniciantes na carreira. Para as instâncias superiores, só iriam aqueles que tivessem tempo de serviço efetivo prestado na educação.

Essa discriminação foi a base do quinto pilar que continuou com a proposta de programas de ensino segundo a necessidade de cada um. As escolas das *entrâncias* consideradas

⁵⁵ Até esse período, a província ainda não dispunha de dados populacionais posto isto não ter caráter obrigatório. Só em 1872 é veio uma lei obrigando a realizar o recenseamento.

⁵⁶ O Tribunal de Justiça de Pernambuco assim considera uma *entrância*: “entrância é, ao mesmo tempo, degrau de carreira de Juiz e classificação das Comarcas. Uma Comarca será de 1ª entrância se pequeno for o número de processos que lá existem e pouca for sua importância política. Será de 2ª entrância se já tiver um número mais elevado de processos e uma maior importância e assim por diante”. Disponível no site: www.tjpe.gov.br/entendendo_jud.shtml. Data de acesso: 11 de setembro de 2009.

menos importantes só precisariam continuar a aprender a ler, contar e escrever. Seria a justa medida das coisas? Seria a lei se adaptando aos costumes locais? Ou seria mesmo discriminação? Questões ambíguas e difíceis de serem julgadas à luz da contemporaneidade sem cometer anacronismos!

Por outro lado, Bello (1978) mostrou que, realmente, o aluno das escolas localizadas na zona agrícola do estado, quando aprendiam a ler, escrever e contar abandonavam a escola para ajudar os pais no trabalho. Não estou falando que esta atitude era justa, mas era o que acontecia.

O *programa curricular das escolas de nível primário superior* seria composto pelas seguintes “matérias” (ALBUQUERQUE, 1871, p.19):

- Elementos de geometria prática.
- Desenho linear.
- Noções de agricultura.
- Noções gerais de ciências físicas.
- **História Natural aplicada aos usos da vida.** (negrito de minha autoria).
- Elementos de história, cronologia e geografia especialmente nacionais.
- Princípios de economia política e princípios de direito constitucional pátrio.
- Agrimensura e música.

É possível perceber que voltava a se desenhar uma proposta do estudo das lições de coisa através do ensino da *História Natural aplicada aos usos da vida*. Essa proposta curricular estava mais de acordo com a justificativa dada pelo Diretor da Instrução, pois já estendia o currículo para as matérias de cunho científico.

A proposta do ensino da *História Natural aplicáveis ao uso da vida* remete à Filosofia Natural⁵⁷, à natureza criada. Ao Criador. É metafísica, ou como disse Ruiz (2009, comunicação pessoal) “é puro Aristóteles”.

Keith Thomas (1989, p.22) mostrou os fundamentos teológicos desse pensar utilitarista da natureza. A terra era um Jardim do Éden, que fora “preparado para o homem, no qual Deus

⁵⁷ É interessante saber que, em 1838, o ensino secundário do Colégio Pedro II, teve uma matéria escolar com esta rubrica. O programa curricular se apresentava em modo socrático. A educação se fazia pelo pensamento.

conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas”. Trato que se renovou após o Dilúvio. É puro Gênesis!

E, quando estudarmos a *Ingesta*, ou a higiene alimentar, veremos como isto tudo se imbricou, constituindo aquilo que Hipócrates (500 a.C) nomeou de *Dieta*⁵⁸.

Para Werner Jaeger

[...] Os cuidados da higiene incidem sobre a *dieta*. Os Gregos entendem por *dieta* não só a regulamentação dos alimentos dos enfermos, mas também todo o regime de vida do Homem e especialmente a ordenação dos alimentos e dos esforços impostos ao organismo (JAGER, 2001, p.1040).

Os demais pilares (VI ao XII) regulamentaram sobre o ofício de professor, os recursos para financiar a educação (origem e destino) e criação de escolas para diferentes fins.

3.5 A EDUCAÇÃO É O PÃO DO ESPÍRITO

Com este axioma Henrique de Lucena iniciava seu discurso frente à Assembléia Legislativa provincial, em 1873 na tentativa de aprovar a proposta reformista que começou a ser elaborada em 1871 e que representou a inserção do ensino da Higiene no currículo da escola primária de Pernambuco.

3.5.1 Os fins justificam os meios

Para Henrique Pereira de Lucena (1873, p.13) então presidente da província, a população necessitava de instrução que é o “pão do espírito”. Para conseguir a iluminação espiritual, a alimentação da alma através da educação seria necessário que fossem tomadas algumas medidas.

Os fins justificavam os meios!.

Para isto urgia a criação de escolas, desde que houvesse um “número razoável de crianças e adultos”.

Saindo do pragmatismo, vinha a alimentação espiritual. Esta precisava de subsídios literários que seriam conseguidos com a “implantação de pequenas bibliotecas” a fim de despertar o interesse pela leitura. Mas, o que é uma biblioteca? Hoje, parece óbvio que é o lugar

⁵⁸ Este conceito é de Hipócrates e não nos esqueçamos que estamos falando de neo-hipocráticos como esclareceu Alain Corbin.

onde se conserva livro (CHARTIER, 1999, p.71) . Entretanto, nem sempre foi assim. O autor mostrou que, por volta do século XVII e XVIII *biblioteca*, podia ser uma galeria, construção cheia de livro ou ainda podia se referir à forma de arrumação dos livros ou, em uma terceira representação, “ser uma coleção, uma compilação de várias obras da mesma natureza ou de autores que compilaram tudo o que se pode dizer sobre um mesmo tema”.

Mas, não bastava ter só bibliotecas.

Começava a surgir uma finalidade do aprendizado. Para os livros “úteis”, aqueles com os ensinamentos mais elementares de moral e bons costumes ou com informações aplicáveis à vida prática. O lugar de destino de tão boas obras era as prateleiras das estantes, um caminho que levava à caça furtiva das palavras. Pensava-se em formar uma comunidade de leitores.

Estava se delineando a educação dos sentidos, dos sentimentos. *A Percepta* de Noel Hallé. Ela se daria pelo viés da leitura higiênica, higienizada e higienizadora.

Ao fim de sua exposição, Lucena fez um apelo aos Deputados da Assembléia Provincial para a agilização da segunda leitura do projeto reformista para a educação de modo que fosse aprovado, ainda, no decorrer do ano em curso.

3.5.1. Nova gestão educacional, novos tempos

Em junho de 1873, foi aprovada a lei 1.124. Não era, inteiramente, uma proposta nova, pois que se baseava, em alguns pontos, na legislação de 1855. A mescla da legislação. A regulamentação sobre os livros didáticos se apoiava, ainda, na lei de 1855.

A lei não entrou em vigor.

Foi logo no início da atuação de João Barbalho Uchoa Cavalcanti como Inspetor Geral de Ensino que, ele como bacharel em Direito e Deputado provincial, lutou para que a lei educacional aprovada em 1873 sofresse alterações em seu texto jurídico..

A educação provincial passou por nova reforma, promulgada em 08 de junho de 1874, recebendo o número 1.143. Foi a partir dela que se elaborou o Regulamento de ensino, promulgado em 27 de novembro desse mesmo ano, inserindo novas matérias de ensino, inclusive a Higiene.

3.6 NOVA GESTÃO DE ENSINO, NOVOS PROGRAMAS: A GÊNESE DO ENSINO DA HIGIENE

Para Chervel (1990) o estudo histórico da constituição da gênese de uma disciplina escolar é o momento em que o pesquisador deve se preocupar em descobrir como a escola, e só a escola, deve agir para produzir as disciplinas.

Como a escola primária de Pernambuco agiu para iniciar o ensino da higiene através do programa curricular?

3.6.1 A justificação

A justificativa para a inserção da matéria higiene no currículo primário da instrução pública vinha de dois lugares dentro do espaço de poder representado pela Educação.

O primeiro desses lugares, como já se vimos, partiu do Inspetor de Ensino, João Barbalho. Ao fazer o diagnóstico situacional das escolas públicas da província, ele introduziu o debate sobre a Higiene escolar em Pernambuco. Em seu relatório datado de 1875 (p.12) a ausência desse ensino no currículo representava “um absurdo”.

Por sua vez, o presidente da província acreditava que a “a instrução é a higiene da alma”. Ao aprovar o ensino desta matéria, ele se apoiou em questões desenvolvimentistas e de civilização local, afinal ela

[...] contribuiria para engrossar o cabedal dos conhecimentos rudimentaes da população... Taes noções sem razão estavam proscritas das escolas e, hoje, que por toda parte se trata de alargar o circulo do ensino à mocidade, teria sido lacuna muito notável da reforma se ella se houvesse restringido ao antigo programa. (LUCENA, 1875)

Seria esta uma prerrogativa da instrução primária de Pernambuco? Havia outras iniciativas no Brasil propondo a inserção do ensino da Higiene nos conteúdos curriculares da instrução pública primária?

As pesquisas neste campo de saber ainda são muito escassas o que não permite fazer uma análise comparativa. Entretanto a pesquisa de mestrado feita por Pykosz (2007, p.105) que a disciplina Higiene só integrou a proposta curricular do Paraná a partir de 1909, com a rubrica de *Noções elementares de física, química e história natural, suficiente para aplicação aos princípios da higiene e agronomia.*”

3.6.2 Os objetivos da reforma

A reforma objetivou dar organicidade ao ensino primário da província, aperfeiçoar as condições civis. A reforma, também, objetivava o progresso moral das crianças e futuros cidadãos.

3.6.3 A organização do ensino primário

O curso primário completo foi organizado em três graus: um curso infantil, para crianças de até sete anos (BELLO, 1978). O curso primário propriamente dito foi organizado em dois graus de ensino: 1º grau e 2º grau.

3.6.4 O tempo escolar

A carga horária diária dos alunos não teve alterações de distribuição de horário. Permaneceu de 9 às 14 horas. Entretanto, ficou estabelecido que os alunos teriam 45 minutos de recreio, decorrido entre as 11:30 às 12:15.

Fora isto, ficou estabelecido que era feriado nas escolas públicas, além dos domingos, os dias santos, os de festa nacional, os de luto público declarados pelo governo, o dia 27 de janeiro, os de carnaval e quarta-feira de cinza, os da semana santa, os que decorrerem em oito de dezembro e 7 de janeiro e as quintas-feiras de cada semana em que não houver outro feriado já decretado ou os dias de feira onde estas ocorrerem.

3.6.5 Os exames escolares

Os exames podiam ser realizados cada vez que o professor percebesse a capacitação do aluno. A realização das provas funcionava como um meio de transição do primeiro para o segundo grau.

Ficava sob a responsabilidade dos Regimentos internos das escolas estabelecer quais as matérias de ensino o aluno deveria ser exame para alcançar a grau de ensino seguinte.

3.6.6 O Programa curricular

O Regimento Interno das Escolas de 1875 (PERNAMBUCO, 1876) determinou o seguinte programa curricular para o ensino primário das escolas públicas:

- Instrução moral e religiosa.
- Leitura e escrita.
- Elementos de gramática nacional.
- Princípios elementares da aritmética.
- Sistema métrico.
- Leitura de evangelhos e história sagrada.
- Elementos de história e Geografia universal.
- História e geografia do Brasil, especialmente da Província, Princípios fundamentais da constituição política do Império.
- **Preceitos de higiene e noções de agricultura** (o destaque é meu).
- Noções de ciências físicas.
- Geometria elementar.
- Desenho linear.
- Noções de música e exercícios de canto.
- Exercícios ginásticos.

Considerando que a higiene, vista sob a ótica de Noel Hallé (1754-1822) está organizada em base das categorias *Gesta, Ingesta, Excreta, Circunfusa, Applicata* e *Percepta* (CARVALHO, 1898; REY, 1993) eis ai um programa curricular que exprime a *enkyklios paideia* que Benito (2001) se referiu. Ou seja, uma educação primária, enciclopédica, preocupada com a formação global dos meninos que, em princípio contribuiria com a formação higiênica do aluno.

Podemos perceber que, neste caso a Higiene adquiriu um estatuto de uma “uma disciplina científica de base biológica, porém dotada de atributos morais e isto munia-a de grande poder de intervenção social” (MARQUES, 1994, p.112).

Partindo dessa suposição, considero que a matéria **Preceitos de higiene noções de agricultura** ia muito, além do limpo e do sujo, muito além das meras práticas de higiene corporal que, tendem a restringi-la.

Neste aspecto, a proposta de Pernambuco se aproxima do modelo espanhol de educação que mesclava diferentes assuntos na matéria Higiene, inclusive as Ciências Naturais. Essa mesma observação foi realizada por Pykosz (2007). No programa curricular dos grupos escolares de Curitiba os preceitos higienistas, até 1917, estavam vinculados à História Natural, Agronomia e à Biologia.

Aparentemente, há uma disparidade na junção de áreas temáticas – higiene e agricultura.

Mas, não podemos nos esquecer da classe *Ingesta*, que se relaciona com a alimentação. Thomas (1989) no capítulo V do livro *O Homem e o Mundo Natural*, narrou a relação que o ser humano desenvolveu com as “Árvores e Flores”. (p.229 a 287). Esta relação que se estabeleceu entre os homens e as plantas variou. Elas foram classificadas segundo categorias polarizadas de útil e hostil, o que conferia poderes aos homens para destruir ou usar para benefício próprio as florestas e os bosques.

Talvez, o fato do programa ainda não ter um conteúdo, ainda, definido represente as disputas e tensões que se criam na hora da elaboração de um programa curricular (GOODSON, 1995). Além do que, o ensino primário tinha por si, um caráter multidisciplinar e interdisciplinar, se for usar termos da atualidade. O professor era o mesmo para todas as matérias. Os livros didáticos eram enciclopédicos, portanto contemplavam estas temáticas.

3.6.7 Diz-me como ensinas e te direi quem és: o método de ensino

O método de ensino usado em uma disciplina escolar constitui um dos fundamentos da escrita da escrita de sua história.

Não foi estabelecido nenhum método especial para o ensino.

Nesta reforma de ensino proposta para Pernambuco, o artigo 23 do Capítulo Disposições Diversas da Lei 1.143, de 1874, delegou ao inspetor da instrução pública a autorização *a título de ensaio* (LEI, 1.143, 1874, p.64) o emprego de qualquer *novo método* de ensino recomendado por si ou por seus agentes “o seguimento das lições e verificado o grau de aperfeiçoamento dos alunos, do que dará conta particularizada no seu relatório”.

3.6.8 Os objetivos do ensino da higiene

Quando André Chervel (1990, p.183) escreveu sobre a história das disciplinas escolares, ele categorizou entre os problemas de estudo a identificação da *função da disciplina*, que longe de ser “vulgarização” ou “adaptação” das ciências é quando a escola ensina sua própria produção. È a cultura escolar.

Pela proposta ampliada de ensino pode-se pensar na formação científica e moral dos alunos. Também, pode-se pensar na formação dos sentidos, dos sentimentos.

Para atingir seu objetivos foi proposto o ensino de Preceitos de higiene e noções de agricultura assim como havia uma distribuição difusa em outras matérias do programa curricular.

3.6.8.1 A *Percepta* ou a educação dos sentidos: formando espíritos ilustres

A palavra *sentido* vem do latim *sentire*, sentir; do indo-europeu *sent*, dirigir-se, ir, conseqüentemente é seguir mentalmente.

Mas, o que é educar pelos sentidos? É ir além da percepção que a mente tem como único sítio de instalação o cérebro. É perceber que a mente percorre “o corpo em caravanas de hormônios, enzimas ocupadas em dar sentido às maravilhas” (ACKERMAN, 1996, p.19). È por isto que temos um coração ouvinte.

Para essa autora (p.17) os sentidos “*não esclarecem* a vida em atos gritantes ou sutis, dividem a realidade em fatias vibrantes, juntando-as de modo a formar um padrão significativo” (itálico do original).

Quando João Barbalho (1875, p.26) se preocupou com a higiene escolar, vimos que ele pensou na formação espiritual do aluno da escola pública primária. Para ele, “não adiantava ter espíritos ilustres em corpos podres”.

Segundo o ideal platônico, a primeira coisa a se fazer com a criança é firmar, espiritualmente, o Homem na sua plenitude para, só depois começar a lhe ensinar o cuidado pessoal com o corpo (JAEGER, 2001).

A matéria Leitura e escrita foi uma das vias usadas para este propósito. Quais os protocolos de leitura desenvolvidos? Não se pode esquecer da abordagem feita por Chartier (1999, p;12-13) sobre as formas de apropriação do livro, visto que produzirão “usos e significações diferenciados”. E que, na comunidade de leitores existem os mais habilidosos na leitura, os que só compreendem um texto se lido em voz alta, aqueles que só entendem determinado tipo de impresso. Bem como, existem oposições “entre as normas e convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos dos livros, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos de interpretação”.

A matéria, *Exercícios de música e exercícios de canto* seria um outro método. A formação musical é uma concepção platônica que exprime a formação da alma. Segundo Platão, ela não abrangia só o tom, o ritmo, mas “a palavra falada, o *logos*” (JAEGER, 2001, p.768). Nesse momento podemos ver, também, a importância do ensino de disciplinas como *Instrução moral e religiosa, Leitura e escrita, Leitura dos Evangelhos e História sagrada*. Talvez, indo em um sentido maior do que, simplesmente, ensinar a ler e escrever ou despertar habilidade prática.

A preocupação com a formação dos sentimentos se materializava quando a escola indicou a leitura oral dos clássicos (GALVÃO, 2007). Vemos, neste caso, como o protocolo de leitura que Chartier se referiu é cabível. Neste caso pergunto: qual a organização textual de “O livro do povo?” E já adentro pela história do livro, da produção da literatura escolar. Pensando na arte gráfica, mas, também, pensando no seu diálogo com a higiene e a produção dos livros escolares.

Em se tratando de “meninos”, Platão se referiu às histórias contadas a eles, que deveriam encerrar “um que de verdade” (JAEGER, 201, p.768). Então, podemos pensar nas fábulas tantas vezes inseridas nos livros didáticos, especialmente os Livros de Leitura.

Neste caso, o Livro de Leitura indicado e aprovado em várias escolas primárias de Pernambuco, nesse período foi o da autoria de Abilio Cesar Borges, já muito bem estudado por Diane Valdez em sua pesquisa de doutorado realizada 2006.

Outro livro que circulou na província desde 1868 (FERNANDES, 2009) foi o “*O Livro do Povo*”. Obra rara, aprovada para o uso nas escolas públicas, também, durante 1875, foi escolhida para a análise neste trabalho. Não só pelo seu perfil de raridade, mas para analisar o discurso higienista que circulava na escola mesmo antes de haver a indicação oficial do ensino da Higiene.

Qual o conteúdo que este livro veiculou? Quais os métodos de ensino propostos por seu autor?

3.6.8.2 *Gesta ação e repouso dos músculos*

Ao se constituir como uma das preocupações dos higienistas, o corpo tornou-se objeto do discurso em diferentes ocasiões e situações.

Na esfera da educação o professor deveria ser capaz de identificar os vários signos mostrados pelo corpo do aluno. A partir da caracterização das anormalidades, eram desencadeadas as medidas corretivas cabíveis, visando proteger os susceptíveis. O mestre também deveria ser hábil para prevenir e evitar que os agravos se abatessem sobre os corpos dos alunos. Do mesmo modo que Sydenham propusera no século XVII, era preciso a observação clínica do enfermo para distinguir todos os sintomas gerais e característicos da doença para, então, instituir a terapia cabível a cada caso. Em casos insolúveis valia a máxima: O que não tem remédio, remediado está.

Cifose, lordose, escoliose dextro-convexa; escoliose sinistro-convexa; miopia; gibosidade; astigmatismo; hipermetropia; gagueira; morféia; histeria; Dança de São Guido; sarna; pediculose, sífilis, escrófula, etc., etc. Ao contrário do que possa parecer, esta não é a denominação das patologias que acometiam o personagem de Victor Hugo na novela “O Corcunda de Notre Dame”, de 1831⁵⁹. Esta lista, longa, porém parcial, era componente do cânone higiênico destinado à saúde do escolar, como as enfermidades que poderiam acometer os estudantes. Vimos que, usando o referencial de Riant (1884) o inspetor de ensino de Pernambuco também relacionou algumas delas.

Descrevendo sobre os agravos à saúde (o que lhe confere um aspecto biomédico) para referir-se “ao processo de saúde”, os higienistas esperavam contribuir com a redução ou erradicação desses males, alguns deles “adquiridos” no meio escolar; outros que se propagam no meio escolar ou, ainda, outros que eram adquiridos por imitação como era a Dança de São Guido.

⁵⁹Disponível no site http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca_virtual/belas_artes/cap1.htm. Data de acesso: junho de 2006.

Mas, como conseguir a cura para algumas destas doenças? Através do movimento, da *Gesta*, quando se realizavam os *Exercícios ginásticos*. Ao lado da música, como a outra metade da paideia, Platão colocou a ginástica que era responsável pelo robustecimento físico, razão pela qual se devia praticada desde a infância. (JAEGER, 2001).

Os exercícios ginásticos foram previstos tanto em uma matéria específica quanto na carga horária de trabalho dos alunos que tinham direito a recreios. Neste caso, a ginástica mental, o uso da razão do tempo da aula era permeado pelo contrário da *Gesta*: o repouso, o lazer durante o intervalo das aulas.

Por isto a ginástica tem um caráter disciplinador e metódico. Sob a batuta do Estado era um instrumento de domínio da população urbana, cada vez maior, com seus problemas de saúde, suas doenças transmissíveis, seus casebres, seus mocambos, suas palafitas, suas doenças contagiosas pondo em risco o projeto do capital. Sob a batuta da medicina, supostamente, preservava ou recuperava a saúde.

A ginástica, a *Gesta*, pensava no fortalecimento dos atributos masculinos. Por isto se buscava exercícios que proporcionassem força, agilidade e a virilidade. Tudo seria inócuo se não fosse acompanhado da formação do caráter, moralizando os indivíduos e a sociedade. Era preciso “intervir no seu modo de ser e viver” (SOARES, 2002, p.20).

E as meninas? Estas ficavam restritas à sombra do lar, bordando, cozinhando, aprendendo a ser uma boa mãe para gerar os filhos da Nação. A fazer doces, guloseimas.

Como é possível perceber a higiene tem o perfil de uma *dieta* (JAEGER, 2001), mas que “ultrapassa o conceito de alimentação” (MAZZINI, 1998, p.254). Quando Hipócrates se referiu à *dieta* ela pensava em regime de vida.

Deste modo, é perceptível uma proposta de educação completa dos meninos. Uma *Paidéia*, como bem mostrou Werner Jaeger (2001). Ou seja, a educação não era algo que vinha de fora, antes, os meninos *naturalmente* poderiam ser educados através dos sentidos, algo que lhe é próprio, inato. Então, com a observação e a repetição, vinha o hábito, o costume, podendo ser tão fortes e arraigados que se sobrepunham a qualquer legislação.

A partir de 1879 travou-se uma luta para implementar outras reformas. Nesse período o Inspetor Geral de ensino, João Barbalho, realizou uma viagem por outras províncias brasileiras – Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e município da Corte - e teve oportunidade de comparar as

condições de ensino desenvolvido entre elas. Talvez, de posse de suas observações tenha sugerido a nova proposta para reformular o ensino primário pernambucano. Nesta mesma ocasião, Leôncio de Carvalho, promulgava a reforma de ensino para o Rio de Janeiro.

Segundo Rosa Fátima de Souza (2000, p.13) o que se deu no fim do século XIX foi a ampliação do programa escolar. A justificativa usada para isto se baseava, segundo ela, “na educação integral: educação física, intelectual e moral”.

Em Pernambuco, os debates se arrastaram na Assembléia provincial e entre os professores que se mostravam resistentes à proposta. Finalmente, em 1886, João Barbalho, novamente, sagrava-se vitorioso.

O ensino da Higiene continuava sendo oferecido como conteúdo de matéria.

Muitas outras reformas de ensino se seguiram a estas duas. O historiador Ruy Bello (1978, p.14), baseado em João Barbalho (1879) classificou de “pruridos de reformas”. O próprio João Barbalho (1878, p.16) considerou esta enxurrada de leis como “actos parciaes que constituem verdadeiras excepções e dispensas da lei”.

Com isto, percebe-se o fortalecimento das teses de Ruiz (2009) sobre a preponderância dos costumes “a contrapelo da lei” ou que a lei era formulada baseada em exceções e negociações. Para Thompson (1998, p.14) é o direito consuetudinário, aquele que se deriva “dos costumes, usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstância eram codificadas e podiam ter força de lei”

Também abre um canal de debates sobre a teoria da medicalização da sociedade, que se espraiou como verdade inquestionável e extrapolada para todas as situações e lugares.

3.7 LIVROS PARA ALUNOS POBRES: LIVROS APROVADOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO DE PERNAMBUCO EM 1875

A mesma Lei 1.143 aprovada para “suprir as lacunas que punham em dificuldades uma conveniente uniformisação regulamentar do ensino” (LUCENA, 1875, p.52) criou o Conselho

Literário⁶⁰. Este conselho, com a extinção do Conselho Diretor, passou a analisar e aprovar os livros didáticos (IP-28, 1873). Apesar de ter havido uma reestruturação de instância regulamentadora, os parâmetros de avaliação dos livros didáticos ainda estavam baseados na Lei Provincial n.369 de 14 de maio de 1855.

Quando se deu a aprovação da Lei 1.143 de 1874, a mudança que ocorreu foi uma alternância de tarefas desempenhadas e responsabilidades assumidas, isto é, o Inspetor Geral de Ensino passou a exercer as funções antes desempenhadas pelo Diretor Geral. O § 1º do Artigo 3º da referida lei foi taxativo quanto às modificações que ela empreendeu “Ao inspetor geral ficam competindo, modificadas pela presente lei” para complementar, através do § 2º “passam para o conselho litterário as funções que pertenciam ao conselho diretor” (LUCENA, 1874, p.60).

3.7.1 Os parâmetros de avaliação: bons livros, maus livros

A pesquisa realizada por Galvão (2007) mostrou que, no oitocentos, as comissões responsáveis pela avaliação dos livros didáticos em Pernambuco, usaram diferentes parâmetros de avaliação para que enquadrar um livro didático nas categorias “bom” e “mau” livro.

Neste jogo de interesses para aprovação de livros didáticos nas instâncias públicas, havia muita estratégia para que os livros fossem aprovados. De um lado, os autores que desejavam ver sua obra aprovada pelas instâncias de poder, do outro lado, o editor que era um comerciante, portanto precisava vender. Tanto foi assim que Bittencourt (2008, p.63) fez a seguinte consideração

As editoras, ao conquistarem o direito de fabricar e divulgar o livro didático cuidaram de transformá-lo em uma mercadoria inserida na lógica capitalista... Para efetivar a transformação de um material didático em produto de maior consumo e símbolo da cultura escolar editores aproximaram-se do estado, engendrando situações conjuntas em suas formas de circulação. (BITTENCOURT, 2008, p. 63).

O Estado, por sua vez precisava estabelecer alguns parâmetros que, minimamente, garantissem a qualidade do livro a ser adotado nas escolas, até porque, essas escolas tinham objetivos definidos no que se refere à formação dos meninos.

⁶⁰ Eram membros desse Conselho: o Inspetor Geral da Instrução Pública, o Regedor do Ginásio Pernambucano, o diretor da Escola Normal e seis cidadãos que tivessem recebido distinção nas letras e no magistério público ou particular.

3.7.1.1 Bons livros, maus livros

Em Macbeth, as três bruxas, ao conversarem sobre o futuro dele fazem uma belíssima reflexão sobre o bom e o mau que, para elas não é algo petrificado, estável, imutável. Não existem polaridades, maniqueísmos. Para elas “o bom é mau e o mau é bom”. Uso esta metáfora para mostrar que embates eram travados nos diferentes pontos do circuito das comunicações, para mostrar os parâmetros levados em consideração para que os livros didáticos fossem difundidos na instrução pública de Pernambuco (DARNTON, 1990).

Para quem os livros eram bons? Ou maus? O que os tornava maus ou bons?

Em 1873, Henrique Pereira de Lucena, presidente da província esperava que as crianças recebessem os raios da iluminação para se tornarem cidadãos úteis. Para isto, a criança deveria freqüentar a escola e ter acesso a bons livros. Neste caso, o presidente da província determinava que eles precisavam ser elementares, terem ensinamentos morais e, além disto, trouxessem coisas úteis sobre a vida prática (LUCENA, 1873). Ela pensava na instrução como sendo “o pão do espírito”.

No ano de 1875 a lista dos livros aprovados foi publicada, em um número total, de 68 obras didáticas para serem usadas nas escolas públicas primárias de um e outro sexo (CAVALCANTI, 1875, p.1-3). A relação dos livros aprovados para esse ano está no anexo B.

Segundo Ana Galvão (2005) o Livro do Povo foi aprovado pelos julgadores para circular nas escolas da província de Pernambuco, já em 1863 em virtude de “constituir útil coleção de textos de máximas, de specimens zoológicas e de leis de Higiene”.

Além de ter circulado em diferentes províncias brasileiras nas últimas décadas do oitocentos, o livro é, atualmente, considerado uma obra rara, portanto justifica-se sua análise a fim de verificar o discurso da higiene, e identificar as aproximações com os compêndios que circularam posteriormente verificando se veicularam o mesmo discurso e quais os métodos de ensino que ele prescrevia.

Fator que não se pode perder de vista é que, neste mesmo período, foram aprovados os livros didáticos para serem usados na aula prática da Escola Normal do sexo masculino. Ou seja, os leitores eram os futuros mestres, o que nos permite pensar que durante seu exercício profissional já tinham um conhecimento prévio de quais livros didáticos seriam o melhor para a aprendizagem do aluno e que facilitasse seu mister de professor.

Ao mesmo tempo é permitido pensar que, primeiramente, os livros didáticos foram pensados para os professores e, posteriormente, foi pensado para o aluno (BITTENCOURT, 2004).

O que Munakata sugeriu é que existem, pelo menos dois tipos de leitores para o livro didático: “o aluno e professor”. E esta dupla, para ele “é estrutural: se um aparecer sem o outro pode-se até mesmo dizer que o livro didático deixa de sê-lo (MUNAKATA, p.579, 2007).

Quadro 2: Rol dos livros usados na escola Normal do sexo masculino em Pernambuco 1875.

<i>Classes</i>	<i>Compendios</i>
1. ^a	Primeiras folhas do Pequeno Curso.
2. ^a	Primeira parte do Pequeno Curso.
3. ^a	Segunda parte idem.
4. ^a	Terceira parte idem. Lições Moraes. Catechismo do conego Pinheiro.
5. ^a	Manual de Urbanidade. Catechismo idem.
6. ^a	Livro do Povo. Catechismo Brasileiro. Dito do conego Pinheiro.
7. ^a	Evangelhos. Artes e officios. Grammatica de Jeronymo Emiliano. Arithm. de Castro Nunes. Orthogr. de M. Arcajo. Catech. do conego Pinheiro.
8. ^a	Terceiro livro do Dr. Abilio. Gram. de J. Emiliano. Arithm. de C. Nunes. Catech. do conego Pinheiro. Estudo pratico da Geographia e Historia.

Fonte: Relatório do Inspetor da Instrução Pública, 1875.

Parece que houve grande movimentação do Conselho Literário nesse período. O Relatório da Instrução, pública elaborado por João Barbalho (1876, p.26) mostrou que, no ano de 1875, houve 10 reuniões, sendo, seis de natureza ordinária e quatro vezes de modo extraordinário. Foram aprovados 10 pareceres sobre adoção de livros didáticos, sendo que uma delas se deu de modo independente da conferência do inspetor geral interino.

Neste período era bastante comum o próprio autor solicitar ao Conselho Literário a adoção do livro de sua autoria, mesmo que não fossem autores locais. Um bom exemplo pode ser

visto neste Ofício de João Barbalho, datado de 20 de maio de 1871 e encaminhado ao Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda

[...] Em face do exposto, acho inteiramente aceitável a proposta constante o Officio, que devolvo do Dr. Abilio Cesar Borges para fornecer a provincia cinco mil exemplares de cada uma das suas obras, tanto mais que não somente estas são de reconhecimento, mas também são offerecidas por preço muito modico e o proponente não marca prazo para seu pagamento. O livro é util nos ensinamentos escolares...estam ao alcance de qualquer professor inteligente.

Compral-os, portanto seria faser um excelente negocio sob todos os pontos de vista.

V. Ex^a. Resolverá como melhor atender.

Deos guarde V.Ex^a (IP 25, 1879)

Apesar de não fazer parte de minha amostragem de pesquisa, não pude ignorar a negociação comercial havida entre Abilio Cesar Borges e a provincia de Pernambuco.

De certa forma, ela questiona o mito criado em torno de sua prodigalidade na distribuição, gratuita, das obras didáticas de sua autoria para as mais variadas vilas das provincias do Império, conforme relataram Isaias Alves (1924) e outros autores Valdez (2006) e HAIDAR (2008). Também, é possível que ratifique a crítica feita por Raul Pompéia, em *O Ateneu*, que acreditava na hipótese dessa benesse ser mais umas das estratégias para autopromoção de Cesar Borges.

Esta observação vai, de certo modo, ao encontro da tese de Conceição Cabrini (1993) quando ela questionou o mito da produção literária escolar “com objetivo apenas altruísticos”. Para reforçar sua idéia ela transcreveu um trecho do acordo comercial realizado, em 1917, entre a editora Francisco Alves e o filho de Abilio, o também professor, Joaquim Abilio Borges, que ficou “com o direito de, por sua conta, vender as referidas obras... recebendo, neste caso...unicamente a importância das despesas e mais 5% de comissão”.

Excerto do Relatório do Inspetor de Ensino da província de Pernambuco sobre uma proposta de venda de livros didáticos da autoria de Abilio Cesar Borges, revela os interesses envolvidos entre autores e autoridades educacionais da província.

Livros para os alumnos pobres.

Não tendo podido, por falta de autorisação, acceder á proposta do Dr. Abilio Cesar Borges, feita em 23 de julho ultimo, chamo a vossa attenção para a tabella, abaixo transcripta, dos preços porque esse intelligente e assás conhecido preceptor da mocidade pretend vender a esta provincia os livros escolares de sua composição.

A proposta me parece util, e vantajosa á provincia, porque proporciona a compra de bons livros por baixo preço, havendo além disso a commodidade de satisfazer-se o pagamento em prestações.

Com a aquisição de taes livros se attenderá a uma necessidade palpitante distribuindo-os pelos alumnos pobres, conforme determina a lei da reorganisação do ensino.

— 1 —

Se o pedido ou encomenda fór de 5 mil exemplares de cada um os preços serão
 Grammaticas portuguezas a 250 rs. o exemplar.
 Primeiro livro de leitura a 250 rs. o exemplar.

— 60 —

Segundo livro de leitura a 700 rs. o exemplar.
 Terceiro livro de leitura a 900 rs. o exemplar.

— 2 —

Se a encomenda fór de dez mil exemplares de cada um, para cima os preços serão :

Grammaticas portuguezas a 200 rs. o exemplar.
 Primeiro livro de leitura a 200 rs. o exemplar.
 Segundo livro de leitura a 640 rs. o exemplar.
 Terceiro livro de leitura a 800 rs. o exemplar.

Os pagamentos ser-lhe-hão feitos em tres prestações, quando não possam sel-o de uma só vez, na ordem seguinte :

Primeira prestação na occasião da entrega dos livros.
 Segunda prestação seis mezes depois da entrega dos livros.
 Terceira prestação doze mezes depois da entrega dos livros.

Fonte: Relatório do Inspector de Ensino, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, 1875.

Para Robert Darnton (1990, p.134) “os autores constituíam uma espécie difícil... Por mais espirituosos que fossem à mesa do jantar, na hora de assinar contratos pareciam governados pela ganância”.

3.7.1.2 Um diálogo das artes gráficas com a higiene: um “mau livro” para a saúde do escolar

As análises feitas permitiram aceitar a segunda hipótese de meu trabalho: existiu sim um diálogo entre os preceitos higiênicos, a materialidade do livro e a prática da leitura. Ao analisar essa hipótese, a pesquisa buscou avançar na pesquisa sobre a história do livro didático no Brasil, mostrando que o livro didático pode ser fonte e objeto de pesquisa.

Foi por pensar assim que Aimé Riant (1884) criticou a materialidade dos livros escolares que circularam na Europa do fim do oitocentos. Para o médico, a má qualidade dos livros didáticos foi responsável pelos casos de miopia em estudantes franceses. Ele imputou a culpa não só aos tipos usados na produção do livro, mas à própria distribuição deles no texto. Então ele faz a referência a um “silabário estrangeiro”.

Ao participar do II LIHED, realizado em maio de 2009, no Rio de Janeiro, assisti à apresentação de Izabel Frade mostrando os resultados parciais de sua pesquisa com livros didáticos usados nas escolas brasileiras do final do XIX e começo do XX. A certa altura de sua explanação eu comecei a ficar em suspense. Explico. Quando analisei o manual *Higiene scolaire* par Aimé Riant (1884) vi a referência dele sobre um manual escolar que era um exemplo de risco para a saúde ocular dos alunos. Ou seja, era o que poderíamos considerar um “mau livro” do ponto de vista (me desculpem o trocadilho) da higiene escolar.

Fiquei pesquisando vários meses para descobrir de qual ele tratava. Não achava nenhum vestígio. É aqui que volto ao II LIHED a ao trabalho de Frade (2009) e a Izabel mostrando a imagem da *Cartilha Maternal*, da autoria de João de Deus com seus recursos gráficos.

Os sentidos podem nos enganar, mas, também, fazem maravilhas conosco. Reconheci os mesmos tipos que Riant destacou como um malefício à visão do estudante.

Como disse o poeta e literato Vinícius de Moraes “ A vida é feita de encontros”.

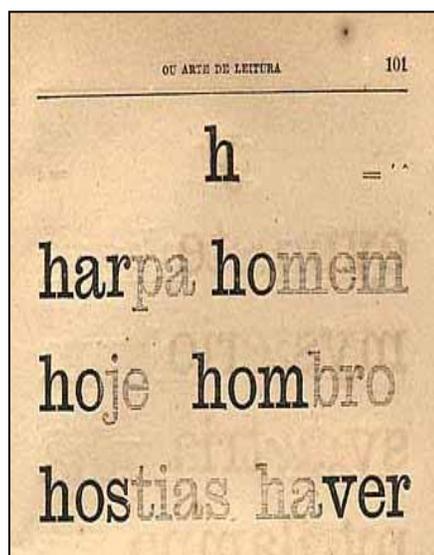
Quando Riant (1884) estudava as doenças dos escolares denunciou o livro didático como um dos fatores causadores da miopia escolar. Dois elementos da materialidade do livro foram incriminados: quando os livros têm caracteres pequenos, ou quando *os livros* são muito pequenos. Eles são bons para transportar e para vender, mas “quantos míopes eles produzem” (RIANT, 1884, p.275).

Para o autor, um dos livros mais perigosos para a visão da criança é da autoria de João de Deus, que circulou nas escolas brasileiras.



Fonte: BNRJ. Arquivo eletrônico. Data: nov.2009.

Os tipos usados na produção dos textos usam duas cores, uma negra e a outra em tom mais claro entre as sílabas. Para Riant (1884, p.378) “a oposição é marcada...é uma idéia imperfeita.” Para ele assinalar a disposição errada do texto é fazer compreender que ela deve ser evitada.



Fonte: BNRJ. Arquivo eletrônico. Data: nov.2009.

A considerar o diálogo entre as artes gráficas e os preceitos higienistas, o manual “O Livro do Povo” atendia, parcialmente, aos preceitos higienistas. É um livro pequeno (16 cm x 11 cm) e compacto para suas 254 páginas, segundo Riant (1884) bom para transportar, mas causa danos à saúde do aluno. Por sua vez, as linhas, justificadas, têm comprimento de 8 cm conforme preceitua o cânone higienista (MELLO, 1902).

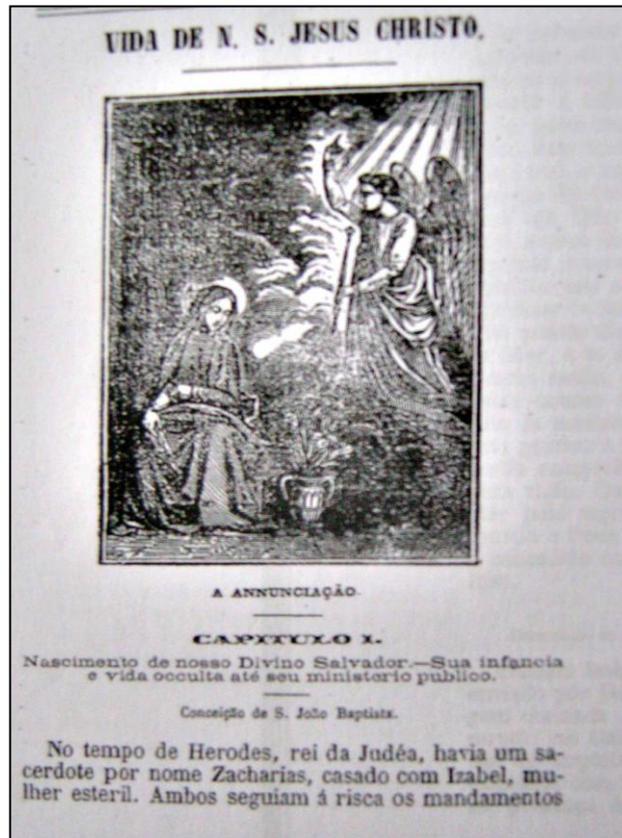
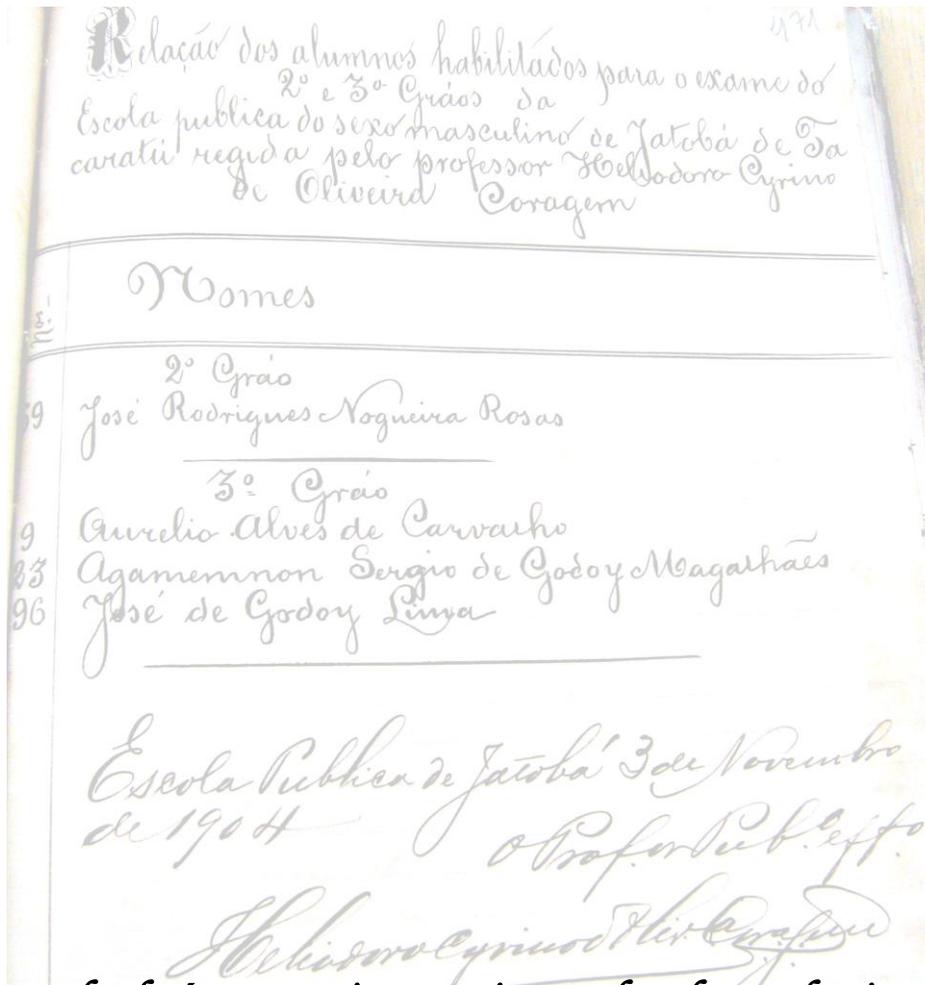


Imagem 13: “O Livro do Povo”, 1864.

CAPÍTULO 4
CONSOLIDAÇÃO E APOGEU DO ENSINO DA HIGIENE.



...“O resultado é que as crianças e jovens das classes dominantes são bem-sucedidas na escola, o que lhes permite o acesso a graus superiores do sistema educacional. As crianças das classes dominadas, em troca, só podem encarar o fracasso ficando pelo caminho”. (Tomaz Tadeu da Silva, 1999, p.35, falando sobre as teorias críticas do currículo).

Entre 1870 até 1889 teve início e maturação a crise do Segundo Reinado que levou à Proclamação da República. Vários sinais tornavam visível que sua instalação. Segundo Boris Fausto (2008, p.217) a queda do regime monárquico foi permeada por fenômenos que, mesmo tendo uma importância diferenciada, contribuíram para a Proclamação da República. Ele apontou como as mais importantes as seguintes questões: o fim da escravidão e os debates que giraram em torno dela, o republicanismo e todos os seus desdobramentos, a tensão entre a Igreja e o Estado, a participação dos militares no poder e os conflitos resultantes desta participação, o positivismo e suas significações, o reformismo do Império e os impactos destas reformas e, por fim, questões intrínsecas ao poder, como a doença do Imperador que o afastou da arena dos debates e disputas.

Durante os primeiros anos da vigência da República, aqueles que militaram para sua implementação foram os mesmos que creditaram na educação como a via para redimir o Brasil e tirá-lo do atraso histórico. A idéia, fortalecida por muitos intelectuais do período era de que o aumento numérico das escolas, seguido pela educação popular, representavam o meio de inserção da massa ao progresso, elevando o Brasil à categoria de uma grande nação, a exemplo dos Estados Unidos da América.

Para Vanilda Paiva (1973) a educação popular se caracterizava pelo seu caráter de ubiquidade, universalidade e de gratuidade. Era constituída pela instrução primária e os cursos profissionalizantes. Entretanto, não se pode pensar que havia um só projeto de educação popular. Na realidade, o que havia era diferentes modelos, desde aqueles de cunho liberal ao socialista. Ganhou o primeiro.

Com as graves questões de saúde pública instalados urgia que ações de controle das enfermidades e outros agravos à saúde fossem implementadas. Uma dessas vias foi a escola, posto que a família fora declarada incapacitada para criar e educar seus filhos. Como esclareceu Margareth Rago

Na empresa da constituição da família nuclear moderna, higiênica e privativa, a redefinição do estatuto da criança pelo poder médico desempenhou um papel fundamental... a criança foi paulatinamente separada e elevada à condição de figura central no interior da família, demandando um espaço próprio e atenção especial: tratamento e alimentação específicos, vestuários brinquedos e horários especiais, cuidados fundamentais nos novos saberes racionais da pediatria, da puericultura, **da pedagogia** e da psicologia” (RAGO, 1997, p.117, o negrito é de minha autoria).

Sendo deste modo, pergunto: Como se estruturou este projeto de educação em Pernambuco? O ensino da Higiene foi contemplado em suas propostas curriculares?

A parceria com o Governo do estado proporcionou a implantação das primeiras escolas municipais. No ano de 1897, o número, relativamente alto das escolas municipais -100 instituições de ensino – não foi acompanhado da qualidade. As escolas isoladas, de uma sala só (PERES, 2000)

4.1 A REPÚBLICA DEU ASSENTO À HIGIENE

Após a Proclamação da República, a primeira legislação educacional de Pernambuco foi promulgada no governo de José Alexandre Barbosa Lima. O Regulamento da instrução pública foi baixado em janeiro desse mesmo ano. A instrução primária foi organizada em dois cursos: um *curso preliminar*, oferecido em todos os municípios do estado e um *curso complementar*, restrito a algumas cidades. As primeiras cidades beneficiadas foram Goiana, Caruaru e Salgueiro, localizadas, respectivamente, na zona da mata, agreste e sertão do estado.

O Programa de ensino do *curso preliminar* não se prendia ao ensino da leitura, escrita e operações matemáticas. Buscou a formação integral do aluno pelo estímulo dos sentidos. Oferecendo a matéria *Noções usuais de coisas e elementos de agricultura* o estímulo visual, da fala e do tato foi muito acentuado porque usou o método oral e concreto de ensino pela presença concreta de objetos. Se estes não estavam presentes, valia a representação deles através de mapas e aparelhos que fossem necessários para explicar o tema da aula.

O sentido da audição estimulado através do ensino da Música. A coordenação motora através de Desenho à mão livre ou com instrumentos de precisão, dos trabalhos de bordado prescrito para as meninas. O estímulo ao raciocínio pelo ensino da Aritmética e Geometria. Também estimulou o gosto pelo belo e o forte, através da ginástica e dos exercícios calistênicos.

Por sua vez o *curso complementar*, distribuído em três anos de duração, aprofundou esta proposta de ensino. Ofereceu outras matérias de estudo, dentre as quais destaco a proposta do ensino de **Noções de higiene pública e privada**, assumindo o estatuto de matéria escolar isolada.

Ao que parece, este governador também se preocupou com quantidade de escolas. Um exemplo, talvez até, isolado é o depoimento de Ulysses Lins (1967, p.294-295) em suas

memórias ao declarar que “Barbosa Lima fora o primeiro governador a lançar vistas para o sertão mandando construir prédios escolares”. Corria, então, o ano de 1898.

Apesar disto, as escolas continuavam desvalidas de professores e tudo que se referisse à cultura escolar.

4.1.1 Aos vencedores as batatas: quem estudava nas escolas primárias do Sertão.

Mais uma vez, a arte imita a vida e, mais uma vez, o “Bruxo do Cosme Velho” como era chamado Machado de Assis, dá o tom da sua prosa, sardônica, para representar o social. Na prosa machadiana, Rubião, após sepultar Quincas Borba⁶¹ comemora o fato de ter sido o beneficiado no testamento do defunto. Levantando os braços ele exclama: “*Ao vencedor as batatas*”.

Transportando esta metáfora para a História da educação poderíamos pensar na exclusão que o projeto liberal da escola brasileira produziu ao longo desse período.

Isto tudo, porque os alunos do sertão ficaram de fora da escola. Ou muito pouco tiveram acesso a elas. Entre, outras coisas pela falta de professores, conforme excerto do relatório do presidente da província, Antônio Gonçalves Ferreira mostrado abaixo.

Continuam ainda vagas muitas cadeiras do sexo feminino e mixtas do alto sertão em consequencia de constantes pedidos de prorogações de prazos, a pretexto de molestia, das professoras em disponibilidade designadas para regel-as.

Fonte: Mensagem apresentada ao Congresso Estadual por Antônio Gonçalves Ferreira, 1904.

Esta falta de escola levou ao arranjo, à improvisação. Quem conta isto é Ulysses Lins de Albuquerque (1967, p.50-51). No capítulo V intitulado “Professores interinos”. É assim que começa sua narrativa: “Naquele ano de 1899, eu tivera como professores – interinos, nomeados pelo governador do Estado, por falecimento do professor Moreira – o pardo Antão Alves de Santana (mais conhecido por Antão Belchior) e João Neiva”.

Continuando sua prosa, ele falou dos livros didáticos “Doutrina Cristã”. Podemos identificar uma matéria escolar – Ensino religioso. O método: a memorização, fazendo os

⁶¹ O romance “Quincas Borba” foi publicado no Rio de Janeiro em 1891.

meninos “decorar as Orações, bem assim aquele latinório do Intróito da Missa. Quando um menino espirrava, ele mandava que os demais lhe dissessem: << **Dominus tecum**>>, e ensinava, também ao **espirrante** como agradecer em latim.”

Reforçando a interinidade dos professores, e mesmo a ausência numérica deles, Albuquerque contou que o professor Antão ensinava “particular... pelas fazendas, algumas gerações”. Lembra, os sofistas que Jaeger (2001, p.523) referiu. Para ele “os sofistas são mestres ambulantes, vindos de fora... É por dinheiro que ministram seus ensinamentos. Estes versam sobre disciplinas ou artes específicas e dirigem-se a um público seletivo de filhos de cidadãos abastados”. Ulysses fez parte da elite econômica de Alagoa de Baixo.

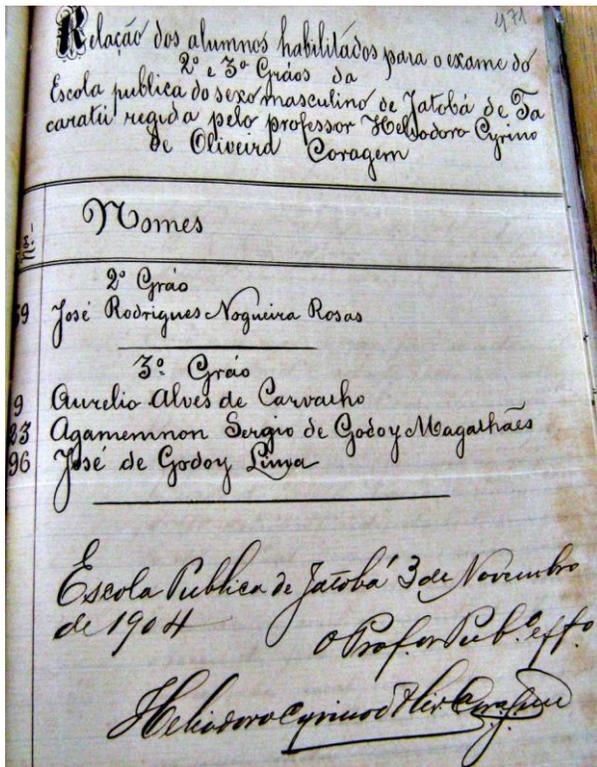
Eis a força da literatura autobiográfica para a história da educação (SOUSA, 2000). Desvela o que os documentos oficiais, muitas vezes, omitem. Aí estão as pistas quase imperceptíveis para conseguir se contar uma história.

Por isto, àqueles alunos que chegavam ao fim do ciclo escolar, apesar de todos os percalços, aos vencedores deste processo “as batatas”. E como pensou Rubião “as batatas em suas várias formas” para usufruir “de antemão o banquete da vida”.

As memórias de Ulysses, mostram outros fatos que contribuíram para esta ausência de alunos aprovados e concluindo o curso primário. Para ele, o que se dava era que, simplesmente, não havia realização de exames para avaliá-los. Era uma raridade o inspetor de ensino se apresentar na cidade para aplicar as provas. Assim, os alunos permaneciam cursando a mesma série várias vezes ou deixavam de estudar para trabalhar ajudando aos pais na labuta do campo⁶². Poucos, pouquíssimos, eram os exames realizados, e, mais raro ainda, o número de alunos aprovados. E isto não foi difícil de averiguar.

A análise dos documentos da instrução pública de Pernambuco (IP-73, 1904) revelou uma lista de alunos que foram submetidos aos exames finais, no ano de 1904, em uma escola de primeira entrância, localizada em Jatobá de Tacaratu, no sertão de Pernambuco.

⁶² Existe semelhança entre esta narrativa e a de minha mãe. Criança no final da década de 1927 ela freqüentava a escola pública primária na vila de Gravatá do Jaburu, interior de Pernambuco. Abandonou os estudos porque “não havia prova, a gente ficava estudando a mesma coisa todo ano. Não tinha exames, não tinha... me cansei e saí da escola...fui ajudar meu pai que era pobre...mas eu não parei de estudar...eu ficava tomando conta das cabras, sentada embaixo de uma árvore estudando no livro de Felisberto de Carvalho. Eu me lembro da história do demônio de um dos livros dele. Decorei o nome de todas as tribos de índios. Se me perguntarem ainda me lembro.”



No documento em epígrafe está, registrada a aprovação do aluno “Agamenon Sergio de Godoy Magalhães” que, ao que parece, tinha o número de matrícula “83”. Nesta época, os alunos faziam matrícula, diretamente com o professor, que ia registrando seus nomes, à medida que se apresentavam para freqüentarem as aulas. Não havia uma ordem alfabética.

Seria apenas mais um nome, mais um número entre os milhares que se matricularam e freqüentaram a escola primária pública do sertão pernambucano. Seria um dos alunos que teria escapado ao destino de tantos outros, se ele não fosse alguém que estava destinado a compor e ajudar na composição da história de Pernambuco. Quem diria!

Anos, décadas, mais tarde, este mesmo Sérgio, o número “83” foi nomeado interventor do estado de Pernambuco, durante o regime do Estado Novo. Implementou a Liga Social contra o Mocambo. Um projeto de governo que, sob a alegação higienista, conseguiu remover os mocambos do Recife (MONTEIRO, 2005).

Quem caracterizou esta situação foi Tomaz Tadeu da Silva

O resultado é que as crianças e jovens das classes dominantes são bem-sucedidas na escola, o que lhes permite o acesso a graus superiores do sistema educacional. As crianças das classes dominadas, em troca, só podem encarar o fracasso ficando pelo caminho. (Tomaz Tadeu da Silva, 1999, p.35)

Aonde foram parar todos os alunos das escolas e os pobres dos mocambos?

Por que eu trouxe estas informações? Porque segundo André Chervel (1990, p.198) a estabilidade de uma disciplina, no programa curricular, se relaciona com o processo histórico quando, então, é possível fazer o arco de sua trajetória, indo da gênese, apogeu ou consolidação e seu ocaso ou mudança e tudo isto se assenta em dois pólos “o objetivo a alcançar e a população de crianças e adolescentes a instruir”.

Neste caso, é de supor que, além dos alunos que ficavam pelo caminho, engrossando as fileiras dos trabalhadores desqualificados, por serem analfabetos ou quase isto, ficavam aqueles que não tinham acesso à escola pela falta de professores⁶³.

A mudança na gestão do estado, com a saída de Barbosa Lima, levou à reorganização do ensino e promulgação, em julho de 1896, de outro Regulamento para a instrução pública do estado de Pernambuco.

A organização do ensino primário em dois cursos permaneceu a mesma. O programa curricular do curso preliminar permaneceu inalterado. Entretanto, o programa do curso complementar sofreu drástica modificação, ficando restrito ao ensino das seguintes matérias: Francês, Português e as Matemáticas. O ensino da Higiene foi suprimido

Vigorou, com modificações sucessivas, até 1903, quando foi promulgado o novo Regulamento para a instrução pública do estado.

4.2 UM NOVO SÉCULO, UM NOVO ENSINO

Este excerto do Relatório do Governador do estado de Pernambuco, Antônio Gonçalves Ferreira certifica o debate que se arrastava, desde 1896, sobre a instrução pública primária das escolas pernambucanas.

No ano de 1900, o Inspetor Geral de ensino, o também professor e autor de livro didático, Regueira Costa, reclamava dessa alteração curricular e solicitava a supressão das escolas complementares pois não mais correspondiam ao objetivo preliminar da proposta de Barbosa Lima e, por se encontrarem “mutiladas” era preferível seu total fechamento.

⁶³ Chamo a atenção para um fato que, acho importante: o número elevado de licenças médicas que os professores e professoras nomeadas apresentavam para adiar sua posse ou mesmo para retardar o retorno à sala de aula, principalmente quando eram nomeados para o sertão. Durante minhas pesquisas observei ser em número bastante elevado. Acho que merece um estudo bem mais apurado.

— 7 —

O Regulamento de 30 de Julho de 1896, que então vigorava com alterações feitas pela Portaria de 27 de Junho de 1901, autorizadas pela lei n. 472 de 30 de Junho de 1901, tinha muitas de suas disposições modificadas e outras supprimidas; pelo que entendi expedir novo Regulamento a 18 de Julho do anno passado, que submetto á vossa aprovação, cumprindo afirmar-vos que não houve augmento algum de despesa para os cofres publicos.

Fonte: Ferreira, 1903.

Ao submeter, em 1903, para aprovação do Congresso Estadual um novo Regulamento de ensino, Antônio Gonçalves Ferreira, fazia uma nova proposta de ensino contemplando a Higiene.

Como ficou organizado esse currículo?

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DA HIGIENE

A consolidação do ensino da Higiene na instrução primária de Pernambuco ocorreu durante a primeira década do século XX. Esta afirmação se baseia no estudo feito pelo professor Pedro Correia Peres⁶⁴ sobre a instrução escolar pernambucana desenvolvida no período de 1889 a 1930. Para ele, a relação que se estabeleceu entre a instrução escolar e a higiene do ambiente e das pessoas se deu da seguinte maneira

[...] As preocupações com a saúde pública podem ser relacionadas como um dos fatores do surgimento da rede escolar municipal. Eram assuntos que se imbricavam. A urbanização, a higiene, a saúde e a instrução pública eram assuntos tratados no sentido da modernização da cidade. O problema da saúde e higiene não seria resolvido isoladamente. A educação dos cidadãos não era um problema complementar à saúde, mas sim, um problema fundamental (PERES, 2000,p.17)

⁶⁴ Professor da Rede Municipal de Ensino do Recife.

4.3.1 Organização do ensino primário

O curso primário foi organizado em três graus de ensino: Curso Elementar (1º. Grau), Curso Médio (2º ano) e Curso elementar (3º Grau).

As matérias foram oferecidas segundo cada um destes cursos. Algumas delas perpassaram em todos os graus. Para melhor visualizar os dados constantes no Relatório da Instrução pública de 1905, organizei um quadro com as matérias de ensino, segundo o grau de ensino.

Quadro 4.1: Matérias ensinadas nas escolas públicas primárias de Pernambuco em 1904.

Curso Elementar (1º. Grau)	Curso Médio (2º ano)	Curso elementar (3º Grau)
I Leitura; Escrita ; Ensino prático da língua materna.	Leitura e escrita	I Leitura
II Aritmética	III Ensino prático de língua materna.	II Escrita
Elementos de geografia, especialmente de Pernambuco, do Brasil e da América.	IV Aritmética	III Lingua materna
História do Brasil	V Sistema métrico	IV Aritmética
Lições de coisas	VI Elementos de geografia, especialmente de Pernambuco, do Brasil e da América.	V Elementos de geografia, especialmente de Pernambuco, do Brasil e da América.
Educação moral e educação cívica	VII História do Brasil especialmente de Pernambuco.	VI História do Brasil especialmente de Pernambuco.
Desenho	VIII Desenho linear Trabalhos manuais	VIII Instrução moral

continua

continuação

		IX Educação cívica.
		X Noções de Ciências Naturais
		XI Princípios básicos da República e do estado.
		XII Trabalhos de agulha (só para meninas)

Fonte: Relatório da Instrução pública de Pernambuco, 1905.

4.3.2 Se esta escola também fosse minha: os alunos das escolas públicas

Segundo Peres (2000) a origem social dos alunos das escolas públicas de quarta entrância, ou seja, das escolas municipais do Recife era bastante diversificada. A variação se configurava segundo a distribuição geográfica das escolas. Aquelas localizadas no centro da cidade foram freqüentadas por alunos de condições sociais e econômicas mais privilegiadas, ao passo que, nas escolas da periferia da cidade se matriculou a grande massa dos estudantes da capital que não tinham as mesmas condições.

Em seu estudo, ele mostrou que havia uma diversidade, grande, quanto a origem dos pais. Muitos deles eram ex-escravos, outros, eram migrantes, sertanejos, fugitivos da seca. Essa população anônima e desgarrada exercia diferentes funções, eram prestadores de serviços da mais variada natureza. As crianças viviam, muitas delas, abandonadas pelas ruas do Recife.

4.3.2.1 Cadeira número dois: as memórias de um estudante da escola pública primária do Recife

Por volta de 1908, Sylvio Rabello em seu livro de memórias falou sobre os meninos de uma das escolas situadas na cidade do Recife. Pela sua narrativa podemos conhecer um pouco desse perfil de alunos que freqüentavam as escolas públicas. Conta ele que sua mãe foi a

professora nomeada pelo governador Manoel Borba, para a *Cadeira de número dois*, situada na freguesia de São Pedro Gonçalves, situada em Recife. Nesta cadeira de número dois estudaram os alunos e alunas das mais variadas categorias sociais: da filha do capitão do porto aos filhos dos catraieiros do ancoradouro. Além dos filhos da própria professora (RABELLO, 1979).

4.3.2.2 Uma fala do poder constituído

O Relatório de 1904 (p.57) da autoria do Inspetor Geral de ensino, ao descrever sobre a necessidade de aumentar o número de escolas da capital fez referência ao Bairro de Santo Amaro da Salinas “hoje o local é muito mais populoso e de habitantes no geral pobres, os quais não podem morar em outros pontos da cidade e procuram como refugio aquela parte”.

4.3.3 Objetivo do ensino

A análise da proposta de ensino para o ensino primário mostrou que havia uma preocupação com a formação dos sentidos dos alunos e alunas. Esta percepção foi sentida permeando as matérias de formação *humanista*. Não se preocupou meramente em formar para o mundo das ciências antes, também, buscou a formação global do aluno, até porque estimulava que o professor agisse dando o exemplo.

Em contraposição ao Regulamento de julho de 1896, o ensino da Higiene estava presente em variadas matérias e nos três graus de ensino. Enquadrou-se nas seis classes de Higiene proposta por Noel Hallé e mostrada por Carvalho (1898).

4.3.4 Organização do ensino e conteúdos curriculares.

No Curso elementar de 1º Grau primou pela educação dos sentimentos. No primeiro A matéria que se propuseram à formação dos alunos foi as *Lições de cousas*.

O conteúdo, de modo geral se preocupou em estimular o sentido do paladar pelo ensino das plantas alimentícias e dos frutos conhecidos. O *Jardim das delícias*. A *Gesta*, a higiene alimentar. O sentido da visão ficou por conta do *Jardim devocional* onde o aluno foi estimulado

ao (re)conhecimento das flores. Deu-se ao aluno a oportunidade de mostrar seus saberes, estimulando o sentido da visão e do olfato. A *Percepta*, a educação dos sentidos.

Os livros didáticos indicados para auxiliar neste ensino foram: *Licções de coisas* de Dr. Saffray e *Noções de vida prática*, da autoria de Félix Ferreira.

Outra matéria que contribuiu para esta formação foi a *Instrução Moral e educação cívica*. Havia uma preocupação em formar um amor fraterno e estendido a todos os seres vivos. Este sentimento ia muito além das pessoas da relação pessoal do aluno. A *Percepta* que Hallé se referiu.

Os sentimentos mais estimulados, na proposição de conteúdo desta matéria foram os que se seguem:

Quadro 4.2 Sentimentos estimulados nos alunos

Deveres dos filhos com os pais	<i>Amor fraternal, respeito, obediência.</i>
Deveres com parentes e amigos	<i>Auxílio, respeito, dedicação</i>
Deveres com os fâmulos	<i>Polidez e bondade.</i>
<i>Relação com ao animais</i>	<i>Amor e cuidado.</i>

Os livros didáticos indicados para o ensino desta disciplina foram *Pátria e dever* de Hilário Ribeiro, o *Coração*, de Edmundo de Amicis, traduzido por João Ribeiro e *Vida Doméstica* de Félix Ferreira.

No Curso Médio incentivou-se a leitura higiênica e higienizadora. A *Percepta*, ou a educação dos sentidos foi realizada através da matéria *Leitura e escrita*. As leituras eram selecionadas. O método de ensino era a memorização onde os meninos recitavam, de cor, os trechos selecionados das fábulas e das poesias. O estímulo que André Chervel (1990) se referiu foi dado através de exercícios caligráficos progressivos.

Para auxiliar no ensino foi adotado o livro didático *Selecta Clássica* do Dr. João Baptista Regueira Costa. Em 1900 este autor ocupou o lugar de Diretor Geral de ensino do estado e solicitava a reforma de ensino para recuperar a proposta de lições de coisas que o Programa de janeiro de 1896 se propôs a implementar.

Durante o ou 2º ano do ensino primário foi estimulado o desenvolvimento da razão, a *ratio*, pela proposta do ensino das ciência matemáticas.

No curso elementar ou de 3º grau, a percepção era de que “o coração escuta”.

Durante este grau de ensino, os sentidos, os sentimentos foram a tônica da proposta higienista. O sítio do sentimento não ficava restrito ao cérebro. Derramava-se em ondas pelo corpo, como disse Diane Ackerman (1995).

Novamente a *Percepta*, ensinada através da matéria *Leitura*, com estímulo da palavra. Em prosa. Em verso.

Foram adotados os livros didáticos *Leituras Selectas*, da autoria de João Barbalho Uchoa Cavalcanti e *Selecta Clássica* da autoria do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Havia a indicação restrita de ser adotada a edição que fora revista por Regueira Costa. Talvez, *esta censura prévia*, esta regulamentação se devesse ao fato de Sacramento Lopes ter uma veia satírica bastante apurada e isto transparecesse em seus versos, o que não seria de bom tom para os alunos. O autor da *Selecta* criou um jornal satírico intitulado *O Carapuceiro*. Uma de suas resenhas foi dedicada à instrução pública de Pernambuco.

Também, foi adotado o *5º Livro de Leitura* da autoria de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. Livro enciclopédico. A *enkykliá paideia*, a formação geral do aluno através do livro didático.

Outra matéria de ensino foi a *Instrução Moral*, educando os sentidos através de contos e histórias que deveriam ser apropriadas à idade e desenvolvimento da criança. O coração escuta para estimular o bem e o justo. Segundo o professor Rafael Ruiz (2009) o bem e o justo são abstratos, eles só existem quando encarnados. Deste modo, é possível pensar que a instrução moral não impunha a condição de bom, de bem, de justo. Ela procurava *estimular no aluno* estes sentimentos.

Estes pressupostos se confirmam quando analisamos o método de ensino empregado, que era o professor promover o debate e a reflexão tendo como ponto de partida o comportamento do aluno frente à vida, na relação com os colegas. Estimulando-os a pensar sobre os deveres com seus semelhantes.

Não fugiu a este trabalho o incentivo ao respeito com o professor.

Também houve o a preocupação com o ensino da religião, no sentido de *religare*, de amor a Deus e os deveres resultantes deste amor.

Os materiais didáticos para este ensino foram variados. Passou pelas leituras profanas, mas também, veio a leitura do Antigo Testamento e, os livros de leitura.

Os livros didáticos aprovados foram *Compendio de História Sagrada* pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda, *História Sagrada* por Antônio de Macedo Costa, *Deveres dos homens*, por Silva Pellico, *Livros dos Bons Conselhos*, tradução do Dr. Peregrino Saraiva de Araújo Galvão.

Através da matéria *Educação cívica* foram estimulada a consciência do aluno. A proposta de ensino era de induzi-lo a pensar sobre os deveres, a responsabilidade, a moral social. Ler sobre o Brasil suas grandezas, mas, também, pensar suas “infelicidades” (p.25). A responsabilidade consigo, com a pátria e com a sociedade.

Entretanto, o professor deveria se afastar da metafísica (p.25). Neste caso, a percepção se distanciava do criacionismo, da espetacularização da natureza. Não era o homem o criatura, era um ser social.

O método de ensino era o mesmo adotado da matéria *Instrução Moral*. Era o método ativo.

Os livros didáticos usados para esta matéria foram *Pátria e dever* de Hilário Ribeiro, *Coração* de Edmundo de amicis, *Episódios militares* do Coronel J S de Azevedo Pimentel, *Selecta pernambucana* do Dr. F A Pereira da Costa e *Instrução Moral e Cívica* do Dr. J Diogo Estevão da Silva.

E finalmente o ensino da Higiene. Não como matéria mas como conteúdo da matéria *Noções de Ciências Naturais* (p.25). A inserção das ciências já havia ocorrido desde o último quartel do século XIX, mas, ao longo das reformas ocorridas o seu ensino acabou suprimido.

As Noções de Ciências Naturais eram compostas pelos seguintes conteúdos:

- Definição e importância da História.
- Definição do objeto e importância da geologia.
- Definição e importância da mineralogia.
- Definição e importância da botânica
- **Definição e importância da higiene**

Pode-se pensar que este conteúdo é a representação do conceito de higiene dado por Afrânio Peixoto (1914) para quem ela

Não é propriamente uma ciência, porque é uma aplicação prática de quase todas as ciências. É um conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos

humanos, mesmo fora e além da medicina, tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida (PEIXOTO, 1914).

Estes conteúdos contemplavam os três reinos da natureza: Mineral, Vegetal e Animal.

São as Lições de Coisas propostas para o 1º. Grau do curso elementar. Mas, oferecidas em conteúdo mais aprofundado. Um ensino que já fora proposto desde o último quartel do século XIX porque segundo o Inspetor da Instrução Pública tinha grande utilidade para educar a reflexão dos meninos e o juízo e, além de tudo “produzir o espírito de observação”. Era através das Lições de Coisas que se tinha as primeiras noções de Ciências Naturais e físicas (APEJE-IP-45, 1886P, 6).

Como chegar às Lições de coisas através das Ciências Naturais? Por que a Higiene e as Ciências Naturais? Que “História” foi esta que se ensinou? Foi a História Natural?

Para Michel Foucault (2007, p.176) a História Natural só passou a existir a partir do momento que a “História se tornou natural”. Para ele, o que permeou todo o século das luzes foi a existência de “histórias”, até que em 1657 foi publicada uma “História natural dos quadrúpedes”. Até então, a história de um ser vivo qualquer *era o próprio ser vivo* inserido em toda a *rede de palavras* que o ligava ao mundo. No século XVII os signos se tornaram modos de representação. Ocorreu a *subtração das palavras* para a descrição do signo cultural. O ser vivo se mostrou em sua anatomia, em sua forma, *em seus costumes*. A História Natural encontrou seu lugar nessa distância que se fez entre as palavras e as coisas.

Daí poder concluir que a História proposta para ser estudada era a História Natural. Tudo que fora naturalmente criado por Deus. È o princípio aristotélico. È metafísica.

Os documentos desta História nova não são palavras, nem textos, nem arquivos. Os documentos se fazem de lacunas, de claros que as palavras deixaram. Os documentos se fazem das coisas que se justapõem. Daí surgirem os jardins, os herbários, as coleções. Daí a necessidade de incorporar estes itens às escolas como um material didático (FOUCAULT, 2007).

Daí minha proposta de estudar *Os Jardins dos caminhos* que se bifurcam para entender a proposta higienista para os alimentos do corpo e da alma.

Como disse Foucault (2007, p.181) “A História Natural não é nada mais do que a nomeação do visível”. Mais uma vez, o respaldo teórico para minha pesquisa sobre os sentidos. O sentido da visão, que acabou sendo privilegiado por esta História Natural. Que tentou imobilizar

o sentido do tato, por ser considerado incerto e variável ou minimizar a importância do paladar por ser limitado.

O olho assumiu o comando. O microscópio ampliou sua potência. A visão se tornou o sentido das Ciências. Por isto ensinar com as coisas. A Lição das Coisas.

Para Hankin (1995) a História Natural foi o modo que os homens e mulheres do “Século das Luzes” encontraram para olhar as ciências da vida.

Segundo Buican (1997, p5) as Ciências Naturais surgiram em substituição à história natural quando esta não deu mais conta de descrever os seres vivos. Ele fez um alerta sobre o fato de que “a passagem entre um termo e outro não se trata, simplesmente, de uma operação cronológica. Trata-se também de uma operação científica”. As ciências naturais foram muito utilizadas no estudo dos seres vivos após o “Século das Luzes”. Segundo este autor, a denominação de Biologia ocorreu em 1802, de modo simultâneo, por dois cientistas Lamarck e Trevianus.

Mas como se estabelece a relação entre Ciências Naturais e Higiene? Podemos, de modo bastante simplificado dizer que isto ocorreu a partir de Hipócrates. Através de uma série de tratados médicos que constituem o *Corpus hipocraticus*, o médico de Cós, escreveu sobre embriologia, fisiologia, anatomia, *dieta*, isto é modo de viver, e sobre a participação das águas, ares e lugares na ocorrência das enfermidades. Esta gigantesca obra apresentou-se como um dos pontos de apoio para os evolucionistas formularem sua hipóteses, inclusive no campo da hereditariedade, com Darwin. Para Corbin, foi esta medicina hipocrática que influenciou intensamente o higienismo.

Estes discursos foram representados nos livros didáticos? Como?

4.3.5 Avaliações de aprendizagem: as provas docimológicas

Chervel (1990) assim nomeou aqueles exercícios destinados à verificação de aprendizagem. Em 1904 a instrução pública primária instituiu uma avaliação realizadas através dos “Exames de aproveitamento” (GALVÃO, 1904, p.26).

Era obrigatória sua realização em todas as escolas públicas primárias. O exame estava organizado da seguinte maneira.

a) prova escrita em letra cursiva copiada de algum texto selecionado pelo professor.

b) prova oral que versava sobre leitura corrente de letra redonda e manuscrita; das quatro operações matemáticas, sem teoria aritmética.

Pode-se perceber a interdisciplinaridade que perpassa os exames. Como os livros indicados para o estudo da leitura e da escrita eram de Leitura havia probabilidade do exame conter textos de ensinamento moral.

O Regulamento de ensino instituía que a verificação de aprendizagem dos alunos fosse realizada no fim de cada ano letivo, no período entre 21 de novembro e 03 de dezembro.

Um dos exemplos que trago na figura que segue mostra a proposta da realização de provas destinadas ao terceiro grau que apresentavam a seguinte organização.

4.4 O APOGEU DO ENSINO DA HIGIENE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A proposta de ensino da Higiene foi amplamente privilegiada na reforma de Antônio Carneiro Leão. Isto representa a condição de estabilidade da disciplina, que foi oferecida ao longo dos sete anos do ensino primário.

Não foi difícil, para ele, construir uma proposta da envergadura daquela que surgiu em Pernambuco dos fins dos anos de 1920.

Ora, ele já tivera a mesma experiência com o Rio de Janeiro. Foi lá, durante os anos de 1922 que teve contato com os relatórios de viagem de Belisário Penna e Carlos Chagas (que citei no primeiro capítulo desta tese). De posse de informações sobre a situação calamitosa dos sertões brasileiros e do próprio Distrito Federal, assolados pelas endemias da época. Não lhes restava alternativa senão inserir-se na luta dos (grandes) higienistas.

Elaborou a reforma para o Distrito Federal dando grande ênfase à higiene. É só ler o trabalho de Mendonça (1997)⁶⁵ para ver a amplitude de propostas.

Não podemos higienizar o ambiente? Higienizemos as pessoas! Como? Através da escola higienizada e higienizadora.

⁶⁵ Para maiores informações sobre esta reforma de ensino ler o trabalho de Sandra Cabral Mendonça. **Carneiro Leão: sonhos e frustrações na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (1922-1926)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Educação da PUC do Rio de Janeiro, 1997

Juntam-se os médicos e os educadores e, usando as estruturas da educação difundem informações sobre saúde e doença. Isto é a “pedagogização da saúde” que Werner tanto fala. Para ele isto ocorre

Quando a saúde incorpora o discurso pedagógico como forma de resolver os problemas de saúde. Assim, principalmente de palestras e campanhas que partem da concepção de que os problemas de saúde decorrem da ignorância dos indivíduos, tenta-se eliminar as condições que favoreçam as doenças. O ensino da saúde é visto como forma de alcançar a saúde. (WERNER, 2000, p.45).

Não foi difícil reproduzir a proposta em Pernambuco.

4.4.1 A Escola Nova em Pernambuco. Reforma Antônio Carneiro Leão

Inspiradas no ideário da Escola Nova, várias mudanças de ensino foram propostas e implementadas nas diferentes regiões geográficas brasileiras. São Paulo, estado pioneiro, teve a Reforma Sampaio Doria, em 1920-1921. Com a repercussão, o Ceará implementou logo em seguida, 1922-1923, tendo à frente da proposta o educador Lourenço Filho. A da Bahia, realizada por Anísio Teixeira, em 1924. No Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, entre 1927 a 1931, por Fernando de Azevedo, depois com Anísio Teixeira, em 1931 a 1935 e no Rio Grande do Norte, Bezerra de Menezes, entre 1925 a 1928.

Pernambuco foi um dos últimos estados brasileiros a implantar uma reforma de ensino. Instituída pelo ato n. 1.239, promulgado em 27 de dezembro de 1928, pelo Governador do Estado Estácio Coimbra, ela integrou o “clamor da modernização do país” que era a tônica daquela época (ARAÚJO, 2009, p.119).

Esta não foi a primeira reforma que Antônio Carneiro Leão implantou. Entre 1922 a 1926, ele já houvera feito a mesma coisa no Rio de Janeiro, quando exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública.

Foi no ano de 1926 que ocorreu a unificação do ensino primário em todo o estado de Pernambuco, de modo que esse grau de instrução ficou subordinado aos mesmos métodos, regime e direção. Essa medida foi determinada pela Lei 1842, sancionada pelo Governador Estácio Coimbra em 04 de outubro de 1928. A partir de 1920 que começou o processo de

expansão do número de escolas, segundo a proposta do período que era a do “entusiasmo pela educação”. No final dessa década, o Recife possuía 124 escolas, sendo oito grupos escolares e 116 escolas isoladas, algumas com edifícios próprios (EGITO, 2000).

Nos anos que Estácio Coimbra esteve como governador do estado de Pernambuco, os dados estatísticos sobre o ensino primário podem ser vistos na tabela a seguir.

Tabela 1: Dados do ensino primário mantido pelos municípios de Pernambuco, no período entre 1926 a 1930.

Ano	Número de escolas	Matrículas		Frequência	
		Sexo M	Sexo F	Sexo M	Sexo F
1926	657	11.135	14.407	8.908,0	11.426,0
1927	676	15.650	14.151	10.295,3	9.252,2
1928	678	14.483	14.841	10.242,7	10.475,6
1929	522	10.853	11.344	7.940,7	8.474,6
1930	469	10.297	10.620	6.963,9	7.310,4

Fonte: Boletim da Diretoria Técnica de Educação, 1931, apud Araújo (2002, p. 201).

Quem analisou, com detalhes, esta reforma de ensino foi Cristina Araújo, em sua dissertação de Mestrado e posteriormente publicada em forma de livro, em 2002. Desta forma, me prenderei, substancialmente, à análise do programa referente à disciplina Higiene, iniciando com uma breve exposição da Justificação feita por Antônio Carneiro Leão em relação à saúde do alunos. Também. Analisarei os “Programas de Ensino para o Curso Primario”, da autoria da Directoria Technica de Educação, publicado em Recife, pela Imprensa Oficial, no ano de 1929⁶⁶.

4.4.2 A Inspeção médica e as preocupação com a saúde

Pensando na saúde do escolar Carneiro Leão (1928) reorganizou a Inspeção médica escolar, tirando da alçada da saúde, mantendo sob a gestão da Diretoria Técnica de Saúde. Criou

⁶⁶ A cópia que consultei se acha depositada na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

um corpo maior de visitadoras assistentes da inspeção escolar. Organizou a assistência dentária. Preparou o ambiente para criar uma distribuição regular de merenda escolar e o programa copo de leite. Estabeleceu a educação física nos moldes científicos, que foi complementada pelo programa de Escolas ao ar livre e a Colônia de Férias. Estas modalidades de instituição de ensino tinham finalidades muito específicas. A Escola ao ar livre visava ministrar educação adequada às crianças com debilidade física. Elas tinham um regime normal de aulas, mas recebiam acompanhamento médico para avaliação do quadro físico e higiênico. Por sua vez, a Colônia de Férias se destinava aos escolares pretuberculosos ou em estado de fraqueza maior. A estes estava reservada a preocupação com a higiene e assistência clínica. E por fim, a Educação Especial, voltada para os super-normais, débeis mentais e os atrasados pedagógicos, ou seja, crianças com defasagem de aprendizagem. Cabia ao professor identificá-los através da aplicação de testes e preparar as fichas pedagógicas. Aos médicos cabia organizar as fichas médicas. A orquestra da higiene escolar tocou muito bem afinada.

Ao descrever a atuação de Carneiro Leão no Rio de Janeiro, Mendonça (1997, p.41) analisou a proposta de higiene para a escola. Um dos detalhes que ela anunciou foi a elaboração e preenchimento das fichas sanitária. Segundo sua percepção “permitiu que se conhecesse o estado físico de cada criança da rede municipal e quais as providências que deveriam ser tomadas para cuidar da saúde na escola.”. Em seguida ela descreveu o procedimento

No gráfico mensal de peso e altura eram anotados o peso, o tamanho e a idade do escolar. Fazia-se a comparação com a tabela considerada normal para cada faixa etária, além do aumento de peso individual. As crianças com peso abaixo do normal eram acompanhadas mais de perto pelos médicos até alcançarem a média. Nos distritos mais pobres, havia a distribuição diária do copo de leite e da sopa escolar. E as crianças que mesmo assim não apresentassem melhora considerada razoável pelos médicos eram encaminhadas à escola para débeis (MENDONÇA, 1997, p.41).

Com isto, é possível perceber, que, mais uma vez, havia um diálogo entre o Rio de Janeiro e Pernambuco, através da adoção de uma proposta educativa que seguia as mesmas linhas gerais, a exemplo do que ocorreu em 1854. Havia um modelo, um padrão para se obter um aluno higiênico, higienizado e higienizador.

Para Carneiro Leão, esta classificação de sub-normais era necessária porque era inconveniente a presença deles em sala de aula. Para a solução imediata do problema e livrar os

professores da rede desse incômodo, de, para ele, um esforço sobre-humano, deveriam ser criadas classes na Escola de Aplicação, anexa à Escola Normal.

4.4.3 O Programa do Ensino Primário

Ao assumir o cargo de Diretor Técnico da Educação, o professor paulista, José Ribeiro Escobar tornou público os *Programmas de Ensino para o Curso Primário*. Um dossiê com 262 páginas, publicado no Recife pela Imprensa Oficial em 1929. Neste documento, estão as propostas de ensino de todas as matérias oferecidas ao curso primário.

José Escobar (DIRETORIA, 1928, p.3) iniciou a apresentação do documento com palavras de confiança “no professorado pernambucano” e nos programmas que, segundo ele, “rompem violentamente com os velhos methods psittácicos de ensino”. Em outras palavras ele esperava romper com o método de aprendizagem por memorização com os alunos a repetirem feito papagaio, daí uso do termo psittácicos.

4.4.4 O método de ensino proposto ou quase um método.

O Diretor comunicou que adotaria o método do ativo de ensino...”que já faz o aluno investigar, observar, comparar, generalizar, deduzir, produzir, inventar, etc.” Esperava-se, através de verbos que exprimem ação, formar um aluno capaz de por si só, aprender. Pensando na verdadeira educação, aquela que vem de dentro e que, através de estímulos aflorasse naturalmente.

Por causa das dificuldades inerentes aos fatores de comunicação com as escolas das áreas mais distantes do estado, e mesmo sabendo que os professores dessas escolas tinham dificuldades de compreensão ele alertava que os programas eram “asymetricos” por vezes tão cheios de análises que era “quase uma metodologia”.

Para superar estas dificuldades e viabilizar a implantação e desenvolvimento da Reforma e bom andamento do Programa de ensino, foram organizados cursos de capacitação para a

formação continuada do professor das escolas das regiões mais longínquas. Sua crença na necessidade de formação continuada se originava do ineditismo do programa não só para Pernambuco e mesmo o é para o “Brasil” (p.3).

Montaigne, certa vez disse preferir cabeças bem feitas a cabeças cheias. Isto também era o que desejava Escobar (DIRETORIA...,1928, p.4). O que ele esperava era que o professor enxergasse, nos programas, da disciplinas “o espírito e não a letra, que se obedeça ao método, e não à quantidade”.

4.4.5 As matérias escolares

Após a apresentação loquaz, veio a exposição de todas as matérias de ensino de primário, que foi organizado em sete anos. Até antes da reforma o curso estava organizado em quatro anos de duração.

O ensino primário foi oferecido em dois tipos de escola: O Grupo Escolar e as Escolas Isoladas.

O quadro a seguir exhibe as matérias de ensino, conforme a série escolar.

Quadro: 4.3 Matérias de ensino oferecidas, segundo os anos de ensino.

Matérias de ensino	<i>Anos do ensino primário</i>						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
Aritmética	+	+	+	+	+	+	+
Álgebra					+	+	+
Leitura	+	+	+	+	+	+	+
Linguagem	+	+	+	+	+	+	+
Francês					+	+	+
Geografia e Cosmografia	+	+	+	+	+	+	+
História	+	+	+	+	+	+	+
<i>Física</i>	+	+	+	+	+	+	+

continua

Química	+	+	+	+	+	+	+
Ciências Naturais	+	+	+	+	+	+	+
Higiene	+	+	+	+	+	+	+
Musica	+	+	+	+	+	+	+
Desenho	+	+	+	+	+	+	+
Caligrafia vertical	+	+					
Trabalhos manuais	+	+	+	+	+	+	+
Educação física	+	+	+	+	+	+	+
Escotismo							
<i>Educação cívica</i>	+	+	+	+	+	+	+

continuação

Fonte: Diretoria Técnica de Educação. 1929.

Se o programa de 1875 foi enciclopédico, o que dizer desta proposta?

O professor Escobar estava com razão quando sugeriu a realização de cursos de capacitação para os professores das escolas localizadas nas áreas mais afastadas da capital. Até porque, para estas escolas iam aqueles professores recém-formados ou os que não apresentavam bom desempenho nas escolas do Recife. Mas também, sabe-se, que era para onde iam os desafetos do poder.

A proposta de ensino enfrentou a resistência, grande, dos agentes da educação: diretores de escola, professores. Mas, também, dos pais de alunos e os desafetos do governador Estácio Coimbra.

4.4.6 Cultivar a inteligência o coração e as mãos: uma proposta difusa de higienização dos alunos.

Nesses Programas de ensino, além das matérias, houve a proposição de outras atividades educativas que tinham o fim último de educar o aluno em diferentes campos do saber e do ser.

Era preciso cultivar a inteligência o coração e as mãos, segundo a plataforma do Estácio Coimbra, governador de Pernambuco à época da implantação da reforma de ensino. O mesmo pensamento ele transferiu para a proposta educativa.

Para a consecução deste objetivo, um dos métodos usados foi o Escotismo. Ele devia ocorrer, independentemente do ano de ensino. Não era matéria de ensino. Era atividade extra-classe. Tinha o objetivo de incentivar para as relações de solidariedade, cultivar as virtudes e desenvolver as habilidades manuais dos alunos. Tanto os meninos quanto as meninas foram incentivados a desenvolver as atividades (DIRETORIA....., 1929, p.177-198).

Havia a *Educação Moral* que deveria estar embutida nas ações do professor. No alunos, as ações de cunho moral, deveriam ser incentivadas através da proposição de “exercícios” (p.200)

O sentimento de amor à pátria foi muito incentivado.

A educação do sentido da visão. A educação estética. A educação do gosto, do bom gosto.

A inserção da escola no meio social foi conseguida através da atividade *Previsão Social*. No aluno, buscava desenvolver o sentimento da piedade, da compaixão pelo outro. Era a educação dos sentidos. Despertar a responsabilidade social, a formação de redes de participação para promoção do bem comum. Era a *Percepta*

A proposta de ensino primário para Pernambuco em muito se aproximou da proposta que Carneiro Leão fizera para o Rio de Janeiro, cuja análise foi realizada por Paulilo (2007) em sua tese de doutorado.

4.4.7 Não beijei, nem me deixei beijar: um Diário de Higiene.

O programa de ensino da Higiene foi estruturado pensando no professor tê-lo como um método de ensino. Uma das técnicas de ensino sugerida, durante todo o ciclo do curso primário, foi estimular o aluno preencher seu “Diário de Higiene”. Pela descrição constante nas diretrizes da Diretoria...(1928, p.135-136) era uma ficha que continha uma série de prescrições que abrangia todas as categorias da higiene: *Gesta, Ingesta, Excreta, Percepta, Circunfusa e Applicata*.

Este diário, que ficava sob a guarda da professora, estava organizado em 22 tópicos. Deveria ser preenchido diariamente pelo aluno, marcando “no quadrinho correspondente, os deveres que tiver cumprido, dizendo sempre a verdade” (DIRETORIA..., 1928, p.135).

Ao fim de cada mês era revisado pela professora, pelo diretor da escola e pelo médico escolar.

4.4.8 Os “Pelotões de saúde”

Agia concomitante ao preenchimento do Diário de Higiene.

Este modelo foi copiado de uma proposta feita por Carlos Sá, em 1925.

De característica uniformizadora, o que esperava com a criação desse Pelotão, além da saúde, era padronização do comportamento. Pelo hábito dos colegas, haver a influência no grupo de estudantes e fazer “os multiplicadores”. Em sua dissertação de mestrado, Pykosz (2007, 85) explanou como foi a organização dos Pelotões que Carneiro Leão propôs. Em relação às crianças que integravam o Pelotão elas deviam atender requisitos: para isto eram escolhidas 15 crianças da mesma idade, sexo, com boas condições físicas e pertencentes ao terceiro e quarto anos do ensino primário. Formado o grupo de alunos “cada criança recebia mensalmente uma ficha e no ato da inscrição o cartão de alistamento. Recebiam ainda: uma bacia de rosto, onde não haja lavatórios suficientes, um sabonete, uma toalha de rosto, um copo, um balde, uma escova de dente, uma escova de unhas, uma bisnaga de dentífrício, um pente, um avental.” O pelotões atuavam durante quatro meses, sob a regência da professora. Após este tempo e ela observando que os alunos estavam suficientemente acostumados com os hábitos, eles adquiriam autonomia. Era a hora de recrutar um novo Pelotão. Assim, esperava-se que houvesse, cada vez mais, adeptos que imitariam os colegas e passariam ao costume.

4.5 O ENSINO DA HIGIENE

O Programa de ensino da disciplina **Higiene** foi distribuído ao longo dos sete anos de ensino primário. É bastante extenso. Cada ano de ensino teve seu conteúdo organizado em tópicos.

De modo geral percebeu-se que a Diretoria (1929) elaborou um vasto programa curricular que contempla as seis classes de higiene propostas por Jean-Nöel Hallé.

Um fato bastante relevante não pode ficar de fora. Em uma Nota (p.132) o Programa curricular (1928) deu a seguinte explicação

NOTA – Este programa è um guia para o professor e não para o aluno. Daqui **deve ser tirado o que convier e quanto** convier às condições especialíssimas de cada classe.

Para respeitar o pudor infantil, o máximo cuidado na escolha dos assuntos e no emprego da linguagem; conseguir, num **ambiente religioso**, um carinho culto pela criança sob a inspiração do Natal do Menino Deus. (todos os negritos são do original)

Até o quarto ano, o programa estava voltado para a formação moral e espiritual do aluno. Com propostas, também, para ensinar sobre o banho, abluções, uso de copo e toalha individual, asseio nasal, Higiene da habitação e do material de construção, ventilação e seus efeitos, a luz solar e a sombra, pragas urbanas, Asseio da cidade, Lixo e seus riscos, ventilação e seus efeitos, cores higiênica, gases deletérios, poluição, ventilação descontaminação ambiental. Alimentos: produtos de origem animal e os cuidados higiênicos. Zoonoses alimentares. **Ação social. Pelotão de saúde, Diário de higiene**, observar cartazes murais. Cultivo de canteiro com plantas medicinais, Ensino ativo. Lição de coisas. Estudo das leis sanitárias. Doenças transmissíveis; sarampo, catapora, caxumba, coqueluche, tifo. Vacinação, Tabaco e seus males. Informação para saúde entre os familiares, amigos e transeuntes. Animais de estimação.

A partir do quinto ano o programa começou a desenvolver outro tipo de conteúdo programático, já trazendo as primeiras lições de **eugenia, como exemplo, as Noções de puericultura pré-natal**, idade dos conjugues, casamento consanguíneo, saúde e moléstias contraentes. No sexto ano, havia uma revisão dos anos anteriores e noções de enfermagem e primeiros socorros. No sétimo ano o ensino de postulado eugênicos é bastante evidente Higiene mental: evitar práticas supersticiosas. Prática da lei seca; Eugenia; Ficha médico-psicológica

Os grandes degenerados e criminosos; hereditariedade. O dispensário de hábitos. Porém existiu uma preocupação com a formação espiritual do aluno e dos sentimentos Formação dos sentidos e sentimentos pela boa leitura: jornais, romances poesias. A justificativa para estabelecer a proposta era porque havia uma *arte perniciosa* que primava em cultivar e se prender em divulgar notícias relativas a grandes crimes e criminosos, isto é, o espetáculo do crime pode engendrar o crime. Pra impedir esta veiculação era preciso higienizar, também, a imprensa. Ensino da **Eugenia e da triagem dos anormais**.

Com isto, pode-se concluir que havia a apologia aos três tipos de eugenia que Stepan (2005, p. 94) identificou como sendo

Eugenia Preventiva: que propalava a erradicação dos venenos raciais e das doenças venéreas. Nesta categoria se insere a puericultura pré-natal.

Eugenia Positiva: que incentivava a reprodução dos adequados

Eugenia Negativa: que controlava a reprodução dos inadequados.

Para a estudiosa, os venenos raciais eram o álcool, nicotina, morfina, doenças venéreas e outras drogas e infecções. Neste ponto, percebe-se que a eugenia se une à Higiene para combater o mesmo risco saúde. Para a filosofia eugênica, esses venenos causavam degenerações permanentes e de caráter hereditário que, a longo prazo, determinaria a existência de uma nação doente e imprestável. Esta percepção de eugenia preventiva e erradicação de venenos raciais descambou para a elaboração de noção de raça e tudo que isto representou e ainda ecoa em nossos dias.

Por isto as aulas de educação sexual serem privilegiadas em programas de ensino.

Isto não deve representar surpresa uma vez que o programa foi elaborado tendo como referencial teórico os grandes mentores da Eugenia no Brasil: Renato Khel e Afrânio Peixoto (MOTA, 2003; STEPAN, 2005)

4.5.1 O repertório de Referência bibliográfica do Programa de Ensino

O programa de ensino foi organizado em torno de uma proposta de autores eugenistas.

Ao fim dos Programas de ensino (1928) foi dada uma referência bibliográfica que serviu de base para a elaboração das propostas de ensino de cada matéria.

Quadro 4.4: Livros indicados para a elaboração do Programa de ensino da disciplina Higiene na escola primária de Pernambuco, 1928.

Autor	Título
Fontenelle, J. P.	<i>Compendio de hygiene.</i>
Peixoto, Afrânio	<i>Higiene.</i>
Kehl, Renato	<i>Bíblia da saúde (hygiene).</i>
Figueira, Antonio Fernandes	<i>Consultas praticas de hygiene infantil.</i>
Figueira, Fernandes	<i>Elementos de pathologia e hygiene infantis Collaboradores: Eurico Villela [et al.].</i>
Variot, G	<i>Puericulture pratique; ou, l'art d'elever les enfants du premier age.</i>

Fonte: Diretoria Técnica de educação, 1929.

4.6 NOVOS LIVROS PARA UMA ESCOLA NOVA?

4.6.1 A Reforma Carneiro Leão (1928) e a regulamentação dos manuais escolares

A Lei 1.239 que estabeleceu a Reforma de ensino de 1928 também se preocupou com a adoção dos livros didáticos para instrução pública de Pernambuco. Tanto foi assim que na Justificação dada por Carneiro Leão para implementar sua proposta reformista, ele deu o seguinte argumento

Julgado ordinariamente por comissões transitórias e díspares, nas quais sempre existem os técnicos desejáveis, o resultado é que há verdadeira anarquia na literatura didática de nosso país. Para sanar o mal de uma vez por todas, no Estado de Pernambuco, ficam estabelecidos os pontos essenciais, exigíveis para a adoção do livro escolar. (CARNEIRO LEÃO, 1928).

A influência de uma ação desta mesma natureza implementada em São Paulo foi um dos pontos de apoio para sua justificação e para a tomada da medida.

A regulamentação dos manuais se deu através de quatro artigos que formavam o Capítulo Único do Título XVIII “Dos livros didáticos”. O objetivo de tal regulamentação era promover a

unidade de critério permanente na escolha desses livros. Para isto proibia a escolha e adoção de livros que não fossem selecionados previamente pelo Conselho de Educação e aprovados pela Diretoria Técnica de Educação.

O Artigo 308 da Lei 1.239 de 1928 deu o seguinte norte para a seleção dos livros didáticos

- a) que eles fossem didáticos
- b) que obedecessem aos preceitos de psicologia e higiene da leitura no papel, na distância das linhas, no tipo, na nitidez da impressão e na escolha e colocação das gravuras.
- c) que fossem escritos em linguagem simples, correta e ao alcance da classe a que vai servir.
- d) que fossem ao mesmo tempo instrutivo e educativo.
- e) e incentivassem o instinto criador da criança.

O Artigo 309 estipulava a ocorrência de concursos que estimulassem a produção de manuais didáticos e o “melhor livro de leitura escolar” seria premiado (CARNEIRO LEÃO, 1928).

Os Programas curriculares (1929) não deram indicação dos livros didáticos que, após aprovados, deveriam ser adotados. Excetuando as diretrizes voltadas para estabelecer os parâmetros e critérios de organização curricular, nada orientava para a aquisição das obras didáticas.

A História cultural permite ao pesquisador a diversificação de suas fontes de pesquisa. O respaldo de Chervel (1990) foi um grande lastro. Para ele da história das disciplinas escolares não deve se prender à documentação oficial, senão o que ele fará é a história da política escolar. Novamente, minha caça, furtiva caça (CERTAU, 2005, GINZBURG, 2009) a fim de localizar algum documentos que indicasse os manuais que foram aprovados para uso na reforma de Antônio Carneiro Leão.

Depois de busca exaustiva e inócua, em várias fontes de pesquisa no Arquivo Público do Estado de Pernambuco,⁶⁷ recorri aos periódicos. Usei o “Diário do Estado”. Analisei a série

⁶⁷ Neste ponto contei com a ajuda incansável da Bibliotecária chefe, Noemia Luz, que com extrema competência, atenção e cortesia, se empenhou em localizar todo e qualquer documento que me permitisse chegar a uma resposta. A alegria dela foi tão intensa quanto a minha ao localizar um exemplar do livro *Licções de Coisas*, do Dr. Saffray. Ela havia “achado” em um dia e eu só fui ao museu no dia seguinte. A arte imita a vida? A vida é feita de encontros como diz o “poetinha”. Falei-lhe da importância documental do livro didático e da necessidade de preservá-lo enquanto tal. Mas, como cadastrar um livro didático em um catálogo de museu? O “poetinha” estava certo. Abrimos a página do Projeto LIVRES, da USP, vimos as informações catalográficas e

temporal a partir de janeiro de 1929, posto que a Reforma foi publicada no fechar do ano de 1928.

Localizei a indicação das obras didáticas no Diário do Estado, número 138 de 20 de junho de 1929. A caça me levou à análise de um Edital: “Secretaria da Fazenda. Edital para fornecimento às diversas Repartições do Estado no semestre de julho a dezembro de 1929”, p.999-1000. O rol de material necessário estava organizado em *Classe*, cada uma contendo uma categoria. Na *Classe III* estava a categoria “*Livraria e papelaria*”. Havia uma longa lista de itens, todos numerados.

Os livros didáticos identificados estão listados no quadro a seguir, conforme o número constante no referido Diário do Estado.

Quadro 4.5: Relação dos livros didáticos indicados para a escola primária de Pernambuco, 1929.

No. do Artigo	Especificação	<i>Unidade</i>
152	Cartilha analítica de A. Oliveira	<i>uma</i>
261	Geographia de LACERDA	<i>uma</i>
263	Grammatica de Júlio Pires 1º ano	<i>uma</i>
271	História do Brasil de João Ribeiro	<i>uma</i>
316	Lições de Coisas Calkins	<i>Livro</i>
340	Minha Pátria J Pinto	<i>Livro</i>
344	Nossa Pátria Rocha Pombo	<i>Livro</i>
491	Poesias Infantis Olavo Bilac	<i>Livro</i>
519	Sciencias Naturais de F R Fernandes	<i>uma</i>
520	Série Braga 1º Livro	<i>Livro</i>
521	Série Braga 2º. Livro	<i>Livro</i>
522	<i>Série Braga 3º. Livro</i>	<i>Livro</i>

4.7 MEMÓRIAS DAS PRÁTICAS HIGIÊNICAS NAS ESCOLAS.

Os estudiosos da teoria do currículo concordam que existe a necessidade de estudar os casos históricos das matérias escolares a fim de que se possam estatuir as conexões entre o nível macro e micro do sistema educacional, assim como para que se conheçam as mudanças e permanências curriculares. Por sua vez, história do currículo tem sido uma ferramenta usada para analisar as relações complexas entre a escola e a sociedade e descortinar o modo como as matérias escolares podem promover a discriminação de estudantes. Desse modo, pode-se pensar o currículo como sendo uma das relações sociais que se estabelecem, pois é no currículo que ficam as marcas, os traços das negociações, das disputas de todos aqueles que travam lutas para impor uma determinada cultura e que ela seja incorporada ao conteúdo escolar.

Quando se estuda a história das disciplinas escolares o pesquisador deve se cercar de cuidados em relação ao aspecto epistemológicos e, com isto, evitar uma das armadilhas que é pensar que uma disciplina não é ensinada porque ela não aparece nos programas ou porque não existem cátedras com seu nome. Essa perspectiva se aproxima da teoria do currículo oculto visto como a constituição de todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, mesmo não fazendo parte do currículo oficial dão uma contribuição, de um modo implícito, para aprendizagens sociais relevantes, o que se dá muito mais através de rituais, ações, gestos e outras práticas corporais do que mesmo através de manifestações de oralidade.

A importância de estudar, o oculto do currículo, reside no fato de descortinar práticas que podem ser dominadoras, injustas, antidemocráticas, que estavam, até então, ocultas.

Como fazer para chegar até estas práticas que ficaram no passado longínquo? Novamente, é Ginzburg (2007) que dá a resposta. O pesquisador deve recorrer à descrição, à *ekphrasis*.

4.7.1 A visão do Sociólogo de Apipucos.

Um deles, Gilberto Freyre, em 1925, descreveu os hábitos higiênicos adotados, durante o ano de 1860, no Colégio de N.S. do Bom Conselho, localizado no interior da província quando, então, os alunos eram “obrigados a banhar os pés nas quartas e sábados e a tomar banho geral uma vez por semana (FREYRE, 1925, p.84).

Também é Gilberto Freyre que relata outras práticas higienistas nas escolas recifenses

[...] No Santa Genoveva, dirigido no Recife do meado do século XIX por um bacharel, Barbosa Lima, o aluno era obrigado a tomar banho uma vez por semana e a lavar os pés todas as noites. O traje era o de homem. Nos dias de festas, sobrecasaca e calças pretas. Nos outros dias, paletó preto e calças brancas (FREYRE, (1951, p.226).

Esse higienismo escolar atravessou o século. E o próprio Freyre (1925, p.84) estabeleceu uma comparação entre o tempo de outrora e o ano de 1925: “os banhos eram talvez em gamellas de pau ou cuia ou cabaça. Mais difíceis, por conseguinte, que os de hoje com as canalizações faceis”.

Ele também fez uma comparação existente entre os colégios de outrora e os que foram construídos já seguindo um modelo higiênico, como o Pedro II, [...] “de modos que neles se introduziram mais facilmente melhoramentos que a organização urbana facultava: aparelhos sanitários e banheiros, por exemplo” (FREYRE, 1951, p. 226).

4.7.2. 2A visão do cronista: piolho não é educação higiênica é morte.

Narrativa da prática higienista também pode ser detectada no livro de Mário Sette sobre um incidente com crianças de um internato, localizado em Recife, nos idos anos de 1912.

Alunas do Colégio Jaqueira foram submetidas a um processo de higienização corporal, a fim de controlar uma infestação de piolhos. Isto resultou numa tragédia ímpar, conforme pode ser visto neste excerto “por fim venceu a morte... foram para a sepultura 45, umas juntinhas das outras como no dormitório do orfanato. Uma negligência de farmacêutico gerara essa tragédia” (SETTE, 1948 p. 300).

Por ser vista como adulto em formação, massa moldável e, ainda sem vícios, a criança, em idade escolar, poderia ser conformada em um ser higiênico e higienizador. Assim, ela foi alçada à condição de sujeito principal da cruzada higienista que se instalava.

Sylvio Rabello em suas memórias de estudante também fez alusão a este episódio.

4.7.3 As memórias de uma professora.

Episódio de natureza semelhante àquele contado por Mário Sette foi narrado por Adriana, descrevendo como cenário da tragédia que se abateu sobre as crianças, um internato localizado na Praça Chora Menino, em Recife, local onde, outrora, funcionara uma Roda dos Enjeitados.

Mas, também, existe as memórias dos hábitos da professora em relação à higiene corporal de seus alunos. Conta sua biógrafa que

Adriana diariamente (sic) fazia o exame do asseio corporal nas crianças.

Com sua voz firme, cheia de entusiasmo dizia:

Mostrem os dentes, as unhas, o cabelo, pescoço e os pés⁶⁸.

Dava nota de asseio na caderneta.

Lavava os mais sujos e **punha querozene** (negrito de minha autoria) nos cabelos das meninas que tinham piolho, e pomada nas feridas da cabeça e do corpo (LIMA, 1967, p.63-64)

Aqui, dou uma volta em meu trabalho e retomo um item do capítulo um *Quem não tem médico se cura com...*

4.7. 4 A história vinda de baixo: a voz do aluno

Acho, a melhor de todas, as memórias de Graciliano Ramos, em *Infância*. Nem José Lins do Rego, em *Doidinho* consegue superar a narrativa de Graciliano em relação às memórias sobre as práticas higiênicas na escola. Ele estudou em uma escola pública localizada na cidade de Buíque sertão de Pernambuco, em 1898.

É no capítulo chamado D. Maria (p.109-115) que se encontra um dos melhores momentos para análise do currículo oculto. Mas, também, para estudar os costumes e sua força, sua transformação em hábito “havia contraído um hábito e receava outra admoestação, pior que insultos e gritos” (p.113).

⁶⁸ Isto me transportou para minha infância. Tinha uma história de trancoso (para nós do interior era qualquer coisa que fosse inventada) que dizia, mais ou menos assim “Zabezinha lavou pé, lavou mão, lavou rosto, rezou e foi se deitar”. Os costumes e os hábitos têm lá sua força!

Mas, toda a história começa pela sua casa. Primeiro dia de aula. Lá vão arrumar o menino para ele ir à escola. Ele conta (p.107) “Lavaram-me, esfregaram-me, pentearam-me, cortaram-me as unhas sujas de terra”. Os costumes sociais, a família a transmiti-los transformando-os em hábito.

Já na escola. Eis o relato (p.112).

- Lavou as orelhas hoje?
- Lavei o rosto, gaguejei atarantado.
- Perguntei se lavou as orelhas.
- Então? Se lavei o rosto, devo ter lavado as orelhas.

D. Maria, num discurso, afastou-me as orelhas do rosto, aconselhou-me a tratar delas cuidadosamente. (RAMOS, 1984, p.112).

Nesse aspecto os governantes se aliaram aos médicos e aos agentes da educação⁶⁹ para desencadear ações de educação sanitária a fim de obterem o “homem cultivado” (BITTENCOURT, 2008)⁷⁰.

4.7.5 As resistências e as concordâncias da Reforma

A presença maciça de paulistas no desenvolvimento da reforma em Pernambuco foi motivo para muitas discussões e a resistência, ferrenha, dos opositores do sistema político que participaram do golpe de 1930, com a deposição de todo o poder constituído.

Mas, nem só de resistência viveu a reforma.

A professora Dulce Chacon, no seu livro intitulado “Coragem de Professora”, narrou em primeira pessoa suas impressões sobre a reforma implantada por Carneiro Leão, sob os auspícios de Estácio Coimbra. Do longo depoimento, eu escolhi dois para mostrar a visão de uma professora que atura nesse período. Muito embora, deva considerar o fato dela ser, senão partidária, pelo menos simpatizante, do poder que governava nesse período.

Mas, pondo as patrulhas ideológicas de lado, deixemos (re)correr as memórias dessa professora. Afinal, como diz Ginzburg (2007, p.40) “nosso passado é inevitavelmente

⁶⁹ Como agentes da educação, uso a classificação dada por Werle (1998) que incluiu, nessa categoria, professores, diretores, supervisores, inspetores e coordenadores. WERLE, Flavia Obino Corrêa. Os agentes da instrução pública. **Revista Veritas**, Porto Alegre, v.43, n. especial, dez, 1998, p.77-81.

⁷⁰ Expressão usada em palestra conferida na Pontífica Universidade Católica de São Paulo, no dia 28/08/2008.

incerto...lacunar” e, quando não temos uma *autopsia*, isto é uma visão direta dos fatos, temos que recorrer à *ekphrasis* ou seja, uma descrição do fato.

Na Escola Nova, Moderna, Ativa, Progressista.

Em 1930, governava, legalmente Pernambuco, Estácio Coimbra...

O Governador, convidara para realizar uma reforma de base na instrução pública, A. Carneiro Leão...

Aqui chegando, revolucionou o ensino com as novidades da Escola Moderna, ativa que eu chamaria também progressista, que destruiria toda a estrutura da velha orientação das nossas escolas...

A sua principal finalidade consistia em educar, preparar para a vida, o ‘ensinar fazendo’ de Dewey...

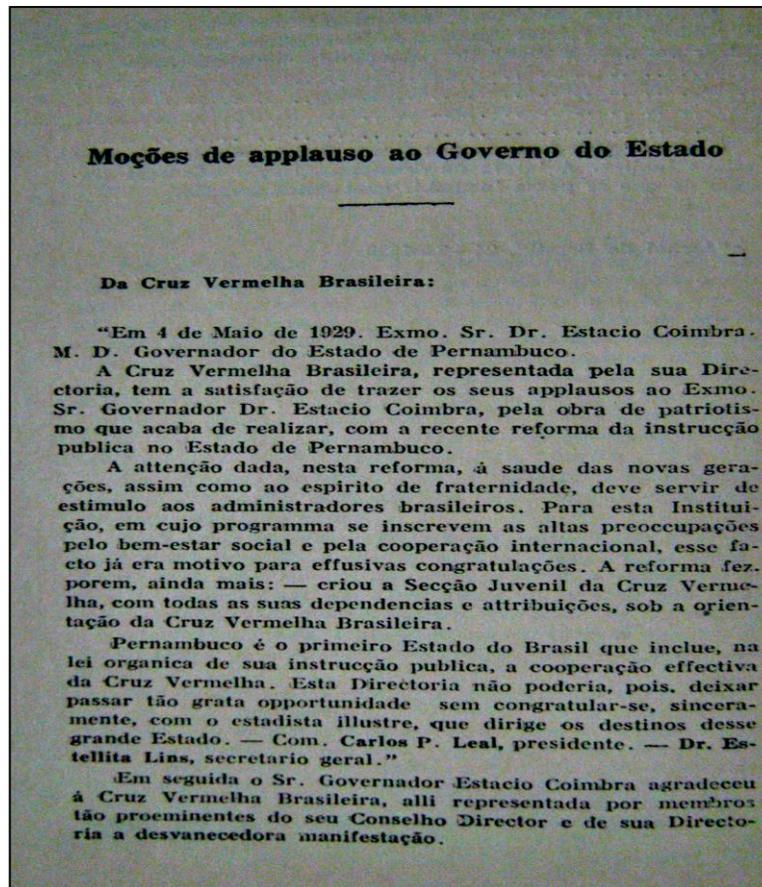
Na reforma figuravam o Seminário Pedagógico, o Curso de Férias inaugurado em sessão solene no Teatro Santa Isabel pelo próprio secretário, a Merenda Escolar... a colônia de Férias (ficou no projeto), o Curso de Aperfeiçoamento, uma novidade apaixonante, a criação de Escolas Rurais, de Grêmios Literários e Clubes de Leitura...abrindo novos horizontes na rotineira paisagem escolar de Pernambuco. (CHACON, 1983, p.73-74).

A imprensa também se pronunciava a favor. Vários relatos de manifestações de apreço pela reforma implementada por Carneiro Leão fazem parte Documento **Estado de Pernambuco. Organização da Educação no Estado de Pernambuco (Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e da imprensa)**. Recife: Imprensa Oficial, 1928.

Pela abundância de informações, escolhi para ilustrar, como repercutiu a reforma na sociedade, opiniões diversas para que o leitor deste trabalho construa sua própria idéia.

Vejamos estes recortes de períodos publicados em 1929.

4.7.5.1 Umas vozes concordantes⁷¹



⁷¹ Todas as imagens foram tiradas do documento Pernambuco, 1929. Disponível na Coleção Pernambucana, acervo da Biblioteca Pública do estado de Pernambuco.

4.7.5.1.1 Continuum as vozes concordantes

A instrucção em Pernambuco

A conferencia realizada hontem na sala de sessões da A. B. E. pelo Sr. Carneiro Leão despertou a curiosidade e o entusiasmo de uma assistencia illustre pela marcha do problema educativo no Estado de Pernambuco.

videncias adoptadas para cada um dos ramos da educaçao, como foi concebida na reforma e já vae sendo executada, não cabe explanal-as num primeiro commentario. Terão que ser minudenciadas, porque representam alguma cousa de notavel e de larga envergadura reclamando para a obra nova de Pernambuco os fóros de paradigma para o Brasil.

MARIO DE BRITO

Director.

"A Ordem" de 26—4—1929.

4.7.5.2 As vozes discordantes.

Reforma da Educação em Pernambuco

No grupo, infelizmente pouco avultado, dos que no Brasil, se dedicam, com discernimento, zelo e perseverança, ao estudo das questões de ensino e educação, procurando propagar-lhes e applicar-lhes as melhores idéas, sobresai, por numerosos títulos, o Dr. Antonio Carneiro Leão.

Oxalá sejam bem compreendidos e não fiquem só no dominio subjectivo!

Um unico artigo na reforma suscitou-nos dissentimento: Foi o 166.º assim redigido: "**A educação primaria do Estado será obrigatoria, gratuita e laica.**"

Obrigatoria e gratuita, sim: mas porque esse—laica—tão rebarbativo na expressão como no pensamento?

Porque não imitou o Leão do Norte o desassombrado exemplo de Minas Geraes, admittindo o ensino religioso nas escolas publicas?

Ruy Barbosa, o grande constitucionalista e mestre de pedagogia, demonstrou a insupprível necessidade da religião no ensino e assim doutrinou:

"Nem o atheismo reflectivo dos philosophos, nem o inconsciente atheismo dos indifferentes são compatíveis com as qualidades, acção, resistencia e disciplina essenciaes aos povos livres".

Affonso Celso

"Jornal do Brasil", 14—5—1929.

Mas, ao que parece, esta liberdade religiosa não era (tão) perniciosa como queriam os católicos mais radicais. Um episódio envolvendo o livre exercício do credo foi relatado no livro de memória *Adriana, vida de uma professora*. Foi durante o seu exercício de professora em um grupo escolar localizado no município pernambucano de Água Preta que sucedeu o caso. Este foi contado por sua biógrafa e autora do livro, Aglae Lima. O padre, quando descobriu que Adriana professava a fé de Alan Kardec, utilizou-se do púlpito para incitar as mães a impedir a frequência de seus filhos à escola. Não ficou só por aí. Solicitou, ao governador do estado, Estácio Coimbra, o afastamento da professora. Não conseguiu seu intento. O governador lhe respondeu que havia o “livre exercício das crenças” (LIMA, 1967, p.72).

A discordância, também, estava no próprio gabinete do Governador. Gilberto Freyre (2006), convidado que fora para assumir a cátedra de Sociologia da Escola Normal do Estado, fato então inédito no Brasil, registrou em seu diário a sua impressão sobre a reforma

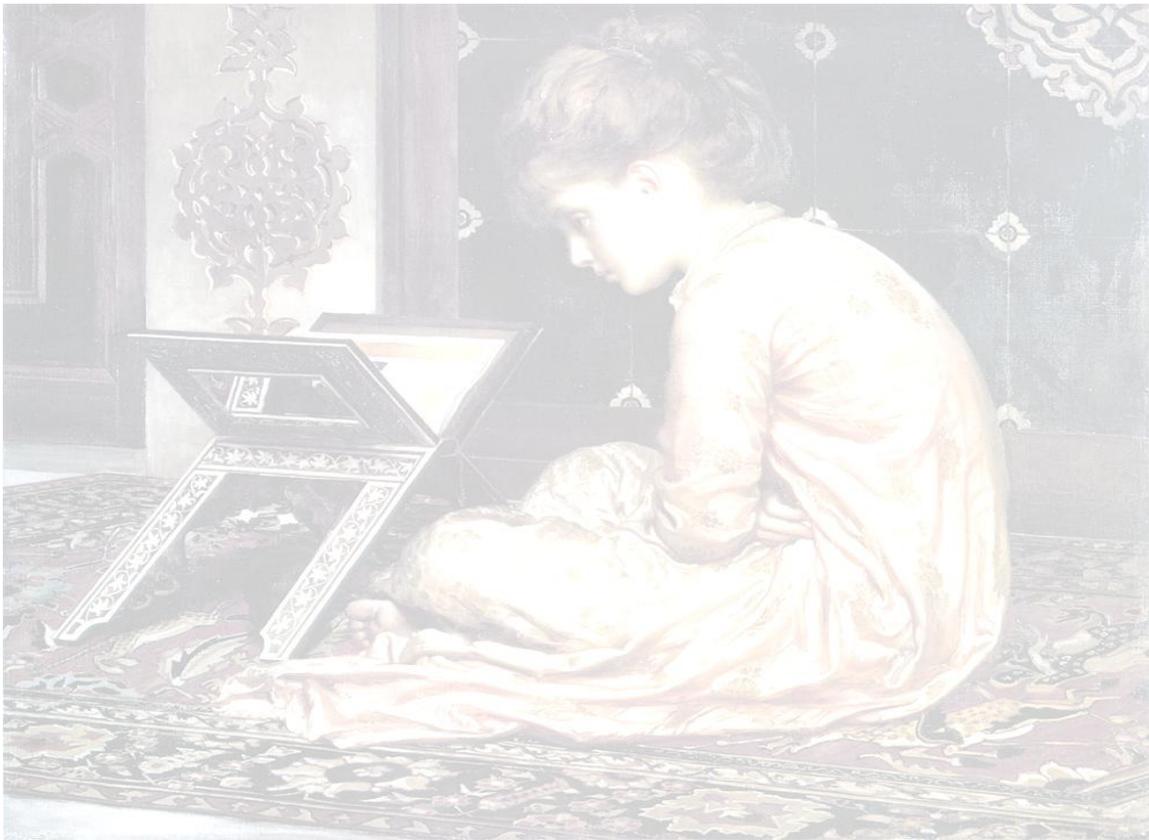
Que dizer a v., amigo diário, da reforma Carneiro Leão de ensino da qual tanto se está falando nos jornais do Recife, do Rio e até dos Jesuítas de Paris, que é modernizante? É inteligente no seu modo de ser modernizante. Revolucionariamente modernizante. Tem certos aspectos mais que modernizantes: modernistas, que me repugnam. (FREYRE, 2006, p. 295)

Talvez, o Sociólogo de Apipucos fizesse referência aos “modernistas” de São Paulo, de quem Freyre discordava. Este comentário mordaz pode ter se dirigido à equipe de professores paulistas que Antônio Carneiro Leão Chamou, para implantar a reforma em Pernambuco. A participação de Freyre, na reforma e sua atuação como professor de Sociologia, no Ensino Normal foram contempladas nos trabalhos de Araújo (2002 e 2009)⁷².

⁷² Entretanto, para saber mais sobre a participação de Freyre no governo de Pernambuco, no período de 1926 a 1930, recomendo a leitura obra **Gilberto Freyre: uma biografia cultural** da autoria Enrique Rodriguez Larreta e Guillermo Giucci, publicado em 2007, pela Civilização Brasileira.

CAPÍTULO 5

DISCURSO HIGIENISTA NO LIVRO DIDÁTICO. CADA CABEÇA É UMA SENTENÇA.



“Os leitores são viajantes; eles caçam furtivamente, como nômades através dos campos que não escreveram.”
(Michel de Certeau).

André Chervel imputa aos livros didáticos o lugar de representarem um modelo de unificação do conteúdo ensinado na escola. Ele acreditava que “todos os manuais dizem então a mesma coisa ou quase isto”. Sua consideração sobre este ponto foi lapidar

Os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do corpus de conhecimentos, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercícios praticados são idênticos com variações aproximadas. (CHERVEL, 1990, p. 203).

Bem antes dele, Marisa Lajolo (1982, p. 33) já acreditava que mesmo havendo a dispersão legislativa em relação ao ensino primário, “a aprovação e adoção dos mesmos livros didáticos em diferentes estados da federação indicam a irrelevância das divergências que ocorrem na letra das diferentes leis que regulam o ensino primário nos vários estados”.

Isto pressupõe que não ocorreu uma pluralidade ideológica no mesmo grau e intensidade do número de legislação. Entretanto, quando entrei em contato com alguns livros indicados pelos textos normativos de Pernambuco, tal pressuposto não se confirmou, o que me permitiu elaborar a primeira hipótese de trabalho: os livros didáticos indicados para uso na instrução primária de Pernambuco não tiveram a mesma representação do tema. Isto merece algumas reflexões: Quais as representações feitas sobre a higiene? Quais as variações observadas? Ocorreram diferenças na representação desses autores? O que mudou?

O Guia Livres (2005) definiu os livros didáticos ou livros escolares como sendo aquelas obras cuja intenção original está explicitamente voltada para o uso pedagógico e essa intenção é manifestada pelo autor ou editor.

Este material é objeto de pesquisa no campo educacional desde a década de 1970. Foi a partir de 1995 que houve uma renovação do interesse por este gênero de impresso devido as possibilidades que ele apresenta de servir como objeto e fonte de informação para estudo da História da Educação voltada para a problemática da escola e sua prática (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002).

Para Choppin (2008a) o conceito de livro escolar é recente. Na França, essa categoria de obra só passou a ser conhecida a partir da Revolução, sendo que, a mesma situação pode ser encontrada nos outros países do ocidente, onde os livros têm uma variada nomenclatura.

O livro escolar tem quatro funções que são peculiares da cultura escolar, que não podem ser ignoradas pelo pesquisador da história da educação

[...] *referencial*, também chamada de curricular ou programática; *instrumental*, quando põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades; *ideológica e cultural*, é a mais antiga... e tende a aculturar ... as jovens gerações e a função *documental*, fornece um conjunto de documentos textuais e icônicos (CHOPPIN, 2004, p.553).

A utilização dos livros didáticos como fonte para a história da disciplina escolar foi defendida por inúmeros pesquisadores. Em 2001 (p.36 e 38) Benito mostrou que o livro didático é um meio impresso através “del cual se vehicula la *vulgata* (itálico do original) escolar”. Para ele “Los textos... son soportes del curriculum”.

Em 1990, Chervel já havia apontado para a facilidade da realização do estudo da história das disciplinas escolares pela disponibilidade farta de documentos, dentre os quais estão os “cursos manuscritos, os manuais e periódicos pedagógicos”. A esta documentação ele deu o nome de “vulgata” (aspas no original, p. 203).

Embora não tenha definido o que é *vulgata*, esse mesmo autor (1990, p.183) deixou claro que não se trata de “um processo de vulgarização nem de adaptação dos conteúdos, pois as disciplinas de ensino são irredutíveis, por natureza, a essas categorias” (p.183).

Nesse caso, o que é uma *vulgata*? O Dicionário do Livro, da autoria de Faria e Pericão (2008, p. 730) define *vulgata* em seu sentido lato, como sendo uma versão de um texto que pode ser considerado como “autêntico” ou “mais difundido”. Para Benito (2001) uma *vulgata* escolar (itálico do original) seria a representação textual, quando ocorre a redução da cultura material nos limites de um manual, obedecendo a seus marcos e textos.

5.1 LIVROS DIDÁTICOS: CONCEPÇÕES E MÉTODOS DE PESQUISA.

5.1.1 Livro didático: uma *vulgata* do currículo prescrito

O currículo prescrito é um objeto regulado pelas instâncias políticas e administrativas. Ele estabelece os conteúdos e demais orientações relativas aos códigos que o reorganizam. É no currículo prescrito que se desenvolvem diferentes tipos de movimentos, que se dão os conflitos

de interesses e se estabelecem as relações de dominação (GOODSON, 1991; APPLE, 1982). Nesse contexto também se inserem os livros didáticos que ele indica.

Vários documentos como os textos normativos (legislação, programas curriculares, decretos e regulamentos), os cadernos escolares, as provas, as fotografias, a memória oral e as entrevistas “têm se constituído uma das fontes privilegiadas para estudos dos conteúdos escolares” (BITTENCOURT, 2003 p.32).

Por representar uma fonte de informação rica e complexa, o livro didático pode servir como depositário de um conteúdo formado por saberes, habilidades e saber-ser julgados indispensáveis à sociedade de um determinado período (CHOPPIN, 2004). É por esta razão que Mate (2004) recomendou sua análise para identificar como ele incorpora os conteúdos curriculares estabelecidos pelos programas de ensino de uma determinada época.

No Brasil, os estudos de Bittencourt (2003, 2008), Mate (2004), Correa (2000) e Lajolo (1982) mostraram como o currículo prescrito pode ser veiculado pelos manuais escolares. Por sua vez Bittencourt considerou que na problemática sobre currículo real e currículo normativo⁷³

[...] o papel do livro didático tem sido destacado e os estudos que estabelecem tais relações começam a ser ampliados. Neste sentido é significativo aprofundar o conhecimento sobre as formas de relações entre currículo e livro didático acompanhando o processo de transformação de tais relações em uma perspectiva histórica e associados à criação das escolas de nível primário e secundário a partir do século XIX (BITTENCOURT, 2007).

Além disto, a história do livro didático já comprovou que, muitas vezes, ele forneceu a base para a constituição das propostas curriculares, como é o exemplo de “O Livro do povo”. Este livro, em 1875, foi indicado para uso, tanto quanto na Escola Normal Oficial de Pernambuco, quanto na escola anexa. Neste período não houve a proposta de elaboração de um Programa curricular, donde é possível concluir que o livro didático foi o próprio programa.

A pesquisa Bittencourt (1993) já havia apontado para este mesmo caminho, mas em relação à História Universal, quando o Colégio Pedro II, em 1838, elaborou o Programa curricular desta matéria se baseando nas obras didáticas francesas. Posteriormente esse colégio adotou o livro.

⁷³. Excerto da Justificativa da disciplina EDM 5079 - História dos currículos e do livro didático, ministrada no primeiro período letivo de 2007 na FEUSP. Retirado da Fenix web: <http://sistemas1.usp.br:8080/fenixweb/index.jsp>.

5.1.1.1 Os livros didáticos e o discurso da Higiene

Talvez por partilharem da idéia do livro didático enquanto suporte para o conteúdo a ser ensinado na escola é que alguns estudiosos resolveram pesquisar a representação da Higiene através desses impressos. Rocha (2003) ao descrever a atuação do Instituto de Hygiene de São Paulo, durante a década de 20 do novecentos, deu um bom exemplo de educação sanitária que empregou o livro como vulgata. Para ela (p.40) a ação foi “caracterizada pela centralidade conferida à *formação da consciência sanitária* (itálico de sua autoria) do indivíduo na prevenção de doenças”, desenvolvendo ações que buscaram dar legitimidade à “educação sanitária como instrumento de higienização da população” (p.41). Através de estratégias variadas, esse Instituto veiculou mensagem de natureza higienista nas escolas de São Paulo, elevando o livro à categoria de bom companheiro de todas as horas para difundir esses preceitos, ao mesmo tempo, que estendia à família “regras de bem viver” (ROCHA, op.cit. p.53).

Este campo de pesquisa tem se ampliado, conforme pode ser visto através da realização de pesquisas em diferentes pontos do Brasil: Barreto e Kulesza (2007) buscaram identificar o lugar do livro didático no higienismo desenvolvido no espaço escolar da Paraíba, no início do século XX. Estes autores analisaram o livro da autoria de Renato Khel “A Fada Hígia”, livro indicado pela educação pública da Paraíba, durante a primeira década do novecentos.

Por sua vez, Magalhães; Kinoshita e Rocha (2007) pesquisaram sobre os livros e cartilhas de higiene produzidas para a escola primária e de manuais destinados à formação de professores paulistas.

Em Pernambuco, a circulação de idéias higienistas, através de livros didáticos, foi mostrada por Galvão (2001, 2005) e por Bezerra (2006, 2007, 2008, 2009).

5.1.2 Um conceito de Livro de Leitura.

Segundo Erasmo Braga (1928) Livros de Leitura diferem dos compêndios. Para o autor, os livros de leitura, “devem trazer conhecimentos fundamentais da história, da tradição, da poesia, do paiz, do povo, de todos os deveres do cidadão, mas tem característica própria que os distingue dos compêndios para o estudo específico das Ciências” (BRAGA, 1928, p.III).

O trabalho de Batista, Galvão e Klinke (2002, p. 35) classificou esses livros em “dois grandes tipos de livros escolares: as séries graduadas e os livros isolados”.

No primeiro tipo eles inseriram as “coleções de livros destinados às quatro séries de ensino elementar, podendo incluir um quinto volume, voltado para a alfabetização ou para uma outra série, de acordo com a organização do sistema de ensino”.

Diante desta classificação é possível perceber que havia uma naturalização na organização do conteúdo curricular que, gradativamente, aumentava de dificuldades.

Neste grupo pude identificar os *Livros de Leitura* da autoria de Felisberto de Carvalho e os Livros de Leitura da *Série Braga*.

Os *tipos isolados* são aqueles livros “que menos claramente apresentam as funções escolares” (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 35). Neste grupo identifiquei alguns títulos como *Cuore*; *Noções da vida domestica, para as escolas do sexo feminino*; *Noções da vida pratica, a ser adotado nas escolas do sexo masculino*; *Sciencias Naturaes em Contos*, *Noções de Historia Natural e Hygiene e as Lições de cousas*.

Alguns deles representam aquilo que Choppin (2002) chamou de “transnacionalidade do livro didático”. Exemplo deste tipo de livro é o *Cuore*, de Edmundo de Amicis, livro citado por diversos escritores brasileiros como parte de seu repertório de leitura.

5.1.3 Livros de Leitura: a questão do método de escolha para análise.

Para detectar as aproximações e distanciamentos entre os conteúdos curriculares e o conteúdo dos livros de leitura foi realizada a escolha intencional de uma amostragem dos livros indicados pelas instâncias normativas da instrução pública pernambucana, conforme pode ser visto no Quadro a seguir.

Quadro 5.1: Livros de Leitura escolhidos para análise⁷⁴

TÍTULO DO LIVRO	NOME DO AUTOR	ANO DE INDICAÇÃO PELO PROGRAMA.
Primeiro Livro de Leitura	Felisberto de Carvalho.	1904
Segundo Livro de Leitura	Felisberto de Carvalho.	1904
Série Braga Leitura II	Erasmus Braga	1929

5.1.3.1 Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho: livros de muitos leitores.

Segundo Pfromm Neto et al. (1974, p. 169) até meados do século XIX, “as crianças brasileiras não conheceram as séries graduadas de livros de leitura”. Com a ascensão da importância da escola elementar, surgiram estímulos para que alguns educadores brasileiros escrevessem livros para “uso dos alunos e dos professores”. Foi, exatamente o caso dos livros de leitura de Felisberto de Carvalho.

O Livro de Leitura, “um tipo específico de literatura para a infância”, foi pensado para a escola elementar, um grau “destinado a setores mais amplos da sociedade, com programas restritos ao ensino da escrita, letras e cálculos rudimentares” (BITTENCOURT, 2008, p. 43).

Livros de muitos leitores.

Antes de escrever a obra “Ordem e Progresso”, Gilberto Freyre empreendeu um gigantesco inquérito. Dentre as várias questões elaboradas por ele estava uma sobre as memórias de escola e de suas leituras. Foi daí que encontrei a memória de cinco leitores em diferentes estados brasileiros citando a leitura dos livros de Felisberto. Um deles foi o escritor Mário Sette (FREYRE, 1951, p.CXIV, CXLV, 110, 177, 193, 273).

O escritor Ruy Aires Bello (1982, p.87), que no começo do século XX morava e estudava em uma escola da zona da mata pernambucana lembra que “Durante todo o curso eram adotados os livros da série Felixberto (sic) de Carvalho, além da tabuada para o estudo das contas.”

Em escolas privadas o livro de Felisberto também foi adotado conforme lembrou Dulce Chacon, que estudou em uma das mais tradicionais do Recife, o Colégio Eucarístico. A lição era

⁷⁴ Todos os livros analisados se encontram disponíveis na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Os que são da autoria de Abilio Cesar Borges estão em microfichas cujos originais se encontram na Biblioteca Nacional de Paris.

“tomada” pela soletração “no primeiro livro de Felisberto de Carvalho” (CHACON, 1979, p.467).

Outro colégio particular recifense que adotou os livros de Felisberto foi o Colégio Pritaneu. Tradicionalíssimo. Em suas carteiras escolares sentou-se Clarice Lispector, em seus tempos na capital pernambucana. Nesse colégio também estudou Valdemar de Oliveira, médico pernambucano, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, por volta década de 1920. Foi leitor de Afrânio Peixoto. Leu o compêndio “Higiene” para organizar suas aulas na Escola Normal de Pernambuco. Mas esta é outra história. Quero lembrar de seus tempos de meninice, quando foi leitor de Felisberto de Carvalho. Para Oliveira (1966, p.98) na ordem de importância dos livros que compunham sua biblioteca, os da autoria de Felisberto assumiam o mais alto escalão

Em minhas estantes de hoje, as relíquias mais caras à minha sensibilidade são os três primeiros livros de Felisberto de Carvalho, de espaço a espaço contendo as datas das lições, por ela mesma lançada” (OLIVEIRA, 1966, p.98)

Livros que não ficaram restritos às escolas da capital e chegaram ao sertão do estado. Tempo de Felisberto e tempo de Lampião (OLIVEIRA, 1967).

Não só em Pernambuco. Chegou ao interior do Ceará, conforme mostra a poética de Patativa do Assaré⁷⁵

Eu nasci aqui no mato
Vivi sempre a trabaiaá,
Neste meu pobre recato,
Eu não pude estudá.
No verdô da minha idade
Só tive a felicidade
De dá um pequeno ensaio
In dois livro do iscritô
Filisberto de Carvaio

No primeiro livro havia
Belas figuras na capa
E no começo se lia:
A pá, o dedo do Papa,
Papa, pia, dedo, dado
Pua, o pote de melado
Da-me o dado, a fera é má
E tantas coisas bonita
Que o meu coração parpita
Quando eu pego a rescordá

⁷⁵ ASSARÉ, Patativa do. Aos poetas clássicos. In: _____. Cante de lá que eu canto de cá.

Foi os livro de valô
 Mais maió que vi no mundo
 Apenas daquele autô
 Li o premero e o segundo
 Mas, porém, esta leitura
 Me tiro da treva escura
 Mostrando o caminho certo
 Bastante me protegeu
 Eu juro que Jesus deu
 Sarvação a Felisberto

A escolha do Primeiro e Segundo Livro de Felisberto de Carvalho se fundamenta por eles terem circulado em Pernambuco desde o primeiro quinquênio do século XX, até meados desse mesmo século e por corresponder aos primeiros anos de escolaridade da instrução primária, quando os meninos ainda frequentavam a escola “pois daí em diante, sobretudo no interior, se reduzia de muito a frequência escolar com acentuada evasão dos alunos” (BELLO, 1978, p.159).

A escolha também se justifica em virtude dos livros de Felisberto representarem “um marco no uso de ilustrações coloridas em livros para crianças” (ARROYO, 1968, p. 223). Além disso, o Segundo Livro de leitura ficou gravado na memória de muitos leitores de diferentes regiões brasileiras (ARROYO, 1968; REGO, 2002, BELLO, 1978; FREYRE, 1951).

E, seguindo as pistas deixadas por pesquisadores que estudaram as obras de Felisberto de Carvalho (CABRINI, 1994; BITTENCOURT, 2004) encontrei vestígios do discurso higienista nos conteúdos dos livros que ele escreveu. Mas, que preceitos foram esses? Eles se referiam a quais classes da Higiene? Será que ficaram restritas aos cuidados com o corpo? Seguiram *pari passu* o programa? Elas se aproximaram ou se distanciaram do discurso dos demais autores? E dos programas curriculares?

A produção dos dois primeiros livros de leitura da autoria de Felisberto foi bastante expressiva, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro5.2: Primeiro e Segundo Livros de Leitura de Felisberto de Carvalho, publicados pela editora Francisco Alves.

Título do livro	Edição	Ano de publicação
Primeiro Livro de Leitura	4 ^a	1897
	36 ^a	1907
	37 ^a	1907
	43 ^a	1908
	130 ^a	1946
	138 ^a	1956
	139 ^a	1959

Segundo Livro de Leitura	1 ^a	1891
	2 ^a	1907
	30 ^a	1907
	46 ^a	1911
	106 ^a	1946
	117 ^a	1959

Fonte: Dados organizados a partir de Cabrini, 1994.

Deve-se prestar atenção para o fato da longevidade destas obras que atravessaram o século. Entretanto, elas caíram na mesma problemática do Livro do Povo que, devido ao sucesso editorial tornou-se banal e não foi resguarda da perda (CHOPPIN, 2002).

Para a realização deste trabalho, analisei um exemplar do Primeiro Livro de Leitura, 109^a edição, publicada em 1926, pela editora Francisco Alves no Rio de Janeiro. A obra integra o acervo da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.



Imagem 14. Primeiro Livro de Leitura. Fonte: Biblioteca do Livro Didático. Tamanho original 20 cm x 13 cm. 145 páginas.

O editor publicou, na falsa folha de rosto uma nota “Ao público” explicando que a edição fora inteiramente revisada por dois lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Um deles, o Dr. Martins Teixeira ficou responsável pela revisão da Química e Física, o outro o Dr. Oscar de Souza para revisar o assunto referente às Ciências Naturais.

É importante ressaltar essa junção entre os dois campos de saber: a educação e a medicina. A higiene fez proposições em relação à materialidade do livro didático.

O ilustrador desta edição foi Epaminondas de Carvalho, filho de Felisberto. Ele também ilustrou e refundiu a obra. Segundo consta na mesma nota ao público, as ilustrações desse livro foram usadas pela editora Aillaud para ilustrar um dicionário publicado por esta editora, em Paris, sobre o Brasil.

O Segundo Livro de Leitura analisado, foi publicado no Rio de Janeiro pela Francisco Alves. É a 117ª edição, publicada em 1959.

Na folha de rosto constam as informações sobre a comercialização ser feita no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

Na capa do livro consta o número de autorização de circulação.



Imagem 15. Segundo Livro de Leitura. Fonte: Biblioteca do Livro Didático. Tamanho original 20 cm x 13 cm. 145 páginas.

Igualmente ao Primeiro Livro de Leitura, não possui índice. Tem a capa cartonada. As ilustrações são coloridas. No verso da Folha de rosto consta uma informação que as ilustrações foram totalmente modernizadas e o livro refundido por Epaminondas de Carvalho, filho de Felisberto. A partir desta edição, foi suprimido o uso do exercício logográfico em virtude de não se usar mais a lousa individual. Isto mostra que o livro seguia as orientações oriundas do discurso

educacional ou mesmo ditado pelo costume e foi substituindo, aos poucos, as ardósias individuais.

5.1.3.2 Leitura II - Série Braga

Esta série de livros de Leitura foi adotada pela instrução primária desde 1922 (SELLARO, 2000) permanecendo como o livro indicado na Reforma Carneiro Leão, em 1928.

Eles fizeram parte do Edital de compras da Secretaria de Fazenda, abrindo concorrência pública para aquisição de materiais didáticos, publicado no Diário do Estado, em 1929.

Quadro 5. 3: Dados de Produção do Livro II da autoria de Erasmo Braga, da Editora Melhoramentos, localizada em São Paulo.

Título	Coleção	Edição	<i>Ano de publicação</i>
Livro II	Série Braga	3ª ed.	1922
Livro II	Série Braga	60ª ed.	193-?
<i>Livro II</i>	<i>Série Braga</i>	<i>105ªed.</i>	<i>193-?</i>

Fonte: Banco de Dados – LIVRES. 2009.

Para efeito desta pesquisa foi escolhido o livro Leitura II em virtude de não ter sido localizado o exemplar do volume Leitura I da referida Série Braga. Deste modo, adoto a estratégia sugerida por Mortimer (1988) qual seja, quando o pesquisador da história do livro se depara com problemas desta natureza ele deve usar o exemplar que lhe aparece à mão. Sendo uma série, também não me interessou a análise dos volumes III e IV porque, segundo o testemunho da pesquisadora Roseli Massoti (2007) o próprio autor não creditava a estes volumes a existência, grande, de leitores, em virtude da evasão escolar acentuada, coincidindo com o pensamento de Bello (1978).

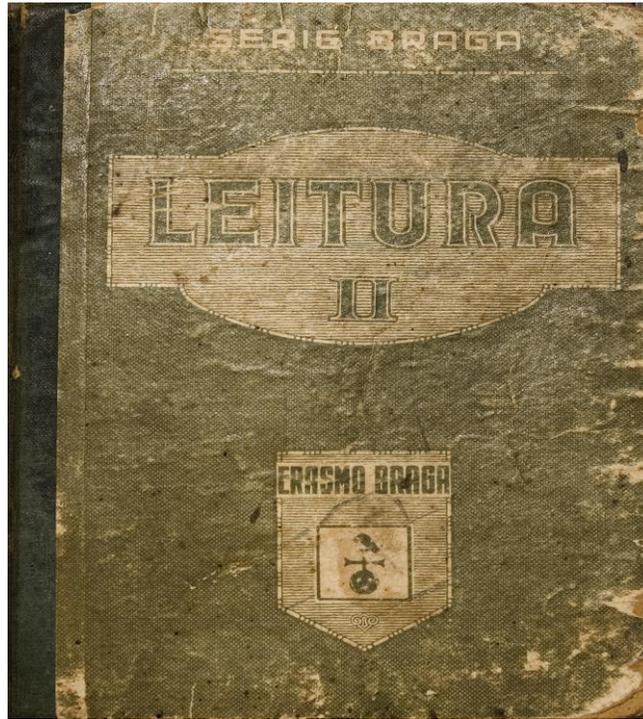


Imagem 16. Leitura II. Fonte: Biblioteca do Livro Didático. Tamanho original 18 cm x 13 cm 238 páginas.

Quando analisei o livro *Leitura II* percebi que seu objetivo é a formação dos sentidos e dos sentimentos dos alunos. O autor pretendeu ensinar às crianças a sentirem os benefícios do gosto estético, o prazer da leitura, ela mesma servindo de beleza e inspiração para a vida.

Contrariamente a Saffray, Borges (1928) viu na formação espiritual do aluno a obtenção do homem transformado. Segundo Massoti (2007) este volume proporcionava uma leitura agradável e elevava a linguagem de seu nível pueril. O biógrafo de Braga foi mais radical neste ponto e acreditava que a linguagem mais rebuscada do livro buscava retirar a criança “do elemento inculto de nossa população” (FERREIRA, 1975, p.100).

O estudo de mestrado realizado por Massoti (2007, p.135) indicou que os livros da *Série Braga*, composta de quatro volumes, surgiram durante o período de entusiasmo pedagógico e desejavam criar novos métodos de ensino, com a introdução de novos temas na educação, como a cultura física, a arte literária e a educação moral. Deste modo almejava-se estimular “as aptidões dos estudantes e desperta-lhes um sentido estético por meio das lições que também convidavam à descoberta de valores morais”. Para a autora, a formação religiosa, de base protestante, de

Erasmus Braga permeou todo o conteúdo de sua obra, buscando instigar na criança a integridade de caráter, de condutas virtuosas, de amor ao próximo e a Deus.

Tive esta mesma impressão quando fiz a análise do livro *Leitura II*.

A análise do texto mostrou que as lições, organizadas em períodos curtos, exigia do professor uma participação efetiva na organização e desenvolvimento da aula. As lições não são acompanhadas de exercício, deste modo, ao professor cabia a tarefa de elaborá-las.

A Série Braga foi publicada a partir de 1919, inicialmente pela Weiszflog Irmãos, depois Companhia Melhoramentos (MASSOTI, 2007) quando, em dezembro de 1920 ela incorporou a Weiszflog⁷⁶. Aliás, a Editora Melhoramentos, parece, teve grande aceitação na instrução primária de Pernambuco. No Diário do Estado número 136 de 18 de junho de 1929 (p.970) o governador do estado publicou uma nota noticiando a compra de diversos materiais didáticos desta editora.

Após a morte de Erasmus Braga, em 1932, Lourenço Filho, foi convidado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo para revisar os livros de Braga, sem, contudo, mudar “o espírito da obra” mantendo seu eixo central que dava unidade à Série Braga (MASSOTI, 2007, p. 137).

5.1.4 Um conceito de compêndio escolar.

Segundo Faria e Pericão (2008, p.182) o compêndio é uma “obra geralmente destinada ao ensino, na qual se expõe, sucintamente, os princípios de uma ciência ou arte; ... livro texto escolar; obra que versa determinado assunto de forma breve ou em linhas gerais”.

5.1.4.1 A questão do método de escolha dos Compêndios.

Durante a realização da pesquisa surgiu uma questão de natureza técnica: a dificuldade na localização de leitoras de microfichas para analisar os livros didáticos da autoria de Abílio Cesar Borges. Some-se a isto o fato dos originais dos livros se encontrarem na Biblioteca Nacional da França. Porém o fiel da balança para estabelecer uma nova fonte de pesquisa surgiu quando consultei a legislação referente às instâncias de aprovação do livro didático em Pernambuco e observei, que em período anterior aos livros de leitura da autoria de Abílio Cesar Borges já havia

⁷⁶ Para entender esta transação ver a tese de doutorado da autoria de Marco Antônio Oliveira “Os intelectuais e a produção da série *Resumo Didactico* pela Companhia Melhoramento de São Paulo”, defendida na Faculdade de Educação da USP em 2006.

circulado, na província, um compêndio veiculando noções de Higiene. Trata-se do “O Livro do povo”, da autoria de Antônio Marques Rodrigues, impresso no Maranhão pela tipografia de José Maria Corrêa de Frias⁷⁷.

A escolha dos compêndios também foi intencional. De posse da lista oficial dos livros aprovados e indicados pelo Conselho Literário, foram selecionados dois compêndios para detectar as aproximações e distanciamentos entre os conteúdos curriculares e o conteúdo dos livros didáticos.

Quadro 5.4: Compêndios escolhidos para análise, segundo os anos de indicação⁷⁸

TÍTULO DO LIVRO	NOME DO AUTOR	ANO DE INDICAÇÃO
<i>O Livro do Povo</i>	Antônio Marques Rodrigues	1875
<i>Lições de cousas.</i>	<i>Dr. Saffray</i>	1904

5.1.4.2 O Livro do Povo

O que é o “*O Livro do povo*”?

Trata-se de uma coletânea de textos que aborda diferentes assuntos aparentemente, não correlacionados entre si.

O autor, Antônio Marques Rodrigues explicou sobre a organização textual do livro. Inicialmente ele almejava escrever a vida de Jesus, segundo a narração dos quatro evangelistas, para se lida na escola primária. A sua história de leitura o levou a enriquecer o texto. Segundo sua narrativa, “veio-nos à mão a excelente História Sagrada” da autoria do Padre Roquette, acrescida da leitura das obras da autoria de Royaumont e do Abade Brispot. A partir desta base teórica ele

⁷⁷ Hallewell (2005) considera Frias como em editor excelente pela qualidade gráfica dos livros publicados em sua tipografia, localizada na cidade de São Luis, província do Maranhão.

⁷⁸ Todos os livros analisados se encontram disponíveis na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

escreveu e publicou a “Vida de N.S. Jesus Christo, a qual, reunida a vários artigos úteis, forma o livro que intitulamos: O LIVRO DO POVO” (RODRIGUES, 1865, destaque do original).⁷⁹

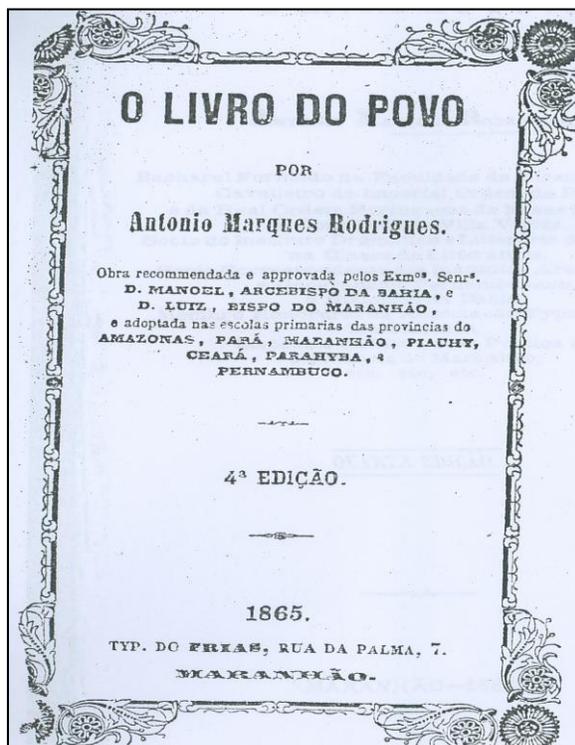


Imagem 16 . O Livro do Povo. Fonte: Biblioteca do Livro Didático. Tamanho original 16 cm x 11 cm. 254 páginas.

Qual o objetivo em publicar este livro? Segundo o autor era satisfazer uma grande necessidade do ensino primário, promover a uniformidade de livro de leitura, e vulgarizar a história do Salvador do Mundo, os seus milagres, a sua doutrina e os melhores preceitos de economia e ordem, “taes são os fins que temos com a publicação do “LIVRO DO POVO”. Quando um autor de livro, intencionalmente, o destina para uso escolar ele o transforma em livro didático (GUIA LIVRES, 2005).

Outro fator relevante era o desejo da uniformização do ensino proposto por Rodrigues, através do compêndio. Este, talvez, seja um dos motivos que o levou a, juntamente com o editor, encaminharem o compêndio para ser avaliado e adotado em diferentes províncias do nordeste brasileiro (ARROYO, 1968). Isto garantiria um programa curricular unificado. Aliás, Lajolo

⁷⁹ Esta informação foi retirada do Prefácio da 4ª edição de 1865.

(1987) aventou a possibilidade da unificação de programas a despeito de uma variada legislação educacional, o que seria conseguido pela adoção da mesma obra em diferentes lugares. Em outras palavras, segundo a circulação do livro.

Segundo os dados fornecidos em nota anexa *O livro do Povo* circulou em Caxias, interior do Maranhão, no Pará, em Fortaleza, Paraíba, na Bahia, no Rio de Janeiro. Em Recife, o livro podia ser encontrado na Livraria de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, situada na praça da Independência. Estes livreiros também eram tipógrafos na província de Pernambuco. Havia, ainda, outros dois pontos de venda na cidade: Rua José Nogueira de Sousa e Rua do Crespo⁸⁰ (RODRIGUES, 1865).

O historiador Ricardo Oriá Fernandes (2007, p.201) fez um estudo sobre esta obra didática. Para ele o “Livro do Povo”⁸¹ é considerado, hoje “uma obra didática rara, produzida fora do eixo econômico do Império, onde se concentrava o comércio livreiro e editorial do País”.

Esse aspecto de raridade da obra já havia sido apontado no estudo de Leonardo Arroyo (1968, p.169) “Foi livro amplamente lido em todo o Brasil e se constitui hoje em autêntica raridade bibliográfica”. Ele concluiu que esta obra escolar, inegavelmente, tem grande importância histórica na literatura infantil brasileira. A importância cresce, mais ainda, pelo fato do livro não ter resistido ao tempo, apresentando dificuldades de preservação e guarda das obras⁸².

A intemporalidade do livro usado na escola foi apontada por Choppin (2002). Para o pesquisador (p.8) isto ocorre quando “devido à grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada”. Os dados de produção do compêndio “O livro do Povo” apontam nessa direção (ARROYO, 1968).

Na nota de rodapé do livro de Arroyo (1968, p.170) encontra-se uma citação de Antônio Henriques Leal, autor de *Panteão Maranhense* indicando, de modo vago, que o livro era “volume em tipo compacto e intercalado de muitas gravuras”. A despeito de ter 300 página.

⁸⁰ Atual Rua 1º de Março, local onde fica a Casa Ramiro Costa, uma tradicional livraria da cidade.

⁸¹ O exemplar utilizado nesta pesquisa foi localizado, no British Museum, em Londres, pelo historiador Ricardo Oriá Fernandes, pesquisador do Projeto Temático Memória da educação: organização do acervo de livros didáticos no Brasil – 1810 a 2005, coordenado pela Profa. Dra. Circe Bittencourt.

⁸² Por isto é importante a criação de Bibliotecas do Livro Didático, a exemplo da existente na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; a do Centro de Estudos de Alfabetização e Letramento (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Na Europa, podem ser indicados o EMMANUELLE (Banque de Doneés Emmanuelle – INRP – França), o EME (Estatuto, funções e história do manual escolar – Portugal), o MANES (Centro de investigación MANES – Manuales escolares, Espanha) e, por fim, o HISTELA (Historia natural de la enseñanza de la lectura y de la escrita en Argentina).

Ao realizar a análise da 4ª Edição do livro, publicada em 1865, verificou-se que ele possui 253 páginas e é pequeno, medindo 16 cm x 11 cm. Fora os textos didáticos, existem várias estratégias (CHARTIER, 2002) usadas pelo editor e pelo autor legitimando a importância da obra literária, buscando, com isto, a aprovação pelas instâncias de regulação e vigilância do livro didático.

Sobre este livro assim se pronunciou, em 2008, a historiadora Circe Bittencourt⁸³

Dos trabalhos impressos pelos dois mais importantes maranhenses, Belarmino de Matos e José Maria Corrêa de Frias, destacaram-se as obras didáticas para as escolas elementar e secundária. Uma delas, publicada por Frias foi *O livro do povo*, de Antônio Marques Rodrigues, em uma primeira edição de 1861 com 4 mil exemplares, alcançou, em poucos anos, uma tiragem de mais de 40 mil exemplares e foi lida com suas mais de duzentas páginas (BITTENCOURT, 2008, p.77).

A análise da 4ª edição mostrou que o texto do livro foi organizado em duas partes. A primeira parte é intitulada - *Vida de N. S. Jesus Christo* (p.11-133) composta por cinco capítulos, a saber:

- Capítulo 1º - Nascimento de nosso Divino Salvador - Sua infância e vida oculta até seu ministério publico
- Capítulo 2º - Pregação e batismo de S. João - Jesus dispõe-se para o seu ministerio publico.
- Capítulo 3º - Continuação do ministerio publico de Jesus Christo desde a segunda até a terceira páscoa.
- Capítulo 4º - Paixão, morte e sepultura de Jesus.
- Capítulo 5º - Depois da ressurreição de Jesus Cristo até a sua ascensão; e vinda do Espírito Santo.

A segunda parte do livro tem o título *Assuntos Diversos*. Os capítulos são os que seguem:

- O vigário.
- Fábulas.
- O Bom Homem Ricardo
- Quadrúpedes úteis I.

⁸³ Este trabalho é uma compilação de sua tese de doutorado defendida em 1993, na Universidade de São Paulo.

- O professor primário.
- Hino ao trabalho.
- Moral Prática.
- Evangelho de lavradores.
- Quadrúpedes úteis II
- Simão de Nantua.
- *Máximas e Sentenças.*
- *Da Higiene.*
- Receitas Necessárias
- *O Brasil.*

5.1.4.3 Lições de Coisas do Dr. Saffray: leitores no além-mar

A escolha do livro do Dr. Saffray se justifica por dois motivos: para analisar a transnacionalidade do livro didático (CHOPPIN, 2004) e para verificar se houve unicidade de discurso proposto para o ensino da Higiene, pelo fato do livro ser estrangeiro, mas ter sido traduzido para o português e indicado para uso nas escolas brasileiras.

Sua análise também permitiu estudar a proposta do uso de Lições de Coisas, que segundo o Inspetor Geral de Ensino, João Barbalho serviam para “ensinar as primeiras noções das sciencias phisicas e naturaes, que o comum dos alumnos não terá outra ocasião de saber senão aprenderem disso alguma cousa por pouca que seja na escola primaria” (IP-45 b, 1886). Esta foi a mesma representação feita por Goodson (1999, p. 123), quando mostrou que a *Ciência das coisas comuns* (itálico do original) “era uma forma de educação científica ensinada em algumas escolas elementares inglesas na década de 1840”, permitindo, às classes inferiores, o acesso a certas informações que, de outro modo elas não receberiam.

A adoção do ensino das Lições de Coisas, como método, colocava a província de Pernambuco em conexão com o movimento de se dava na escola primária brasileira, em fins do século XIX, como São Paulo, por exemplo, (SCHELBAUER, 2006).

Na década de 1880 Ruy Barbosa iniciou o debate sobre a necessidade de inserir o ensino das ciências no curso elementar da escola (BARBOSA, 1946), segundo a idéia norte americana

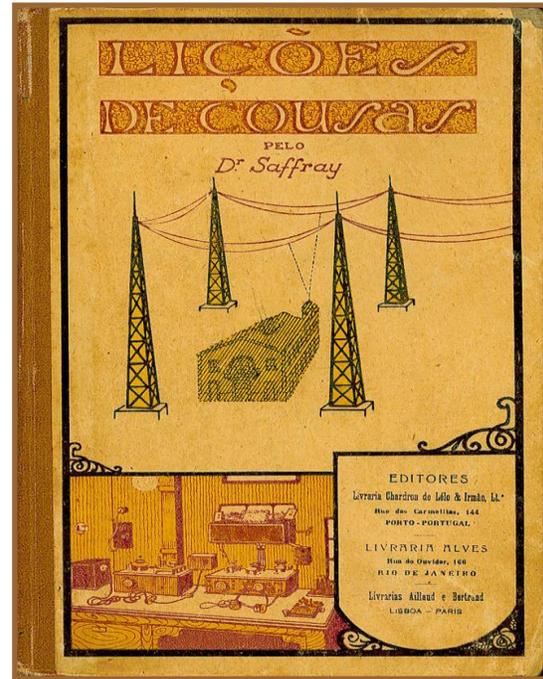
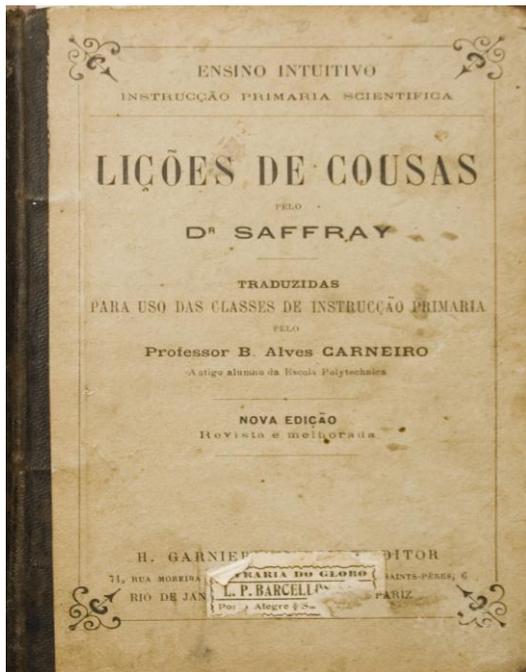
de Calkins. Na reforma de ensino promulgada em Pernambuco, no ano de 1885 o Inspetor de Ensino, João Barbalho já incentivava a adoção do ensino de Lições de Coisas que, segundo sua justificativa tanto serviam “para educar a reflexão, produzir o espírito de observação além de serem um excelente veículo de conhecimentos de utilidade prática e ensinar as primeiras noções de Ciências Naturais”. O inspetor, bem antes de Ivor Goodson, também, viu no ensino das Lições de coisas, a oportunidade de muitas as crianças não terem mais nenhuma oportunidade de “verem estas coisas” além da escola primária (IP-45, 1886, p.6).

Portanto questiono: Qual a representação da Higiene no livro de Saffray? Quais as aproximações e distanciamentos entre esse livro e os de autores nacionais? Quais as aproximações e distanciamentos com o programa curricular do período que propôs sua indicação para uso?

A análise de duas edições dessa obra mostrou que existe uma edição portuguesa traduzida da última edição francesa, por M.C. Mesquita Portugal, destinada às classes de instrução primária. Foi editada pela Livraria Chardron, localizada na cidade do Porto e pela Livraria Alves, Rio de Janeiro.

Os dados, ainda, mostram que exemplares podiam ser encontrados nas Livrarias Aillaud e Bertrand, em Lisboa e Paris. Os dados do Banco de Dados Livros Escolares (LIVRES) dão como referência de publicação a década de 1920.

Na falsa folha de rosto do exemplar de 1900 consta um extrato das obras publicadas pela editora. No verso desta folha consta a indicação dos livros de autoria do Professor. Felisberto de Carvalho, quando, então, suas obras ainda eram editadas pela H.Garnier.



Imagens 17 e 18 Lições de Coisas. Fonte: Biblioteca do Livro Didático. Tamanho original 19 cm x 12,5 cm.

Outro exemplar, 7ª edição, revista e melhorada, publicada em 1900, pela H. Garnier, no Rio de Janeiro e Paris. Foi traduzido pelo Prof. B. Alves Carneiro, que, segundo consta da folha de rosto, foi aluno da Escola Politécnica.

O cotejamento entre os índices dos exemplares mostrou diferenças entre as obras. No exemplar editado pela Chardron e Alves, o livro tem uma mensagem intitulada “Aos que estudam” (p.5-6). Nela Saffray se dirigiu ao aluno, induzindo-o à educação dos sentidos, neste caso o da visão, porque “o desenho é uma espécie de linguagem”.

No exemplar da H.Garnier, existe um “Prefácio do tradutor” (p.v-x) no qual ele mostrou a importância da obra para a instrução primária. Usou Comenius para justificar o ensino das ciências às crianças em idade escolar. Apesar da mudança estrutural do Índice observada entre as duas edições, a análise de conteúdo mostrou que ele permaneceu inalterado, ocorrendo, apenas, uma reorganização do texto em que lições viraram tópicos da edição de 1900.

Em suas memórias de literatura escolar em Pernambuco, Chacon se referiu ao livro “Lições de Coisas”. Ela disse que através deles “adquirimos noções de História Natural e de Higiene”(CHACON, 1979, p.469).

5.2 OS AUTORES

O estudo realizado por Bittencourt (2004) mostrou as várias facetas e articulações que se deram entre editores de livros didáticos e centros de poder decisórios na política de adoção desses manuais pela escola brasileira. Um dos critérios que elas usavam eram a escolha dos autores das obras didáticas. Como estas precisavam de aprovação para circulação, a editoras começaram a se estabelecer critérios para escolha de autores a fim de garantir esta indicação. Segundo a autora (p.482) quando este autor ocupava um lugar de mando, “os editores esmeravam-se em valorizar sua posição social”.

5.2.1 Professores autores de livros didáticos.

Os anos de 1870 a 1880 marcaram o início do crescimento escolar e o surgimento de escritores provenientes de outras esferas sociais. Os autores desta geração possuíam, na maioria das vezes, experiências pedagógicas ou de escolas primárias ou de escolas normais (BITTENCOURT, 2004).

Neste contexto, se encontram Felisberto de Carvalho e Erasmo Braga.

Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho formou-se professor primário pela Escola Normal de Niterói, onde, posteriormente, desenvolveu sua carreira no magistério. Chegou a ocupar o cargo de Diretor nessa instituição de ensino, a primeira na América Latina, fundada em 1835. Quando escreveu seus Livros de Leitura, ele recorreu às experiências didáticas construídas no seu exercício docente (CABRINI, 1994).

A obra didática de Felisberto de Carvalho está permeada de nuances entre as ciências e a religião. De um lado, ela atendia aos ditames legais, sobremaneira aqueles que se referem à formação religiosa de linha católica, que era a oficial do Estado, na outra ponta estavam os ensinamentos científicos, as Ciências Naturais formando o arcabouço dos conhecimentos técnicos necessários à vida. Isto não impediu que Felisberto inserisse em suas obras valores como amor à pátria, a Deus, à família e ao próximo e mesmo preceitos de higiene. Todo isto permeado pela leitura, “para atingir a inteligência mais o coração do menino” (CARVALHO, s.d, citado por CABRINI, 1994).

Por sua vez, Erasmo Braga foi considerado por Lourenço Filho um dos renovadores da literatura didática brasileira (FERREIRA, 1975).

A dissertação de Roseli Massoti (2007) mostrou o lugar ocupado por Braga no contexto da educação brasileira. Pastor presbiteriano, de linha calvinista, foi professor no Colégio Mackenzie, iniciando a carreira docente em 1901. Também lecionou no Seminário Presbiteriano de São Paulo.

Como intelectual, se dedicou às causas culturais. Foi um dos membros fundadores da Academia Paulista de Letras, ocupando a Cadeira 13. Participou, ativamente, da fundação da Associação Brasileira de Educação. Foi um defensor da causa indígena, combatendo ferrenhamente a atuação jesuíta na catequização dos índios, mas também denunciou a colonização realizada posteriormente “por pessoas inescrupulosas que semearam doenças entre os índios para escravizá-los e se apoderarem de suas terras” (MASSOTI, 2007, p.54). Criticou, duramente, as ações inquisitoriais na América do Sul e Latina. Viajou por vários países do mundo, conferindo palestras. Era sócio acadêmico de diferentes instituições literárias e históricas, como a Societé Académique D’Histoire Internationale de Paris, onde foi agraciado com uma Medalha de Ouro.

5.2.2 Um criador da literatura escolar: Antônio Marques Rodrigues.

È de Leonardo Arroyo o estudo que mostrou a íntima correlação entre a literatura escolar e a literatura infantil. Para ele

[...] com o advento de livros de textos possibilitou-se o aparecimento de uma literatura, a escolar, intimamente ligada à literatura infantil propriamente dita. Ou melhor, aquela é a gênese desta na perspectiva do nosso processo de formação (ARROYO, 1968, p.65).

Talvez tenha sido este o caso de Antônio Marques Rodrigues, autor d’*O Livro do Povo*.

Para Leonardo Arroyo (1968, p.170) “talvez esteja neste autor a primeira abertura de uma frente popular de livro”. A nota de rodapé número 23 (idem) é bastante esclarecedora da atuação de Antônio Marques Rodrigues, frente à incansável missão de incentivar o gosto pela leitura e pela difusão de livros formadores de caráter.

O autor fez doação de 1000 exemplares de seu livro para circular entre as escolas das primeiras letras. Informação sobre a compra e doação de exemplares de *O Livro do Povo* mostra

sua aceitação junto ao público leitor. O documento do Governo do Maranhão, datado de 03 de novembro de 1864, acusando o recebimento de um ofício da autoria de Antônio Marques Rodrigues, comunicava o desejo em “distribuir gratuitamente pelas escolas públicas das primeiras letras, no próximo ano de 1865, mil exemplares, em brochura, do LIVRO DO POVO”, conforme pode ser observado na página 255 da 4ª Edição do exemplar do livro publicado em 1865.

No mesmo livro consta uma Lista dos beneméritos promotores da instrução popular que subscreveram o “O Livro do Povo” para ser distribuído gratuitamente pelas escolas públicas primárias do Maranhão, no ano de 1863. É uma lista de 13 nomes, na qual consta o número de livros que cada um dos beneméritos doou. Ao todo foram 1400 exemplares. Somando-se aos 1800 que foram doados em 1862, mais os 1000 do ano de 1865, temos aí um total de 4.200 exemplares que circularam em escolas da província do Maranhão.

Encarnando o processo de pertença a lugares de poder, descrito por Bittencourt (2004) este bacharel em Direito formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi Sócio Correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Na província do Maranhão foi inspetor da Instrução Pública.

5.2.3 Um naturalista viajante: Dr. Saffray.

Talvez, de todos os autores escolhidos para esta pesquisa aquele que mais se diferencia do grupo é o Dr. Saffray. Pela sua formação e atuação nas ciências naturais é compreensível a escrita do livro *Lições de Coisas*.

Médico e botânico francês, nasceu em 1838. Foi um naturalista viajante pela América do Sul. Talvez o menos conhecido de todos. Sua passagem pela Colômbia, em 1861, gerou a escrita do livro *Voyage à la Nouvelle-Grenade En: Le Tour de monde*, foi publicada na França entre 1869 e 1870.

O Dr. Charles B. Saffray tinha um espírito clínico e investigativo. Em suas andanças pela Colômbia, fez alguns estudos, descobrindo um alcalóide da folha de coca, provavelmente a substância de efeito narcótico. Pesquisou, ainda, sobre o bócio que afetava os moradores da região colombiana de Caldas mostrando o efeito do iodo sobre a doença. Outra doença local que

Saffray pesquisou foi a Sífilis (carate) buscando estabelecer suas causas, sem lograr êxito, mas descobriu que podia curá-la através do uso de mercúrio⁸⁴.

Foi autor do livro didático *Lições de Coisas*, que teve leitores no além mar. Pelo que pude encontrar da história deste manual didático sua edição princeps é do século XIX, mas sem uma década sabida. Publicado em Paris pela Editora Chardron, posteriormente foi traduzido para a língua portuguesa por M. C. Mesquita⁸⁵. No Brasil ganhou uma edição da H Garnier.

5.3 UM MODELO DA HIGIENE ESCOLAR

Considerando a higiene, vista sob a ótica de Noel Hallé (1798) ela está organizada em base das categorias *Circunfusa*, *Applicata*, *Ingesta Excreta*, *Gesta* e *Percepta* (CARVALHO, 1898). Porém é preciso que se atente para um fato: não existe uma demarcação rigorosa entre elas. Antes, elas se complementam e mesmo se confundem. E é esta imbricação que me leva a fazer correlacioná-las, fazendo movimentos e construindo diálogos.

Vimos que os currículos de Pernambuco contemplaram estas categorias de Higiene, o que pode significar que constituíram a *enkyklios paideia* que Benito (2001) se referiu ou pode-se pensar, que a matéria escolar Higiene se aproximou da *dieta* hipocrática (JAEGER, 2001).

Podemos perceber que, neste caso a Higiene adquiriu um estatuto de uma “uma disciplina científica de base biológica, porém dotada de atributos morais e isto munia-a de grande poder de intervenção social” (MARQUES, 1994, p.112).

Portanto, sendo os Livros de Leitura e os compêndios uma vulgata do currículo escolar, questiono: Como estas categorias de Higiene foram representadas no livro escolar adotado em Pernambuco? Como se deu a organização textual?

Começamos pelo pela representação da higiene do espaço, a *Circunfusa*. Neste caso, não me prendi a estudar o espaço da escola, aquilo que os higienistas determinaram para a construção da escola. O que me propus a fazer foi estudar o discurso da Higiene ensinada aos alunos através

⁸⁴ Os dados sobre Charles B. Saffray estão disponíveis no site <http://www.lablaa.org/blaavirtual/historia/galeria/saffray.htm>. Data de acesso: novembro de 2009.

⁸⁵ Essas informações foram elaboradas a partir do sistema Dedalus USP. Disponível no site: <http://dedalus.usp.br>. Data de acesso: novembro de 2009.

dos livros didáticos. Como eles deviam fazer para manter um ambiente livre de fatores de risco para ter saúde.

5.4.1 *Circumfusa*: a higiene do espaço.

Esta higiene do ambiente está relacionada com o neo-hipocratismo que Corbin (1987) se referiu e que foi usado por Hallé, quando estudou os arredores do Rio Sena, em Paris, tentando identificar os odores e sua possível relação com as doenças.

Por sua vez, a História Natural engloba os reinos vegetal, mineral e animal e, cada um deles, à sua maneira contribui para a composição do ar atmosférico e se imbricam com a higiene ambiental, ou através dos excretas, ou em decomposição, após a morte.

Também, quando se pensa uma higienização do espaço não se separa da higiene *Applicata*⁸⁶ eu acrescento a categoria *Excreta* da higiene. Vimos como isto influenciou na sujeira ambiental do Recife.

Os sentidos também estão envolvidos. O tato, toda a epiderme representa a veste do corpo, portanto, deve ser livre dos fatores de risco ambientais, quer eles sejam físicos, quer químicos, quer biológicos. O ar deve ser livre de odores e poluentes ou contaminantes para que a função respiração seja exercida livremente. Esta preocupação com a higiene *Circumfusa* fez o Inspetor de ensino da província de Pernambuco realizar um diagnóstico das condições de salubridade das escolas do Recife e denunciá-las segundo os critérios higienistas vigentes. Foi esta mesma percepção de ambiente como fator de risco para a saúde que levou, muitos anos depois à elaboração do Programa curricular contemplando o ensino da higiene da habitação, do asseio da cidade, do lixo e dos seus riscos, da necessidade de sua coleta, da necessidade de identificação dos lugares insalubres e tantos outros temas já citados quando falei do discurso escolar para a higiene.

Portanto, questiono: os livros didáticos abordaram esta temática? Qual a representação?

No compêndio *O Livro do Povo* (1865) os ensinamentos sobre higiene permeiam todas as temáticas abordadas. Entretanto, existe uma parte que recebeu a nomenclatura específica tendo

⁸⁶ A pesquisa de Roselyne Rey (193, p.34) é bastante esclarecedora neste ponto “En ce sens, la peau, qui joue aussi un rôle déterminant dans la perceptions, se trouve au confluent de plusieurs classe de l’hygiene, notammtn celle des *circumfusa* et celle des *applicata*”.

como título “*Da Hygiene*” (p.232-235). Este tópico foi escrito “em forma de rifões rimados”⁸⁷, pelo Sr. L. Felipe Leite, que **devem ser decorados** pelos meninos, assim como as maximas estampadas neste livro”. Antônio Marques Rodrigues se referiu às “Máximas e sentenças” que estão nas páginas 229 a 232 perfeitamente aplicáveis à classe *Percepta* da higiene, ou seja, a educação dos sentidos e sentimentos. Nesta breve explanação do autor, percebe-se que indicação do método de ensinar e aprender.

A organização textual do tópico sobre higiene obedeceu a uma ordem lógica adotando o mesmo modelo proposto por Jean-Nöel Hallé, em 1798. Vejamos no quadro a seguir as proposições segundo seus autores.

Quadro 5.5 Modelos higienistas.

Proposição higienista de Jean-Nöel Hallé (1798)	<i>Proposição higienista de Antônio Marques Rodrigues (1865)</i>
Circumfusa - a higiene do espaço	<i>I Do ar dos aposentos</i>
Applicata - coisas que protegem o corpo.	<i>II Do vestido e do asseio</i>
Ingesta – a higiene dos alimentos	<i>III Alimentos e bebidas</i>
Gesta, do movimento e do repouso.	<i>IV Do exercício e do repouso</i>
Percepta – a educação dos sentidos.	<i>V Sensações e paixões</i>
<i>Excreta – os resíduos do corpo</i>	<i>VI Generalidades</i>

Pode-se concluir que o modelo elaborado no século durante o Iluminismo circulou no Brasil, ainda, durante o século XIX, chegando mesmo ao XX, apenas incorporando novas influências. Este discurso iluminista de Hallé está bem descrito no trabalho de Rey (1993).

Mas, também, é possível detectar a influência iluminista na educação e na formação da intelectualidade brasileira quando se propõe a ensinar sobre as “Sensações e paixões”, como é o caso de Antônio Marques Rodrigues (1865, p. 234). Apropriando-se do pensamento de Francis Bacon e propondo a construção do conhecimento a partir do sensível, em contraposição ao pensamento que surgiu com Galileu e se perpetuou em Descartes, a razão, que não excluía a experiência sensível como forma de conhecimento, mas em oposição aos sentidos, porque estes

⁸⁷Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1977, p.1518) *rifão* é um substantivo masculino que significa 1. Ditado popular; provérbio que anda repetido de boca em boca. 2. Adágio, anexim, provérbio.

se enganam, é preciso experimentar, fazer uma “ginástica dos sentidos”. Esta é a base do ensino proposto por Saffray, para quem os sentidos “podem enganar-nos, induzir-nos a erro” (p.287). Para ele (p.300)

os cinco sentidos são intermediários entre o cérebro, a nossa inteligência e todos os objetos que nos cercam. Cada um dos sentidos apenas serve para fornecer uma certa e determinada espécie de sensação, que nosso entendimento aprecia, julga, compara... Para não haver enganos, é preciso hábito, atenção, experiência (SAFFRAY, 1900, p.300)

Os ensinamentos sobre a higiene do espaço, do ar dos aposentos, trazidos pelo “O Livro do povo” (p.232-233) estão organizados em 10 “rifões”. Como exemplo mostro dois que fazem referência ao ambiente do quarto de dormir –“ Conserva no quarto flores, na cabeça terás dores” - “Areja o quarto da cama, que ar impuro a peste chama”. Ou então se referiu ao ambiente externo, pensando na insalubridade ambiental e nos miasmas “Perto d’águas encharcadas, não dê tu muitas passadas” – D’onde sentires mau cheiro, foge bem ligeiro”.

Para o autor, basicamente, cada sentença era um mundo de conhecimentos e saberes.

Os Programas curriculares de 1929 recomendavam o ensino sobre a higiene ambiental aos alunos do 2º ao 4º ano. Considerando que o referido programa foi baseado, entre outros, no compêndio *Higiene*, da autoria de Afrânio Peixoto, foi realizado um cotejamento entre o proposto pelo programa e o referido manual. Nesta análise usei duas edições desse compêndio: a 2ª edição de 1917 e a 4ª edição de 1926. Ao confrontar os índices observou-se que os conteúdos permaneceram os mesmos. Em seguida, confrontei o livro de Erasmo Braga. Na Série Braga, o Livro Leitura II (1928) existem lições que estão diretamente ligadas ao tema da higiene *Circumfusa*. A Lição 1 – “Hino ao sol” (p.1-4) faz referência ao poder descontaminante dos raios solares. Eles higienizam o ambiente, eliminando “os miasmas invisíveis que, pelo mundo espalham a peste e a morte” (BRAGA, 1928, p.2).

Outras lições – 3, 7 e 64 – também abordam aspectos referentes à higiene *Circumfusa*.

5.4 O TERRITÓRIO DO CORPO.

Ao se constituir como uma das preocupações dos higienistas, o corpo tornou-se objeto do seu discurso em diferentes ocasiões e situações, portanto alvo de sua interferência.

5.4.1 Higiene *Applicata*: coisas que protegem o corpo.

A higiene *Applicata* diz respeito a tudo que se refere ao corpo do aluno.

“O livro do Povo”, trouxe um item específico tratando do tema - II Do vestido e do asseio” (p.233). Quando, por exemplo, ele se refere ao vestuário e à saúde e higiene do indivíduo usou o seguinte sífn “Fato que a chuva molhou em si ninguém o secou” ou mais este “Espartilho muito estrito causa moléstia do peito”.

O costume de usar roupas apertadas para conferir elegância às mulheres foi estudado por Gilberto Freyre (2008).

Entre os higienistas esta preocupação atravessou o século e esteve no discurso de Afrânio Peixoto, em 1917 e em 1926. A dissertação de mestrado defendida por Otávio Pereira de Lima (2006) estudou como Afrânio organizou seu pensamento em relação à estrita correspondência entre a moda e a higiene.

Em relação aos calçados, Rodrigues (1865, p.233) ensinou que “Tem calo e anda aleijado que usa sapato apertado”.

Ele resumiu seu pensamento sobre a importância da higiene corporal com o seguinte sífn “Do vestido e do asseio traz a todos a limpeza saúde, forças, lindeza” (p.233). Ou seja, além de ser bom para o corpo era bom para a saúde do olhar, era o estímulo ao belo.

No Primeiro Livro de Leitura, a higiene e o cuidado de si (REY, 1993, p.25) está representada pela lição 42 (p.89-93).

Sem título, esta lição fala de estação chuvosa e os cuidados de si durante o inverno.

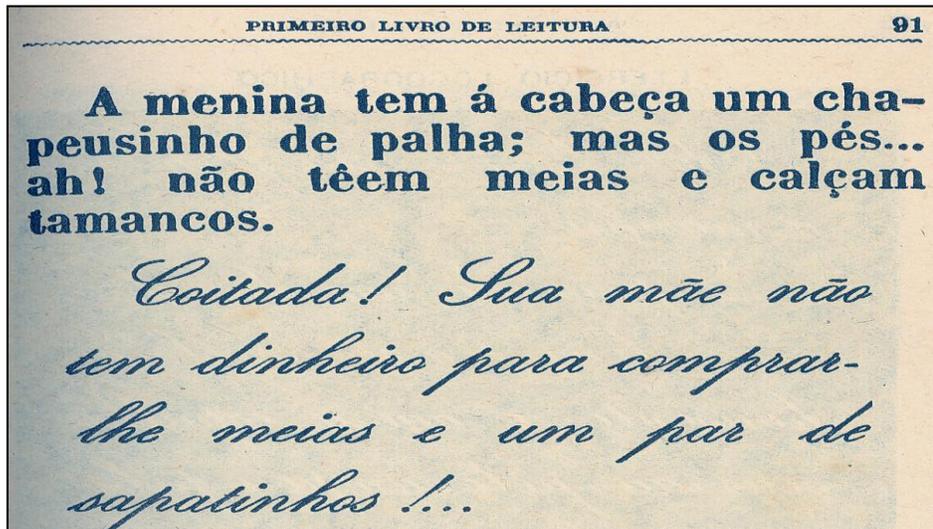


Imagem 5.7. Fonte: Primeiro Livro de Leitura, 1926. BLD

Em relação ao Segundo Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho, a prescrição das práticas higienistas foi bastante marcada na lição sobre os exercícios ginásticos, que serão tratados em tópico específico.

Ele também o fez quando se dispôs a ensinar sobre “Os cinco sentidos”, lição 33 (p.162-168). Para Felisberto, a única forma de preservar os sentidos é seguindo “os conselhos da higiene” (p.168).

Os cuidados com o corpo foram abordados, também pelo Dr. Saffray, na lição XIX, (p. 115) intitulada “A mesa do toucador”. Este era lugar onde devem ficar guardados tudo que fosse necessário para a higiene pessoal: sabonete, esponja, pente, escova, um frasco de água dentifricia. É o bastante. O resto é superficialidade, é um vício, tanto nas mulheres quanto nos homens. Deve ser combatido.

Para Saffray (p.115) o “asseio é quase uma virtude”. Neste caso, ele junta o asseio do espírito, da alma, dos sentimentos. Nesta mesma linha de raciocínio, Felisberto de Carvalho, novamente no Segundo Livro de Leitura (1959) trouxe a lição “As tartarugas” na qual também mostrou os produtos de higiene pessoal. Aqui, é visível a correlação com a categoria *Excreta* da higiene.

Ao longo das 84 lições que o livro de Erasmo Braga trouxe, uma única que se volta ao trato específico deste ponto é a lição 67 (p.185-186) intitulada “Leis e códigos”. Organizada em dois tópicos, cada um formado por 10 itens daí a nomeação de “**Decálogos dos deveres escolares**” e “**Decálogo da Higiene escolar**”, este último organizado do seguinte modo:

1. Procure o aluno tomar banho diariamente.
2. Quando se levantar, lave ele mesmo o rosto.
3. Aprenda a lavar bem as orelhas.
4. Escove os dentes de manhã e depois das refeições.
5. Traga os cabelos penteados, cortados e limpos.
6. Conserve as mãos asseadas e as unhas aparadas.
7. Evite sujar a roupa, ainda mesmo nos brinquedos.
8. Não se esqueça, nunca de usar lenço.
9. Tenha seu copo ou caneca para beber água.
10. Não leve à boca nem as mãos nem o lápis.

Os compêndios de Afrânio Peixoto contemplam o assunto no capítulo intitulado “Asseio Corporal”. O programa de ensino de 1929, para a instrução primária de Pernambuco recomendava o ensino e incentivo ao banho frio diário, ao uso de copos e talheres individuais, fazer abluções, ter cuidado com as vestimentas.

5.4.2 Ingesta, a higiene alimentar.

Ingesta é a aquela categoria da higiene que se relaciona com a alimentação.

No livro *O Homem e o Mundo Natural* da autoria de Keith Thomas (1989) encontramos no capítulo III o modo como se construiu a relação entre “Homens e animais”(p.110-169). No capítulo V, ele narrou a relação que o ser humano desenvolveu com as “Árvores e Flores”. (p.229 a 287). Esta relação estabelecida entre os homens e os seres vivos variou, conferindo à aqueles o direito de uso sobre os animais e sobre as florestas e os bosques, para benefício próprio ou para destruir, segundo sua percepção, por exemplo, de iminente perigo⁸⁸. Foi nesse tempo que foram se constituindo os costumes alimentares, com a introdução dos alimentos de origem animal e dos alimentos de origem vegetal. Não só a matéria prima como a carne. Com a evolução dos

⁸⁸ Existe aqui uma nítida interferência na higiene *circumfusa*.

costumes e a necessidade de preservar alimentos das perdas, começaram a surgir as tecnologias, embora rudimentares, de conservação de alimentos e de transformações da matéria-prima em subprodutos como as lingüiças, os queijos, o iogurte, segundo a tradição de cada povo.

Os hábitos alimentares, normalmente, são constituídos pela influência de diferentes fatores, sendo perpetuado através dos costumes familiares, dos grupos sociais e de uma escola, mas com o apoio das tradições, valores e mesmo crenças que correspondem às práticas culturais.

Para Michel de Certeau (2005, p.138) a constituição de um hábito alimentar ocorre a partir das práticas do cotidiano, compreendido “como aquele que nos prende intimamente, a pontes interior...É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância... dos prazeres”.

Some-se a tudo isto as representações sociais impostas por outros campos de saber como a Higiene.

Os alimentos, historicamente, foram alvo de preocupações médicas e foram enquadrados na lista de prováveis veículos de contaminação e adoecimento, bem como responsabilidade de causar danos sociais graves, como o álcool. Foi alvo de inúmeras Posturas das Câmaras municipais, tentando evitar que a população tivesse acesso a alimentos falsificados, estragados ou mesmo que representassem riscos químicos aos usuários.

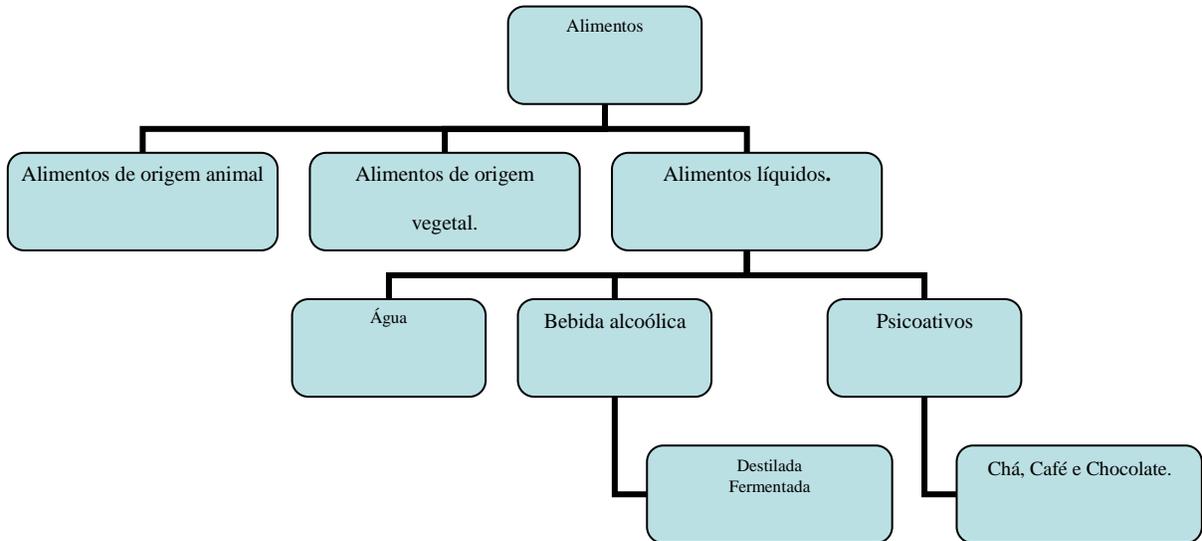
Segundo Mazzini (1998, p.255) a alimentação, quando está a serviço da saúde se constrói por uma série de “convicções e conhecimentos” que a torna um dos principais ramos da medicina.

Ao propor o ensino das Ciências Naturais, da História Natural, os currículos e as matérias escolares acabaram privilegiando o estudo sobre os alimentos. Sendo a zoologia um dos ramos destas ciências, a instrução escolar acabou incluindo o estudo dos alimentos, visto que a intenção da zoologia é de ordem prática: estudar os animais com o fim de alimentos ou de produzir remédios.

Por sua vez, o homem, fundamentado em preceitos teológicos estabeleceu as categorias, sempre aos pares, dos animais: comestíveis e não comestíveis; ferozes e mansos e úteis e inúteis (THOMAS, 1989). A mesma relação ele estabeleceu com as florestas. E veio a botânica, com a nítida intenção de classificar, catalogar as plantas, segundo a necessidade do ser humano.

Partindo do princípio hipocrático da *dieta*, em que os alimentos também fazem parte do repertório de sua ação, estruturei em diferentes classes os alimentos, conforme poderá ser visualizado no organograma abaixo.

Organograma 5.1 : Estruturação dos alimentos.



A alimentação está relacionada não apenas com a nutrição do corpo, mas também do espírito, dos sentidos e dos sentimentos.

Como tudo isto foi organizado no discurso do livro didático indicado para o ensino primário em Pernambuco?

5.4.2.1 Os alimentos de origem animal.

Brillat-Savarin (2009p. 256) considera que não é surpreendente que o homem tenha desejado alimentar-se de carne “talvez ele pudesse se alimentar melhor com vegetais, mas esse regime supõe conhecimentos que só puderam vir com o passar dos séculos”

“O Livro do Povo” trata dos alimentos de origem animal no estudo sobre os “Quadrúpedes úteis” partes I (p.167-177) e “Quadrúpedes úteis” II (p.210-218).

O discurso do autor revela alguns hábitos alimentares de classes trabalhadoras, como os lavradores brasileiros, ou húngaros e de escravos norte-americanos que ingeriam carne de porco.

Apesar deste ser “o mais grosseiro dentre os animais e todos os seus gostos são imundos, e todas as suas sensações reduzem-se a uma luxúria desenfreada” (p.213).

Ao fazer os estudos sobre os Quadrúpedes Úteis (I e II) o livro também mostra a utilização deles enquanto fontes de alimentos.

O modo como Antônio Marques Rodrigues (1865) se referiu aos animais, está recheado de defeitos e qualidades humanas. Vejamos um exemplo.

A cabra - é a vaca dos pobres. É indócil, desinquieta, petulante, vagabunda e caprichosa, a cabra gosta de lugares solitários e pula, trepa e dependura-se tranqüilamente nos mais altos e escarpados rochedos. A carne da cabra é alguma coisa dura, medíocre, mas a do cabrito (chibarra) é succulenta e saborosa. *O leite é de uma digestão fácil recomendado pelos médicos às pessoas de estômago débil e contém pouco creme* (RODRIGUES, 1865 p.174).

Através dos preceitos recomendados no item “Receitas Necessárias” (p.235-238) ele ensinou sobre o modo, prático e viável, de esterilizar o leite e conservá-lo por mais tempo; conservar os ovos de modo a reter a qualidade nutricional; conservação de alimentos vegetais e animais, através de um processo, que se usa até os dias atuais, através do acondicionamento das substâncias alimentícias em vasilhames que permitam ir ao fogo em banho-maria, onde permaneciam por até 45 minutos, após abrir a fervura da água, tendo o cuidado de eliminar, posteriormente, a possibilidade da presença de ar no interior do recipiente.

Por sua vez, Felisberto de Carvalho, na lição 34, intitulada “As substâncias alimentares”, mostrou muito bem quais são os tipos de alimentos. Esta lição, em modelo socrático estabeleceu um diálogo, entre o pai e o filho para falar sobre as coisas úteis da vida.

Ver melhor na imagem a seguir.

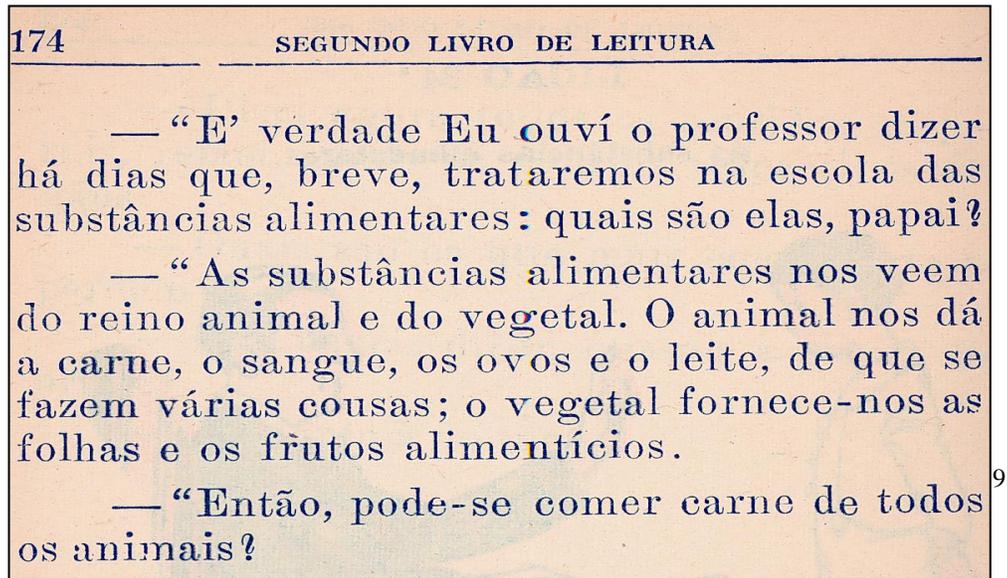


Imagem 19. Fonte Segundo Livro de Leitura, 1959.

5.4.2.2 Os alimentos de origem vegetal: o jardim dos caminhos que se bifurcam.

Em um conto homônimo de Jorge Luís Borges (1995) a certa altura os personagens (p.98) dialogam

- ... O senhor sem dúvida deseja ver o jardim?
- O jardim?
- O jardim dos caminhos que se bifurcam.
- Exatamente, *o jardim dos caminhos que se bifurcam* é...parábola, cujo tema é o tempo.

Por que a escolha para passear pelo “Jardim dos caminhos que se bifurcam”? Porque me apropriado da arte literária para falar *do tempo*. De outrora, de agora. Porque foi num tempo longínquo que os homens e as mulheres estabeleceram seus costumes alimentares de origem vegetal. No tempo do agora alguns foram incorporados, outros persistem, sobrevivem, viraram hábitos.

Thomas (1989) mostrou que, segundo a utilização humana, foram construídas uma variedade desses jardins. Por isto eu os considero como os caminhos que se bifurcam.

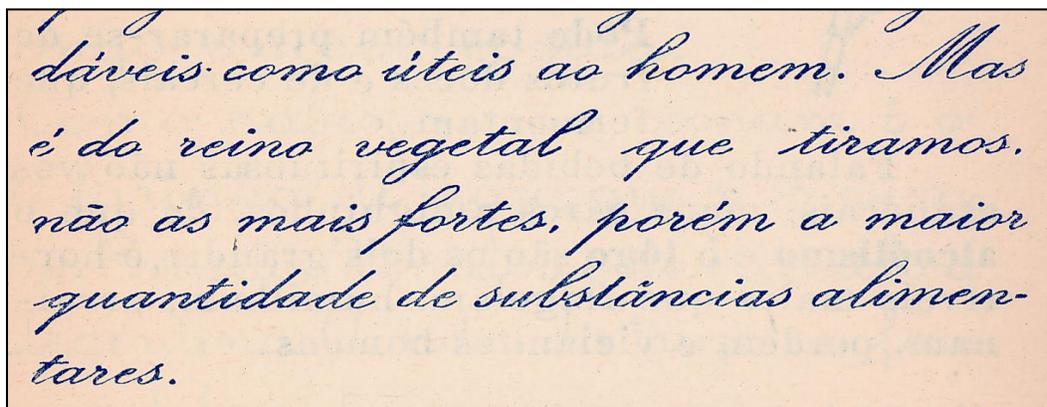
Desse modo pude identificar um *Jardim das delícias*, onde se plantam as árvores frutíferas e aquelas flores comestíveis, como a couve-flor, brócolis, alcachofra, abóboras e tantas outras que se situam “entre o jardim e a horta, as flores que vão para a mesa” (FELLIPPE, 2004); um *Jardim Sagrado*, considerado como um lugar de refúgio e reflexão, educação dos sentidos, dos sentimentos, onde a *Percepta* é a deusa; um *Jardim da cura*, onde se cultuam as plantas e flores medicinais, reinado da deusa *Hygeia* e um, o *Jardim secreto* que trata das plantas tóxicas, venenosas, as drogas inebriantes, a exemplo do cânhamo. Ou ainda outras plantas com propriedade consideradas psicoativas como o café, o cacau que origina o chocolate e, ainda, o chá, bem como o tabaco, a cana de açúcar que dá a cachaça, a videira que dá o vinho. Os chamados “estimulantes” da medicina (SCHIVELBUSCH, 1980).

Para Witt e Souza e Souza (2005, p.1) isto caracteriza as práticas culturais, o costume, o “hábito alimentar”.

Vejamos como isto se inscreveu no discurso da higiene escolar representado nos livros didáticos.

5.4.2.2.1 Jardim das delícias: os condimentos e a temperança.

É de Felisberto de Carvalho (1959) a opinião a seguir:



dáveis como iteis ao homem. Mas é do reino vegetal que tiramos. não as mais fortes, porém a maior quantidade de substâncias alimentares.

Fonte: Imagem 20. Sobre os alimentos de origem vegetal. Fonte: Segundo Livro de Leitura, 1959, p. 178.

Quando me propus a estudar o livro da autoria de Dr. Saffray, pensei na transnacionalidade, para identificar a circulação de capital cultural e de idéias (CHOPPIN, 2002)

e mesmo a circulação dos livros. Também tive por hipótese que as idéias desse autor, seriam diferenciadas dos autores brasileiros. Em parte, ela se confirmou.

Foi no livro de Saffray que discurso sobre temperos e temperança foi contemplado dando uma importância maior às ervas finas (salsa, cerofólio, estragão canela, pimenta, noz moscada, cravo da Índia, baunilha, etc) ao azeite (que entretém o calor do corpo, aonde ele vai queimando lentamente) ao vinagre. Para ele, estas categorias de alimentos estão diretamente relacionadas com a educação dos sentidos. É de base sensorial, palatável. É o valor do paladar. É a prática da temperança, do comedimento. É a educação pelo olfato. É promover a sensibilização do indivíduo para o saber apreciar.

Segundo Saffray existem condimentos que são energéticos. Por isto mesmo só podem ser usados em algumas ocasiões. Quando o indivíduo está apático, doente, com fastio. Eis aqui alguns deles: mostarda, cebolinha, a noz moscada, a canela, o cravo da Índia (p.245).

O açúcar e o sal estão na categoria de condimentos. O sal é o tempero da vida. Dá sabor excitante à comida. Ajuda na digestão. Mas precisa sabedoria em seu uso.

O açúcar é, ordinariamente, prejudicial à saúde, tira o apetite.

Mas, se o homem tem boa saúde, se faz exercícios regularmente e usa alimentação variada, não precisa lançar mão dos temperos.

Os temperos e condimentos dão equilíbrio. Este é um princípio médico que remonta a Galeno a Hipócrates. Mas, para conseguir este equilíbrio tem que saber usar com parcimônia.

A educação do olfato e do paladar é necessária para evitar a perda da capacidade de apreciar os sabores. Não se deve abusar destes meios, pois vai atuar através de seu contrário e se torna irritante para o estômago. Para Saffray (p.246) a regra que vale é evitar o uso, porque este conduz ao hábito e o hábito degenera em abuso.

E os rifões de *O Livro do povo* (1865) dizem alguma coisa sobre o açúcar? Como o livro era dirigido, também, às crianças aí vão dois rifões que se referem diretamente ao tema “Muitos doces e pastéis produzem males cureis” – “São de açúcar muito amigas as malditas das lombrigas” (p.234).

Educar para o uso comedido do açúcar na província que teve a cana de açúcar, durante um bom tempo, como seu principal sustento econômico. A cana que encontrou terra propícia que, aos olhos de Freyre, se agarrava às botas dos homens como garanhonas. O açúcar que ganhou o interior das casas dos engenhos e se transformava em doces, em compotas, bolos, alguns tão

“arrogantes” que ganharam sobrenome Bolo Souza Leão, o açúcar que engordou senhores de engenhos e sinhazinhas, estragando-lhes os dentes. Que se juntou à fruta do mato, à mandioca, que agradava aos meninos que se empanturravam de “alfenim, alfeolo, de confeito” (FREYRE, 2002)

5.4.2.2.2 Um jardim secreto: as bebidas alcoólicas fermentadas e destiladas.

Para Henrique Carneiro (2005, p.3) “a história das bebidas alcoólicas e das drogas remete a um âmbito pouco conhecido da história das sociedades humanas: o da cultura material”. Em relação à saúde pública, o autor lembrou de um estudo feito pela Organização Mundial da Saúde demonstrando os agravos causados pelo uso do álcool e tabaco, durante o século XIX. Neste estudo ele mostrou que as bebidas alcoólicas fermentadas, como a cerveja e o vinho, sempre foram as mais fáceis de se obter pelos hábitos alimentares.

Nos livros analisados, o discurso sobre esta categoria de bebida variou, segundo o autor. Para Erasmo Braga, um pastor presbiteriano, (1928, p.189) qualquer bebida alcoólica devia ser terminantemente evitada. Ele não concordava com a classificação do álcool como alimento. Antes, mesmo ele sendo um combustível da máquina do corpo, é um mau combustível e, o máximo que fará é desorganizar as partes desta máquina. Para teóricos da área da higiene, como Afrânio Peixoto (1914), o vinho, fora o teor alcoólico que lhe é inerente, causa distúrbios pela presença de sais de potássio em sua composição.

O Dr. Saffray, se limitou a mostrar as formas de produção das bebidas fermentadas: vinho, cidra e cerveja. Não fez nenhum juízo de valor.

No compêndio “O Livro do povo” existem alguns rifões sobre o tema “Água e vinho não faz mal; vinho só...não bebas tal” ou ainda esta “Para quem ainda é pequeno vinho e licor é veneno” (233). Entretanto, no tópico “Receitas necessárias” (p.239) constam três receitas de bebidas alcoólicas – Licor de café, licor de anisete e licor de jasmim.

Conta Luís da Câmara Cascudo (1983) que os licores são do século XVIII. Podem ser de origem francesa e portuguesa. Não eram considerados “bebidas de homem... Doce e ardente diziam-no bebida de mulher”⁸⁹. Popularizou-se no Primeiro Império, ganhou os salões da

⁸⁹ No interior de Pernambuco, (não sei se ainda hoje perdura o hábito) era comum as mulheres fazerem bebidas licorosas, com frutas locais, como a jabuticaba, o jenipapo, a laranja, etc. Após um período de infusão em cachaça de boa qualidade, a mistura era coada, usando-se um pano amarrado em um funil. Posteriormente era adocicada com

aristocracia brasileira, quando encerrava os jantares, reunia para conversas amenas os homens e as mulheres que se deliciavam, não com os licores populares, mas com os artísticos.

Para Schivelbush (1995, p.179) a aguardente é conhecida desde a Idade Média. Seu uso inicial era terapêutico, depois foi ritualístico e, já no século XIX foi uma forma de “escapismo: los trabajadores no beben por entusiasmo vital, sino para evadirse durante unas horas de la miséria en la que se vem sumidos”.

Como os livros didáticos trouxeram esta temática?

As mensagens contra o uso de bebidas alcoólicas destiladas fazem parte do conteúdo do Primeiro Livro de Leitura, da autoria de Felisberto de Carvalho, quando o aluno aprendia os rudimentos da leitura. Para isto ele usou a seguinte frase: *O bobo bebe*, em que o aluno tinha que escrever usando vários tipos de escrita e, ainda, fazer o exercício logográfico, ou seja, repetir na ardósia, até escrever a frase corretamente.

Ratificou os efeitos danosos deste tipo de bebida usando lições, mostrando como o álcool é capaz de fazer o outro perder o juízo, a razão e cometer atos treloucados ou mesmo infames, como ignorar o sofrimento e a dor alheia, como se fosse normal sofrer.

O livro do Leitura II, da autoria de Erasmo Braga (1928, p.189) ensina que o álcool desorganiza as diferentes partes do corpo, se o Dr. Saffray (s.d, p.246) acreditava que “a *abstenção* deve ser a regra, porque o uso conduz ao hábito e o hábito degenera em abuso”.

Se havia todas estas observações ou se, ainda, como disse Rey, (1993, p.36) fosse preciso o conhecimento de si, “les connaissance de se plaisirs, le travail indéfini de différenciation entre l’usage et l’abus”, para evitar os efeitos deletérios do álcool sobre o organismo, reputo à Lição 17^a (p.87) do Segundo Livro de Leitura da autoria de Felisberto de Carvalho o apelo mais dramático contra esse costume.

mel de abelha. Chamada de “cachimbo” esta bebida era servida às pessoas após uma visita feita a mulheres recém-paridas. Era o ritual de boa sorte e boas vindas. Lembro-me de ter provado várias vezes, mesmo sendo criança. O hábito pode ser mais forte do que pensa a higiene.

Nesta lição, ele usou uma fábula árabe para contar a história do rapaz que tentou fugir das tentações de um demônio.

Após vários argumentos para escolher entre: matar o pai, surrar a irmã, suicidar-se ou entregar-se ao vício do álcool, o rapaz ficou com a última opção.

Bêbado, perdeu a razão e cometeu os crimes engendrados, maliciosamente pelo demônio.

O rapaz acabou detido. A moral: o alcoolismo desmorona com a



Imagem 21. Lição sobre efeitos do álcool. Fonte Segundo Livro de Leitura, 1959.

Esta passagem do Segundo Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho foi incorporada ao dito popular quando se deseja expressar a qualidade de alguém: “Fulano é ruim que só o demônio do segundo livro” (BELLO, 1978).

Também, foi apropriada pela literatura memorialista, dos tempos de escola, como o fez José Lins do Rego, no romance *Doidinho* (p.36) em que o personagem José Carlos ao chegar ao internato, na cidade paraibana de Itabaiana: - “Vá buscar seu livro de leitura. Voltei com o meu segundo livro de Felisberto de Carvalho”. Mais adiante de sua narrativa, José Carlos lembrou “Fui tremendo para a lição. Estava quase no fim do livro na historia de um diabo de esporas compridas e barbichas longa que fora tentar um rapaz” (REGO, 2002, p.45).

Conforme pode ser visto através desta lição, as conseqüências da “perda da razão” são a desonra da família, o crime que leva à prisão e à desagregação familiar.

Também, imputo ao Segundo Livro de Leitura, da autoria de Felisberto de Carvalho, a faculdade de resumir o estudo sobre a higiene alimentar e a formação intelectual do aluno. Englobando conhecimentos de vários campos, Felisberto conseguiu, brilhantemente, elaborar um questionário, que ele chamou de Exercício de raciocínio e elocução.

Constitui o encerramento da lição 34 “As substâncias alimentares” (p.173-186)

As perguntas, organizadas em dois tópicos abrangem conhecimentos sobre História Natural e os reinos da natureza que a compõe; os alimentos de origem animal e de origem vegetal, as bebidas estimulantes (chá, café, chocolate); história dos alimentos e da alimentação; história econômica; bebidas alcoólicas e seus efeitos no organismo, assim como os efeitos dos tônicos e estimulantes. Os dois questionários foram elaborados a partir da Lição 34 intitulada “As substâncias alimentares” (173-186) presente no Segundo Livro de Leitura.

SEGUNDO LIVRO DE LEITURA 185	186 SEGUNDO LIVRO DE LEITURA
<p>Exercício de raciocínio e de elocução</p> <p style="text-align: center;">I</p> <p>— Quais são os reinos da Natureza que nos fornecem os alimentos?</p> <p>— Que nos dá para a alimentação o reino animal?</p> <p>— E o reino vegetal?</p> <p>— Qual a carne que contém maior quantidade de elementos alimentícios?</p> <p>— Que dizeis das outras carnes?</p> <p>— De que é feito o pão?</p> <p>— Como?</p> <p>— Que é que se obtém ainda da farinha de trigo?</p> <p>— Que é o café?</p> <p>— Que nacionalidade tinham os homens que o levaram para a Europa?</p> <p>— E os que o trouxeram para a América?</p> <p>— Em que ponto da América se começou o cultivo do café?</p> <p>— Como foi que êle aí chegou?</p> <p>— Que importância tem êle para o Brasil?</p> <p>— Que é chocolate e como se obtém?</p>	<p style="text-align: center;">II</p> <p>— Que é o chá?</p> <p>— Como é êle preparado para entrar no mercado?</p> <p>— Quais são suas espécies?</p> <p>— Que é o mate?</p> <p>— Em que Estados do Brasil é êle mais abundante?</p> <p>— Que é o leite e o que dêle se pode obter?</p> <p>— Que adjetivo significará: — que é de leite ou lhe parece?</p> <p>— De que se obtém açúcar?</p> <p>— Quais os adjetivos derivados dessa palavra?</p> <p>— De que, comumente, se fazem o vinho e a aguardente?</p> <p>— Que bem nos podem trazer essas bebidas?</p> <p>— Que males nos podem causar?</p> <p>— Que qualificativo convém a essas bebidas que contem alcool?</p> <p>— E as que tonificam o organismo, que são?</p> <p>— E as que o estimulam, que qualificativo lhes convém?</p> <p style="text-align: center;">FIM</p>

Imagem 23. Exercício sobre Alimentação. Fonte: Segundo Livro de Leitura, 1959.

5.4.2.3 Água: de beber, de viver, de morrer.

A água é o alimento indispensável ao organismo humano uma vez que ela entra em sua composição. Entretanto os preceitos higiênicos para aquela destinada ao consumo são bastante rigorosos. Ela deve estar dentro dos padrões de potabilidade, sendo livre de impurezas, microrganismos patógenos e metais, quer pesados quer não.

Vimos as condições higiênico-sanitárias do Recife que não tinha um sistema de coleta e tratamento adequados da água de consumo. Problema que só foi sanado, parcialmente, por volta da década de 1920, com a interferência do engenheiro Saturnino de Brito, criando a Repartição do Saneamento. Nesse mesmo tempo e, mais uma vez, houve uma preocupação com o baixo número de escolas públicas (REZENDE, 1992). Fora isso, e para agravar o quadro, ou mesmo sendo uma consequência deste contexto, a mortalidade era elevada, estava entre 21,6 a 33,5 pessoas por cada mil nascidas. A letalidade por doenças diarréicas vivia “em desconcertante permanência” nos dizeres de Otávio de Freitas (1919, p.37).

Mesmo com este (des)encanto nos dizeres de Paulo Rezende (1992) o Programa de ensino proposto para o curso primário em 1928, contemplava em seu conteúdo a instrução sobre a higiene da água.

Como isto foi representado nos livros didáticos?

O “O Livro do Povo” creditou na água uma vida longa e de qualidade. Por isto, devia ser a única bebida ingerida: “Se só água tens por bebida, viverás mais longa vida”. Também mostrou que a água pode ser fatal, na dependência da circunstância em que é ingerida “Depois de comer e banhar-se é mesmo que querer matar-se”.

O livro Leitura II, de Erasmo Braga tratou desse tema na lição 68, “Os alimentos”. Primeiramente falou da participação da água na composição do organismo. Em outro item, falou da função da água no organismo: recuperar as perdas líquidas. Bem como enalteceu suas qualidades, devendo constituir a bebida de eleição porque devolve o equilíbrio orgânico. Mas, não é toda água que se presta para consumo. Para ser potável ela precisa ter características organolépticas, ou seja, ser agradável ao paladar e livre de odores. Além disto, devia ser livre “de germes nocivos” (p.189). O modo de obtenção da purificação da água consistia na filtração ou na fervura.

Lá mais adiante (p.223) ele dizia que “a polícia e o abastecimento de água, por exemplo, servem para a proteção da propriedade e da vida”. E a correlação com a educação e o discurso médico veio logo em seguida, no enaltecimento feito às escolas públicas e suas congêneres, aos hospitais e outras obras assistenciais, que, na sua ação “acautelam os interesses da coletividade”.

5.4.3 Os resíduos corporais: *a Excreta*.

Considerando a visão mecanicista, o corpo é uma máquina. Seu funcionamento gera resíduos que, não podem ficar acumulados no seu interior, sob o risco de causar desequilíbrio. É a fisiologia. Por outro lado, esta máquina sofre efeito da ação do meio que o cerca e reage produzindo mais resíduos. Esses, juntos, formam a *Excreta*.

Em seu estudo Gondra (2004, p.201) qualificou as modalidades de excreção: “cutânea, pulmonar, corneal, bucal, urinária, defecativa e seminal”. Tudo isto levava a uma necessária higiene pessoal, higiene do corpo. Os banhos, abluções. Aqui, a água recebe outro valor, o de limpar, banhar. O corpo do banho. Ou como disseram Le Goff e Truong (2006, p.144) “o corpo que se banha é bom para se mostrar em um contexto que pode evocar o batismo”.

Afrânio Peixoto (1914, p. 608-609) mostrou que havia a necessidade de higienizar as várias partes do corpo: “cabelos e couro cabeludo; rosto, ouvidos, nariz, boca, axilas e partes secretas, mãos e pés”.

Embora os programas curriculares de 1875 e 1904 não prescrevessem os conteúdos do ensino da Higiene a abordagem sobre os excretas estava presente nos livros didáticos que circularam nesse período. O livro didático foi o próprio currículo.

Neste caso *O Livro do povo* (RODRIGUES, 1865, p.235) deu o seguinte conselho “*Reter a urina, em rapaz dor de pedra e areia faz*”. Portanto, é preciso que seja observada a regularidade no ato de realizar as micções, sem reter a urina mais do que o tempo necessário.

O programa de 1929 tratava das excreções defecativas e urinárias diárias, recomendava o ensino do asseio corporal estudos sobre o suor. Como o livro didático indicado para este período tratou do assunto?

Na Série Braga (1928) isto foi estabelecido através do através do **Decálogo da Higiene escolar** (p.186, negrito do original).

Nos livros de Saffray, quando se referiu ao tocador, em Felisberto de Carvalho, na aula de ginástica, na lição sobre os sentidos. Com isto, percebe-se o emaranhado que se estabelece no discurso higienista, mostrando que ele está muito além do limpo e do sujo.

A análise sobre a *Excreta* também, permite que se reflita entre o paradoxo que era exigir tais medidas higienizadoras em uma cidade que não apresentava uma infraestrutura que permitisse que tais ações se realizassem a contento e com facilidade. Não foi a toa que Freyre (1925) descreveu as memórias das práticas higiênicas nas escolas do século XIX se dando pelo uso de vasilhames como a gamela.

Do hábito de se “aliviar” em qualquer parte da rua.

Das práticas sociais que eram, constantemente alvo das Posturas das Câmaras, das várias instâncias de poder higienizador que se estabeleceram em Pernambuco.

É inegável a correlação com a higiene *Circumfusa*, e a *Percepta*, no sentido proposto pelo livro *Lições de coisas*, da autoria de Saffray.

O corpo da fisiologia, o corpo natural. O corpo vigiado. O corpo que precisa evacuar regularmente quer seja de modo natural, quer seja pelo uso de lavagens, elixires purgativos, clisteres. O corpo tem que estar esvaziado para ser são.

5.4.4 Corpos retos, fortes e flexíveis: A *Gesta*.

O movimento, a *Gesta*, se realizava através dos *Exercícios ginásticos*.

Ao lado da música, como a outra metade da paideia, Platão colocou a ginástica que era responsável pelo robustecimento físico, razão pela qual se devia praticá-la desde a infância. (JAEGER, 2001).

A ginástica, a *Gesta*, pensava no fortalecimento dos atributos masculinos. Por isto o estímulo aos exercícios que promovessem a força, agilidade e a virilidade através dos *Exercícios ginásticos*.

Qual o discurso dos livros didáticos sobre o tema?

O compêndio “O livro do Povo” estudou a importância dos movimentos no item IV “Do exercício e do repouso” (p.232), distribuídos em 15 “rifões”. Para ele, “Menino que muito dorme, fica doente ou disforme”. Associando a necessidade de estudar coisas úteis e de se exercitar

Rodrigues (1865, p.234) recomendou “Faz exercício diário, estuda o que é necessário”. Ou ainda para combater a preguiça “A cama é para dormir; mal acordos é vestir”. Para ele o repouso era tão importante quanto o exercício “Tão preciso é descansar, como brincar e estudar”.

O Segundo Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho tem uma lição específica sobre a *Gesta* no viés dos exercícios ginásticos, do fortalecimento, do embelezamento.

Observa-se que o autor correlacionou a ginástica com a higiene e esta como um ramo da medicina, que, também, se preocupa com a saúde espiritual. A *paidéia* mostrada por Jaeger (2001). Uma mente sadia em um corpo sadio.



Imagem 24 . Uma aula de ginástica. Fonte: Segundo Livro de Leitura, 1959.

A visão de cuidar do espírito vai de encontro à proposta de Saffray para quem, os cuidados de saúde não são relacionados com os cuidados dos sentimentos. Os sentidos, dentre eles, a resistência, a força, são voltados para habilidades pessoais: enxergar bem, ver bem, ouvir bem, falar bem. Para isto, existem exercícios de natureza científica, observações empíricas onde o aluno condiciona, por exemplo, a visão, e não mais cometerá erros de cálculo visual de uma área. Ou, se treinar o olfato, será capaz de reconhecer os odores característicos das substâncias. Tudo cientificamente testado. A razão se sobrepondo ao sentido como formação espiritual.

Para ele, a ginástica dos sentidos é uma modalidade de educação dos sentidos. Com a repetição chega-se à experiência e assim, pode-se chegar ao hábito.

Ao passo que, a ginástica sugerida por Felisberto de Carvalho, ia muito além do exercício físico. Ela era além da *Gesta*. Envolveva outras classes da higiene, como *Circumfusa*, a *Applicata*, a *Ingesta* a *Percepta* regulamentando a temperança.

Eis em que consiste os principais dêsses preceitos: respirar um ar puro, renovando o ambiente nos quartos de dormir e nas salas de trabalho; banhar-se frequentemente; deitar-se cedo e cedo também levantar-se; alimentar-se regularmente e com sobriedade; entregar-se a exercícios corporais, à marcha, à carreira, aos jogos atléticos, para fazer circular o sangue e desenvolver os membros. Esses exercícios, quando são feitos com atenção a certas regras, denominam-se **ginástica**.

Imagem 25. Uma concepção de ginástica. Fonte: Segundo Livro de Leitura, 1959.

Por sua vez, o livro *Leitura II*, de Erasmo Braga (1928), tem uma lição que trata do tema movimento e repouso, mas tem cunho utilitarista. O título é *Trabalho e Repouso* (p.17-19).

A mensagem que a lição passou se refere à grandeza do trabalho e do homem trabalhador. Seu contrário é o indolente, o homem doentio, incapaz para o trabalho. Para a superação deste problema é bastante curá-lo. Neste caso, Braga aproxima da idéia de doenças debilitantes. No período da escrita do livro, apesar de haver uma teoria eugenista de raça inferior, indolente, também havia o forte discurso higienista das doenças que grassavam o meio rural brasileiro. No capítulo 1 fiz referência ao “zeitgeist”, da circulação de um ideal higienista e de como se deu a apropriação do discurso de médicos como Belisário Penna que, após longa viagem pelos sertões brasileiros detectou as doenças parasitárias, como o impaludismo, que acometiam as populações rurais e as tornavam debilitadas. Portanto, não fica difícil associar o pensamento de Braga (1928) ao higienismo, à cura do homem doente. E por que digo isto? Porque seu discurso é

permeado de alusão à saúde. Nas páginas 18 e 19, respectivamente, ele escreveu que “todos que têm saúde e força devem ter seu trabalho regular e produzir mais” ou “A saúde é condição essencial para que o homem trabalhador obtenha resultado conveniente de seu esforço”. Não existiu o binômio indolência-raça. Ao recuperar a saúde da gente das cidades e dos sertões elas se tornavam “colaboradoras no enriquecimento do Brasil” (p.19).

Por sua vez, o repouso era a contrapartida do trabalho. Faz parte de uma vida feliz “repouso, trabalho e alimentação boa e saudável” (p.18). Novamente a temática saúde “o trabalho contínuo, sem períodos regulares de repouso cotidiano e semanal, prejudica a saúde”. Mas, sempre no viés trabalhista. A inculcação, no aluno, do valor do trabalho. Não seja parasita, pois você “está aberto aos ataques do vício” (p.17).

Retomo Felisberto de Carvalho, no Primeiro Livro de Leitura, para mostrar um outro tipo de repouso. Neste caso, a ginástica mental, o uso da razão do tempo de aula, eram substituídos pelo seu contrário: o repouso, o lazer durante o intervalo das aulas

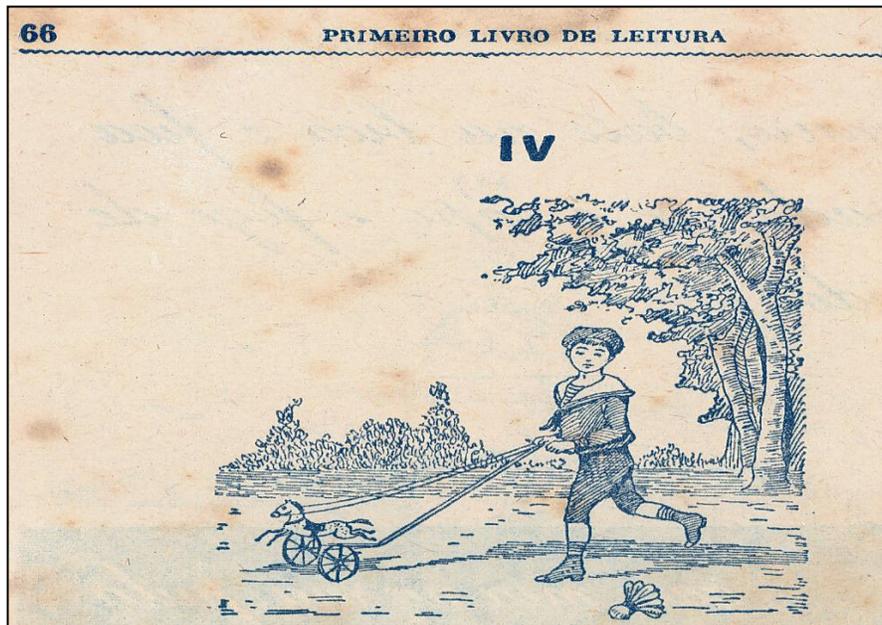


Imagem 26. O repouso, o lazer, a higiene mental. Fonte: Primeiro Livro de Leitura, 1926.

Por isto a ginástica tem um caráter disciplinador e metódico e varia segundo o espaço de sua produção. Sob a regência da medicina, supostamente, preservava ou recuperava a saúde.

A ginástica, *a Gesta*, pensava no fortalecimento dos atributos masculinos. Por isto se buscavam exercícios que promovessem a força, agilidade e a virilidade. Tudo seria inócuo se não fosse acompanhado da formação do caráter, moralizando os indivíduos e a sociedade. Um dos grandes executores deste projeto era o escotismo, tão incentivado no Programa de ensino de 1928 e muito bem mostrado por Erasmo Braga (1928) que, apologisticamente, ergueu os bandeirantes à categoria de escoteiros. Na lição 19 (p.55-58) – “Os escoteiros do Brasil” - ele mostrou o porque. Continuando na mesma linha de raciocínio, ele intercalou uma lição de coisas chamada “Um cabrestante improvisado” contando a história de um grupo de escoteiros em apuros mas, unidos e ouvindo as explicações do professor, também escoteiro, solucionam o problema de uma falta de mesa para fazerem uma refeição durante o *pic-nic* que a escola realizava no bosque.

Entretanto, esta formação espiritual fica mais caracterizada quando estudamos outra classe de higiene a *Percepta*.

5.4.5 Educando os sentidos: a *Percepta* formando espíritos ilustres

A palavra *sentido* vem do latim *sentire*, quer dizer seguir mentalmente.

A educação pelos sentidos é perceber que a mente percorre, se comunica com todo o corpo (ACKERMAN, 1996, p.19). É pensar que os cinco sentidos – tato, visão, audição, paladar e o olfato - são envolvidos no processo ensino aprendizagem. É por isto que temos um coração ouvinte.

E é esta educação dos sentidos que está na base do ensino intuitivo. Para Vera Valdemarim

[...] o ato de conhecer tem início nas operações dos sentidos sobre o mundo exterior, a partir das quais são produzidas sensações e percepções sobre fatos e objetos que constituem a matéria-prima das idéias. As idéias assim adquiridas são armazenadas na memória e examinadas pelo raciocínio, a fim de produzir o julgamento” (VALDEMARIM, 2000, p.77).

Por sua vez, a *Percepta*, ou seja, estudo das sensações e das funções intelectuais e afetivas, “constituiu um novo território da higiene” quando o médico francês, Jean-Noël Hallé⁹⁰, em 1798, a incluiu na lista das outras causas, ocasionais, das doenças, quais sejam: circumfusa, ingesta, excreta e gesta (REY, 1993, p.39). Em 1898, Felisberto de Carvalho usou esta mesma classificação quando escreveu o livro didático *Noções de História Natural e de Higiene*, publicado no Rio de Janeiro, em 2ª edição, pela editora Alves & Cia. Este livro foi adotado pela instrução primária de Pernambuco em 1904⁹¹.

Foi seguindo o ideal platônico que se pensou, inicialmente, em firmar o espírito da criança. Foi pensando em, inicialmente, construir o Homem na sua plenitude para, só depois começar a lhe ensinar o cuidado pessoal com o corpo (JAEGER, 2001) ou a “Hygiène et souci de soi” que Rey (1993) se referiu.

Segundo Platão, a música foi uma das formas de conseguir esta formação espiritual este tipo de formação não abrangia só o tom, o ritmo, mas “a palavra falada, o *logos*” (JAEGER, 2001, p.768). Mas, só haveria esta forma?

Em se tratando de “meninos”, Platão se referiu às histórias contadas a eles, que deveriam encerrar “um que de verdade” (JAEGER, 201, p.768). Percebeu-se que, em Pernambuco, a preocupação com a formação dos sentimentos dos alunos se materializava de modos variados. Uma delas foi quando a escola indicou a leitura oral dos clássicos (GALVÃO, 2007). Isto se expressa através dos livros de leitura e dos compêndios?

A educação completa dos meninos. Uma *Paidéia*, segundo a proposição de Werner Jaeger (2001).

Ela se daria pelo viés da leitura higiênica, higienizada e higienizadora. Segundo Ana Maria Galvão (2005) durante o século XIX os livros didáticos usados na instrução primária de Pernambuco se valia dos textos clássicos da literatura. Então, podemos pensar nas fábulas, “nas histórias profanas” que o Programa (1928) se referiu. Poderíamos pensar na censura que este mesmo programa curricular propôs, sugerindo a leitura de poesia e romance que enaltecesse a alma dos alunos. Estes pressupostos estariam presentes em todos os livros didáticos indicados?

⁹⁰ Jean-Noël Hallé, era titular da cadeira de Física Médica e de Higiene da Escola de Saúde

⁹¹ Um exemplar deste livro está disponível na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP. Faz parte do acervo “Oficina do Livro”. A capa deste exemplar, não é original, nem tem a folha de rosto. Ao realizar o fichamento catalográfico, só pude identificá-lo comparando-o a um exemplar do meu acervo pessoal. Foi um exercício do “paradigma divinatório” de Ginzburg (2009). A educação dos sentidos constrói (ou não) a experiência.

Já vimos que todas as reformas de ensino de Pernambuco se preocuparam com a formação espiritual do aluno. Com João Barbalho, em 1873, vimos que ele pensou na formação espiritual do aluno da escola pública primária. Vimos que as disciplinas escolares foram uma das propostas para a obtenção dessa formação espiritual do aluno. Com Antônio Carneiro Leão, este pensamento não ficou atrás, aliás, a educação do coração, das mãos e ds mentes dos alunos fazia parte da plataforma política Estácio Coimbra, então governador do estado.

O currículo mostrou o ensino das coisas úteis à vida. Educava-se através do tato, do olhar, em detrimento do olfato.

Como, isto tudo ficou configurado nos Livros de Leitura e nos compêndios usados pela instrução primária de Pernambuco? Haveria diferença na representação entre as obras dos autores escolhidos para análise de conteúdo?

Em 1904, o primeiro grau do primário introduzia, novamente, a matéria *Lições de cousas*. O conteúdo, de modo geral se preocupou em estimular os sentidos. Os livros didáticos indicados para auxiliar neste ensino foram: o compêndio *Licções de coisas* de Dr. Saffray e *Noções de vida prática*, da autoria de Félix Ferreira. Como o Dr Saffray fez estas representações?

Outra matéria que contribuiu para esta formação foi a *Instrução Moral e educação cívica*. Havia uma preocupação em formar um amor fraterno e estendido a todos os seres vivos. Este sentimento ia muito além das pessoas da relação pessoal do aluno. A *Percepta* que Hallé se referiu.

Durante o curso Médio houve o estímulo à leitura higiênica e higienizadora.

A *Percepta*, a educação dos sentidos, foi realizada através da matéria *Leitura e escrita*. As leituras eram selecionadas. O método de ensino era a memorização onde os meninos recitavam, de cor, os trechos selecionados das fábulas e das poesias. O estímulo que André Chervel (1990) se referiu foi dado através de exercícios caligráficos progressivos.

O terceiro grau do curso elementar, proposto para 1909 creditou na educação dos sentidos, na educação dos sentimentos a tônica da proposta higienista. O sítio da aprendizagem não se restringiu ao cérebro. Derramou-se em ondas pelo corpo (ACKERMAN, 1995).

Outra matéria de ensino que educou os sentidos foi a *Instrução Moral*. Através de contos e histórias. O coração escuta para estimular o bem e o justo. Ela procurava *estimular no aluno* estes sentimentos.

O ensino religioso para aprender a amar a Deus e os cumprir seus mandamentos e, assim, amar seu próximo. Os materiais didáticos para este ensino foram variados. Passou pelas leituras profanas, mas também, através da leitura do Antigo Testamento, dos Livros de Leitura, dos compêndios.

Através da matéria *Educação cívica* procurou-se estimular a consciência de amor à pátria. A responsabilidade consigo mesmo e com a pátria e com a sociedade.

Como, tudo isto foi representado nos Livros de Leitura e nos compêndios?

Foi possível perceber que O Livro do Povo (1865) teve a preocupação com a formação espiritual dos alunos. O texto do livro é perpassado por informações que têm este objetivo.

A proposta básica da série Braga era centrar na educação do aluno. Esta educação deveria desenvolver a iniciativa individual para não criar “nem parasita” nem dependentes, para “construir sobre fundamentos inabaláveis a verdadeira democracia” (BRAGA, 1941, p.146).

Segundo Braga (1928, IV) é preciso dar acuidade à visão de futuro. Para isto a leitura é o grande a grande via que lhe dará um sentido, que guiará o futuro da juventude, este tão “precioso como os sentidos naturais”. Os sentidos sendo alçados à categoria de um destino. A literatura poderá melhorar.

Se para Choppin (2002, p.14) o livro é um depositário do conteúdo educativo, para Chartier (2002, p.25) os textos não são meras inscrições, nem os manuais que lhe dão suporte físico são meros receptáculos. Neste caso, a produção de texto é pensada, bem como o seu leitor. Para isto criam-se estratégias (Chartier, 2002 p.23) implícitas, servindo de armadilhas que retratam ou envolvem o leitor no texto. Erasmo Braga (1928) em seu livro *Leitura II – Série Braga*, fez, exatamente, isto. Usou inúmeras estratégias educar pelos sentidos e educar os sentimentos. Higienizar o aluno através da *Percepta*

A leitura e sua importância para a higiene escolar. A Leitura que, se em Chartier (1999) adquire tantos sentidos, na higiene escolar adquire uma outra configuração. Na higiene escolar a leitura expressiva foi condenada pelo fato da criança “apenas” repetir em voz alta o que lia, sem refletir ou sentir sobre o que estava lendo. Lendo desse modo, e assim a criança não desenvolve a inteligência. É preciso um estímulo mais eficiente. A higiene pensava a leitura como um projeto que tivesse utilidade, desenvolvesse habilidades, costumes e virtudes e não fosse, apenas, com o propósito literário.

Ele defendia a “sã literatura” (BRAGA, 1914 citado por MASSOTI, 2007, p.92).

O programa de ensino da Reforma de Antônio Carneiro Leão, no 7º ano do curso propôs uma “Higienização da imprensa”. Isto significava combate à “Arte perniciososa” representada pelo “espetáculo do crime” que “pode engendrar o crime”. Para evitar esta arte desvirtuada e para contribuir para a formação dos sentidos e sentimentos, deveria ser incentivada a “boa leitura: jornais, romances poesias” (PROGRAMA, 1928, p. 133-134).

Erasmus Braga acreditava que, nesse processo “a escola deve desde as primeiras leituras pôr o espírito da criança em contato com obras de real valor literário. A verdadeira arte é singela e humilde, cabe até dentro das capas de uma cartilha” (MASSOTI, 2007).

O Livro de Leitura II se preocupou com a formação moral da criança. Para contribuir com esta formação usou, em seu livro de leitura, as fábulas, tentando estimular sentimentos de solidariedade, amor materno, respeito ao próximo, responsabilidade e compaixão pelo outro.

Ele chamou a atenção sobre os deveres que o aluno deve ter para consigo e os demais. Algo que ficava **entre a cortesia e a higiene**. Como fazer para transitar entre uma fronteira tão tênue? Erasmus Braga (1928, p.185-186) mostrou que isto é possível. É bastante o aluno seguir o **“Decálogo dos deveres escolares”** (negrito do original)

1. O bom aluno ama e respeita a seu pai e a sua mãe.
2. Estima e obedece a seu professor.
3. É amigo de seus irmãos e trata bem aos colegas.
4. Nunca foge da escola.
5. É atencioso, cortez e aplicado.
6. Sabe dizer a verdade.
7. Anda sempre limpo.
- 8 Não estraga as coisas nem maltrata os animais e as plantas.
9. Venera a bandeira nacional
10. É puro em pensamentos, palavras e atos.

Sabidamente, ele introduziu a responsabilidade da escola em instruir seus alunos sobre os cuidados consigo e com os semelhantes. Por isto sugeriu que o *decálogo* seria um dos recursos de ensino que os alunos leriam, afixado em alguma parede, caso fossem passear em “uma escola de Minas Gerais” (BRAGA, 1928, p.185). O Programa de ensino de 1928 recomendou que, no primeiro ano de escola, o professor devia incentivar os alunos a produzirem e observar cartazes que tratem de higiene. Ou seja, o privilégio do sentido da visão para uma educação visual e se sensibilizar com uma leitura útil. Mas esta proposta do professor ser o próprio difusor de

prescrições higienizadoras já estava presente lá em 1865. N'O Livro do Povo, (p.191) Rodrigues usa a figura de retórica de uma carta que o professor escreverá e lerá para os alunos. Escolhi um excerto do teor proposto na longa carta, conforme pode ser visto a seguir

Sede cuidadosos no asseio de vossas mãos, roupa, calçado. Não andeis com as mãos e os dedos sujos, o cabelo desgrenhado e a roupa estragada e rota a decência do corpo é sinal de decência da alma. O asseio agrada aos olhos e conserva a saúde do corpo. Tende o mesmo asseio com vossas casas e conservai-as sempre limpas, varridas e caiadas. Não sejam invejosos (RODRIGUES, 1865, p.191)

Deste modo, a instrução pública primária de Pernambuco se avizinhava da educação espanhola desenvolvida na década de 1830 que recomendava aos professores serem exemplos para seus alunos (MARAÑON citado por PICKOSZ, 2007).

A proposta de Braga para formar os sentimentos dos alunos permeia boa parte dos textos. As lições usam diferentes estilos literários. Ora é prosa, em forma de fábulas, ou lições, ora é a poesia fábula. Sempre trazem uma lição de moral no fim do texto. Ora.

Vejamos, no quadro a seguir as lições que tratam do tema.

Quadro 5.6: Lições do livro didático Série Braga Série II para formação dos sentidos e formação moral das crianças.

Título da lição	Estilo literário	Número da lição	Páginas
Luz e trevas	Prosa	4	11-13
Divisão do tempo	Prosa	5	14-16
O sono das plantas	Prosa	11	31-33
A raposa e a onça	Prosa	17	48-49
O amor materno	Prosa	28	82-83
A súplica do burro	Prosa	34	98-101
O sino d'Atri	Prosa	35	102-105
Gratidão	Prosa	39	112-113
A arvorezinha e a vida humana	Poesia	48	138-139
Súplica da árvore	Prosa	50	142-144
História da avozinha	Poesia	57	160
A resposta do céu	Prosa	60	165-
Carta a um menino	Prosa	61	170-172
Armas	Poesia	62	173
Leis e códigos	Prosa	67	185-186
<i>O ramo da mestra</i>	<i>Poesia</i>	72	199

Fonte: Série Braga Leitura II, 1928.

Como se vê, o autor usou a figura de retórica das fábulas e da poesia para repassar as mensagens com as virtudes que cada uma delas deveria cultivar. Para ilustrar a importância dada à educação dos sentidos e dos sentimentos transcrevo a lição 62 (p.173). É uma poesia da autoria de Fagundes Varella.

62. Armas

_ Qual a mais forte das armas,

A mais firme, a mais certa?

A lança, a espada, a clavina,

Ou a pistola? O bacamarte?

A espigarda ou a flecha?

O canhão que em praça forte

Faz em dez minutos brecha?

_ Qual a mais firme das armas?

O terçado, a fisga, o chuço

O dardo, a maça, o virote?

A faca, o florete, o laço

O punhal ou o chifrote?

_ A mais tremenda das armas,

Peior que a durindana,

Attendei, meus bons amiguinhos:

Se apellida: - a lingua humana! (FAGUNDES VARELLA)

Outra lição bastante sugestiva dessa formação espiritual do aluno, da boa leitura, que o programa curricular de 1929 exigia é a “Carta a um menino”, escrita pelo padrinho que tem o sugestivo nome de Salomão. Pela ilustração que encabeça a referida lição percebe-se a força da mensagem.



Imagem 27: Carta a um menino. Fonte: Leitura II. p.170

Para mais fixar a mensagem, foi usada uma alegoria que se dirige ao aluno

5.4.5.1 Deus, virtudes e a higiene

O Livro do Povo (1865) dedicou a primeira parte do texto ao estudo da “Vida de S. Jesus Cristo” p.11-137. A intenção desta escrita, segundo o autor do livro era “vulgarizar a história do Salvador do Mundo, os seus milagres e a sua doutrina”.

No item “V Sensações e paixões” a participação divina na formação do caráter e da moral individual está presente em dois rifões “A saúde é dom precioso que Deus tira ao preguiçoso”. Provavelmente a percepção de saúde estava relacionada com a ausência de doença. O outro rifão associa Deus e as manifestações da natureza “Não te assuste a tempestade que Deus é Deus de bondade” (RODRIGUES, 1865, p.234-235).

A mesma fé divina foi contemplada no item “VI Generalidades” (p.235) “Não finjas doente estar, pode-se Deus castigar” ou através deste outro rifão “Deus protege a puerícia mas não protege a malícia ” (RODRIGUES, 1865, p.234-235).

Braga (1928, p.166), pela sua formação cristã, reformista, também estimulou, no aluno a fé em Deus. A lição “A resposta do céu” (p.166-169) adaptou um conto espanhol, para contar comovente história de desventuras e pobreza extremas da menina Lolita, que resolve escrever uma carta para Deus pedindo-Lhe ajuda. O êxito sempre virá. “É a resposta do céu” (BRAGA, 1928, p.169).



Imagem 28: A resposta do céu. Fonte: Leitura II, p.166.

5.4.5.2 Meninos: ama a terra em que nascestes.

Para fundamentar o sentimento de amor à Pátria nas crianças, Braga (1928) usou uma “galeria de quadros da vida comum, singela e sadia, de indivíduos a quem a economia e um inteligente governo faz otimistas e felizes” (BRAGA, 1919, citado por MASSOTI, p.72).

Ao analisar a Série Braga, Massoti (2007) observou que o civismo perpassava todas as obras. Em sua Dissertação ela elaborou um quadro mostrando como o livro Leitura II estruturou as lições que trazem o tema. Ela identificou 20 lições referentes ao valor Civismo.

Na minha análise identifiquei, além dessas, um grupo de lições que incentivam um patriotismo ligado aos grandes vultos da nação. Elas formam o que o autor classificou de “Patrimônio moral”. Além do que, pude observar um reforço desse sentimento através da série de ilustrações, distribuídas ao longo do texto das lições. Este tipo de ilustração é classificada como historiada, isto é, uma ilustração que representa uma personagem significativa (FARIA;

PERICÃO, 2008). Neste caso, a figura dos bandeirantes é a grandemente privilegiada. Também existem figuras de personagens como José Bonifácio de Andrada e Silva, Rui Barbosa, D. Pedro I, D. Pedro II, ainda menino, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias. A grande maioria das figuras são anepígrafas, ou seja, não contém nenhuma indicação escrita.

Ao falar sobre o Brasil, Antônio Marques Rodrigues em “O livro do Povo” também se referiu a uma série de brasileiros que se destacaram no campo da política e das ciências naturais, como foi o caso de Manoel Arruda da Câmara e Frei Velloso Costa (.p.253).

Felisberto de Carvalho permeia suas lições com as ilustrações das grandezas do Brasil. Não existe uma ideologia nacionalista postulada. Ela é bastante discreta. Também faz referência a vultos brasileiros, mas ao contrário dos demais, refere-se ao educador Antônio Silva Jardim como um exemplo.



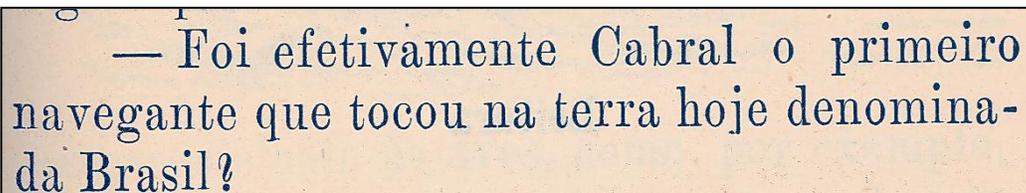
Nele morreu, em Julho de 1891, o ilustre brasileiro Dr. Antônio da Silva Jardim.

Imagem 29. História através de personagens ilustres. Fonte Segundo Livro de Leitura, 1959, p.83.

Surge, por exemplo, em uma estratégia de editor do livro, ao dizer que as ilustrações da autoria de Epaminondas de Carvalho, usadas nos Livros de Leitura de Felisberto, serão usadas, lá na França, em um dicionário que está sendo escrito sobre o Brasil.

Ou então esse nacionalismo é firmado por conhecedores balizados como Freyre (1951) que considerou esses livros verdadeiramente nacionais. Que foram a voga lá dos idos de 1900.

Felisberto de Carvalho foi o único autor de livro didático a elaborar uma questão sobre o descobrimento do Brasil ter sido realizado por Cabral



— Foi efetivamente Cabral o primeiro navegante que tocou na terra hoje denominada Brasil?

Imagem 30: Quem descobriu o Brasil? Fonte: Segundo livro de Leitura, 1959.

5.4.5.3 Um projeto civilizatório

Para os Professores, o ensino, além de proporcionar os conhecimentos necessários à instrução do aluno, deveria se preocupar, além dos valores cívicos e patrióticos, necessários à

formação do cidadão, de acordo com os interesses do estado nacional. Para isto era preciso adotar e conservar atitudes que preservassem instituições civis consideradas pilares da sociedade, como era o caso da família nuclear representada pelo pai, a mãe e os filhos, estes devendo amor e respeito filial. Esta preservação passou a se ocupar com os valores de civilidade

Qual a estratégia usada por Felisberto para educar o sentido dos meninos nos primeiros volumes de sua série graduada de leitura?

As estratégias variaram segundo a Série do Livro. No Primeiro Livro de Leitura, a intenção era ensinar a escrever, os exercícios primavam pela repetição da escrita, em uma tarefa que ele chamou de exercício logográfico que consistia na repetição da escrita a ardósia de uso individual frases curtas, sempre com uma vertente de moral para que o aluno refletisse a respeito das virtudes. Até mesmo aquelas consideradas teologais: fé, esperança e caridade.

A intencionalidade da formação moral da criança era o sexto pilar da proposta de Felisberto para o ensino da leitura elementar (CARVALHO, 1926, p.7). Para ele “o professor deveria desenvolver, sempre a cada aula, a inteligência do menino levando-o a raciocínio e a expender bem os seus juízos”.



Imagem 31: exercício logográfico. Fonte: Primeiro Livro de Leitura, p.35.

Através de experiência dos outros, Felisberto buscou mostrar situações de cotidiano, de histórias de vida. Algumas, verdadeiras tragédias⁹².

Um exemplo disto é a lição 47 (p.126-129)⁹³ do Primeiro Livro de Leitura. Fala do alcoolismo e do abandono infantil.

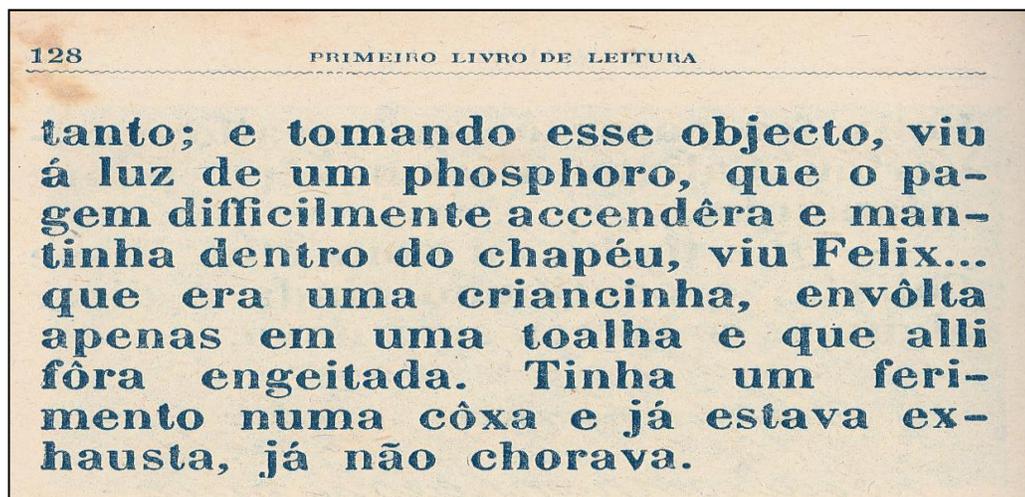


Imagem 32: lição de civildade. Fonte: Primeiro Livro de Leitura, 1926, p.128.

Para a historiadora Alcicleide Cabral do Nascimento (2008, p.186)

Infelizmente as práticas do abandono e infanticídio não são recentes...no país, que assistiu por séculos a fio o enjeitamento das crianças e já viveu com o espetáculo de bebês mortos nas primeiras horas do raiar do dia nas ruas...das cidades e vilas coloniais.(NASCIMENTO, 2008).

Mas, este hábito que se perde nas noites dos tempos e nem cessou com o advento do século XX. Restringindo ao Recife, esse abandono continuou, como foi bem mostrado por Menezes (1995) e por Miranda (2009) nas suas dissertações de Mestrado sobre a condição da criança no Recife, entre a primeira e terceira década desse século.

Portanto, o exemplo dado por Felisberto de Carvalho, buscou a reflexão sobre um tema do cotidiano.

⁹² Substantivo feminino, latino (*tragoedia*). Espécie de escrito dramático, que inspira o terror e a piedade, em que há derramamento de sangue ou que termina por um acontecimento funesto.

⁹³ Deixo de informar o título da lição em virtude do livro consultado não ter a página de inicial. E, os livros de Felisberto, não apresentavam Índice ou Sumário.

Felisberto ainda procurava desenvolver as figuras da retórica através dos exercícios de elocução e desenvolver o raciocínio através do uso do coração. A educação dos sentimentos sai do cérebro e em ondas chega aos outros órgãos. Ou como disse o professor Dante Gallian⁹⁴ “o coração também pensa”.

Continuando, Felisberto sugeria a realização do **Exercício de Raciocínio e Exercício de Elocução**, compostos por questionário.

Por seu intermédio se deu a estratégia de envolver leitor no texto. Incentivando-o à reflexão e à assunção de uma posição frente à miséria humana.

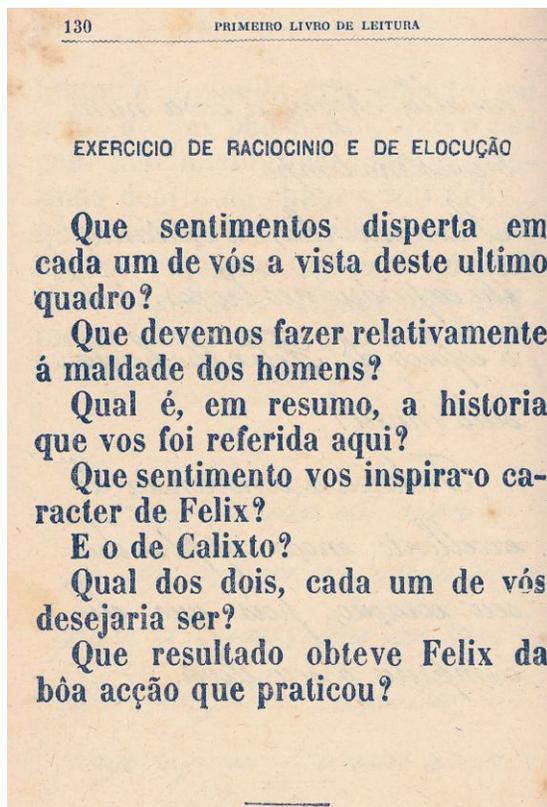


Imagem 33: educação pelo sentimento. Fonte: Primeiro Livro de Leitura, 1926.

⁹⁴ Nos debates ocorridos no Laboratório de Humanidades da Escola Paulista de Medicina. Encontros que se davam sempre, às sextas-feiras para o debate de obras literárias que permitissem a reflexão da nossa prática. Para maiores informações sobre a atuação deste Laboratório na humanização dos prestadores de serviço na área de saúde ver o endereço eletrônico labhum.blogspot.com.

Felisberto, no Segundo Livro de Leitura (1959) ensinou sobre a necessidade de educar os sentidos e evitar injustiças com os outros. Indo ao encontro das Lições de Coisas ele mostrou que os sentidos se enganam.

Combate aos conceitos pré-concebidos e aos preconceitos.

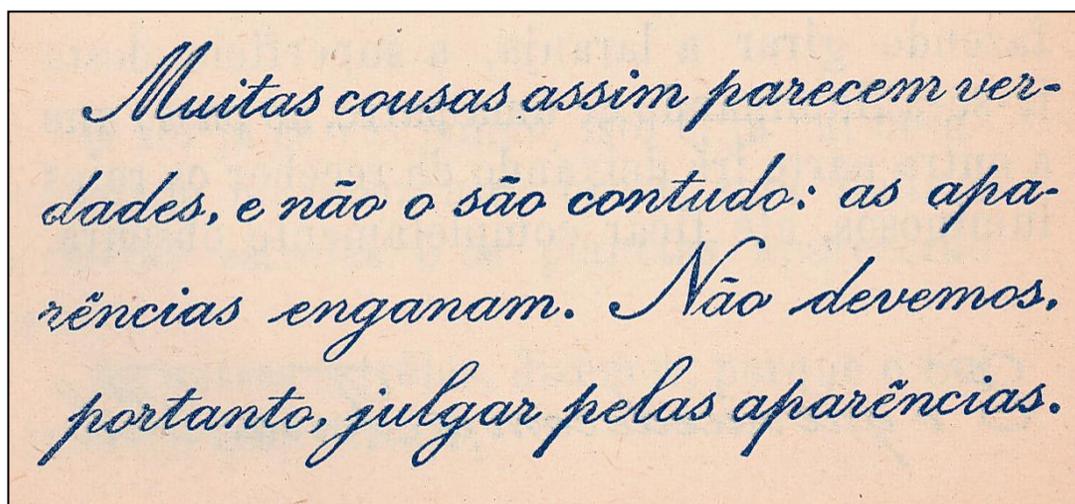


Imagem 34: As aparências enganam. Fonte Segundo Livro de Leitura, 1959.

Ao mesmo tempo era estabelecida uma interação mais acentuada entre o professor e aluno. Isto se dava a partir do momento que se estabelecia uma conversação, um diálogo entre mestre e aluno. Eram formuladas perguntas entre estes dois sujeitos acerca do que o professor explicara ou voltava-se para a percepção do aluno sobre a explicação.

A partir do Terceiro Livro de Leitura, o qual vem com um “subtítulo” Curso Médio, estes manuais didáticos assumiram a característica de enciclopédia, contemplando diferentes assuntos, inclusive das Ciências Naturais, compreendida pelo ensino da Mineralogia, Zoologia e Botânica.

Como estes livros adotavam o “ensino das coisas” (CABRINI, 1994, p.71) o ensino se dava através da experiência sensorial e ocasional dos estudantes. Não havia a divisão das matérias através de diferentes disciplinas.

A Leitura expressiva foi trabalhada no Quarto e Quinto Livro de Leitura e se voltava para o entendimento do texto. Ao leitor, caberia a expressão do sentido que o autor propôs para o texto. Neste sentido, pode-se identificar aquilo que Chartier (2002 p.203) chama de

“pensar o leitor”. Isto quer dizer dar a ele um sentido único e uma compreensão correta à leitura, não havendo espaço para outras representações. Felisberto (1898, p.7)⁹⁵ propõe que, para obter este resultado, o “leitor deve ter algumas habilidades”. Isto é, ele supõe, pensa, constrói, elabora a representação do leitor ideal. E este leitor, terá os sentidos estimulados, desenvolvidos, educados, apurados.

[...] o leitor deve ter uma leitura corrente que nada deixe a desejar; uma inteligência pronta em conceber; a vista exercitada; sensibilidade delicada; ouvido seguro; voz agradável, extensa, manejável e sonora; enfim, gosto formado pelo discernimento das belezas literárias (CARVALHO, 1897, p.7).

Para Felisberto, a compreensão do texto também sofria influência da modalidade da leitura que o aluno realiza. Para que isto se configurasse, o professor deveria exigir uma leitura com “tons de voz, variadas e naturais”, também exigiria que os leitores fossem capazes de distinguir diferentes práticas de leitura, diferenciando tons narrativos, descritivos e o oratório.

Neste ponto de desenvolvimento, esperava-se que o leitor tivesse a compreensão total do texto. Os sentidos das palavras e frases deviam ser captados em sua plenitude, mas segundo uma orientação dirigida pelo autor.

5.4.5.4 Um Jardim Sagrado.

Assim considere aquele espaço que chamo de Jardim dedicado aos momentos de reflexão, de aprendizagem, de refinamento dos sentidos. O livro de Erasmo Braga (1928) traz este refúgio em momentos muito específicos.

Na lição 9. “À lua” (p.28). Usando uma poesia da Silva Alvarenga, a lua mostrada pelo autor é a lua do amor. Uma lua romântica, que se presta à reflexão. Em contraponto à lição anterior (p.23-27) que foi a lua da astronomia.

Pela ilustração que encabeça o texto, é a educação da visão através do belo.

⁹⁵Carvalho, Felisberto. **Quinto Livro de Leitura**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1897.

A escrita, rebuscada, eleva o vocabulário infantil a uma expressão maior. Educa para o belo. A poesia, fala de algum tipo de sentimento indefinido a querer se apoderar. De quem? Do poeta? Do leitor?

[...] Já me assaltam, já me ferem
 Melancólicos cuidados!
 São espectros esfaimados,
 Que querem me devorar.
 Como vens tão vagarosa,
 Oh formosa e branca lua!
 Vem co'a luz serena
 Minha pena consolar.



Imagem 35: Um jardim sagrado. Fonte : Leitura II, p.23.

Apelando para a sensibilidade dos alunos e o aprendizado dos sentimentos a lição 11 “O sono das plantas” (p.31-33) ensinou sobre botânica, fisiologia das plantas, mas, ensinou sobre a sensibilidade humana. Sobre os hábitos e os costumes que vêm da repetição. Mas que, também,

podem levar ao adormecimento das sensações. Do endurecimento das pessoas em relação aos fatos. [...] “Assim também a sensibilidade de nossa consciência e os sentimentos delicados, se não os tratamos com cuidado e respeito, embotam-se, e nós perdemos a faculdade de nos ressentirmos do que é mau e ofensivo ao nosso caráter”. Ou seja, a banalização da maldade. É preciso que se cuide do gostar do outro! É puro Shakespeare! É a *Percepta* de Hallé.

A lição 50 (p.142-144) “A súplica da árvore” foi outro momento que Braga (1928) se valeu para que ensinar ao aluno sobre o respeito ao meio ambiente, aos demais seres vivos.

Esta lição é a *Percepta em si mesma*. Foi o momento sublime que o autor falou sobre a *sensibilidade*. Vejamos.

[...] A sensibilidade no homem manifesta-se de seis modos diferentes com relação ao mundo exterior: pelos olhos *a vista*; pela superfície do corpo, mas especialmente pelos dedos da mão, *o tato*; pela língua, *o gosto*; pelos órgãos auditivos, *o ouvido*, pelas narinas *o olfato*, e finalmente e cada vez que nossos músculos trabalham, temos *a sensação* do movimento ou da resistência que se oferece a nosso esforço. (BRAGA, 1928, p.142)

Continuando, o autor se refere às sensações e fala na terceira pessoa do plural, envolvendo o leitor que passa a fazer parte do texto “ainda sentimos interiormente alguma coisa: que vivemos, que somos nós mesmos, a cada um de nossos atos e sensações corresponde dentro de nós a certeza de que agimos e sentimos ou quisemos algo” (BRAGA, idem).

A ilustração, colorida, centralizada, mostra um homem repousando à sombra de uma árvore frutífera, em plena safra. E de repente a árvore “se pudesse falar”. É quando o autor de apropria da voz da planta para falar das utilidades das árvores e da necessidade de preservá-las.

Numa *visão de futuro*, como ele deixou claro na Nota ao Professor (III-IV), Braga (1928, p.144) se referiu à educação ambiental de natureza festiva, pontual, a exemplo do que se passa nos dias atuais “O objetivo prático da festa das árvores é educar a infância para saber dar valor às coisas boas que possuímos em comum”.

Nesta tópica de Jardim Sagrado, estão incluídas as plantas que educam a visão pela beleza (THOMAS, 1989). Braga (1928, p.35) indicou “as avencas, herbáceos delicados que se empregam como ornamento doméstico”.

No meio da mata espessa e de um “verde sombrio” (p.36) nota-se as manchas amarelas do *ipê* e *guapuruvu* ou ainda , a flor da quaresma “ que ostentam todos os “matizes de roxo escuro até a cor de rosa clara e mesmo o branco níveo”(idem)

5.5.5.4 Um Jardim da cura.

As Ciências Naturais, abordando os três reinos da natureza: animal, mineral e vegetal. Com este reino o homem estabeleceu diferentes tipos de relação. Uma delas foi perceber que as plantas tinham a propriedade de curar as doenças.

O programa de 1875 propôs o ensino de **Preceitos de higiene e noções de agricultura**. Como isto foi representado no livro didático?

Em 1904, foi proposto o ensino das Noções de Ciências Naturais, que incluía a “Definição e importância da botânica”.

O Primeiro Livro de Leitura (1929) da autoria de Felisberto de Carvalho trouxe ensinamentos sobre o uso de plantas medicinais.



Imagem 36: Propriedades curativas das plantas. Primeiro Livro de Leitura, 1929.

O Programa de 1929 exigia ensinamentos sobre o Cultivo de canteiro com plantas medicinais e a organizar um ervanário. Neste sentido, Braga (1928, p. 34-37) apontou (GINZBURG, 2007) para os alunos, através da lição 12, “Vegetais brasileiros”, a existência de *herbários* (itálico no original, p.34), mas alertou de que só quando eles fossem “mais adiantados” (idem) aprenderiam a fazê-los. Entendem-se como herbários os livros de inventário e classificação das plantas e, extravasando chegava aos animais e minerais, segundo uma possível “utilidade como drogas para a humanidade... constituindo-se como verdadeiras compilações enciclopédicas” (CARNEIRO, 2002)

A referência às plantas medicinais veio quando Braga descreveu sobre os diferentes estratos da mata e mostrou que no estrato intermediário, formado de arbustos e subarbustos estava “o *jaborandy*, planta medicinal” (BRAGA, 1928, p.35).

5.4.5.6 Um Jardim secreto II: outras substâncias psicoativas da flora.

Para Henrique Carneiro (2002) as plantas começaram a ser colhidas e estudadas partindo-se da perspectiva médica. Tinha por fim a busca e identificação de drogas.⁹⁶

Desde o século XVI que existem as referências àquelas plantas “que faziam perder o juízo”. A este estado de inconsciência os cronistas deram o nome de “embriaguez”, mas produzindo efeitos diferentes daqueles resultantes do consumo de bebidas alcoólicas. Ela faz perder o juízo, leva à perda da sensibilidade, dos sentidos. O ser humano fica “fora de si, não é mais o mesmo” (CARNEIRO, 2002, p.144).

Nesta classificação se encontram alguns alimentos líquidos como o chá, o café e o chocolate (SCHIVELBUSH, 1995).

O autor de livro didático que tratou bem desta questão foi o Dr. Saffray. Para ele, o chá é uma “beberagem estimulante” e por isto mesmo é muito perigosa. Uma só xícara é suficiente para tirar o sono a quem o toma. A mesma observação ele fez para o café. Sua concepção sobre o café (p. 214) é que do “ponto de vista da higiene é mais excitante que o chá. Não é nutriente, nem tem nutrientes especiais. Conserva as forças e dá lugar a que se façam mais esforços no trabalho”.

O chocolate é um alimento sadio, de luxo, sem nada que o diferencie dos demais “porém é estimulante do apetite”.

O trabalho de Carneiro (2005) agrupou o cânhamo e o tabaco, além do ópio na categoria de fumos e resinas.

No jardim secreto podem ser acrescentadas outras substâncias de origem vegetal, não alimentar, mas que foram consideradas prejudiciais à saúde. Nesta categoria está o *cânhamo*, cujo nome científico é *Cannabis sativa* (Lin. 1753). No Brasil recebeu diferentes nomenclaturas, todas na língua africana: “liamba”, “diamba” “maconha” (CARNEIRO, 2005, p.72).

Gilberto Freyre (1951) em Sobrados e mucambos registrou a presença da planta no folclore e na religião, uma planta devocional em que resiste à estigmatização, à lei contra os costumes. Planta originária da África que representa “As tradições religiosas... junto com a sombra das próprias árvores sagradas, com o cheiro das próprias plantas místicas – a *maconha* ou a *diamba*, por exemplo – é que vêm resistindo mais profundamente, no Brasil, à desafrianação.

⁹⁶ Em outro trabalho, ele define “drogas”

O livro da autoria de Chernoviz que circulou em Pernambuco, durante o fim do século XIX, também se referiu às propriedades embriagantes da planta. “Sabe-se com efeito, que o demorar-se em um canhameiral, sobretudo na época da florescência, produz atordoamento” (CHERNOVIZ, 1920, 487)⁹⁷.

Apenas o livro *Lições de coisas* tratou deste assunto. Segundo o Dr. Saffray, esta planta possui uma substância poderosa que atua sobre o cérebro produzindo loucura passageira. Para isto, é só respirar a fumaça das folhas “ou só descansar durante o tempo quente perto do canhameal. Há países em que os infelizes para se embriagar ingerem esta substância e ficam sujeitos a uma alucinação, não poucos cometem crimes ou se suicidam” (SAFFRAY, n.d, p.129).

O tabaco, também, foi considerado por Saffray como planta altamente prejudicial à saúde e, por isto, devia ser evitada a qualquer custo.

As práticas educativas nos livros didáticos para controle do alcoolismo estavam estruturadas em diferentes modelos. A leitura proposta em diferentes níveis mostrava, que além de ensinar a ler a leitura passava mensagens, às vezes moralistas, às vezes sobre as virtudes a serem cultivadas, não fugindo ao estilo proposto por este gênero de livro didático.

Vimos que o consumo do álcool e de outras drogas, lícitas ou ilícitas, tinham polaridades, indo da cura ao crime, da alimentação ao amor, como o chocolate e sua percepção afrodisíaca, da medicina à religião, sendo, todas elas objeto de estudo da Higiene escolar.

Para onde foi a eugenia do livro escolar?

È possível percebê-la em uma outra dimensão: no combate a estas substâncias. Um viés da eugenia. A proposta embutida no combate aos “venenos raciais” (STPAN, 2005). Como mostrei anteriormente na das falas de Gilberto Freyre sobre a diamba.

Como bem alertado por Setpan (2005) essa proposição de veneno racial desembocou na intolerância aos costumes de povos considerados inferiores, resultando em perseguições aos bens culturais, como foi o caso da bebida mexicana “pulque”.

No combate a quaisquer traço que lembre a cultura “do outro”. O outro considerado inferior Daí o combate aos rituais e às crenças, às feitiçarias.

Talvez, por isto, no livro *Leitura II*, na lição 24 intitulada “Os homens da floresta” (p.70-73) Braga tenha retratado o mestiço de índio como “pessoa rústica, pouco civilizada e acanhada”

⁹⁷ A edição que consultei foi a 19ª, mas seu Prefácio esclareceu que a 18ªa. edição foi publicada em 1908 e foi rapidamente esgotada.

dando-lhe uma alcunha segundo a região do país, *caipira*, em São Paulo, *caburé* nos estados do sul e *tapuio* nos do norte. Para ilustrar a lição, ele usou uma gravura da autoria de Almeida Júnior.

Presente na ausência, quero dizer, os temas referentes aos africanos-descendentes não estavam nos conteúdos dos livros estudados

Esta proposição racista da higiene foi preponderante a partir da década de 1930 (STEPAN, 2005).

Implicitamente estão as questões de gênero. A mulher, nos livros de Leitura de Felisberto de Carvalho está sempre representada em trabalhos ligados aos cuidados do lar, da família.

Também foi perceptível a ausência do negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi realçado ao longo deste trabalho o objetivo principal foi descrever a história da disciplina escolar Higiene ensinada na instrução pública primária de Pernambuco, em três momentos considerados significativos, e qual o discurso no livro didático. O primeiro ponto que destaque é o momento é a assimilação da Higiene como uma disciplina escolar. A importância de seguir as pistas, seguindo a orientação de Ginzburg (2009) identificando os espaços da construção e os discursos elaborados. Também é bom realçar os aspectos da escrita da história da disciplina escolar pontuando os aspectos de sua finalidade, conteúdos e objetivos.

O primeiro momento, o ano de 1875, foi escolhido em virtude de ter sido aquele em que se deu a introdução da matéria na instrução pública primária de Pernambuco. O segundo momento foi o ano de 1904, considerado como a consolidação do ensino desta matéria e o marco final do recorte temporal foi o ano de 1928, quando foi promulgada a Reforma Carneiro Leão no estado de Pernambuco. Esta mudança na educação pública abrangeu o Ensino Normal e o ensino primário no estado.

Para construir a história da matéria Higiene na instrução primária, a primeira necessidade que se apresentou foi o reconhecimento dos espaços da construção do discurso higienista em Pernambuco. Esta estruturação foi necessária para poder reconhecer os atores que participaram desse projeto. Identificadas as pessoas, necessário se fez reconhecer seus lugares de fala, de discurso, dentro dos espaços que se apresentavam como os reguladores do poder. Após o que, percebeu-se a quão diversificados eles foram. Os médicos, não tiveram participação ativa neste processo. Não nos primeiros tempos. Houve um tempo em que a Câmara municipal foi alçada à categoria de instância constitutiva de discursos para a higiene escolar. Houve um tempo que ela reinou absoluta (FREITAS, 1919).

A edilidade e a medicina. Depois vieram as Comissões, os Conselhos, as Inspetorias, tudo voltado para a higiene, pública e privada, mas, de braços dados com a edilidade. A Câmara não atendia a demanda dos médicos que tinham os corpos em Recife, mas a cabeça estava em Paris, aonde tinham se formado. Os vereadores reclamavam, de um lado havia as posturas, mas do outro, as pessoas e a falta de compostura (SANTOS, 2009).

Naquilo que concerniu ao discurso da higiene escolar, proposta através do currículo observou-se que ela fez um esquadramento das escolas. Adotando a concepção hipocrática, pensou sobre o meio em que elas estavam construídas. O Inspetor de ensino, no quarto final do século XIX, denunciou a insalubridade na qual elas foram erguidas. As escolas que se tinha não eram as escolas que ele queria. Aqueles estabelecimentos, como o Ginásio Pernambucano, que deviam formar a elite pensante, que se responsabilizaria pelos destinos da província, não apresentavam condições satisfatórias de salubridade. O mesmo poderia ser dito da Escola Modelo, por onde passavam os futuros mestres, não tinham condições de um funcionamento sem ser um risco para todos que a frequentavam.

Se na capital o problema era de salubridade, na província toda o problema era a falta de prédios escolares. Com tão poucas escolas era difícil, senão impossível, fazer uma educação higienizada e higienizadora. Para superar esta dificuldade a província incentivava a doação de casas onde se pudesse funcionar uma escola. Apelava-se para se estabelecer uma parceira público-privada. Era o Estado se encolhendo e esperando que a população resolve suas mazelas. Era um Estado mínimo. O Estado liberal.

E o olhar do Inspetor se voltou para o interior da escola. O que ele viu? Começou pelo mobiliário escolar que, má e porcamente, servia de assento para os alunos que frequentavam as escolas. Não sendo um privilégio do final do oitocentos ele já vinha desde o meado desse século. Agravava-se, cronificava-se com o andar das horas. Eram carteiras que, até parece, queriam produzir seus quasímodos, com seus corpos disformes por tantos agravos e com nomes tão feios: lordose, xifose, escoliose, gibose, danificando a saúde física dos alunos. Fora este fato, estavam as doenças contagiosas ou ainda algumas que “se pegavam” por imitação. E vinha outra enxurrada de nomes estranhos: morfêia, escrófula, Dança de São Guido, miopia. As chamadas “maladies scolaires” dos franceses que serviram de referencial teórico para João Barbalho, e que nada mais eram que as doenças que acometiam os estudantes, tão pobres que, além de tudo se viam alvos fáceis dessas enfermidades. E, contra isto o Inspetor bradava “teremos alunos de espírito ilustre em um corpo podre”.

A partir de então ele iniciou uma cruzada higienista. Este fato contraria a lógica médica. Médico é que entende de saúde.

Em Pernambuco, o discurso para a Higiene escolar partiu da educação. O espaço educacional. Um bacharel em Direito deu início. Ficou estabelecido um diálogo entre Themis e

Hygeia. João Barbalho Uchoa Cavalcanti era bacharel em Direito pela Faculdade do Recife e, de posse de um discurso médico, começou a lutar para mudar a situação de insalubridade das escolas.

Como ele fez isto? Implantando Reformas na educação e propondo o ensino da Higiene. Para ele, a falta de uma matéria dessa natureza no currículo “era um absurdo”. Assim, em 1875, foi introduzida no programa curricular da instrução primária de Pernambuco a matéria *Noções de Higiene e agricultura*. Era a gênese de uma disciplina escolar.

Não tendo um conteúdo programático, o livro didático serviu de referencial, uma das quatro funções exercidas por este tipo de material escolar. Assim falou Alan Choppin, em 2004. E, em meio a tantos livros aprovados pelas instâncias reguladoras da educação (68 para ser bem exata) desse período, um em particular. O *Livro do Povo*. Que, apesar de suas 254 páginas era um “tipo compacto, intercalado de muitas gravuras”. Através de suas “Máximas e sentenças” buscou formar um homem integral. Através de seus “rifões”, andando de boca em boca, procurou inculcar os hábitos da higiene nos alunos. Forma interessante de aprender e do professor ensinar. A força da cultura popular imprimindo o ritmo da escrita do livro, da mensagem higiênica. Impresso na província do Maranhão o livro circulou em Pernambuco, em 1863. Em 1875, ele ainda, estava na lista oficial dos livros indicados. Esta circulação confere a Antônio Marques Rodrigues o lugar de autor, atendendo o parâmetro dado por Chartier (1999, p.45) “para erigir-se como autor, escrever não é suficiente; é preciso mais, fazer circular as suas obras entre o público, por meio da impressão”.

O livro propôs o método de “memorização” das máximas dos ensinamentos sobre higiene. Não havia proposição de exercícios. Cabia ao professor trabalhar os conteúdos. O que estava bem a gosto da proposta oficial que permitiu a “experimentação dos métodos.”

Mas, travou-se uma luta entre a lei e o costume. Para que os alunos aprenderem tanta coisa?! Fatigará sua mente. Aquela foi vencida. O historiador Rafael Ruiz (2009) mostrou que isto se deu, em outras circunstâncias, nos séculos bem anteriores. A história mostra que ocorreu, também na educação, já bem próximo do século XX.

Mediante este fato o inspetor, tal qual um Quixote, partiu para recuperar a lei, a força da lei contra o costume. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura! Em 1886, ele conseguiu aprovar sua proposta de ensino e eis que a Higiene estava lá como conteúdo de matéria. Três anos

depois, a Proclamação da República, mudanças (ou não) e ele foi alçado ao cargo de Ministro da Instrução, temporariamente. Foi um Cavalcanti do Império e da República.

Os anos se arrastaram, a instrução promovida pelo, agora estado de Pernambuco, era um desconforto para os agentes da educação. Novamente, os campos de batalhas foram ocupados. Mudanças, mudanças, ocorridas em vertiginosa velocidade.

Em 1904, raiar do século XX, conflitos na Capital Federal, o povo não queria tomar a vacina contra a varíola. Em Pernambuco, foram quebrados lampiões como forma de protesto. No Rio de Janeiro o levante ficou conhecido com a Revolta da Vacina. Em Pernambuco “A revolta dos Quebra-Lampiões”. Era a insurgência contra as leis. Contra Oswaldo Cruz, “contra as autoritárias leis sanitárias e violentas intervenções urbanas”, segundo André Mota (2003, p.22). Na educação pernambucana, se firmava nova legislação.

Contra os costumes, a lei. Nesta nova lei, o ensino da Higiene na instrução primária se consolidava. Estava embutido no ensino de outra ciência, as Naturais, aquela que estuda a Botânica, os Minerais e a Zoologia. Neste caso, o ser humano está contemplado. Vamos ensinar aos alunos as “*Definições e importância da higiene*”. Bem a tempo e a hora de tudo que se passava fora da escola. Porém, a matéria escolar se caracteriza por ser ensinada só na escola (CHERVEL, 1990). O que a família e outros ensinam são componentes de um hábito, da cultura. A matéria escolar é um componente da cultura escolar. A revolução ficou fora dos muros da escola. Os objetivos da disciplina eram outros. Formação do corpo e do espírito. Como disse Moreira (1955) a escola queria uma mente sã, em um corpo sadio.

Os debates em torno dos currículos envolvem muitos interesses. Os estudiosos do assunto como Michel Apple (1992) e Tomaz Tadeu da Silva (1990) configuraram estes debates. E no Brasil, Silva (idem) mostrou que desde o macrotexto do currículo até o micro texto chegar na sala de aula, através do livro didático, muitos interesses estiveram em jogo. Neste caso vale uma pergunta. Quais os livros didáticos aprovados para uso em 1904 na escola pública de Pernambuco? Foram vários. Dentre eles os Livros de Leitura da autoria de Felisberto de Carvalho, que segundo Gilberto Freyre (1951) virou uma mania nacional. Uma voga da época. Os livros foram publicados até meados do século XX. Quantas memórias de sua leitura. Na ordem dos livros eles ocupam um degrau acima, ou uma prateleira acima. Para Cabrini (1994) a inserção desse autor no mercado editorial se originava do fato de interesses editoriais para o livro ser aprovado pelas instâncias de poder. Felisberto havia morrido em 1894, seu filho Epaminondas

de Carvalho foi convidado pela Editora Francisco Alves para refundir as obras didáticas do pai, para ilustrá-las. E foram estas ilustrações que imprimiram um marco na literatura escolar (PFROM NETO et al, 1975).

E não é que os Livros de Leitura de Felisberto atendiam ao conteúdo da matéria Ciências Naturais?! Parecia mesmo uma enciclopédia, a “enkyklia paideia” que Benito (2001) se referiu. Ensinou sobre a Pátria, sobre Deus, sobre a família, sobre virtudes, sobre vilanias e porque o aluno não deve cometê-las. Falou sobre bebidas alcoólicas e seus malefícios sociais, falou sobre a Ginástica. Falou sobre os sentidos, estes usados para o cotidiano. Os sentidos da fisiologia. Sobre o comer e o beber. As suas lições ensinaram sobre os cuidados de si para consigo e para com os outros. Elas foram reforçadas pelo muitos, inúmeros tipos de exercício para educar os meninos. Os livros passaram ao largo das revoltas.

As lições de coisas, que foram buscadas de um tempo passado. Que adotou um livro estrangeirado para seu ensino. Um compêndio que teve leitores de além-mar. Um naturalista viajante que escreveu e desenhou a natureza e, através das experiências sensitivas esperava que seus leitores aprendessem. O exercício do olhar, do ouvir, do fazer. Do reproduzir para observar a resposta.

A dança das horas. O tempo. O tempo que Borges se referiu no Jardim dos caminhos que se bifurcam. O tempo que levou a educação pernambucana aos anos de 1920. Anos rebeldes. Nas Artes, movimentos, modernista para uns, regionalista para outros. Na medicina, congressos, muitos congressos de Higiene. Precisamos higienizar este país! O sertão está eivado de doenças parasitárias que ceifam muitas vidas! Tantos conclames. Parece até que o sertão começava no fim da rua. Mas, esta também era uma colônia de doenças contagiosas, fatais.

Os viajantes do século XX, desta feita eram brasileiros, a mostrarem que a nação era “um grande hospital”. Na capital do país, as doenças infecciosas, a tríade maldita: a peste, a varíola e a febre amarela. Nos sertões, o amarelão, a Ancilostomose, segundo os médicos, tornando o povo indolente. Sai a raça entra o verme na explicação da apatia. Ela só retornaria, um pouco depois, na eugenia mais forte e de caráter negativo.

No Recife, o (des)encanto moderno que Rezende (1992) descreveu. Sistema eficiente de distribuição de água potável para a população era recente. A modernização era realidade. Em 1923, era diretor do Departamento de Saúde e Assistência o médico, carioca, Amaury de Medeiros. Junto com Ulysses Pernambucano, também médico, psiquiatra, encetaram uma

revolução no Ensino Normal do estado. Em seu trabalho de pesquisa sobre a saúde escolar no estado de São Paulo, Lima (1985) mostrou que o discurso da higiene escolar se faz presente e atuante, principalmente, nas reformas do Curso Normal. Em Pernambuco, não foi diferente. Os arautos da saúde, Ulysses e Amaury, uniram forças e, em parceria, instituíram o curso de Visitadoras Sanitárias. Formava professoras para agirem preservando a saúde do escolar. Elas passaram de “normalistas a educadoras sanitárias” conforme a nomeação dada pela professora Heloísa Rocha (2003), relatando a mesma experiência ocorrida, em 1925, no Instituto de Higiene de São Paulo. Foi uma era que se criou a Sociedade Brasileira de Higiene, do pensamento de que ao se falar sobre doenças ensinava-se a ter saúde. Daí a Educação Sanitária. Era de apurar os sentidos, treinar o sentidos dos professores, de exercitar, disciplinadamente, o olhar para, então, estabelecer a incapacidade do outro, isolar o outro, buscar o aluno faltoso. Reconhecer os sinais do alcoolismo e da sífilis congênita na família, tudo isto tão a gosto de Arthur Ramos, na década posterior. Era de esquadrihar a casa do aluno. Era da prevalência da visão e do olfato. Era dos sentidos sobre os sentimentos. Era de pensar que a educação salvaria a pátria do destino que parecia não ser muito alvissareiro.

Em Pernambuco, começava a se trilhar um caminho que resultou na Reforma Carneiro Leão, promulgada no apagar das luzes de 1928.

Ocorreu um Congresso de Higiene na cidade, em 1926.

Começava a se trilhar um caminho que resultou na Reforma Antônio Carneiro Leão, promulgada no apagar das luzes de 1928.

Governava Pernambuco Estácio Coimbra. Gilberto Freyre acabara de voltar dos Estados Unidos onde havia passado um bom tempo de estudos. Foi nomeado assistente de gabinete do governador. Depois se tornou professor de Sociologia na Escola Normal Oficial. Uma revolução na instrução das moças. Estude-se a sociologia, vejam o que está se passando nos lugares escondidos atrás dos sobrados. A sociologia da escola e da criança, conforme o programa da disciplina por ele ministrada. Era um projeto integrado para agir sobre as crianças que “eram o terreno mais propício a qualquer sementeira de novos pensamentos e aspirações” como disse Jaeger (2001, p.522).

Estácio Coimbra chamou o educador pernambucano Antônio Carneiro Leão, radicado na cidade do Rio de Janeiro para empreender uma reforma no ensino de Pernambuco. Após um diagnóstico situacional, Leão escreveu uma proposta soberba e apresentou ao governo que a

adotou e transformou em lei. A Lei 1.238, de 1928. Para Cristina Araújo (2002) a reforma Carneiro Leão introduziu a Escola Nova em Pernambuco.

A higiene, que se constituía em projeto do Estado foi largamente privilegiada por Carneiro Leão. A matéria ganhou autonomia. Recebeu a rubrica de “*Hygiene*” e foi oferecida durante os sete anos de duração do ensino primário. Foi o apogeu do ensino da Higiene na instrução pública primária de Pernambuco.

A proposta de ensino de práticas higiênicas (*ingesta, gesta, circumfusa, applicata, excreta e percepta*) estava mesclada com ensinamentos da Eugenia. Integrava os conteúdos do 5º ao 7º ano. Dentre os temas propostos para ensino estava o casamento consangüíneo e seus riscos. Esta preocupação em controlar os casamentos, inclusive instituindo a obrigatoriedade de exames pré-nupciais era uma proposta de Amaury de Medeiros⁹⁸ que acabou incorporada pela instrução pública. A higienização dos costumes viu, na escola, o espaço para a educação sexual. Isto é a pedagogização da saúde que Werner (2000) defendeu. Para ele, a medicalização da educação se dá quando a escola usa o argumento médico para explicar o atraso escolar do aluno.

Sendo o livro didático uma *vulgata* do currículo (CHERVEL, 1990) os livros adotados para o ensino da higiene na instrução primária de Pernambuco foram os da **Série Braga - Leitura I, Leitura II e Leitura III**, da autoria de Erasmo Braga. Foram publicados pela Editora Melhoramento. Ela mantinha na cidade do Recife uma loja de representação situada na Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus. O fato de a editora manter um representante contribui, grandemente, para a circulação do livro. Ao analisar as fontes de pesquisa, percebi que outros materiais didáticos dessa mesma editora foram adquiridos pelo governo do estado.

Os livros são em pequeno formato, não têm mais que 200 páginas. Capa, austera, cartonada. O autor, pastor presbiteriano, usou a obra literária escolar para promover a educação dos sentidos e dos sentimentos dos alunos. A lições de coisas são fortemente permeadas de mensagens que buscam realçar a necessidade de amor consigo e com os outros. Amor a Deus e às pessoas. Usam muito, textos literários de autores como João do Rio (Geraldo Barroso) e de personagens da história do Brasil como Cândido Rondon.

O tratamento dado à Higiene perpassa o texto. A Eugenia está restrita a uma lição, fazendo referência a características hereditárias não desejáveis.

⁹⁸ Quando exerceu ao cargo de Deputado Federal, Amaury tentou transformar esta proposta em legislação federal. Não vigorou.

Como é perceptível as propostas de inserção da disciplina Higiene no currículo da instrução pública primária, na província depois estado de Pernambuco estiveram, vinculadas às propostas de intervenção e controle social. Já apresentavam métodos de ensino bastante arrojados. Não constituindo um privilégio da República, eles já haviam sido incorporados à proposta educativa do Império. Sem a dicotomia de “trevas” e “luzes”.

O êxito alcançado na implementação da sua proposta de ensino se deu a partir da associação entre aqueles que ocupavam os lugares de mando nos espaços de poder.

Os ensinamentos desta disciplina tinham por objetivo formar um homem completo.

Um homem transformado. Mas, também um homem habilitado para o trabalho, para o amor a Deus e à pátria. Parece que foi um pensamento em comum (BITTENCOURT, 1990).

O que será que, ainda, está por vir?

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Diane. **Uma história natural dos sentidos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcanti de. Falla recitada na abertura a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco pelo excellentissimo presidente da provincia Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, no dia 1º de março de 1871. Recife: M.F. de F. de Filhos, 1871. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. **Data de acesso: julho de 2007.**

ALBUQUERQUE, Frederico de Almeida. **Relatório com o qual o Sr. Senador Frederico de Almeida Albuquerque abriu a primeira sessão da Assembléa Legislativa Provincial** no 1.º de abril de 1870. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filho, 1870. <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. **Data de acesso: julho de 2007.**

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um sertanejo e o sertão**. São Paulo: José Olympio, 1957.

ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa. In: PINTO, Renato Venâncio; CARNEIRO, Henrique (Org). **Álcool e drogas na história do Brasil**. Belo Horizonte: PUCMINAS; São Paulo: Alameda, 2005, p.71-92.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e Legislação**. 2 ed. revista. São Paulo: EDUC, 2000.

AMADO, Gilberto. **História de minha infância**. 3 Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

ANDRADE, Manoel Correa de. **A pecuária no Agreste Pernambucano**. Mossoró, RN: [s.n], 1991.

ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. **Pernambuco. Cinco séculos de Colonização**. Recife: Grafset, 2007.

_____. **Pernambuco cinco séculos de Colonização**. Recife: Grafset, 2007.

APPLE, Michel. **Ideologia e Currículo**. Rio de Janeiro: 1982.

ARAÚJO, Cristina. **A escola Nova em Pernambuco: educação e modernidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002 (Col. Capibaribe, 1).

ARAÚJO, Cristina. A reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos 20. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.19, 2009, p.113-136.

ARAÚJO, Emanuel. **Teatro dos Vícios. Transgressão e transigência na sociedade colonial**. 3^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ARAÚJO, Joaquim Correa. **Regulamento da Instrução Pública de Pernambuco expedido pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim Correa de Araújo, Governador do Estado**. Recife: Typographia de Manoel de Figueiroa Faria & Filhos, 1896.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho. A formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas, 2004.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira. Ensaio de Preliminares para a sua História e suas fontes**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

ASSARÉ, Patativa. Aos poetas clássicos. In: _____. Cante de lá que canto de cá. Petrópolis: Vozes. 1978, p.17-18.

ASSIS, Machado de. **O Alienista**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2007.

BARBOSA, Ruy. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946 [Obras Completas de Rui Barbosa, v.X, 1883, Tomo II).

BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes; KULESZA, W. A. O Higienismo do espaço escolar: o lugar do livro didático. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LIVRO DIDÁTICO EDUCAÇÃO E HISTÓRIA, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2007, p.137-149.

BARRETO, Maria Renilda Nery. **A MEDICINA LUSO-BRASILEIRA Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851)**. 2005. 260 f. Tese (Doutorado em História das Ciências de Saúde). Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2005.

BARROS, Francisco do Rego. **Relatório que à Assembleia Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinária de 1844 o exmo Barão de Boa Vista presidente da mesma província**. Recife: Typ. M.F. Faria & Filhos. 1844.

BARROSO FILHO, Geraldo. **Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade: o caso do Recife (1880-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, 1985.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia. **Revista Brasileira de Educação**, n.20, 2000, p. 27-47.

BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura; Departamento de Cultura. 1978.

_____. **Memórias de um professor**. Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1982.

BENITO, Agustín Escolano. El libro escolar como espacio de memoria. In: OSSENBACH, Gabriela; RODRÍGUES, Miguel Somoza. **Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación em América Latina**. Madrid: 2001, p. 36-65.

BEZERRA (a) O Demônio do Segundo Livro ou as práticas educativas no livro didático para controle do uso do álcool. In: SEMANA DA EDUCAÇÃO. IV. 2006, São Paulo, 2006.

BEZERRA educação e as “Noções de Hygiene” sobre o uso de bebidas no livro didático destinado à formação docente (1914-1935). **Revista de Higiene Alimentar**, v.21, n 150, 2007, p.423-424.

_____(c) Higiene escolar: uma tecnologia do poder para detecção de corpos disformes. In: SIMPÓSIO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFRPE, VI. Recife. **Resumos. Recife: UFRPE**, 2006. p. 562-563.

_____. (b) As práticas educativas nos livros didáticos de Leitura de Felisberto de Carvalho para a configuração do “habitus” higiênico. 2006. In: SIMPÓSIO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFRPE. VI. Recife. **Resumos... Recife: UFRPE**, 2006. p. 560-561.

_____. Educar para melhorar: a gente não quer só comida In: **Experiências Universitárias, Experiências Solidárias**. CALDERÓN, Ignacio Adolfo (Org). Mogi das Cruzes, SP: Olho d'água. 2001. p. 43-53.

_____.(d). O currículo prescrito e os livros didáticos de Ciências Naturais em Pernambuco (1904): aproximações e distanciamentos. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DA BIOLOGIA. III. 2008, Recife, Associação Brasileira de Ensino da Biologia, Regional 5, 2008.

_____. Rozélia. (a) A representação do álcool e do alcoolismo no livro didático do ensino normal (1928-1934). In: SÃO PAULO RESEARCH CONFERENCES: DROGAS, UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR. II. São Paulo. 2008. **Livro de Programa e Resumos**, São Paulo, 2008, p. 41.

_____. (b) Memória de intelectuais do Nordeste: fonte para a História da educação e dos livros didáticos. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO. II. 2008. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Diretoria de Pesquisas Sociais; Coordenação geral de Estudos Educacionais, 2008.

_____. (c) A higiene ensinada na instrução primária de Pernambuco através do Primeiro Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho, para obter o homem transformado. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO. II. 2008. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Diretoria de Pesquisas Sociais; Coordenação Geral de Estudos Educacionais, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, FEUSP, v.30, n.3, 2004. p.475-491.

_____. **Pátria, Civilização e trabalho**. São Paulo: Loyola. 1990.

_____. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Orgs). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: CDAPH, 2003, p.9-38.

_____. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BORGES, Jorge Luís. O jardim dos Caminhos que se bifurcam. In: _____. **Ficções**. São Paulo: Globo. p. 93-106.

BOTO, Carlota. O professor primário português como intelectual; “eu ensino, logo existo”. **Linhas**, Florianópolis, v. 6, n.1, 2005. p.79-130.

BRAGA, Erasmo. **Leitura II**. Caieiras, São Paulo: Melhoramentos, 1928.

BRILLAT-SAVARIN. **A Fisiologia do Gosto**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

BUICAN, Denis. **História da Biologia. Hereditariedade- Evolução**. Mem Martins, Portugal: Europa-América, 1997.

BRASIL. Decreto n. 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundario no Município da Côrte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. Data de acesso: julho de 2007.

BRASIL. **Lei do 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz**. In: Colleção das Leis do Imperio do Brazil, 1828. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1828. p.74-88. Disponível no site <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K.pdf>. Data de acesso: 20 de julho de 2009.

CABRINI, Conceição Aparecida. **Memória do livro didático os livros de leitura de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação e Jornalismo) – Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1994.

CAIRUS, Henrique. Ares, Águas e Lugares. In: CAIRUS, Henrique F.; RIBEIRO JR. Wilson. **Textos hipocráticos. O Doente, o Médico e a doença**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005, p. 131-146.

CÂMARA DE MUNICIPAL DO RECIFE. **Institucional. Surgimento da Câmara Municipal do Recife**. Disponível no site: <http://www.camara.recife.pe.gov.br/institucional>. Data de acesso: 2o de setembro de 2009.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. Justificação. In: **Organização da Educação no estado de Pernambuco (justificação, lei organica e commentarios, opiniões de associações e da imprensa)**. Recife: Imprensa Oficial, 1928. p. 4-33.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. **Problemas de educação**. Rio de Janeiro: A.C. Carvalho, 1919.

CARNEIRO, Henrique. **Amores e sonhos da flora**. Afrodisiacos e alucinógenos na botânica e na farmácia. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. **Pequena Enciclopédia da História das Drogas e bebidas**. São Paulo: Elsevier, 2005a.

_____. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias ao proibicionismo contemporâneo. In: _____; VENÂNCIO, Renato P. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2005b, p.11-27.

CARVALHO, Felisberto de Carvalho. **Noções de Historia Natural e de Hygiene**. Rio de Janeiro: Alves & Cia. 1898.

_____. **Primeiro Livro de Leitura**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

_____. **Segundo Livro de Leitura**. Rio de Janeiro, 1959.

CASCUDO, Luís da Câmara. As bebidas no Brasil. In: _____. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia. 1983. p.803-829.

CASTRO, Josué de. Visões do Recife. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo (Orgs). **O Recife: quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Massangana, 1992. p. 253-261.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa Cavalcanti. **Relatório que ao Exm. Sr. Presidente da província apresentou o inspetor geral da Instrução Publica João Barbalho Uchoa Cavalcanti em 30 de janeiro de 1875**. Pernambuco: Typ. De Manoel Figuerôa de Farias e Filhos. 1875.

_____. **Instrução pública**: estudo sobre o sistema de ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte, Rio de Janeiro e Pernambuco. Recife: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes. 2005.

CHACON, Dulce. **Coragem de professora**. Recife: Universitária, 1983.

_____. **Medo de criança. Memórias**. Recife: UFPE, 1979.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Miraflores: DIFEL, 2002.

_____. A ordem dos livros Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII. Brasília: UNB, 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n.2, 1990, p. 177-229.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Formulário e guia médico**. 19ª Ed. Paris: R.Roger e F Chernoviz. 1920.

CHOPPIN, Alain (a). Le manuel scolaire, une fausse évidence historique. **Histoire de l'éducation**, n. 117, 2008, p. 7-56.

_____.(b). Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da Educação**, Pelotas, v.12, n. 24, 2008, p.9-28.

_____. História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 30, n.3, p.549-566. 2004.

_____. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Pelotas, v.11, 2002, p. 5-24.

COMISSÃO DE HYGIENE PUBLICA. **Relatório do Estado Sanitario da Provincia de Pernambuco durante o anno de 1854**. Apresentado ao Exmo. Presidente da mesma Provincia. Recife: Typographia de M. F de Faria, 1855.

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1960

CORBIN, Alain. **Saberes e odores. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte para a História da Educação. **Caderno CEDES**, n.52, 2000, p. 11-24.

DARMON, Pierre. A cruzada antivariólica. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **As doenças têm história.** 2ª Ed. Lisboa: Terramar, 1997. p.305-321.

DARNTON, Robert. Os intermediários esquecidos da literatura. In: **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.132-145.

DARWIN, Charles. A muralha de Pedra. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas da. (Orgs). **O Recife: quatro séculos de sua paisagem.** Recife: Massangana, 1992. p.163-166.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930)

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Data de acesso: 25 de setembro de 2009.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do Cólera. **Recife, 1856.** In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela, dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto (Orgs). **Artes e ofícios de curar no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003. p. 355-386.

DIRETORIA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO. **Programas de ensino para o curso primário.** Recife: Imprensa Oficial, 1929.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** São Paulo: Contexto, 2007.

DP, 1831, **Posturas da Câmara,** apud FREYRE, 1951, p. 420.

EGITO, Jucelino Lima do. As primeiras escolas e a formação da rede escolar pública municipal (1894-1929). In: SANTANA, Jair Gomes de; EGITO, Jucelino Lima do (Org). **Recife, 100 anos de Escola Pública Municipal**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação, 2000. p. 10-25.

FARIA FILHO, Luciano. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano (Org). **Educação, Modernidade e Civilização. Fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 90-125.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EDUSP, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

FELIPPE, Gil. Entre o jardim e a horta: as flores que vão para a mesa. São Paulo: SENAC, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Entre a história sagrada e a moral cívica; o “Livro do Povo” e a instrução popular no nordeste brasileiro (sex. XIX). In: **Cultura escolar, migrações e cidadania: livro de resumos/ VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Porto, 2008.

FERREIRA, Antônio Gonçalves. **Mensagem apresentada ao Congresso Estadual** na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo governador do estado Dr. Antônio Gonçalves Ferreira. Recife: Typ. do Diário de Pernambuco, 1904.

FERREIRA, Antônio Gonçalves. **Mensagem apresentada ao Congresso estadual na abertura da terceira sessão da quarta legislatura pelo Governador do Estado Dr. Antônio Gonçalves Ferreira**. Pernambuco, 1903.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. O Doutor da capa preta. **Revista Nossa História**, ano 2, n.21, 2005, p. 24-27.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. **Relatório enviado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Presidente da Provincia José Bento da Cunha Figueiredo**. Pernambuco: Typographia de M. Figueroa de F. & Filhos, 1855. Disponível no site: <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>. Data de acesso: novembro de 2007.

FOUCAULT, Michel. Classificar. II. A História Natural. In: _____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.175-180.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do poder**. 24ª Ed. São Paulo: Graal, 2007. p. 79-99.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: proposta e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. (Org). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Alfredo Veiga. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.60-151.

FREITAS, José Manoel de. **Falla** com que o exm. sr. presidente, desembargador José Manoel de Freitas, abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1 de março de 1884. Recife, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1884).

FREITAS, Octavio de. Histórico das Organizações Médico-Sanitárias de Pernambuco até 1930. **Boletín da Associação Pan-Americana de Saúde Pública**. 1935, p.286-292.

FREITAS, Octavio de. **Os trabalhos da Hygiene em Pernambuco**: relatório apresentado ao Secretario Geral de Estado. Recife: Imprensa Oficial, 1919.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. **Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e Desenvolvimento Urbano**. 2ª. Ed. 2º v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

_____, Gilberto. Vida social no Nordeste. Aspectos de um século de transição. In: _____ (Org). **Livro do Nordeste**. Edição Fac-similar. Recife: Secretaria da Justiça; Arquivo Público Estadual, 1979. 75-91.

_____. **Ordem e Progresso**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____ **Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade** (1915-1930). 2ª Ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Açúcar: uma sociologia do doce.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Modos de homem & Modas de mulher.** São Paulo: Global. 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO, 28^a. **Anais.** Caxambu, 2005. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisadores da Educação. p.1-15.

_____; ARANTES, Adlene Silva; SILVA, Fabiana Cristina da Silva, CATANHO, Maria Regina da Costa. Livros escolares no século XIX: subsídios para a compreensão do processo de institucionalização da escola em Pernambuco. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, XV. 2001. São Luís. **Anais.** São Luís, 2001.

GARDNER, George. Bahia e Pernambuco. In: _____. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 47-58.

GARNIEL, Marcel; VALERY, Delamare. **Dicionário de termos técnicos de medicina.** 20^a ed. São Paulo: Organização Andrei, 1984. p.546.

GAUER, Ruth M. O pensamento iluminista português e a influência na formação da intelectualidade brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Vol. I. séculos XVI-XVIII. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2004. p.146-157.

GINSZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: _____. (Org.) **Relações de Força** História, Retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.47-63.

_____. Descrição e citação. In: _____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.17-40.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história.** 2^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 143-179.

GOMES, Rosilene de Farias. **O Khasmin do deserto. Cólera e cotidiano no Recife.** Dissertação (Mestrado). CFHC. História. UFPE, 2007. 141 f.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: MEDICINA, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EUERJ, 2004.

_____. Conformando o discurso pedagógico: a contribuição da Medicina. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p.35-71.
GONDRA, José Gonçalves.

_____. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Caderno Cedes,** Campinas, v.23, n.59, 2003, p.25-38.

GOODSON, Ivor. O currículo como prática de significação. In: **Currículo, teoria e história.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GUERRA, Flávio. **O Conde da Boa Vista.** Recife: Fundação Guararapes, 1973

GUIA LIVRES. **Guia de preenchimento da ficha do banco de dados LIVRES.** São Paulo: FEUSP; FAPESP.

GUIMARÃES, M. R. C.: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos,** v. 12, n. 2, 2005, p. 501-514.

HALLEWEL, Laurence. **O livro no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2005.

HAMILTON, David. **Sobre as origens dos termos classe e curriculum.** Teoria & Educação, n.6, 1992, p.33-52.

HANKIN, T.L. Natural History and Physiology. In: _____. **Science and enlightenment.** Cambridge: Univ. Press, 1995. p.113-153.

HENDEL, Richard. O Design começa aqui. In: HENDEL, Richard (Org). **O Design do livro.** Cotia, SP: Ateliê, 2006, p.30-61.

HORA, Dayse Martins. História da disciplina escolar, história do currículo e a medicalização da prática escolar. In: GOUVÊA, Guaraciara; BITTENCOURT, Cristiane; MARAFON, Giovana; MONTEIRO, Helena Rego (Orgs). **Pesquisas em Educação**. Rio de Janeiro: 7 Letras;UNIRIO; CAPES, 2008. p. 49-67.

IP 28 - Série Instrução Pública. Inspetoria Geral da Instrução Pública. Cópia de Parecer do Conselho Literário. 1873. Documentação Avulsa

IP 34 – Série Instrução Pública. Inspetoria Geral da Instrução Pública. Cópia de Parecer do Conselho Literário. 1879. Documentação Avulsa.

IP 45 – Série Instrução Pública. Inspetoria Geral da Instrução Pública. Deferimento número 107. 1886. Documentação Avulsa

JAEGGER, Werner. **Paidéia. A formação do homem grego.** São Paulo: Martins Fontes.

JUCÁ, Maria Joselice de V. Estudos sobre as companhias urbanas de Pernambuco no século XIX. A Companhia do Beberibe – 1853-1878. In: **Ensaios Pernambucanos.** Coleção Pernambucana. v. VI. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977, p.37-77.

JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs). **Disciplinas e integração curricular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 38-71.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, n.1 2001,

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1978.

LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola. Bilac e a literatura escolar na República Velha.** Porto Alegre: Globo, 1982.

LEÃO, Antônio Carneiro. Justificação apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Gennaro Guimarães Secretario da Justiça e Negócios Interiores em dezembro de 1928 por A. Carneiro Leão. In: **Estado de Pernambuco. Organização da Educação no Estado de Pernambuco(Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e da imprensa).** Recife: Imprensa Oficial, 1928.

LIMA, Gérson Zanetta de. **Saúde Escolar e Educação**. São Paulo: Cortez, 1985.

LIMA, José Alexandre Barbosa. **Regulamento da Instrução Pública de Pernambuco expedido pelo Exm. Sr. Dr. José Alexandre Barbosa Lima, Governador do Estado**. Recife: Typographia de Manoel de Figueiroa Faria & Filhos, 1896.

LIMA, Otávio Pereira de Lima. **Higiene e vestuário no início do século XX: algumas idéias de Afrânio Peixoto**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em História das Ciências, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. História da Educação e Literatura: algumas idéias e notas. **Educação em Revista**, n.27, 1998, p. 35-46.

LOPES, Maria Aparecida Vasconcelos. **Cidade sã, corpo são: urbanização e saber médico no Recife (final do séc. XIX início do séc. XX)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

LUCENA, Henrique Pereira. **Falla com que o excellentissimo Senhor Desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, em 1º de março de 1875**. Pernambuco: Typographia de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1875. Disponível no site: <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>. Data de acesso: novembro de 2007.

_____. **Falla com que o exm. sr. commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1 de março de 1874**. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1874. Disponível no site: <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>. Data de acesso: novembro de 2007.

_____. Falla com que o exmo Commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembleia Provincial no dia 01 de março de 1873. Pernambuco: Typ. de M Figueira de F & Filhos, 1873. Disponível no site: <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>. Data de acesso: novembro de 2007.

MACHADO, Roberto. **Danação de Normas: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGALHÃES, Maria das Graças; KINOSHITA, Carolina T; ROCHA, Heloísa Helena Pimenta da. A educação higiênica em manuais e guias de saúde brasileiros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LIVRO DIDÁTICO EDUCAÇÃO E HISTÓRIA, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2007. p.1080-1091.

MARCELINO, Silvana Romagna; MERCÊS, Nen Nalú Alves Das. **Cuidado domiciliar: antecedentes históricos.** Disponível em <http://bstorm.com.br/enfermagem/index-p2.php>. Data de acesso: 12 de outubro de 2009.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

MASSOTI, Roseli. **Erasmus Braga e os valores protestantes na educação brasileira.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007. 182.

MATE, Cecília Hanna. Programas curriculares e o livro didático. In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL. 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004, p. 2-5.

MAZZINI, Innocenzo. A alimentação e a medicina no mundo antigo. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação.** 6ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade. 1998. p. 254-265.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de. **O Forte das Cinco Pontas: um trabalho de arqueologia histórica aplicado à restauração do monumento.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1983, p.24.

MELLO, Balthasar Vieira. **A Higiene Escolar.** São Paulo: Diário Oficial. 1902.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas da (Org). **O Recife e seus bairros.** Recife: Massangana, 1992. p.193-225.

MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho Pereira a El Rei.** 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana. 1997.

MELO, Virgínia Pernambucano de. **Água Vai! História do saneamento de Pernambuco – 1537-1837**. Recife: COMPESA, 1991.

MENEZES, Mozart Vergetti. **Prevenir, disciplinar, corrigir: as escolas correcionais no Recife. 1909-1929**. Dissertação. (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

MENDONÇA, Sandra Cabral. **Carneiro Leão: sonhos e frustrações na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (1922- 1926)**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 1997.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. **A arte de curar nos tempos da Colônia. Limites e espaços da cura**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques menores** faces da infância no Recife – 1927-1937. Dissertação. (Mestrado). Pós-graduação em História da UFRPE, 2008. 178 f.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as Províncias**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MONTEIRO, Antônio Peregrino Maciel. Discurso Recitado no acto da instalação da mesma Sociedade, no dia 04 de abril de 1841. In: **Annaes da Medicina Pernambucana (1842-1844)**. Ed. Fac-similar. Recife: Governo de Pernambuco; Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p. 9 a 17.

MONTEIRO, Denise Brito. **A epidemia de varíola e vacinação obrigatória – repercussões na sociedade recifense no século XIX**. Dissertação (Mestrado). Mestrado em História. UFPE. 2005. 124.

MOREIRA, Cláudio Renato Pina. A medicina e o ensino médico em Pernambuco entre 1808 e 1920. Disponível no site: <http://www.fcmupe.com.br/controller?conteudoId=79>. Data de acesso: 20 de julho de 2009.

MOREIRA, José Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Rio de Janeiro: MEC; INEP; CILEME, 1955 (publicação n.7).

MORTIMER, Eduardo Fleury. A evolução dos livros didáticos de Química destinados ao ensino secundário. **Revista Em Aberto**, ano 7, n. 40. 1988. p. 254-261

MOSCOSO, Pedro de Atthayde Lobo. **Relatório que apresentou ao exmo Presidente da Província em 27 de novembro de 1878 o Inspetor da Saude Publica da Província Dr Pedro Atthayde Lobo Moscoso**. Pernambuco: Typ de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático: produção e leitura. In: ABREU, Márcia. **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Mercado das Letras. 2007. p.577-594.

NASCIMENTO, Alcicleide Cabral. A roda dos enjeitados nos embates da cultura. In:_____; GRILLO, Maria Ângela Faria. (Org.). **Cultura, gênero e infância. Nos labirintos da história**. Recife: UFPE, 2008, p.185-198.

OLIVEIRA, Marco Antônio. **Os intelectuais e a produção da série Resumos Didactico pela Companhia Melhoramentos de São Paulo (1918-1936)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2006).

OLIVEIRA, Cátia Regina Guido de Oliveira; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. **Caderno CEDES**, n.52, 2000. p. 25-40.

OLIVEIRA, Valdemar. **Nos tempos de Amaury**. Recife: [s.n], 1975.

_____. **Mundo submerso**. Recife: Imprensa Oficial, 1966.

OLIVEIRA, Aglaê Lima. **Adriana. Vida de uma professora**. Recife: s.n. 1967.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e a educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PAULILO, André Luiz. **A estratégia como invenção. As políticas públicas de educação no Rio de Janeiro entre 1922 e 1935**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. História da Educação e Historiografia. São Paulo, 2007. 430 páginas.

PEIXOTO, Afrânio. **Elementos de Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.

_____. **Noções de Hygiene para uso das escolas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

_____. **Higiene v. I Higiene Geral**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

_____. **Higiene v. II Medicina Preventiva**. 3^a. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

PEREIRA, Geraldo. **A Medicina e os Médicos de Pernambuco: o Pioneirismo da Ciência e a Procrastinação do Ensino**. Disponível em: <http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=123>. Data de acesso 25 de setembro de 2009.

PERES, Pedro Correa. A educação na 1^a República (1889-1930). In: SANTANA, Jair Gomes de; EGITO, Jucelino Lima do (Org). **Recife, 100 anos de Escola Pública Municipal**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação, 2000. p. 10-25.

PERNAMBUCO. **Programa de ensino para curso primário infantil. 1^a. Série**. Recife: Imprensa Oficial. 1961.

PERNAMBUCO. **Regimento das Escolas Primárias**, de 31 de junho de 1875. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria e Filhos, 1876.

PERNAMBUCO. **Pernambuco: caminhos da liberdade**. In: MOTA, Hélio (Org). Brasília: Tempo Real, 1998.

PFROMM NETTO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. **O livro na educação**. São Paulo: PRIMOR; MEC, 1974.

RABELLO, Sylvio. Da escola que eu pouco frequentei e de como procurei suprir a sua falta. In:_____. **Tempo ao tempo**. Rio de Janeiro: 1979. p.85-106.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar**. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REGO, José Lins. **Doidinho**. 39ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002

REY, Luís. **Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999, p.396-397.

REY, Roselyne. Hygiene et souci de soi. **Persée**, v.56, n.1, p.25-39. Disponível no site <http://www.persee.fr>. Data de acesso: outubro de 2009.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade de Recife na década de vinte**. Tese (Doutorado). História Social da FFLCH - USP 1992.

RIANT, Aimé. Hygiène scolaire. Paris: Libraire Hachette, 1884.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A Ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1997.

ROCHA, Heloísa Helena Pereira. Educação Escolar e higienização da infância. **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.59, 2003. p.39-56.

_____. **Higienização dos costumes**. Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

_____. A edificação da escola higiênica. **Anais do IV Simpósio de Pesquisa da FEUSP**. São Paulo, 1998 p.353- 376.

RUIZ, Rafael. A interpretação das leis reais: ambigüidade e prudência no poder das autoridades locais na América do século XVII. **CLIO Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, 2009, 178-202.

_____. Duas percepções da justiça nas Américas: Prudencialismo e Legalismo. VIII Encontro Internacional da ANPHLAC. **Anais eletrônicos**. Vitória, Espírito Santo. 2008. n.p.

SÁ, Carlos. O Pelotão de Saúde. In: _____. **A Educação Higiênica na escola primária**. Rio de Janeiro: Serviço de Saneamento Rural do Rio de Janeiro, 1925.

SACRISTAN, Gimeno. La política curricular y el *currículum* prescrito. In: SACRISTAN, Gimeno. **El currículum: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Madrid: Morata, 1991. p. 127-175.

SAFFRAY, Charles B. **Lições de cousas**. Ed. Atualizada. Porto: Chardron, 1920.

SAFFRAY, Charles B. **Lições de cousas**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**. Campinas: UNICAMP, 2005.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS NETO, Pedro Miguel. **O processo da profissionalização médica em Pernambuco. Um estudo sobre a Categoria Médica Pernambucana, sua organização, seus interesses**. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1993. 198.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. Poder, Ideologia e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto; Armus, Diego (Orgs.). **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Coleção História e Saúde, 2004. p.249-293.

SANTOS, Manuela Arruda. Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura. Dissertação. Mestrado. Mestrado em História Social da Cultura regional. UFRPE. Recife, 2009. 148p.
Sartre, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **A idéia de sistema nacional de ensino e as dificuldades para sua realização no Brasil do século XIX**. Disponível no site: <http://www.fae.unicamp.br/dermeval/texto.2001>. Acessado em 14/07/2007.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **História e memórias da educação no Brasil**. V. II – século XIX. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006. p. 132-146.

SCHIVELBUSH, Wolfgang. **Historia de los estimulantes**. Barcelona: Anagrama. 1995.

SCHMALZ, Alfredo Carlos. **Receituário de Joaquim Jerônimo Serpa (Hospital de São Bento de Olinda)**. Recife: Arquivo Público estadual; Imprensa Oficial, 1966.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As faculdades de medicina como sanar um país doente. In: **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005. p. 202-238.

SELLARO, Leda Rejane Accioly. **Educação e modernidade em Pernambuco – inovações no ensino público (1920/1937)**. 2000. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

SENADO FEDERAL. **João Barbalho Uchoa Cavalcanti**. Disponível no site: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1784&li=23&lcab=1894-1896&lf=23. Data de acesso: 01 de novembro de 2009.

SETTE, Mário. **Arruar. História pitoresca do Recife antigo**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SHEULER, Alexandra Frota Martinez. GONDRA, José Gonçalves. Reformas educativas, viagem e comparação no Brasil oitocentista: o caso de Uchoa Cavalcanti (1879). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34. n.3, 2008. p.437-448.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Universitária; UFPE, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (a). Quem escondeu o currículo oculto? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Documentos de identidade uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.77-81.

_____. (b). O currículo como prática de significação. In: **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.7-29.

SOARES, Carmen. **Imagem da Educação no Corpo**. 2ª Ed. Campinas: Autores Associados. 2002.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora.** Aids e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUSA, Cynthia Pereira de Sousa. Memórias e autobiografia: a evocação da vida escolar nos relatos de professoras e professores. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, II., 2000, São Paulo. **Atas.** São Paulo, 2000. p. 36-45.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Os homens e os modos de governança. A Câmara Municipal do Recife do século XVIII num fragmento da história das instituições municipais do Império Colonial Português.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2002a, 187 f.

SOUZA Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002b, 312 f.

STEPAN, Nancy Leys. “**A hora da Eugenia**”. **Raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Coleção História e Saúde. 2005.

STEPHANOU, Maria. Discursos Médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: _____; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs). **História e Memórias da Educação no Brasil** v.III – século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 142-164.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **João Barbalho Uchoa Cavalcanti.** Disponível no site: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=142>. Data de acesso, 01 de nov. de 2009.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (Org). **A Educação nas Constituintes Brasileiras- 1823-1988.** 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Autores Associados. 2002, p.55-68.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural** mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). 2ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

URECH, Sandra Suely Rodrigues. **Pressupostos eugênicos no ensino da Biologia**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2001.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas**. São Paulo, 2004.

_____. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Caderno CEDES**, n. 52, 2000. p.74-87.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)**. 2006. 295 f. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em:<http://www.libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls00383742>. Acesso: 02 de fevereiro de 2009.

VALENTE, Waldemar. Ulysses Pernambucano: renovador do ensino em Pernambuco. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1919. Cadernos de Pernambuco, 12.

VELOSO, Costa. **Alguns aspectos históricos e médicos do Recife**. Recife: UFPE, 1971.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Tinta sobre papel. Livros em Pernambuco do século (1759-1807)**. Recife: UFPE, 2006.

VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In: CORBIN, Alain; _____; COURTINE, Jean-Jacques. **História do corpo**. Petrópolis: Vozes. 2008, v.2, p. 375-391.

_____. Georges. **O limpo e o Sujo** a Higiene do corpo desde a idade média. Lisboa:1985.

VIVIANI, Luciana Maria. **A Biologia Necessária: formação de professoras e escola normal**. Belo Horizonte: Argumentum; São Paulo: FAPESP, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Os agentes da instrução pública. **Veritas**, Porto Alegre, v.43, 1998, p.77-81.

WERNER, Jairo. **Educação & Saúde**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

WITT, Neila , S.P; SOUZA, G.S; SOUZA, Diogo O.G. de. **Como se fala da alimentação nos livros didáticos?** *Ensenanza de lãs ciencias*, 2005, número extra. p.1-4.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial**. Disponível no site: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/SOLANGE%20APARECIDA%20ZOTTI.pdf>. Data de acesso: 13/06/2007.

ANEXO A

MAPPA da Instrução pública primaria e superior da provincia de Pernambuco no anno de 1854.					
Instrução dada no Lyceu.					
MUNICIPIOS.	N. das es- deiras.	LUGARES.	N. dos alumnos.	OBSERVAÇÕES.	Total dos alumnos.
RECIFE.	10	Lingua nacional	56	Quatroz destes alumnos frequen- tarão duas aulas.	169
		Latim	14		
		Francez	11		
		Inglez	14		
		Retorica			
		Geographia	20		
		Geometria	14		
		Philosophia	2		
		Desenho	26		
		Obstetricia	11		
Aulas de latin da cidade e do centro.					
RECIFE.	3	Recife	12	Ha um professor substituto.	122
		S. José	18		
		Boa-vista	36		
IGUARASSU.	1	Vila	24		
GOIANNA.	1	Cidade	12		
NAZARETH.	1	Cidade	4		
VICTORIA.	1	Cidade	5		
LIMOEIRO.	1	Vila	11		
Instrução elementar do 1.º e 2.º grau, sexo masculino.					
RECIFE.	14	Fora de portas	62	Ha um professor substituto.	301
		Recife	81		
		Santo Antonio	100		
		"	121		
		S. José	171		
		Boa-vista	86		
		"	71		
		Poco da Panella	34		
		Afogados	52		
		Varzea	36		
		S. Lourenço	26		
		Isbaatã	19		
		Venda-grande	42		
		Peres			
		Novamente creada e provida a pouco.			
OLINDA.	5	Freguezia da Sé	63	Ha um professor substituto.	130
		S. Pedro Martyr	62		
		Bohoribe	30		
		Paratibe	18		
		Nossa Senhora do O	30		
IGUARASSU.	3	Vila	57		92
		Itamaracá	42		
		Pilar de Itamaracá	23		
GOIANNA.	6	Cidade	71		252
		"	74		
		Nossa Senhora da O	26		
		Cruangi	28		
		Pedras de Fogo	24		
Ponta de Pedra	19				
VICTORIA.	2	Cidade	83		109
		Escada	26		
RIO FORMOSO.	6	Cidade		Ainda não vierão os mappas.	
		Barreiros	61		
		Agua-preta	23		
		Panellas	35		
		Abreu	43		
Guipapã					
PAU D'ALBO.	2	Vila	70	Haje vago.	111
		Golbã	28		
CABO.	3	Vila	11		91
		Nossa Senhora da O de Ipojuca	62		
		Nazareth do Cabo	18		
SOMMA				SOMMA	
				2177	

ANEXO A (CONTINUAÇÃO)

Continuação do mappa antecedente.

Instrução elementar do 1.º e 2.º grau, sexo masculino.					
MUNICIPIOS.	N. das cadeiras.	LUGARES.	N. das alunas.	OBSERVAÇÕES.	Total das alunas.
Transporte	59			Transporte	2477
NAZARETH.	2	Cidade Freixo	31 13		46
LIMOEIRO.	2	Villa Bom Jardim	25 26		51
BREJO DA MADRE DE DEOS.	3	Villa Pesqueiro Serinhaem	32 28 38		98
BONITO.	4	Villa Caruaru S. José de Barreiros Arlinho	26 43 33 35		137
GARANHUNS.	6	Villa Alagoas Bellas S. Bento Correntes Papacanga Alagoas de baixo	18 42 70 43 100	Falta o ultimo mappa. Novamente creada e provida a pouco.	273
PAJEU DE FLORES.	5	Villa Baixa verde Fazenda grande Villa Bella Tacaratu	40 35 23 48 19		165
BOA-VISTA.	5	Villa Ouricury Exu Ingazeira Cabrobó	26 24 20 64 13	Removida a pouco da Passagem do Joazeiro.	147
TOTAL	96			TOTAL	3095
Instrução elementar do sexo feminino.					
RECIFE.	3	Fora de portas Recife Santo Antonio S. José Boa-vista	65 32 103 98 63		361
	1	Affogados	36		36
OLINDA.	2	Freguezia da Sé S. Pedro Martyr	24 23		47
IGUARASSU.	2	Villa Itamaracá	16 22		38
GOIANNA.	1	Cidade	48		48
RIO FORMOSO.	1	Cidade	30		30
VICTORIA.	1	Cidade	44		44
PAU D'ALHO.	1	Villa	23		23
NAZARETH.	1	Cidade	24		24
BONITO.	2	Villa Caruaru	15 40		55
TOTAL	17			TOTAL	707
Aulas particulares de instrução elementar do 1.º e 2.º grau das 4 freguezias da cidade do Recife.					
RECIFE.	32	Sexo masculino	855		855
RECIFE.	31	Sexo feminino	581		581

ANEXO A (CONTINUAÇÃO)

Continuação do mappa antecedente.

Alunos propostos pelos respectivos professores e que foram examinados.					
MUNICIPIOS.	N. das cadeiras.	LUGARES.	N. dos alumnos.	OBSERVAÇÕES.	Total dos alumnos.
LICEU.		Diferentes aulas.	93	Plenamente.	51
		" "	6	Simplemente.	
		" "	1	Reprovado.	
Instrução elemental do 1.º 2.º gr'au.					
RECIFE.	S. Antonio e S. José.	Sexo masculino.	27	Plenamente.	34
		" "	7	Simplemente.	
	S. Antonio.	Sexo feminino.	8	Plenamente.	1
		" "	3	Simplemente.	
	S. José.	" "	1	Reprovado.	4
		" "	41	Plenamente.	
	Bon vista.	" "	4	Plenamente.	34
		" "	7	Simplemente.	
	P. da Pan.	Sexo masculino.	4	Plenamente.	4
	Affogados.	Sexo feminino	10	Idem.	10
OLINDA.	S. P. Mart.	Sexo Masculino.	5	Idem.	8
	Curato.	" "	3	Idem.	
	Curato.	Sexo feminino	11	Idem.	11
GOIÂNNA.	Cidade.	Sexo masculino	18	Idem.	18

Directoria geral da instrução publica de Pernambuco 15 de Janeiro de 1855.

Candido Eustaquio Cezar de Mello.
Amanuense archivist.

Anexo B Quadro 1: Relação dos livros aprovados para uso das Anexo B: Livros didáticos para as escolas publicas primarias de um e outro sexo⁹⁹, em Pernambuco. 1875

1. Noções de Geographia, pelo professor jubilado Salvador Henrique de Albuquerque.
2. Ditas de Arithmetica, pelo mesmo autor.
3. Dita de Grammatica Portuguesas, pelo mesmo autor.
4. Compendio de Arithmetica, pelo mesmo autor.
5. Dito de Historia do Brasil, pelo mesmo autor.
6. As novas cartas para se aprender a ler, pelo mesmo autor.
7. Os Martyres Pernambucanos, pelo Padre Joaquim D. Muniz.
8. Compendio de Arithmetica, por Joaquim Antonio de C. Nunes.
9. Resumo da Doutrina Christã, pelo mesmo autor.
10. Elementos de Grammatica Nacional, pelo mesmo autor.
11. Instrucção Moral e Religiosa, tradução do Padre Ignácio Francisco dos Santos.
12. Simples Noções de Cosmographia e Geographia. Simples noções sobre artes e officios compiladas e traduzidas pelo Padre Ignácio Francisco dos Santos.
13. Cathecismo de Agricultura, pelo Dr. Antônio de Castro Lopes.
14. A Bíblia da Infância, pelo Abade Pascoal.
15. Quadros de agrimensura applicadas ao ensino mutuo e simultâneo, por Mr. Lamotte, tradução de João José Rodrigues.
16. Livro dos Meninos, pelo Dr. Antonio do Rego.
17. A mulher, a família e a civilização (sic) pelo bacharel Joaquim Guennes da Silva.
18. Elementos de Grammatica, pelo Dr. Raposo de Almeida.
19. Noções de Geographia do Brazil, pelo mesmo autor.
20. Elementos de Historia Universal pelo mesmo autor.
21. Compendio de Geometria pelo Dr. Collaço
22. Dito de Arithmetica, pelo mesmo autor.
23. Opúsculo de Moral Religiosa, por Marcos Ambrosio Rendú.
24. O Livro do Povo, pelo Dr. Antonio Marques Rodrigues.
25. A taboada de Veriato de Moura Mattos.
26. Directorio moral dos Professores, por Barros.
27. Cancioneiro Christão, pelo Dr. Torres Bandeira.
28. Systema Métrico Decimal, pelo Dr. Augusto Carneiro Monteiro da S Santos.
29. O mentor da infância, pleo Prof. Juvinião da Costa Monteiro
30. Primeiro, Segundo e Terceiro livros de leitura, pelo Dr. Abilio Cesar Borges (negrito de minha autoria).
31. Carta Systematica, pelo professor João Jose Rodrigues.
32. Grammatica Portuguesas, por Francisco Julio Caldas Aulete.
33. Deveres dos filhos para com seus pais, por Th H. Barrou.
34. O bom menino, contos Moraes de um professor a seus discípulos, publicados por Cesar Cantu.
35. Os deveres dos homens, por Silvio Pellico de Saluso, nova tradução do Padre Ignácio

⁹⁹ Foi mantida a mesma grafia do documento original.

Francisco dos Santos.
36. Selecta Clássica, pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes da Gama.
37. A Colecção de Compêndios para uso dos alumnos das 1 ^{as} letras.
38. Grammatica Portugueza, por José Bernardino de Sena.
39. O Íris Clássico.
40. Grammatica Portugueza, por Jerônimo Soares Barboza.
41. Compendio de Geographia, composto por um Pernambucano.
42. Compendio do Systema Métrico Decimal, por João Gregório dos Santos.
43. Christomatia, pelo bacharel Heráclito Vespasiano Fick Romano
44. Grammatica da Lingua Nacional, por Henrique C. Taylor.
45. Cathecismo de Agricultura para uso das escolas, de instrução primaria do Brazil, por Antonio de Castro Lopes.
46. Syllabario Portugues, por J.R. Galvão.
47. Lições de Moral, por Sergio Tito da Silva Rosa.
48. Maximas, Sentenças e Provérbios, pelo Padre Cyrillo dos Reis Lima.
49. Cathecismo brasileiro, por Cyriaco Antonio dos Santos e Silva.
50. Joasinho, traduzido para o Portuguez, por Antonio Rego.
51. A meus filhos ou o fruto do bom exemplo, traducção do Dr. Cesar Augusto Marques.
52. Elementos de Grammatica Portugueza, pelo Jerônimo Emiliano d'Andrade, correcta e augmentada por A.da S.
53. Synopse da Constituição do Imperio do Brazil, pelo Dr. Antonio de V. Menezes de Drummond.
54. Presente a mocidade, por Isidoro M Cesar.
55. Compendio de Arithmetica e Geometria, por Pedro de A Lisboa.
56. Grammatica Latina de Johon M'Clintok e George R. Crooks.
57. Dita dita, pelo Dr. Castro Lopes.
58. Opúsculos, traduzidos e publicados pelo Padre Ignácio Francisco dos Santos.
59. Pequeno Curso de Leitura Elementar, por Henrique C. Taylor.
60. Livro de Leitura Corrente, por G. Belese.
61. Manual de urbanidade e boas maneiras, por Manoel Antonio Carreno.
62. Compendio de Arithmetica theorica e pratica para as escolas primarias editado pelo Padre Ignácio Francisco dos Santos.
63. Arte de aprender a letra manuscrita, por Duarte Ventura.
64. Compendio das lições praticas de Orthographia, por João M. Araújo.
65. Novo abecedário ou methodo fácilimo de leitura, por Cícero.
66. Cathecismo Constitucional, por Demophilo.
67. Primeiro Livro de Leitura ou carta do a-b-c editado por João Walfrido de Medeiros.
68. Resumo da Historia da Bíblia, tradução do Bispo do Para, D.Antonio de Macedo Costa.